



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA

**Um olhar da economia feminista para as mulheres: os
avanços e as permanências das mulheres no mundo do
trabalho entre 2004 e 2013**

**Campinas
2017**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

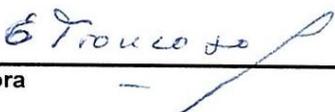
MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA

**Um olhar da economia feminista para as mulheres: os
avanços e as permanências das mulheres no mundo do
trabalho entre 2004 e 2013**

Prof.^a Dr.^a EUGÊNIA TRONCOSO LEONE – orientadora

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Economia Social e do Trabalho.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELA ALUNA
MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA E ORIENTADA
PELA PROF.^a DR.^a EUGÊNIA TRONCOSO LEONE**


Orientadora

**Campinas
2017**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

T2350 Teixeira, Marilane Oliveira, 1960-
Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013 / Marilane Oliveira Teixeira. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Eugênia Troncoso Leone.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Economia feminista. 2. Divisão do trabalho por sexo. 3. Discriminação de sexo no emprego. I. Leone, Eugênia Troncoso, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: A look at the feminist economy for women: advancement and permanence of women in the world of work between 2004 and 2013

Palavras-chave em inglês:

Feminist economy
Sexual division of labor
Sex discrimination in employment

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Doutora em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Eugênia Troncoso Leone [Orientador]
Cristiane Soares
José Dari Krein
Helena Sumiko Hirata
Marcelo Weishaupt Proni

Data de defesa: 31-10-2017

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA

**Um olhar da economia feminista para as mulheres: os
avanços e as permanências das mulheres no mundo do
trabalho entre 2004 e 2013**

Defendida em 31/10/2017

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Eugênia Troncoso Leone - Presidente

Instituto de Economia / UNICAMP

Prof.^a Dr.^a Cristiane Soares

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Prof. Dr. José Dari Krein

Instituto de Economia / UNICAMP

Prof.^a Dr.^a Helena Sumiko Hirata

Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)

Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni

Instituto de Economia / UNICAMP

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

Para

As mulheres que lutam pela transformação social

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Prof.^a Eugenia Troncoso Leone pela confiança, contribuições e por ter aceito o desafio de me orientar já na reta final.

Ao Prof. Claudio Salvadori Dedecca pelo início de orientação e pelas contribuições. A banca de qualificação, Prof.^a Doutora Liliana Segnini pelas sugestões.

A banca examinadora Dra. Cristiane Soares, Prof.^a Dra. Helena Hirata, Prof. Dr. José Dari Krein e Prof. Dr. Marcelo Proni, por terem aceito o convite garantindo a paridade entre os sexos.

A Sempre Viva Organização Feminista que me aproximou do tema no início dos anos 2000 quando se formou um grupo de reflexão, por iniciativa de Nalu Faria e de Mirian Nobre, para estudar a economia feminista. O debate estava chegando ao Brasil.

A Prof.^a Dra. Cristina Carrasco com que tive oportunidade de ter um único contato e nesse encontro ela me sugeriu uma bibliografia que foi essencial para esse trabalho.

Ao Sindicato dos Químicos de São Paulo pela disposição de me apoiar sempre principalmente pelas horas cedidas a esse trabalho e às trabalhadoras Químicas com quem estou sempre aprendendo.

Ao CESIT e sua equipe sempre generosos/as e incentivadores/as.

Ao Prof. Dr. Paulo Baltar pelos valiosos comentários durante a elaboração.

Ao Prof. Dr. José Dari Krein pelas contribuições, mas principalmente pela amizade e pelo apoio sempre.

A Dra. Cristiane Soares pelas contribuições críticas que me ajudaram a dar uma direção para o trabalho e também pela amizade.

E, nessa fase final, um agradecimento especial a Elaine Teixeira e, principalmente, a Tatua Godinho pelos seus valiosos comentários e correções.

E, por fim, a minha família que sempre me apoiou e me incentivou a concluir essa etapa da vida.

RESUMO

Alguns aspectos do trabalho das mulheres permanecem idênticos, apesar da passagem dos séculos, como as diferenças salariais, a significativa concentração em setores e ocupações com estereótipos de gênero e o grande volume de horas dedicadas ao trabalho de reprodução social. Ainda que as mudanças nas estruturas ocupacionais, resultado das transformações tecnológicas e nas formas de organização dos processos de trabalho, tenham gerado novas ocupações, persistem alguns atributos a ela associados e que acompanham a sua inserção no mundo produtivo.

Os avanços verificados ao longo do tempo não alteraram de maneira significativa o lugar da mulher na divisão sexual do trabalho, mantêm-se as barreiras o que evidencia o viés de gênero na forma como se distribuem os sexos nas diversas ocupações e setores econômicos. A inserção das mulheres na estrutura ocupacional, nessas últimas décadas, apresentou poucas alterações. Elas estão concentradas em atividades socialmente identificadas como sendo de sua atribuição, reafirmando os papéis associados ao gênero.

Considerando os avanços econômicos e a formalização do emprego observados nesse período é possível identificar uma melhora na inserção das mulheres comparativamente à dos homens, sem contudo, indicar para uma mudança na estrutura do mercado de trabalho, especialmente em relação às diferenças salariais e a inserção na estrutura produtiva reafirmando a divisão sexual do trabalho e a dicotomia entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo como elementos estruturantes das relações sociais de sexo e que fundamentam as desigualdades.

Economia feminista, divisão sexual do trabalho, trabalho reprodutivo

ABSTRACT

Some aspects of women's work seem to remain identical, despite the passage of centuries, such as wage differences, the significant concentration in gender typed sectors and positions and the great volume of hours dedicated to social reproduction work. Even though the changes in occupational structures, result of technological transformations and organizations of the labor processes, have generated new occupations, some attributes associated to these still persist and follow women's insertion into the productive world.

The advances verified throughout time don't significantly alter woman's place in the labor sex division - the barriers are kept, what highlights the gender bias in the way sexes are distributed across occupations and economic sectors. The insertion of women in the occupational structure, in the last decades, showed little change. They are concentrated in activities socially identified as being their attribution, reaffirming the roles associated to the gender.

Considering the economical advances and the formalisation of jobs observed in this timeframe, it is possible to identify an enhancement in the insertion of women compared to men, without, however, indicating a change in the structure of the labor market, specially regarding the wage differences and the insertion into the productive structure, reaffirming the labor sex division and the dichotomy between productive and reproductive work as structuring elements of the sex social relations that ground inequalities.

Feminist economy, sexual division of labor, reproductive work

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Nível de ocupação por sexo entre 1972 e 2010 (%) - Brasil	150
Tabela 2 -	Evolução da participação da população, por setor e sexo (%) - Brasil.....	151
Tabela 3 -	Evolução da Força de Trabalho, por sexo, nos períodos: 1920-1970 (%) – Brasil	152
Tabela 4 -	Evolução da participação das exportações do Brasil no comércio mundial - Indústria de Transformação (%)......	155
Tabela 5 -	Taxa acumulada anual dos componentes do valor adicionado das contas nacionais (%) - Brasil.....	157
Tabela 6 -	Coeficiente de exportação e importação da indústria de transformação (%) – Brasil.....	158
Tabela 7 -	Gasto Público Primário Federal, em (%) do PIB.....	159
Tabela 8 -	Valor adicionado bruto constante, segundo grupos de atividade – Brasil.....	165
Tabela 9 -	Total de mulheres na população em idade ativa, população economicamente ativa, ocupadas e desempregadas de 16 anos ou mais de idade -Brasil.....	170
Tabela 10 -	Taxa de participação, por faixa etária de pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo (%) - Brasil	171
Tabela 11 -	Diferença de taxa de participação entre os sexos, por idade e nível socioeconômico, ano 2004 – Brasil.....	173
Tabela 12 -	Participação da população ocupada por posição na ocupação com 16 anos ou mais de idade, por sexo (%) - Brasil	176
Tabela 13 -	Distribuição da população em idade ativa, economicamente ativa e ocupada, por posição na ocupação, com 16 anos ou mais de idade, por sexo (%) – Brasil	177
Tabela 14 -	Participação das mulheres sobre o total das pessoas ocupadas, por cor ou raça (%) - Brasil.....	178
Tabela 15 -	Distribuição das mulheres ocupadas, por cor ou raça (%) – Brasil.....	178
Tabela 16 -	Distribuição das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais de idade, por cor ou] raça, segundo a posição na ocupação (%) – Brasil.....	179
Tabela 17 -	Distribuição das pessoas ocupadas em atividade agrícola e não agrícola com 16 anos ou mais de idade, por sexo (%) – Brasil.....	180
Tabela 18 -	Distribuição das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais de idade, segundo localização do domicílio e posição na ocupação (%) - Brasil	180

Tabela 19 - Evolução da participação das mulheres no total de pessoas ocupadas, por segmento econômico com presença superior à média das ocupadas (%) – Brasil.....	181
Tabela 20 - Evolução da participação das mulheres no total de pessoas ocupadas, por segmento econômico com queda na participação das ocupadas (%) – Brasil.....	182
Tabela 21 - Evolução da participação das mulheres no total de pessoas ocupadas, por segmento econômico com ampliação na participação das ocupadas (%) – Brasil.....	183
Tabela 22 - Distribuição das mulheres ocupadas, por segmento econômico e posição na ocupação (%) - Brasil	186
Tabela 23 - Distribuição das mulheres ocupadas, por segmento econômico e posição na ocupação (%) – Brasil.....	187
Tabela 24 - Rendimentos das mulheres ocupadas com 16 ou mais de idade, em proporção aos do sexo masculino (%) - Brasil	188
Tabela 25 - Evolução da proporção de horas trabalhadas e rendimento-hora das mulheres ocupadas em comparação ao dos homens, por segmento econômico com variação favorável às mulheres (%) – Brasil.....	190
Tabela 26 - Evolução da proporção de horas trabalhadas e rendimento-hora das mulheres ocupadas em comparação a dos homens, por segmento econômico com variação desfavorável às mulheres (%) - Brasil.....	190
Tabela 27 - Participação das mulheres no emprego total, por grupo ocupacional, variação do emprego e dos rendimentos em proporção ao dos homens (%) – Brasil.....	191
Tabela 28 - Razão do rendimento das mulheres em proporção ao dos homens, por segmento econômico e grupo ocupacional, (%) - Brasil.....	194
Tabela 29 - Distribuição das mulheres ocupadas, por decil de rendimento e posição na ocupação, assalariadas (%) - Brasil.....	196
Tabela 30 - Distribuição das mulheres ocupadas, por decil de rendimento e posição na ocupação, não assalariadas, (%) – Brasil.....	196
Tabela 31 - Rendimento médio de todas as pessoas ocupadas com 16 anos ou mais de idade, por sexo - Brasil.....	197
Tabela 32 - Número de horas trabalhadas por semana e rendimento-hora, por sexo e nível de instrução – Brasil.....	198
Tabela 33 - Participação dos homens no total de horas dedicadas aos afazeres domésticos em proporção ao das mulheres, por segmento econômico (%) – Brasil	200

SUMÁRIO

Introdução.....	13
CAPÍTULO 1	20
A CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA FEMINISTA.....	20
1.1. As elaborações conceituais em torno do trabalho produtivo e reprodutivo.....	20
1.2. A invisibilidade das mulheres na formação do pensamento econômico.....	26
1.3. A nova economia doméstica.....	30
1.4. A contribuição da teoria feminista para a economia feminista.....	33
1.4.1. Feminismo liberal.....	34
1.4.2. Feminismo marxista/socialista.....	38
1.4.3. Feminismo pós-modernista ou pós-estruturalista.....	41
1.5. Uma perspectiva metodológica para a economia feminista.....	45
1.6. Economia de gênero e economia feminista.....	52
1.6.1. A economia de gênero.....	56
1.6.2. A economia feminista.....	57
1.6.2.1. A economia feminista de conciliação.....	58
1.6.2.2. A economia feminista de ruptura.....	59
CAPÍTULO 2	63
O PAPEL ECONÔMICO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO CLÁSSICO, NEOCLÁSSICO E MARXISTA	63
2.1. As economias pré-industriais e as mulheres.....	63
2.2. O papel das mulheres na abordagem dos autores clássicos.....	73
2.2.1. Adam Smith e o papel das mulheres: reprodução social da população.....	75
2.2.2. As mulheres na obra de John Stuart Mill: entre a liberdade e a sujeição.....	80
2.3. Os neoclássicos, as decisões econômicas e as escolhas das mulheres.....	87
2.3.1. Marshall e as mulheres: são parte do domínio privado.....	91
2.4. A Escola marxista: uma aproximação ao trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres.....	99
CAPÍTULO 3.....	113
PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A DESIGUALDADE ENTRE OS SEXOS NO MERCADO DE TRABALHO.....	113
3.1. Da origem do debate das desigualdades salariais ao trabalho doméstico não remunerado.....	114
3.2. Contribuições teóricas sobre as origens da discriminação e da segregação por sexo.....	125
3.2.1. Abordagens tradicionais sobre a segregação ocupacional.....	132
3.2.2. As novas abordagens sobre a origem da segregação entre os sexos.....	134
3.3. As desigualdades salariais como manifestação da segregação.....	139
3.4. Como se medem as diferenças salariais.....	141
3.5. As causas da diferença salarial.....	142
CAPÍTULO 4.....	145
PRESENÇA, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO EM UM CONTEXTO DE AVANÇOS ECONÔMICOS E SOCIAL.....	145
4.1. A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro	147
4.1.1. Evolução e característica do mercado de trabalho e as mulheres.....	148

4.2. Análise da estrutura produtiva e do emprego: indicadores econômicos e sociais no período 2004 -2013	155
4.3. A participação das mulheres no mercado de trabalho entre 2004 e 2013: a escolha dos indicadores.....	167
4.4. Distribuição da PEA, PNAE, pessoas ocupadas e desocupadas: 2004-2013.....	168
4.4.1. Taxa de participação por faixa etária.....	170
4.4.2. As mulheres são maioria entre as pessoas fora do mercado de trabalho.....	171
4.4.3. Evolução da posição na ocupação para mulheres e homens.....	174
4.4.4. Mulheres negras ampliam presença no mercado de trabalho.....	177
4.4.5. Evolução da ocupação em atividades agrícolas e não agrícolas.....	179
4.5. Evolução da participação das mulheres por atividade econômica.....	180
4.5.1. Evolução da posição na ocupação por atividade econômica	183
4.6. Evolução dos rendimentos	188
4.6.1. Evolução do rendimento-hora e jornada de trabalho por segmento econômico.....	189
4.6.2. Participação dos rendimentos por grupo ocupacional	190
4.6.3. Rendimentos médios das mulheres por grupo ocupacional e atividade econômica	191
4.6.4. Distribuição dos rendimentos por decis	195
4.6.5. Rendimentos por escolaridade.....	197
4.6.6. Distribuição do trabalho doméstico	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	210
APÊNDICE.....	225

INTRODUÇÃO

Essa tese analisa as condições de inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho brasileiro entre 2004 e 2013. A análise para esse período foi estimulada pela excepcionalidade desse momento, caracterizado por um ciclo econômico expansivo que possibilitou que um conjunto de indicadores econômicos e sociais confluísse em uma mesma direção, favorecendo a expansão do emprego, da renda e da formalização do trabalho para os que vivem de salários. A estrutura produtiva se expandiu em todos os segmentos, embora em ritmos diferenciados, alavancada pelo contexto internacional favorável, pelos investimentos e por uma série de políticas públicas, contribuindo, dessa forma, para ampliar seus efeitos para o conjunto da economia.

As evidências sugerem que essa dinâmica impulsionou a participação feminina na força de trabalho, com a crescente oferta de empregos, absorvendo parte das pessoas à procura de trabalho remunerado e se estendendo aos que se encontravam fora do mercado de trabalho, particularmente as mulheres que sofrem as maiores restrições a sua incorporação. Parte-se da constatação de que a sociedade está fundada em uma estrutura dicotômica que, além de separar as duas esferas pública e privada, hierarquiza e atribui papéis sociais diferenciados para mulheres e homens. Com isso, atividades, valores e métodos estão associados à figura masculina, considerados como critérios e, portanto, universais, em oposição à subjetividade associada às mulheres e, vista como adequada e restrita ao âmbito privado.

Essa assimetria gera uma desigual repartição entre os sexos em todas as esferas da vida, e leva a um questionamento sobre os limites conceituais inerentes à definição da própria participação da força de trabalho feminina e os seus condicionamentos, marcados por práticas sociais discriminatórias que desfavorecem a integração das mulheres na estrutura produtiva, ao mesmo tempo em que reforçam o seu papel reprodutivo, fortalecendo a divisão sexual do trabalho que se expressa nos mais distintos âmbitos da vida e, no mercado de trabalho, na desproporcional repartição entre pessoas ativas e não ativas, empregadas e desempregadas, formais e não formais e, no interior do próprio mercado de trabalho, segmentado em ocupações a que são conferidas características próprias, na maioria das vezes, associadas unicamente ao sexo dos indivíduos.

Em resumo, o que se propõe a investigar é se as condições de inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho se alteraram frente a um contexto econômico e social mais favorável ou, ainda, se a desigualdade estruturante da sociedade de classes é permeável a essas mudanças.

Parte-se da hipótese de que o dinamismo experimentado pela economia brasileira no período em destaque promoveu maior incorporação das mulheres ao trabalho remunerado, ampliou a sua integração em setores mais protegidos e contribuiu para reduzir, embora de forma moderada, as diferenças salariais; contudo, não alterou as proporções entre trabalhadores ativos e não ativos, empregados e desempregados, formais e informais, trabalho produtivo e reprodutivo e, tampouco, tornou a estrutura ocupacional e setorial mais equânime. Para que se possa refletir sobre estas questões, é necessário que se coloquem alguns condicionantes, que serão desenvolvidos ao longo da tese.

Um primeiro conjunto de questões surge ao se constatar que estamos tratando de relações sociais e de poder entre classes, raças e sexos, enquanto a doutrina dominante descreve a sociedade como um sistema de trocas em que tudo pode ser transacionado, inclusive a força de trabalho; e a decisão de permanecer ou não no mercado de trabalho é vista como uma escolha dos indivíduos e, portanto, o mercado de trabalho se autorregula pelas forças invisíveis do mercado. Negligenciam-se nestas análises as motivações que levam as mulheres a se incorporarem nos empregos mais precários e o quanto as suas “escolhas” estão determinadas por suas condições materiais e pelos novos arranjos familiares, distantes de modelos formais e tradicionais de família profundamente inadequados.

O debate em torno das questões que envolvem a discriminação do mercado de trabalho por raça e sexo se iniciou na década de 1960 quando as atividades domésticas ganharam relevância nos estudos sobre trabalho não remunerado. Por sua vez a economia neoclássica procurou estender à teoria das escolhas racionais as decisões no interior das famílias argumentando, de forma circular, que as diferenças entre mulheres e homens resultavam de sua natureza e, dessa forma, os menores ganhos no mercado de trabalho eram utilizados para justificar sua especialização no trabalho doméstico, ao mesmo tempo em que as responsabilidades domésticas das mulheres justificavam seus menores salários.

Um segundo conjunto fundamental de questões refere-se à relação entre trabalho produtivo e reprodutivo, O mercado de trabalho assalariado necessita ter controle sobre o trabalho e sua reprodução, e isso só foi possível a partir de processos históricos e sociais em que se deslocou a produção doméstica para o mercado, ao mesmo tempo em que se estabeleceu uma relação específica entre o processo de produção e reprodução social, por meio do trabalho doméstico não remunerado, fundamental para o funcionamento de um sistema econômico que se mantém com o enorme volume de trabalho não pago realizado pelas mulheres e que garante a funcionalidade do sistema.

Com isso, se evidencia os limites do conceito de trabalho tendo em conta apenas as atividades realizadas no âmbito do mercado. Historicamente o trabalho assalariado foi concebido em uma única dimensão e com o protagonismo do sexo masculino. A divisão sexual do trabalho é tratada como algo natural e ao não se questionar os aspectos que envolvem as condições de reprodução da própria força de trabalho nega-se a contribuição efetiva das mulheres no sustento das famílias. A naturalização do trabalho doméstico representa a ausência de reconhecimento social da atividade doméstica como trabalho.

As contribuições que destacam a especificidade do trabalho das mulheres no capitalismo (BENERIA, 1981), ressaltam as principais tarefas atribuídas às mulheres nesse sistema de produção e reprodução: a reprodução biológica, a reprodução social e a reprodução ideológica da força de trabalho. Com isso, colocam-se três elementos centrais na abordagem do trabalho das mulheres. O primeiro se refere a articulação entre produção e reprodução: o trabalho reprodutivo é indispensável para a reprodução e cuidados das pessoas e para a própria reprodução social que implica no acesso e controle de recursos econômicos de uma geração para outra mediante instituições como a família, além das próprias especificidades no interior do sistema capitalista que não podem ser explicadas apenas como herança de um passado patriarcal. Um segundo aspecto, se refere as limitações das abordagens que indicam o trabalho de reprodução como responsável pelas menores oportunidades para as mulheres e a necessidade de aprofundar a conexão com o trabalho produtivo. Em terceiro lugar, o trabalho reprodutivo tem uma tarefa específica na reprodução da mão de obra passada, presente e futura, por meio da educação, das técnicas de produção, de socialização e da ideologia do trabalho, conforme nos sugere Saraceno (1991,1993).

Portanto, o trabalho de reprodução não é algo estático, mas dinâmico, se transforma, se intensifica ou diminui conforme o ciclo de vida. Dessa forma, as mulheres serão integradas ao mundo produtivo sem reduzir as suas responsabilidades domésticas, criando um conflito que se expressa nas intermitências laborais, na integração em setores ou ocupações mais precárias, na maior vulnerabilidade em períodos de crise. Gera-se, assim, um paradoxo porque, ao mesmo tempo em que o capital não pode prescindir da força de trabalho das mulheres, ele reforça a exclusão por meio de práticas discriminatórias e excludentes.

Um terceiro conjunto de questões surge quando analisamos as estruturas ocupacionais e setoriais em que os estereótipos de gênero se reproduzem. As mulheres são inseridas em áreas afeitas às suas características de gênero e, quando ampliam sua presença em

estruturas segmentadas, são frequentemente discriminadas e os salários não acompanham as dinâmicas/variações do setor, perpetuando as desigualdades.

Nesse sentido, a teoria da segmentação contribuirá para uma nova abordagem sobre mercado de trabalho, introduzindo análises que aproximam tanto as características de oferta, como de demanda de trabalho. Entende que os postos de trabalho não respondem somente as condições técnicas, mas sociais em um mercado de trabalho que não é aberto e nem homogêneo, mas “segmentado” e que os postos de trabalho são ocupados por meio de um processo em que não há neutralidade do ponto de vista das características sociais dos indivíduos que oferecem sua capacidade de trabalho.

É essencial situar este estudo dentro de uma perspectiva de processos históricos e sociais e retomar/discutir como foi se conformando uma abordagem econômica que retira das mulheres o seu papel econômico. O pressuposto com o qual se trabalha é que há uma influência da teoria econômica predominante nessa definição do papel econômico das mulheres. Para fundamentar essa discussão, apresentam-se de forma evolutiva os limites dessa abordagem alicerçada em uma perspectiva teórica exclusivamente centrada em métodos formais e desprovido de valores sociais.

A insatisfação das economistas com a economia dominante se desenvolve a partir do reconhecimento de sua estreiteza ao focar em métodos matemáticos e econométricos fenômenos repletos de conexões e relações de dominação e, com isso, enfraquecendo sua capacidade de explicar os fenômenos do mundo real. Os primeiros ensaios das economistas foram reunidos em um volume de 1993 intitulado: *Teoria feminista e economia* (FERBER; NELSON, 1993). Neste volume, as autoras propõem que a economia passe a ser definida por uma preocupação com a sustentabilidade da vida em todas as esferas em que se realiza e não unicamente pelo mercado.

A publicação de uma série de livros e artigos entre os anos de 1980 permitiu que a economia feminista se constituísse em um campo teórico organizado no início da década de 1990. A economia feminista incorpora trabalhos sobre uma série de assuntos, incluindo tópicos em microeconomia, macroeconomia, história, filosofia e outras áreas, tais como trabalho, família e cuidados. Desenvolve análises sobre papéis de gênero nos mercados de trabalho e nas famílias. Apresenta estudos sobre a força de trabalho remunerada, a discriminação no mercado de trabalho e as origens da segregação ocupacional. Produz estudos sobre o trabalho não remunerado realizado na esfera familiar com a finalidade de obter medidas quantitativas desse

trabalho e aumentar a atenção ao trabalho doméstico e para a formulação de políticas, embora a questão da valorização desse trabalho permanece cercada de controversa entre as feministas.

A economia feminista irá se colocar como uma contraposição a economia dominante, ao propor que o objeto seja definido antes do método e que o próprio objeto seja redefinido, substituindo a racionalidade econômica pelo que é necessário para a sustentabilidade da vida humana, enfatizando o processo social e as interações sociais e as relações que daí surgem. Ou seja, os resultados materiais são consequência da divisão social entre todos os seus membros e não da maximização dos resultados alcançados pela ação de indivíduos racionais em busca de utilidades.

Neste sentido, a economia feminista procura abarcar todos os campos de estudo da economia e se coloca o desafio de enfrentar algumas questões centrais que representem práticas científicas e que incorporem preocupações como o tema da igualdade salarial no mercado de trabalho, a distribuição do trabalho reprodutivo, medidas que ajudem a medir o trabalho doméstico não remunerado, as discriminações que as mulheres enfrentam em estruturas ocupacionais e setoriais segmentadas, questões desprezadas pela economia predominante. Esse é um dos propósitos da economia feminista: revelar esses efeitos perversos e essas relações desiguais de poder e desmistificar a neutralidade da economia tradicional.

Além disso, ela também se propõe a desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a economia predominante não revela.

O enfoque marxista, ao incorporar uma visão de luta de classes, exploração, desigualdade como visão sistêmica do capitalismo e a força do mercado a gerar hierarquias sociais e desigualdades de classe, é mais propício para responder aos questionamentos propostos pelo feminismo. Também, por tratar-se de um enfoque mais aberto à interdisciplinaridade e mais adequado para a análise das relações sociais e desigualdades de poder entre mulheres e homens. Por isso, uma parte do feminismo, em uma abordagem crítica, adotou a perspectiva de análise marxista para o debate sobre o trabalho, entre elas algumas economistas feministas. É com esse enfoque combinado que iremos desenvolver a tese.

O campo dos debates feministas marxistas/socialistas vão se desenvolver com uma contribuição decisiva sobre as relações sociais de sexo e o entendimento do trabalho como estruturador das relações sociais. Nesta elaboração, os trabalhos desenvolvidos e inspirados por Danièle Kergoat e Helena Hirata têm papel primordial, com a centralidade do trabalho e a

compreensão da divisão sexual do trabalho na construção das relações sociais entre mulheres e homens. E, ao mesmo tempo, com a abordagem que denominou de “consustancialidade das relações sociais”, imbricando as relações sociais de sexo, de classe e de raça (KERGOAT, 2009 e 2014), a elaboração feminista nesta área buscará responder aos novos desafios teóricos a partir dos anos 1990, trazidos, em grande parte, mas não apenas, pela exigência de abordar as relações raciais e responder aos debates relacionados à orientação sexual (HIRATA, 2017). Parte destes debates vai além dos limites propostos nesta tese.

A tese está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata do surgimento e do desenvolvimento da economia feminista como uma abordagem que se contrapõe à economia predominante, identificando as limitações teóricas e epistemológicas desta corrente para responder aos principais desafios da sociedade. Ao contestar os modelos preconizados pelos neoclássicos, estas economistas se propõem a um novo enfoque que integre a dinâmica da economia e o trabalho de reprodução com parte de um único sistema. Destaca-se, nessa abordagem, aquela que coloca no centro a sustentabilidade da vida humana.

Nesse sentido, a economia feminista, com foco na sustentabilidade da vida humana, se constitui em um instrumento valioso de análise que permite uma crítica global ao sistema capitalista e à economia de mercado e, por isso, foi mais rapidamente incorporada pelos movimentos feministas que questionam o liberalismo econômico e a globalização.

O segundo capítulo trata como os fundamentos da economia moderna foram consolidados ao longo dos séculos XVIII e XIX pelos paradigmas econômicos clássico e neoclássico, e como o pensamento econômico que se constituiu em paralelo ao desenvolvimento do capitalismo oculta a interação entre o processo de produção e o processo de reprodução social que se forma no interior do sistema. Ao excluir da análise a dimensão reprodutiva e valorizar unicamente a esfera do mercado como o espaço privilegiado para a realização do processo de acumulação, o sistema relega as mulheres à dimensão privada e remove qualquer evidência de reconhecimento social do seu trabalho produtivo.

Os efeitos de tornar invisível o trabalho doméstico e de transferir para as mulheres os custos de reprodução são vistos pela forma como as mulheres se inserem no mundo produtivo e a necessidade de desenvolver estratégias que permitem sobreviver nestas duas esferas. As mulheres são forçadas a ingressar no mercado de trabalho em piores condições e aceitar ocupações que pagam menos. As tentativas de naturalizar essas relações aparecem nos

paradigmas neoclássicos e uma contraposição a estas abordagens ganham visibilidade entre as feministas marxistas e mais tarde entre as economistas feministas.

O terceiro capítulo abordará as contribuições teóricas que buscam construir uma explicação para as desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho. A hipótese adotada pressupõe que a desigualdade no processo de inserção das mulheres no mundo produtivo tem como causa subjacente e, portanto, como seu ponto de partida, a segregação de gênero determinada por fatores de ordem material e cultural. Para isso, serão utilizados como referência os dois campos de análise que orientam esse debate na atualidade, - os neoclássicos e as teóricas da economia feminista - com ênfase especial para os estudos que ressaltam a separação estrutural entre a economia de mercado e de reprodução como determinante para inserção das mulheres no mundo produtivo.

O quarto capítulo discute, na primeira parte, as condições de incorporação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, suas características e evolução ao longo do século XX. Trata-se de uma recuperação que privilegia um determinado período histórico de formação social do Brasil. A análise tem o objetivo de situar a importância das mulheres no processo de formação da sociedade brasileira. Na segunda parte, o capítulo analisará as alterações que ocorreram na estrutura de emprego e sua incidência sobre o trabalho das mulheres no período compreendido entre 2004 e 2013, em que o crescimento econômico e a expansão da atividade produtiva favoreceram a integração de uma parcela significativa da população ao trabalho remunerado. O que interessa do ponto de vista deste capítulo é identificar a contribuição da recuperação econômica para a estrutura produtiva e de emprego das mulheres e identificar as mudanças e permanências.

A parte teórica está fundamentada em bibliografia especializada e percorre uma vasta literatura produzida nos últimos anos no campo da economia feminista. Essa abordagem ganhou relevância no Brasil somente nas duas últimas décadas e por iniciativa do movimento feminista organizado que, ao elaborar uma crítica às teses neoliberais e apontar as insuficiências da economia tradicional para indicar soluções aos dilemas de uma sociedade cindida por desigualdades seculares, buscou nessa literatura novos aportes teóricos e metodológicos para repensar uma nova economia. A bibliografia também inclui contribuições de autoras da sociologia do trabalho, uma vez que ela que vai estabelecer as melhores conexões entre sexos, classes e raças como estruturantes das relações sociais de sexo e da divisão sexual do trabalho.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA FEMINISTA

1.1. As elaborações conceituais em torno do trabalho produtivo e reprodutivo

Em qualquer configuração histórica em que se analisam as relações econômicas e sociais essas somente se efetivam por meio da articulação de duas dimensões: a produção econômica e a reprodução social. A produção econômica entendida como a esfera do mercado, de produção de bens e serviços com valor monetário, e a reprodução social, como sendo o espaço em que se realiza todo o trabalho de reprodução da vida humana. É na função específica do trabalho reprodutivo¹, visto como principal atribuição das mulheres, que encontramos a origem da divisão sexual do trabalho² presente em todas as sociedades e que se estrutura a partir de um princípio hierárquico. Nesse contexto, a produção “vale” mais do que reprodução e a produção masculina “vale” mais do que produção feminina, conforme estudos de Hirata e Kergoat. Esse problema do “valor” do trabalho na abordagem sociológica, que difere da teoria valor-trabalho, no sentido econômico, perpassa toda a reflexão da divisão sexual do trabalho e sugere uma hierarquia social. Esse reconhecimento só viria com o aparecimento de um número crescente de estudos e documentações sobre o trabalho das mulheres (HIRATA e KERGOAT, 2007:599-600).

A pesquisa empírica vem permitindo uma melhor compreensão sobre a natureza do trabalho das mulheres e os fatores que afetam a divisão sexual do trabalho em todos os níveis. É a partir dessa reflexão que tem surgido a necessidade de se ampliar o conceito de trabalho, incluindo o ‘trabalho’ não remunerado realizado no âmbito doméstico, o trabalho não remunerado realizado para o mercado e o trabalho voluntário. Constitui-se, portanto, conforme Hirata (2002:276), um vasto campo de estudos em que os conceitos de emprego e trabalho são questionados e, em oposição, se introduz a noção de atividade. Um olhar mais amplo para as

¹ O trabalho reprodutivo pode ser desagregado em três componentes: 1) reprodução biológica que refere-se à procriação e aos cuidados das crianças; 2) reprodução da força de trabalho que está associada à manutenção cotidiana da força de trabalho, à educação, às técnicas de produção, à socialização e à ideologia do trabalho; e 3) reprodução social que implica a transmissão e o acesso ao controle de recursos econômicos de uma geração para outra mediante instituições, especialmente as famílias.

² Na sociologia há duas abordagens sobre a divisão sexual do trabalho. A primeira se refere a uma conceitualização em termos de “vínculo social” em que prevalece a ideia de complementaridade entre os sexos, de conciliação dos papéis em que o aspecto vínculo social, integração social, é claro. A segunda se refere a uma conceitualização em termos de “relação social”, trata-se de uma teoria geral das relações sociais. Para esta última, a divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, em que o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino (Hirata, 2010:2).

condições de vida da população nos leva à constatação de que para a satisfação das necessidades humanas são necessários diversos tipos de trabalho.

No entanto, os estudos econômicos, assim como os das demais ciências sociais, sobre o trabalho se referem fundamentalmente ao trabalho remunerado igual à ocupação. Desde metade do século XIX os movimentos reivindicatórios de mulheres denunciavam a invisibilidade do trabalho das mulheres na esfera doméstica e impulsionaram as elaborações científicas neste campo. Estes estudos enfrentaram no espaço acadêmico as ideias predominantes, que consideravam as famílias como espaços de consumo, que haviam perdido todo o papel com a industrialização. Por outro lado, na tradição da sociologia, as diferenças de funções e atividades de mulheres e homens apareciam como natural, dado o predomínio das interpretações funcionalistas acerca da instituição familiar.

Na França, na década de 1980, os conhecidos trabalhos de Daniele Kergoat e outras pesquisadoras de origem francesa introduzem as noções de trabalho doméstico e esfera da reprodução (HIRATA et al, 2009). Os desenvolvimentos teóricos sobre o trabalho doméstico que questionam sua exclusão do domínio econômico argumentam que essa omissão não deriva da natureza da produção, pois, quando esses bens são produzidos fora de casa, o trabalho que os produz é remunerado; por outro lado, quando realizado no âmbito doméstico, é gratuito.

Nesse sentido, a maioria das análises econômicas aceita essa divisão entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado como algo natural e inquestionável. A própria economia neoclássica vai buscar nas análises das relações de troca a explicação sobre as decisões dentro das unidades familiares acerca da divisão do trabalho entre os sexos. A tradição neoclássica parte do pressuposto de que são as habilidades adquiridas por cada indivíduo que orientam a decisão em relação à opção pelo trabalho não mercantil por parte das mulheres e o trabalho voltado para o mercado no caso dos homens.

Dentro da tradição marxista, Engels delineou as origens da posição de subordinação das mulheres na sociedade e, na sua compreensão, a divisão do trabalho por sexo está determinada pelo papel que as mulheres desempenham nos cuidados e pela separação entre a produção econômica e a reprodução social. Entretanto, ele vincula esse papel ao surgimento da propriedade privada e da sociedade de classes. Apesar de seus esforços de produzir uma teoria sobre a origem da opressão das mulheres, o mesmo não elucidou a natureza da divisão do trabalho entre os sexos. As ideias de Marx, neste tema, não se diferenciavam das de Engels. Embora reconhecesse que na família havia uma desigualdade entre mulheres e homens e que

as mulheres eram mais exploradas no mercado de trabalho capitalista, Marx não valorizou a divisão do trabalho por sexo em todos os níveis, assim como as suas origens³.

É possível afirmar que a diferença baseada no sexo é uma das formas mais profundas de exploração humana, ela está enraizada nas relações de gênero, nas instituições sociais básicas, como a família, e nas estruturas econômicas e políticas. São múltiplas as suas manifestações e se estendem por todos os níveis da sociedade. Essas manifestações constituem um complexo sistema de relações de poder que tipifica a subordinação das mulheres em diferentes níveis sociais. Essa relação de subordinação sobreviveu a diferentes tipos de sociedade e persiste até os dias atuais, assumindo diferentes formas e graus de intensidade.

Há uma extensa literatura feminista elaborada, especialmente, a partir dos anos de 1960 pelas ciências sociais, e que, somada aos movimentos feministas reivindicatórios, tem dado visibilidade ao tema da divisão sexual do trabalho como aspecto central para a compreensão sobre a construção das relações de desigualdade entre mulheres e homens. No entanto, a construção de uma interpretação que compreende o feminismo como ideologia e prática da luta pela libertação das mulheres, que atribui às relações um conteúdo em que se evidencia a desigualdade nas relações sociais de sexo, compreende a subordinação econômica, cultural, individual de mulheres como categoria social em contraposição aos paradigmas construídos que excluem essas contradições, continua sendo um grande desafio para as ciências sociais.

As primeiras manifestações que questionam o não reconhecimento das condições de inserção das mulheres no mundo produtivo se desenvolvem quase em paralelo ao pensamento econômico. Ainda que a crítica metodológica e epistemológica às tradições existentes, como uma importante elaboração teórica e análise empírica, tenha ganhado força a partir dos anos setenta do século XX, já havia desde o século anterior uma presença forte de mulheres pioneiras que ousaram reivindicar direitos iguais, emprego e denunciavam as desigualdades no trabalho e as diferenças salariais entre os sexos (CARRASCO, 2006).

A teoria feminista e a crítica às práticas dominantes na economia constituem as grandes inspirações para o desenvolvimento da economia feminista. No entanto, esse campo de

³ Esse tema será retomado no capítulo 2.

análise é muito recente⁴ e vem crescendo muito lentamente no interior da Teoria Econômica. As primeiras discussões públicas organizadas com a introdução do tema no debate econômico surgiram nos Estados Unidos, no final dos anos de 1980 com o surgimento da Associação Internacional para Economia Feminista (IAFFE).⁵

Não há uma definição geral aceita de economia feminista que, em princípio, procura cobrir todos os campos que podem ser estudados em economia, a partir de uma abordagem feminista. Robeyns (2000:3) reconhece a tarefa árdua da economia feminista na condução da pesquisa nos diversos campos da teoria econômica.⁶ Argumenta que ela desenvolveu-se sobre uma crescente insatisfação por parte das feministas no que se refere à metodologia, epistemologia e ontologia implícitas na economia neoclássica⁷. Sendo assim, qualquer abordagem sobre a economia feminista deve considerar, necessariamente, a crítica à economia predominante ou neoclássica.

Mesmo considerando que as demais escolas econômicas negligenciaram a perspectiva de gênero em suas teorias, partimos da crítica à escola neoclássica porque é ela que orienta as políticas econômicas predominantes e sustenta todo o ideário neoliberal que se encontra na raiz das desigualdades sociais e econômicas. Seus pressupostos estão orientados por uma nítida divisão social e sexual do trabalho e suas formulações expressam o lugar das mulheres na atividade econômica, como reprodutoras da forma de trabalho.

Portanto, o que torna diferente a economia feminista da economia predominante e das demais escolas econômicas é o persistente questionamento da dimensão básica de gênero, seja por meio de fenômenos particulares ou de implicações de gênero a partir de decisões de caráter macroeconômico, dimensão está esquecida ou ignorada pelas demais escolas de pensamento econômico.

⁴ Há uma defasagem entre o desenvolvimento da economia feminista e as demais escolas feministas em outras disciplinas. Nos anos de 1970 e 1980 as outras disciplinas já avançavam em seus estudos, enquanto na economia praticamente inexistiam pesquisas nessa direção.

⁵ Nos Estados Unidos, as primeiras discussões públicas organizadas sobre “economia feminista” ocorreram em encontros da Associação Econômica do Sul e Associação Econômica Americana, em 1989. Isso resultou, em 1992, no surgimento da Associação Internacional para Economia Feminista (IAFFE). A revista *Feminist Economics*, que já se encontra em sua 19ª edição, foi criada em 1993.

⁶ Para a autora, deve ser muito mais árduo conduzir pesquisa nas estruturas de preços de títulos e ações do que na economia social e do trabalho (Robeyns, 2000:3).

⁷ Somente a partir da década de 1930 e 1940 a Teoria Marginalista passa a ser denominada economia neoclássica.

Neste sentido, o marco para a construção de uma vasta elaboração teórica e aplicada que posteriormente se denominará economista feminista é a década de 1980. O uso das categorias “gênero” e “patriarcado” – conceitos construídos nos anos de 1970 e fundamentais para o feminismo – se generaliza entre as economistas feministas. O conceito de “gênero” será particularmente importante para os estudos sobre o trabalho. Entretanto, é nos anos de 1990 que se verifica a consolidação da economia feminista enquanto uma corrente de pensamento.

De acordo com Carrasco (2006), neste processo de construção da economia feminista, dois eixos básicos de pensamento orientaram o desenvolvimento da pesquisa: o eixo que se denomina *economia e gênero* e o eixo designado *economia feminista*. Trata-se de linhas de pensamento que se expressam nas elaborações criadas a partir da teoria feminista.

Grosso modo, correndo o risco de exagerar nas simplificações, podemos identificar, na teoria feminista, ao menos duas grandes linhas de pensamento que contribuíram para a formulação da economia feminista. A primeira enfatiza a conquista dos direitos e a igualdade entre os sexos, sem alterar o modelo dominante. A segunda perspectiva reconhece a importância da igualdade de direitos e avança em uma perspectiva que propõe a compreensão da problemática, compreendida a partir das próprias mulheres, de suas potencialidades, de sua riqueza, e não daquilo que falta para se igualarem aos homens (CARRASCO, 2006).

Para as autoras (Picchio; Carrasco) quando essas duas linhas de pensamento são traduzidas para o campo econômico, o enfoque *economia e gênero* destaca as desigualdades econômicas entre mulheres e homens, mas dentro dos marcos analíticos já estabelecidos, sem questioná-los. Ao contrário, a *economia feminista* ressalta a necessidade de superar a estrutura dicotômica, para então construir paradigmas mais apropriados para a análise socioeconômica e a integração das diversas atividades que fazem parte da reprodução social e da sustentabilidade da vida humana (PICCHIO, 1999; CARRASCO, 2001).

Para a economia feminista, a economia monetária depende da economia não monetária por razões óbvias, visto que os salários pagos são insuficientes e as famílias dependem do trabalho realizado no âmbito doméstico e das relações afetivas e emocionais, que não podem ser adquiridas no mercado e são essenciais para o ser humano.

Neste sentido, alguns temas são centrais para a economia feminista, como os programas de ajuste estrutural propostos pelos governos e seus impactos sobre as mulheres; a distribuição dos recursos públicos de forma a favorecer o ingresso das mulheres no mercado de

trabalho; a divisão sexual do trabalho; a distribuição na sociedade entre o trabalho remunerado e não remunerado; os sistemas de seguridade social e contribuição previdenciária, entre outros.

Entretanto, dentro dos enfoques que se colocam no âmbito da economia feminista, destaca-se uma linha de estudo, objeto deste trabalho, que adota como ponto de partida a centralidade da vida humana. Este enfoque, conhecido como “economia feminista da ruptura”, tem vários pontos de congruência com o enfoque das “capacidades”, desenvolvido por Amartya Sen e Martha Nussbaum, e o enfoque da Reprodução Social, de Antonella Picchio.

Diferentemente da economia neoclássica, que centra sua análise na utilização eficiente e racional dos recursos, a proposta deste estudo é destacar as elaborações teóricas que reconhecem a importância do trabalho reprodutivo, tornando visíveis as distintas atividades que são realizadas no interior das sociedades. Ao propor novas perspectivas de análise esses estudos possibilitam uma abordagem crítica sobre por que as mulheres se inserem nas ocupações tradicionalmente identificadas com o sexo, por que recebem remuneração inferior à do sexo masculino e são maioria entre as pessoas desempregadas e na informalidade. Ao mesmo tempo que permitem a discussão de novas estatísticas, construir novos indicadores, discutir em outros termos as políticas públicas, modificar a perspectiva de análise, reconhecendo e dando valor ao trabalho não remunerado realizado tradicionalmente pelas mulheres, cujo objetivo direto é o cuidado da vida humana.

O desvendamento do caráter social presente nas desigualdades entre mulheres e homens é uma contribuição dos movimentos feministas que eclodiram na década de 1960, conhecidos como “segunda onda do feminismo”. Para caracterizar essa relação, se desenvolveram dois conceitos em paralelo: “gênero” e “relações sociais de sexo”⁸.

O desenvolvimento do conceito de relações sociais de sexo e do conceito de gênero constitui-se em um processo importante da elaboração teórica visando a possibilitar, de forma complexa e

⁸ Segundo Godinho (2007), a elaboração em torno do conceito de ‘relações sociais de sexo’ desenvolveu-se mais amplamente na literatura francesa e sua divulgação ocorreu no Brasil bastante vinculada às discussões sobre o mundo do trabalho e à noção de divisão sexual do trabalho. A partir dos anos de 1980, com o avanço da difusão da literatura feminista de língua inglesa, o conceito de ‘gênero’ se generaliza inclusive entre as francesas. Na sua avaliação, essa supremacia é resultado da perda de espaço que a temática do trabalho sofreria nos anos seguintes e o crescimento do feminismo pós-estruturalista. No Brasil o conceito de ‘gênero’ chega por meio dos trabalhos de Joan Scott (2007:42).

integral, uma compreensão das relações entre mulheres e homens, como categorias sociais. (GODINHO, 2007:41)

Para Hirata (2002:275), relação social é um conceito que se relaciona ao de divisão sexual do trabalho. Kergoat (2009:71) a define assim: “As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema”. As expressões são coextensivas, ou seja, há uma sobreposição parcial de uma pela outra.

Neste sentido, o conceito de “relações sociais de sexo” parece mais adequado para a finalidade deste trabalho, uma vez que permite articular as relações de exploração com as de opressão e abre novas perspectivas para uma redefinição do conceito de ‘trabalho’, além de colocar em um mesmo plano as relações de classe e as relações de sexo. O que implica dizer que não é suficiente enfrentar as opressões de gênero se não estiveram articuladas com as dimensões de classe, uma vez que são parte de um único sistema.

1.2. A invisibilidade das mulheres na formação do pensamento econômico

Nesta seção será abordada a ausência de um enfoque de relações sociais de sexo nos estudos econômicos, a despeito dos esforços de economistas feministas que há vários anos vêm desenvolvendo estudos e pesquisas com o objetivo de enriquecer o pensamento econômico. É a partir de um olhar crítico ao pensamento conservador que domina as ciências econômicas que estão sendo construídas novas metodologias que permitem abordar os processos econômicos considerando os agentes econômicos enquanto mulheres e homens.

O aumento dos estudos feministas nos últimos anos tem representado um grande impacto sobre a pesquisa acadêmica e os estudos que incorporam uma visão de gênero. Tanto na filosofia, quanto na antropologia e nas ciências sociais este processo vem transformando o tipo de pesquisa que está sendo feita. Nas ciências econômicas, os estudos vêm se desenvolvendo também, porém, lentamente. Além disso, os estudos com abordagem feminista são muito recentes no campo econômico.

Como apontaram MacDonald (1984) e McFarland (1976), a conjunção das limitações metodológicas e controles ideológicos presentes no conteúdo e natureza da

teorização econômica significou que os assuntos econômicos relativos às mulheres só foram abordados fora da disciplina, principalmente por sociólogos que escapam das consequências da hegemonia neoclássica. O reverso dessa situação, denunciado por Louise Vandelac (1986), é que as mulheres economistas são forçadas a adotar o discurso dominante. Ignoradas enquanto sujeito econômico, as mulheres são reprimidas dentro do campo econômico predominante. Isso por sua vez legitima a disciplina e paradoxalmente “contribui para manter a ilusão da neutralidade desse discurso” (VANDELAC, 1986:17 apud PUJOL, 1998).

Ao analisar a presença das mulheres nos estudos econômicos, MacDonald conclui que falta à economia um campo específico dedicado ao estudo das mulheres (1984:152). Os estudos sobre “a nova economia doméstica”, surgidos na década de 1950, com o objetivo de responder à crescente presença das mulheres no mercado de trabalho, por meio de modelos de utilidade, contribuíram mais para a manutenção e racionalização do *status quo* patriarcal do que propriamente para um estudo sobre as mulheres. Ao preencher momentaneamente um vazio teórico, suas formulações contribuíram para retardar o desenvolvimento da economia feminista.

No campo das ciências sociais, a ciência econômica é a mais dominada pelos homens e a que apresenta maior resistência em incorporar a questão das mulheres. Trata-se de uma ciência extremamente resistente às mudanças, pouco sensível a questionamentos, muito pouco aberta a questões epistemológicas ou pesquisas interdisciplinares. Embora a análise feminista venha penetrando no campo da economia, esta continua sendo a ciência social menos permeável aos desafios propostos pelo feminismo. Os esforços realizados pelas economistas feministas em tratar do tema das mulheres não se reverteram no sentido de que o gênero como categoria de análise tenha transformado os estudos econômicos e alterado seus pressupostos fundamentais.

Entretanto, a literatura econômica com enfoque feminista ou com uma abordagem de gênero cresceu diante do visível aumento de mulheres no mercado de trabalho e das pressões feministas. Análises sobre o trabalho das mulheres no mercado e nas casas estão presentes nos diversos paradigmas neoclássicos, institucionalistas e marxistas⁹. Estas análises, contudo, se mostraram limitadas, uma vez que estão impregnadas de uma concepção que separa o público do privado e não reconhecem as relações de opressão e subordinação presentes na divisão sexual do trabalho.

⁹ Esse tema será tratado no capítulo 2.

Uma das primeiras economistas feministas que ousou fazer uma revisão na história do pensamento econômico foi Madden (1972), ao propor uma abordagem que trata o conceito de construção social de gênero e seu vínculo com as análises econômicas.

Para a autora, se os assuntos discutidos em publicações de economia tradicionais são indicadores das preocupações dos economistas com o tema, então tem havido uma evidente falta de interesse profissional pelos problemas das mulheres. Quinze anos mais tarde, Bergmann (1987) percebe uma polarização entre as tentativas das economistas feministas e um componente antifeminista forte da escola neoclássica.

Portanto, uma história do pensamento econômico sobre as mulheres tem que ser acompanhada de comentários escritos por feministas, a partir de referências implícitas e explícitas à discriminação sexual nas discussões de economia ou à discriminação racial e à exploração de classes sociais e aos debates políticos sobre a igualdade de remuneração e legislação (MADDEN, 1972:21).

Em dois períodos distintos – na década de 1930, com os estudos sobre as diferenças salariais entre mulheres e homens e, posteriormente, com os trabalhos sobre a produção doméstica e o uso do tempo nos anos de 1960 e 1970 – os estudos sobre as desigualdades entre mulheres e homens estiveram centrados nas dinâmicas do mercado ao invés de enfocarem o papel da dimensão de gênero e das desigualdades nas relações de poder. O conceito de construção social de gênero e seu vínculo com a análise econômica ainda não havia surgido.

Foi nas décadas de 1970 e 1980 que cresceu a influência do feminismo sobre as análises econômicas. Suas contribuições têm se dirigido a distintas áreas, incluindo tanto as análises históricas, como as teóricas e as empíricas. No entanto, a economia tradicional, acostumada à sua hegemonia, é reticente em admitir a importância do gênero como categoria central de análise, com impacto na construção do conhecimento empírico e teórico (BENERÍA, 2004:24).

Uma parte importante da literatura feminista tem se concentrado na construção social da economia feminista como disciplina. Estas contribuições têm sido realizadas, em geral, desde uma perspectiva feminista e da desconstrução da economia ortodoxa, particularmente sua versão neoclássica. Esses trabalhos introduzem uma crítica aos pressupostos sobre o funcionamento do mercado e a sociedade de mercado. Questionam a concepção acerca da natureza do ser humano baseada na figura do *homo economicus*, agentes autônomos, racionais, com preferências estáveis e que interagem com o único propósito de

trocar; o método de análise restrito quase exclusivamente ao uso de modelos matemáticos e econométricos. A crítica vem acompanhada de um debate sobre a natureza do mercado e a forma como impulsiona ou restringe os objetivos e ações dos indivíduos e das comunidades (BENERÍA, 2004:37).

O debate tem mostrado que a economia feminista aglutina uma variedade dessas perspectivas. Estas posturas variam desde a aceitação do mercado como fonte de crescimento material e a liberdade individual até outras que criticam sua incapacidade para satisfazer as necessidades de todos os grupos sociais. Uma destas críticas se direcionou aos pressupostos da racionalidade econômica e ao comportamento maximizador dos agentes como sendo a norma que conduz e na qual repousa a economia ortodoxa. O questionamento da economia feminista põe foco na retórica da eficiência.

Para Benería:

Esta mirada crítica al concepto de eficiencia y su importancia fundamental en el análisis económico están basadas en la observación de que: a) el óptimo de Pareto presupone que 'el bienestar económico puede calcularse de acuerdo con un único sistema de medición y b) los temas distributivos no pertenecen al ámbito de la ciencias económicas.

(BENERIA, 2004:37)

Entretanto a participação das mulheres na força de trabalho não passou despercebida por alguns autores de inspiração neoclássica. Foi por meio de Jacob Mincer na década de 1950 e de outros economistas que se começou a explicar o crescimento deste fenômeno em um período em que a renda familiar estava aumentando. Normalmente se supõe, de acordo com a economia neoclássica, uma relação inversa entre oferta de trabalho e renda¹⁰.

¹⁰ Na teoria neoclássica, a decisão de oferta de trabalho é definida num contexto de maximização de utilidades dos indivíduos, em que os argumentos da função utilidade são quantidades de bens e horas de lazer. A maximização está sujeita a uma restrição orçamentária, que é afetada pela renda não oriunda do trabalho, pelo tempo, pelos preços dos bens e o preço do lazer. O indivíduo participa da força de trabalho sempre que o salário de mercado exceder seu salário de reserva, entendido como sendo o quanto o indivíduo exige de remuneração adicional para abrir mão de uma hora de lazer, quando não está trabalhando. Para os neoclássicos o salário de reserva tem um papel crucial na determinação da entrada ou não no mercado. O aumento na renda dos outros

Ou seja, por que as mulheres ingressavam massivamente no mercado de trabalho se a renda familiar aumentava? A explicação para este fenômeno está no efeito substituição.

Para esses autores, o aumento dos salários como resultado do crescimento econômico desse período havia criado um incentivo econômico para que as mulheres buscassem um trabalho remunerado. Sustentava-se que o efeito substituição superava o efeito renda, que estimulava as mulheres a permanecerem em casa.

Becker (1987), posteriormente, vai argumentar que um aumento no salário das mulheres aumentava o custo de oportunidade das atividades domésticas, o custo de ter muitos filhos e o custo de ter filhos com um intervalo de tempo distante entre eles. E isto pode ter levado a um aumento da participação feminina.

Na década de 1950 as mulheres começaram a ingressar maciçamente no mercado de trabalho. Betty Friedan (1971), em *A Mística Feminina*, descreve os dramas que as mulheres donas de casa enfrentavam na sociedade americana. A descrição de Friedan sobre a opressão das mulheres e a frustração das donas de casa contrastava com a descrição feita por meio de modelos de custos de oportunidade, de Mincer, propostos pela análise econômica. O contraste entre os dois enfoques reforçava a necessidade de se buscar respostas à questão das mulheres para além de um modelo rígido de análise estritamente econômica (BENERÍA, 2004:26). Entretanto, os estudos de Mincer e de outros economistas representaram a transição para um maior interesse da análise econômica para com a esfera doméstica.

1.3. A Nova Economia Doméstica

Às reflexões de Gary Becker nos anos sessenta se somaram as de outros teóricos do capital humano que constituíram a escola da Nova Economia Doméstica. Seu principal enfoque se caracterizava pela aplicação de conceitos neoclássicos a modelos de produção doméstica; e utilizava a análise da distribuição do tempo para explicar a divisão sexual do trabalho em casa e as decisões dos membros da família em relação à sua incorporação à força de trabalho.

A aplicação dos trabalhos de Becker se estendeu para novos temas, como a utilização da teoria do capital humano, para analisar as diferenças de gênero nos níveis de

membros do domicílio e do número de adultos tende a aumentar o salário de reserva da mulher, levando a uma menor possibilidade de sua participação no mercado de trabalho.

educação, nos estudos sobre rendimentos e diferenciais de salários, capacitação e os determinantes do desemprego. Em termos metodológicos, estes modelos neoclássicos seguiram fundamentalmente o que Harding (1987) denominou como “*agregue mujeres y mezcle*” sem alterar o fundamental dos modelos.

Estes modelos, dentro de uma perspectiva feminista, apresentavam muitas limitações, impostas por um marco analítico ortodoxo, uma vez que não reuniam características que permitissem interrogar, muito menos responder, às questões que o movimento de mulheres colocava sobre a socialização, a desigualdade de gênero e as relações assimétricas de poder.

A aplicação da teoria das vantagens comparativas e dos modelos de capital humano e, conseqüentemente, a análise da especialização no âmbito doméstico, era intrinsecamente uma análise estática, uma vez que considerava a distribuição dos recursos entre os membros da família igual às suas habilidades de gênero. Essa aquisição e distribuição era precisamente o que questionavam as feministas. Além disso, tais enfoques omitiam o processo de realização pelo qual têm lugar tais aquisições, não questionando sua incidência na autonomia, no poder e na capacidade de maximizar o bem-estar dos integrantes da família.

Por todos estes aspectos, pode-se afirmar que essa análise não constituía um instrumento transformador, uma vez que: a) não questionava o androcentrismo dos modelos ortodoxos; b) não incorporava os fatores não econômicos que intervêm na construção do gênero; e c) não considerava as soluções propostas pelas feministas.

O enfoque de Becker era distinto das abordagens construtivistas da teoria feminista e do trabalho empírico das ciências sociais e da economia feminista. Becker atribuiu a divisão do trabalho doméstico a supostas diferenças biológicas, em parte, e às diferenças de investimentos com a educação.

Há necessidade de incorporar uma análise mais holística sobre as verdadeiras causas da presença das mulheres no mercado de trabalho, que supere uma visão puramente econômica com os custos de oportunidade. Para Friedan (1971), era necessário analisar aspectos como a dominação masculina, baixo nível de autonomia e de confiança em si mesmas.

Para Pujol (1998), todas as tentativas, nestas duas últimas décadas, de incluir o tema nas análises econômicas não obtiveram êxito, uma vez que a economia é a ciência social mais dominada pelos homens; situação que é pior quando se configura tendo a escola neoclássica como dominante. Entre os paradigmas alternativos há um melhor tratamento do tema; no

entanto, estão completamente marginalizados pelo pensamento econômico dominante (FERBER, 1981).

A economia é fortemente dominada por um paradigma altamente conservador e pró-capitalista. Com a hegemonia neoclássica tornou-se extremamente difícil conseguir respostas para as questões feministas (MCDONALD, 1982:169). A economia neoclássica foca as relações de troca e exclui as atividades não monetárias, ignorando o comportamento econômico das mulheres (COHEN, 1982:90). A economia neoclássica simplifica e estereotipa a natureza da vida das mulheres, as relações sociais e as motivações econômicas. Neste sentido, as mulheres tendem a ser vistas como esposas e mães, membros de uma família nuclear onde são economicamente dependentes de um provedor masculino. E a família é vista como uma entidade harmoniosa. A prevalência do padrão neoclássico de uma estrutura de mercado competitivo perfeito serve para ofuscar a natureza dos problemas das mulheres no mercado de trabalho.

Finalmente, os indivíduos são assumidos como homens e o ponto de vista masculino é o único considerado, e as mulheres são vistas como objeto de estudo por meio de seus papéis como donas de casa e esposas.

Para Sen, desde a década de 1970, vem se desenvolvendo uma crítica abrangente a um dos principais princípios da teoria econômica tradicional: o pressuposto de que os agentes se orientam apenas pela busca de autointeresse. O autor afirma que *“a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética”*. (SEN, 1999:23)

Por isso as economistas feministas se deparam com uma difícil tarefa, que é ao mesmo tempo intelectual e política, mas também tensionada com o perigo da censura acadêmica, o ostracismo universitário e o falecimento profissional. Apesar das condições adversas apresentadas pela natureza metodológica e pela construção ideológica da disciplina, a crítica feminista à economia e o surgimento de uma economia feminista ainda estão em processo de construção. Isso, inicialmente, assume forma nas tentativas de integrar uma análise de gênero e a contribuição econômica das mulheres dentro de paradigmas existentes. Mas tais tentativas levaram à percepção de que *“encaixar (as mulheres) na análise existente não funciona”* (COHEN, 1982:99).

Para Vandelac, uma reconstrução feminista de categorias econômicas, tal como trabalho, precisa necessariamente fazer uma transcendência epistemológica das fronteiras da disciplina existente (1986:18 apud PUJOL,1998).

1.4. A contribuição da teoria feminista para a economia feminista

Essa seção abordará os principais desenvolvimentos na teoria feminista que influenciaram a economia feminista. Embora se possa identificar que a teoria feminista tenha sido discutida pela economia feminista, Robeyns argumenta que somente parte das elaborações da teoria feminista é discutida e integrada na economia feminista, da mesma forma que se constata o pouco interesse entre teóricas feministas pelo estudo da economia feminista (ROBEYNS, 2000).

O feminismo, que se tornou um dos mais importantes movimentos políticos e ideológicos das últimas décadas, pode apresentar formas variadas, embora seja comum a todas elas a tese de que a relação entre os sexos se caracteriza pela desigualdade e pela opressão.

O feminismo necessita da teoria para que possa analisar o funcionamento do patriarcado e de todas as suas manifestações – ideológicas, institucionais, organizativas e subjetivas – e de suas mudanças ao longo do tempo, que rompa com as velhas tradições filosóficas que concebem o mundo de forma hierárquica, que possa articular modos de pensamento alternativos sobre o gênero e que sejam úteis e relevantes para a prática política. (SCOTT, 1992:85)

Com a segunda onda do movimento feminista, que eclodiu nos anos de 1960, as feministas compartilham de uma mesma ideia: o problema de subordinação e opressão das mulheres está relacionado com o poder político e, para solucionar tais problemas, a teoria e a prática política desempenham um papel decisivo.

Se, por um lado, a maioria das feministas compartilha a visão de uma sociedade injusta e que privilegia determinados grupos em detrimento de outros; por outro lado, diferem na descrição das origens, dos mecanismos e nas formas de manifestação das relações de poder.

Além disso, muitos trabalhos teóricos reconhecem outras hierarquias na ordem social além da de gênero: raça, classe social, orientação sexual, faixa etária, entre outros.

Portanto, o feminismo não constitui um campo teórico homogêneo. Para Seiz (1999), não há definição única para o termo “feminismo”, uma vez que entre os movimentos feministas há uma diversidade de pontos de vista acerca de questões fundamentais, desde a natureza e fontes de opressão das mulheres até a definição de políticas. Algumas autoras, como Jaggar (1983) e Tong (1989), têm contribuído no sentido de sistematizar os diversos pontos de vista em escolas de pensamento. Apesar de tais esforços, essas iniciativas são passíveis de riscos, uma vez que nem sempre é possível enquadrar os diferentes pensamentos em tipologias pré-determinadas¹¹.

Uma primeira proposta de sistematização que aparece nos trabalhos de Jaggar (1983) observa quatro tendências teóricas: liberal, marxista, socialista e radical. Posteriormente, Castells (1996) reuniu as tendências marxista e socialista em uma única, por avaliar que não existia uma distinção evidente entre essas duas classificações¹². Tong (1989), por sua vez, vai incorporar ao feminismo liberal, radical, marxista e socialista outras teorias como: feminismo psicanalítico, existencialista e pós-moderno. No entanto, são três as teorias feministas que influenciaram de forma mais direta a economia feminista contemporânea de língua inglesa: a liberal, a socialista e a pós-modernista.

1.4.1. Feminismo liberal

O feminismo liberal realiza suas primeiras reivindicações teóricas em nome do universalismo e da razão; é em torno das bandeiras da Revolução Francesa que se organizam os primeiros grupos de mulheres. Nesse período predomina a razão do Iluminismo que, em princípio, representa a promessa de libertação para todos enquanto razão universal, mas que traz em seu bojo o seu oposto, consumando e justificando a dominação e a sujeição das mulheres ao definir o “feminino” como “natureza”.

¹¹ Especialmente nesse tema, cujos movimentos e textos apresentam um contínuo crescimento. O conhecimento feminista torna-se cada vez mais especializado, de forma que qualquer classificação estará apenas vagamente relacionada à variedade de esforços de produção e elaboração do pensamento feminista contemporâneo.

¹² Alguns autores e autoras distinguiram “marxistas” de feminismo socialista, utilizando o primeiro termo para caracterizar a investigação focada na relação de desigualdade de gênero no capitalismo e o segundo, para trabalhos que superam os limites do marxismo ortodoxo e postulam forças sistêmicas separadas que criam privilégio e poder masculinos.

A influência do feminismo liberal aparece nas obras de Stuart Mill (1869) e Harriet Taylor Mill (1851) no século XIX e, posteriormente, a partir dos anos de 1960, com a obra clássica de Betty Friedan (1963). O feminismo liberal ganhou maior visibilidade nos Estados Unidos, ao passo que o feminismo socialista teve maior desenvolvimento na Grã-Bretanha e países da Europa. De forma sintética, o feminismo liberal não questiona as estruturas básicas institucionais do capitalismo, sua meta é conquistar “direitos iguais” e “oportunidades iguais” para as mulheres.

A igualdade de oportunidade defendida pelo liberalismo pode ser traduzida por meio do acesso das mulheres aos espaços públicos. As mulheres se inserem no mercado de trabalho, no entanto, o espaço doméstico continua de exclusiva responsabilidade das mulheres.

Enquanto a “primeira onda” de feministas de influência liberal do século XIX enfatizou os direitos das mulheres em relação ao acesso à propriedade e o direito ao voto, neste mesmo universo, a “segunda onda” se destacou pela luta para colocar fim à discriminação contra as mulheres no trabalho. O movimento era para garantir que as mulheres tivessem acesso igual à educação, ao emprego e à participação política. As feministas liberais contemporâneas defendiam a extensão às mulheres dos direitos defendidos pelo liberalismo clássico.

As primeiras justificativas dos direitos das mulheres no século XIX foram tomadas de empréstimo à teoria liberal e democrática.

A panaceia democrática do voto era o foco da luta feminista. Locke, Rousseau e os utilitaristas haviam modelado um mundo no qual os homens podiam ser livres e iguais, uma sociedade civil na qual os homens determinariam os seus próprios destinos. Essas ideias, que jamais pretenderam aplicar-se às mulheres, foram assumidas por reformadoras como Mary Wollstonecraft¹³ e Harriet Taylor¹⁴. (NYE, 1995:15)

¹³ Escritora britânica, nasceu em 1759. Sua obra mais importante, escrita em 1790, foi traduzida para o português sob o título “Uma defesa dos direitos da mulher”. Ela via a educação como um caminho para as mulheres conquistarem um melhor status econômico, político e social e defendia a igualdade na formação de ambos os sexos. Era uma entusiasta das conquistas igualitárias e fraternas da Revolução Francesa de 1789. Morreu aos 38 anos, onze dias após o parto de sua segunda filha, a famosa escritora e autora do livro *Frankenstein*, Mary Wollstonecraft Shelley.

¹⁴ Filósofa e defensora dos direitos das mulheres. Nasceu em 1807 e morreu em 1858. A ela são atribuídos vários ensaios e poemas, além de várias publicações em parceria com seu segundo marido, John Stuart Mill, entre elas,

Nesse espectro liberal, já no contexto da segunda onda do feminismo, a primeira obra de grande impacto foi escrita por Betty Friedan, em 1963 – *A Mística Feminina*. Neste trabalho a autora censura o confinamento de mulheres ao casamento, à maternidade e aos serviços domésticos. Friedan, assim como suas antecessoras no século XIX, argumentava que esse confinamento tornava as mulheres economicamente dependentes dos homens, impedindo-as de desenvolverem suas habilidades.

A obra de Friedan foi uma das principais referências da chamada segunda onda feminista, nos anos de 1960. Após estudar o comportamento de centenas de mulheres entre os anos de 1950 e 1960, a autora concluiu que as mulheres não se ajustavam ao papel que lhes havia sido imposto e manifestavam-se insatisfeitas com a sua vida doméstica. O trabalho dela contribuiu para que se constituíssem organizações de mulheres com a finalidade de denunciar as ideias sexistas presentes na sociedade, seus costumes e preconceitos, e do consumismo que convertia as mulheres em objetos (Friedan, 1971).

Embora o movimento inspirado a partir de Friedan envolvesse basicamente as mulheres de classe média e não questionasse as estruturas da sociedade, teve o mérito de despertar entre as mulheres e a opinião pública em geral as problemáticas de gênero e levantar uma série de bandeiras, como: i) oportunidades iguais de acesso ao trabalho e à educação; ii) paridade de salários para tarefas iguais; iii) legalização do aborto; e iv) abertura de creches em regime de tempo integral em todo o país.

Duas questões são particularmente centrais para os debates políticos de feministas liberais. A primeira se refere à amplitude em que a intervenção do Estado, no comportamento das mulheres, é necessária e desejável. A esse respeito, há uma diversidade de pontos de vista sobre como o Estado deve intervir para reduzir a vulnerabilidade das mulheres.

A segunda questão se refere ao debate “igualdade versus diferença”. O argumento a favor da igualdade defende que mulheres e homens devem ser tratados exatamente da mesma forma pela lei, pelos empregadores, educadores e demais instituições.

A favor da “diferença”, argumenta-se que os espaços públicos foram construídos para serem ocupados por homens e que o acesso permanecerá desigual a menos que existam benefícios específicos de gênero, tais como licença-maternidade, creche, entre outros.

A Sujeição das Mulheres, escrita em 1888, e traduzida para o português. Defendia os direitos de igualdade, liberdade e autodeterminação das mulheres.

Para Scott a oposição “igualdade versus diferença” não pode estruturar as decisões da política feminista. A igualdade, na teoria política sobre os direitos, que há por trás das demandas por justiça dos grupos excluídos, não significa ignorar as diferenças entre os indivíduos para um propósito particular ou em um contexto particular (SCOTT, 1992:99).

Segundo Scott:

Cuando igualdad y diferencia se plantean dicotómicamente, estructuran una elección imposible. Si una opta por la igualdad, está forzada a aceptar que la noción de diferencia es su antítesis. Si una opta por la diferencia, admite que la igualdad es inalcanzable. (...) Las feministas no podemos renunciar a la ‘diferencia’; ha sido nuestra herramienta analítica más creativa. No podemos renunciar a la igualdad, al menos mientras deseen os referirnos a los principios y valores de nuestro sistema político. Pero no tiene sentido para el movimiento feminista dejar que sus argumentos sean forzados dentro de categorías pre-existentes y que sus disputas políticas sean caracterizadas por una dicotomía que no inventamos. ¿Cómo le hacemos para reconocer y utilizar nociones de la diferencia sexual, y al mismo tiempo dar argumentos a favor de la igualdad? La única respuesta es doble: hay que desenmascarar la relación de poder, y hay que rechazar las consiguientes construcciones dicotómicas en las decisiones políticas. (SCOTT, 1992:99)

As feministas liberais também não valorizam outros aspectos da identidade social, tais como raça, classe ou nacionalidade. A ordem social defendida pelo liberalismo é concebida como meritocrática, ou seja, o status econômico dos indivíduos deveria ser determinado pela habilidade e pelo esforço e não por características pessoais tais como raça e sexo (SEIZ, 1999:349). Portanto, os direitos de propriedade e os princípios do livre mercado, defendidos pelo liberalismo, limitam a possibilidade das feministas de tratar as desigualdades associadas à classe.

Embora não seja possível classificar com segurança as economistas feministas como “liberais”, em muitos textos de economistas feministas é possível identificar afinidades com a estrutura neoclássica e uma coerência com as visões feministas liberais (SEIZ, 1999).

Ambas focam o indivíduo autônomo, a liberdade de escolha e de contrato e a racionalidade econômica, o que não significa necessariamente que a economia neoclássica seja receptiva ao feminismo¹⁵.

Na concepção liberal, as mulheres, por definição, estão fora do mercado e são vistas apenas como consumidoras. Apesar da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e no espaço público, elas continuam sendo definidas como esposa e mãe, cujo principal espaço é a esfera privada. Nesse sentido, a mulher que é, ao mesmo tempo, trabalhadora e mãe é vista dentro do discurso liberal como uma “contradição em termos”. Pois ao ser mãe se supõe que estará dedicada à sua única função, o cuidado da família, porém na condição de trabalhadora significa que se soma à esfera do público. (ZARETSKY, 1976)

1.4.2. Feminismo marxista/socialista

Enquanto a abordagem das feministas liberais centrava-se nos “direitos das mulheres”, o feminismo socialista, que surge no final dos anos de 1960 e começo dos anos de 1970, situa o movimento das mulheres junto com a luta em defesa dos direitos civis dos negros e os movimentos antiguerra nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha.

Para as feministas socialistas, a liberação das mulheres exigia transformações sociais profundas, como o fim da desigualdade de classe, raça e nacionalidade. A origem da desigualdade entre mulheres e homens, portanto, era decorrência de uma sociedade em que a riqueza criada era apropriada por uma minoria que explorava a maioria indistintamente.

Sargent (1981), compiladora da obra *Women and revolution*, em que se reconhecem importantes contribuições do feminismo socialista, confronta aquele “*problema sem nome*”, que assinalava Betty Friedan, com o sentimento das militantes da nova esquerda americana:

ocupadas em limpar e decorar os espaços do movimento, preparando jantares/encontros para o movimento, ocupando-se das creches, (...) escrevendo à máquina os panfletos, atendendo os telefones e, à noite, indo dormir com seus companheiros e namorados militantes, também temiam perguntar-se [como as donas de casa descritas em A Mística feminina]: - “Isso é tudo?”. (SARGENT, 1981:14-15)

¹⁵ Este aspecto será desenvolvido no capítulo 2.

As primeiras tentativas de tratar o tema do sexismo dentro dos movimentos de esquerda não tiveram êxito, uma vez que este era considerado um tema menor. Além disso, considerava-se que abordar esse tema poderia afastar das discussões e problemas mais importantes. Para Rowbotham, essa prática fazia crer que a opressão específica contra as mulheres não existia (1974:12).

É quando, então, começa a constituir-se, em final dos anos de 1960 e princípios dos anos de 1970, um crescente movimento que identifica a existência de relações de opressão e subordinação, para além das relações de classe.

Nos escritos de Marx e Engels é possível compilar algumas passagens sobre a desigualdade de gênero. Engels (1845), em particular, associou a subordinação das mulheres ao estabelecimento da propriedade privada sob o controle dos homens. Eliminar a desigualdade entre mulheres e homens exigiria o fim da propriedade privada, a entrada das mulheres na força de trabalho e a socialização do trabalho doméstico.

As escritoras feministas marxistas ampliaram a análise, porém focando na divisão sexual do trabalho. Elas examinaram os distintos papéis das mulheres enquanto trabalhadoras e como a subordinação delas era funcional para a manutenção do capitalismo.

O trabalho doméstico não remunerado permitia que o custo da força de trabalho, definido como o valor necessário para sua reprodução, fosse socializado por meio do trabalho não pago realizado pelas mulheres no âmbito doméstico.

As mulheres também constituíam o “exército de trabalho de reserva”, sendo incorporadas ou eliminadas do mercado de trabalho conforme as necessidades do sistema capitalista. Além disso, o salário menor pago às mulheres permitia que o capital se apropriasse de uma taxa de lucro extra.

Entretanto, essa visão se mostrou insuficiente para explicar a desigualdade entre os sexos, uma vez que permanecia sem explicação a presença de desigualdades em sociedades não capitalistas e que omitia aspectos da opressão das mulheres que não podiam ser facilmente relacionadas à divisão sexual do trabalho (SEIZ, 1999).

Para as feministas marxistas, a origem da opressão não poderia se limitar apenas às relações de exploração capitalista. Entre as feministas que procuram abrir campo para o feminismo socialista, introduzindo uma análise mais complexa da opressão das mulheres, considerando os fatores como produção, reprodução, sexualidade e socialização do trabalho

doméstico, vale destacar Juliet Mitchell (1973). Outras feministas-socialistas, como Zillah Eisenstein (1979), Heidi Hartmann (1976) e Sheila Rowbotham (1974) buscaram elaborar uma compreensão a partir das “teorias de sistemas duais”. Elas defendiam a tese de que o capitalismo e o patriarcado eram sistemas separados e semiautônomos, de predominância social. Da mesma forma em que poderiam operar de forma harmoniosa, também poderiam apresentar conflitos em determinados contextos. Um exemplo disso é o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o que reduz a sua dependência econômica e, por conseguinte, o poder patriarcal exercido pelos maridos.

Embora o conceito de patriarcado tenha sido introduzido pelas feministas da corrente radical, ele é apropriado pelas marxistas, que aprofundam esta análise, no sentido de o capitalismo e o patriarcado não surgirem como sistemas autônomos, mas como dois sistemas de dominação que interagem e se alimentavam mutuamente. Essas duas análises – a marxista, com seus métodos histórico e materialista e o feminismo radical, com sua análise das relações patriarcais – vão conformar os pilares da teoria do feminismo socialista em uma abordagem em que as relações de classe são ampliadas com as relações de sexo.

A diferença entre as socialistas e o feminismo radical, pode-se apontar de forma resumida, reside em uma compreensão, por parte das feministas socialistas, de que o sexismo deve ser definido de uma perspectiva histórica. A opressão não se funda em nenhuma condição biológica e nem se apresenta sempre sob as mesmas condições sociais. O feminismo socialista propõe uma análise materialista que se sobreponha à análise sexista que secundariza a história.

A presença de economistas no desenvolvimento do feminismo socialista em muito contribuiu para a construção da economia feminista. Hartmann (1976, 1981) escreveu alguns dos primeiros trabalhos sobre a teoria dos sistemas duais; Folbre (1982), por sua vez, explorou a distribuição de tarefas de gênero e o gasto doméstico e desenvolveu uma teoria de decisões de fertilidade (1983); enquanto Elson e Pearson (1981) analisaram o emprego crescente de mulheres do terceiro mundo na produção.

A questão que o feminismo socialista quer pôr em destaque como algo não tratado pelo marxismo é, enfim, o conjunto de relações que se estabelecem entre o homem e a mulher em que os homens assumem uma posição de superioridade e, as mulheres, uma posição subordinada.

1.4.3. Feminismo pós-modernista ou pós-estruturalista

O pós-modernismo é um conceito que entrou no vocabulário acadêmico e popular na segunda metade do século XX. A teoria pós-modernista¹⁶ se estrutura a partir da crítica ao essencialismo, questionando as premissas do universalismo, do racionalismo e do humanismo presentes nas formulações filosóficas que acreditam que o mundo pode ser concebido por meio de verdades eternas e tendências universais¹⁷.

Foucault, filósofo francês pós-moderno, assim descreveu o mundo contemporâneo:

Estamos no tempo da simultaneidade; estamos na época da justaposição, a época do perto e do longe, do lado a lado, do disperso. Nós estamos num momento, creio eu, quando nossa experiência do mundo é menos a de uma longa vida que se desenrola no 'tempo' do que uma rede que conecta pontos no 'espaço' e faz intersecções com seu próprio novelo. (FOUCAULT, 1987:22)

O pós-modernismo e o feminismo contemporâneos são movimentos de fins do século XX e compartilham de uma relação crítica autoconsciente frente às tradições políticas e filosóficas estabelecidas¹⁸. Entre as principais ideias ligadas ao pensamento pós-modernista/pós-estruturalista está o ceticismo, por meio de todas as reivindicações de veracidade e uma rejeição das “grandes teorias” da história humana e uma visão de identidades como múltiplas e instáveis.

Os pós-modernistas argumentam que a racionalidade, a filosofia e as práticas de disciplinas escolares são incapazes de proporcionar fundamentos que irão assegurar a produção da “verdade” eterna e universal. Todo o conhecimento é necessariamente parcial e falível. E, à

¹⁶ Alguns autores e autoras identificam o conceito de pós-modernismo como aplicado às tendências na arte e arquitetura e às mudanças na economia global, sendo frequentemente utilizado de forma intercambiável como “pós-estruturalismo”. Este último se refere a um conjunto de ideias esboçadas pelo trabalho de filósofos franceses e teóricos sociais, incluindo Jacques Derrida, Michael Foucault, Jacques Lacan, Louis Althusser e Julia Kristeva. Entretanto, para Chantal Mouffe, é pela crítica ao essencialismo que se pode estabelecer uma convergência entre muitas correntes diferentes de pensamento e podem-se encontrar semelhanças em trabalhos de autores tão diferentes como os citados acima (Mouffe, 1993).

¹⁷ As críticas ao universalismo, ao humanismo e ao racionalismo não podem ser atribuídas apenas aos pós-modernos, mas às diversas correntes inovadoras do século XX.

¹⁸ O feminismo pós-modernista/pós-estruturalista, uma corrente mais recente dos feminismos e o mais identificado com o mundo acadêmico, aparece nos anos de 1980.

medida que as interpretações e as crenças têm efeitos sociais, a contenção sobre o conhecimento tem dimensões políticas (SEIZ, 1999:355).

Segundo Scott, é o pós-estruturalismo que, ao enfrentar os esquemas conceituais das velhas tradições filosóficas ocidentais, melhor articula os modos de pensamento alternativos sobre o gênero, para além da simples denúncia das velhas hierarquias. Para ela, entre os termos do pós-estruturalismo que as feministas se apropriaram, estão a linguagem, o discurso, a diferença e a desconstrução (SCOTT, 1992:86).

Os pós-estruturalistas veem a linguagem como o ponto de partida para entender de que forma são concebidas as relações sociais e o seu funcionamento; buscam identificar o processo de organização das instituições, o modo de estruturação das relações de produção e o estabelecimento da identidade coletiva, a partir de oposições binárias tais como cultura/natureza, objetivo/ subjetivo, macho/fêmea, sexo/gênero. Analisar e desconstruir esses dualismos constitui uma das tarefas da crítica pós-estruturalista.

O pós-estruturalismo questiona profundamente as generalizações universalizantes e tende a enfatizar a “diferença”, ou seja, a diversidade dentro dos grupos sociais. A identidade individual é vista como sendo essencialmente múltipla e em processo de construção; além disso, os significados atribuídos a essas identidades também podem se alterar ao longo do tempo (SEIZ, 1999:355). O pensamento pós-modernista/pós-estruturalista rejeita as grandes teorias sobre a natureza das sociedades e as visões otimistas de triunfo da razão e do progresso social derivadas deste entendimento. As análises devem ser desagregadas e localizadas no tempo e no espaço.

A teoria feminista foi fortemente afetada pelo pós-modernismo. Para algumas autoras como Ferber e Nelson (1993), o pós-modernismo proporciona a melhor base para um diálogo entre a teoria feminista e a econômica.

Para as feministas pós-modernas, a verdade está diretamente conectada ao gênero. Isso significa identificar o viés de gênero dos princípios e pressupostos subjacentes aos textos da disciplina de economia, conduzindo a um questionamento, por parte das economistas feministas, das noções de comportamento humano universal, implícitos na análise econômica neoclássica, e a constatação de que a teoria econômica reflete preconceitos masculinos (BROWN, 1999:630).

Os estudos feministas pós-modernos também se concentram no papel do gênero na investigação científica, e, portanto, na necessidade de se estabelecer uma nova concepção de objetividade. A ideia é de que pode haver mais de uma maneira de ver uma questão e, portanto, múltiplas verdades, todas com algum elemento de objetividade (BROWN, 1999:632).

Para a ciência moderna, a objetividade de seu conhecimento ocorre de forma independente de um conjunto de valores. As feministas pós-modernas questionaram este pressuposto e as economistas feministas compreenderam que muito do que se diz como sendo ciência econômica está dentro de um sistema de valores.

Para Brown:

A ciência e suas verdades não são totalmente desprovidas de valor, porque as descobertas científicas sempre entram em nossas vidas dentro de uma rede de relações e instituições de poder já existentes. As estruturas institucionais de hoje, das quais emergem os 'fatos', incluem hierarquias de raça, classe e gênero. (BROWN, 1999:632)

Segundo Harding, a análise científica deve explicitar os “valores contextuais” da pesquisa, evitando desta forma o relativismo e maximizando a objetividade por meio da identificação dos valores subjacentes (HARDING, 1995).

Como afirma Nelson:

Os estudiosos do feminismo sugerem que os conceitos fundamentais do pensamento ocidental – especialmente dualismos hierárquicos da razão sobre a natureza e isolamento sobre relação – são fundamentalmente ligados a uma ideologia de gênero que também avalia os homens acima das mulheres. (NELSON, 1996:133)

Isto significa que, na visão cartesiana, o abstrato, o geral, o isolado, o destacado e o sem emoção, enfim, a abordagem masculina, empregada para representar o pensamento científico, é radicalmente separada e claramente vista como superior ao concreto, ao particular, ao conectado, ao incorporado, ao apaixonado e à realidade “feminina” da vida material

(NELSON, 1996:40). Desta forma, a teoria feminista pós-moderna desconstruiu o rigor racional e metódico do pensamento científico e constatou seu preconceito masculino.

A influência pós-modernista na economia feminista pode ser identificada por meio do exame das relações entre conhecimento e poder na disciplina econômica, presente nos trabalhos de Strassmann (1993).

A problematização das identidades e interesses dos indivíduos proposta pelo feminismo pós-modernista e pós-estruturalista talvez seja o maior desafio para a economia feminista, uma vez que é o ponto de partida das análises econômicas.

As noções presentes na teoria neoclássica de “preferências” e “racionalidade”, que sustentam o modelo de otimização, se revelam de difícil concretude cotidiana, uma vez que os desejos dos indivíduos podem ser tanto inconsistentes como instáveis. O princípio das múltiplas identidades mutáveis ao longo do tempo questiona estas suposições neoclássicas fundamentais de preferência dos indivíduos.

Mesmo considerando que haja consistência e estabilidade nas preferências dos indivíduos e que a subjetividade seja socialmente construída (como acreditam as marxistas), ainda assim é necessário questionar qual a relação entre o desejo das pessoas e o seu bem-estar (SEIZ, 1999). Isto é, como deve ser vista a ação coletiva se cada indivíduo tem muitas identidades e se a ênfase em cada uma delas está sempre em mudança.

Como mulheres diferentes são diferentemente afetadas pelas alterações do capital, pela globalização? Quais são os impactos na vida das mulheres das políticas de bem-estar social na Europa e das políticas públicas desenvolvidas nos países em desenvolvimento?

O pós-modernismo sugere que as mulheres podem experimentar identidades múltiplas decorrentes das diferentes atividades às quais se dedicam. Isto impede a identificação recíproca por meio de problemas comuns, constituindo-se em um obstáculo ao processo de construção de um movimento de maior alcance, baseado em problemas semelhantes.

A economia feminista de inspiração pós-moderna não consegue encontrar maneiras de teorizar o que refletem as experiências de todas as mulheres, sejam elas do terceiro mundo, urbanas, pobres ou brancas e de classe média.

O feminismo liberal coerente com os fundamentos do liberalismo pressupõe indivíduos como conjuntos estruturados em torno de comportamentos coerentes, de crenças e

desejos. Por outro lado, o feminismo socialista, assim como o marxismo, entende que há interesses e objetivos determinados pelas posições dos indivíduos na estrutura social. O gênero não existe independentemente da raça e da classe e um foco unicamente sobre gênero tende a diluir-se em políticas de ação afirmativa e contra a discriminação.

1.5. Uma perspectiva metodológica para a economia feminista

Nos estudos econômicos, metodologia significa os métodos pelos quais economistas decidem o que será conhecimento econômico. A metodologia econômica pode se referir, algumas vezes, ao conjunto de ferramentas e técnicas utilizadas pelos economistas para explorar relações econômicas, tais como seus modelos teóricos e empíricos, avaliação e análises envolvendo múltiplas variáveis. Em outros momentos a metodologia está relacionada a processos epistemológicos, ou seja, aos métodos pelos quais economistas decidem o que será conhecimento econômico, que dependem de autoridade disciplinar e legitimação (GRAPARD, 1999:545).

Trata-se de métodos inter-relacionados, uma vez que ferramentas e métodos são definidos a partir de posições teóricas e epistemológicas, assim como este posicionamento é determinado, muitas vezes, pelas ferramentas e métodos.

Nem toda a pesquisa econômica que trata de mulheres ou gênero é necessariamente economia feminista. A economia feminista parte de uma crítica à supremacia masculina e de uma convicção de que é possível transformar o discurso econômico; enquanto que os estudos de gênero, na sua maioria, apenas incorporam as mulheres, sem, em geral, realizar a crítica aos fundamentos de tais estudos.

Entre as economistas feministas há uma concordância de que os estudos econômicos, até muito recentemente, negligenciaram a contribuição das mulheres, mas essas economistas reconhecem o papel de gênero em todos os contextos econômicos. Para Grapard, a desatenção histórica impõe, para todas as escolas de pensamento em economia, uma reavaliação de seus fundamentos teóricos e práticos (GRAPARD, 1999:545).

A simultaneidade de escolas de pensamento ortodoxas ou neoclássicas, ao lado de várias escolas heterodoxas de pensamento, tais como a marxista, institucionalista, keynesiana, entre outras, significa que não há um único grupo unificado de hipóteses sobre a natureza do conhecimento, a natureza do mundo real e a natureza humana, entre os economistas.

Sendo assim, a economia feminista se propõe a apresentar uma extensa crítica metodológica sobre o conjunto da disciplina de economia, bem como os desafios específicos em cada escola de pensamento. Os avanços na teoria feminista nestes últimos trinta anos influenciaram significativamente a economia feminista.

Para a maior parte das teóricas, o feminismo não é simplesmente uma perspectiva ou um modo de ver, tampouco uma epistemologia, uma forma de conhecer; é também ontologia, ou seja, uma maneira de estar no mundo.

Dentre as contribuições mais importantes para as questões de metodologia, destaca-se a oriunda da filosofia da ciência, particularmente os trabalhos desenvolvidos por Harding (1986, 1991). A autora mostra que a crítica feminista levanta questões sobre a estrutura social e uso da ciência, assim como sobre as origens, as problemáticas e os significados sociais.

Harding examina três perspectivas teóricas feministas importantes para a economia feminista que vão influenciar o método de análise. Com o desenvolvimento de novas teorias do conhecimento, emergiram principalmente três tendências feministas ou três epistemologias: o empiricismo feminista (*feminist empiricism*), as teorias do ponto de vista (*feminism standpoint*) e o feminismo pós-moderno (*feminism postmodernism*).

O empiricismo feminista assume uma posição liberal quanto à pesquisa, tentando corrigir preconceitos de gênero na investigação. Recorre aos métodos tradicionais, com predominância dos métodos quantitativos. Fundamenta-se na racionalidade e objetividade da ciência e, dessa forma, tenta debelar todas as formas de manifestação de atitudes sexistas na investigação (GRAPARD, 1999:547). É uma réplica, como argumenta Harding (1991), aos preconceitos sexistas na investigação tradicional e a uma visão androcêntrica dominante nas ciências sociais.

O empiricismo feminista desenvolveu-se em consonância com o feminismo liberal e, tal como a teoria liberal feminista, tem como objetivo a identificação e a eliminação de estereótipos, sexismos e discriminações em qualquer processo de investigação. Mas é alvo de crítica ao não questionar as bases da investigação científica, nem desafiar a própria natureza do conhecimento.

Para as teóricas do “ponto de vista” feminista (*standpoint*), uma renovação na ciência tem inevitavelmente que incluir as experiências específicas das mulheres. Essas experiências potencializarão o desenvolvimento de um conhecimento mais completo, menos

distorcido do que o conhecimento predominante construído a partir de uma perspectiva masculina.

Considerando que o ponto de partida e o foco da investigação feminista são as experiências das mulheres, não se deve considerar um “ponto de vista” único e universal, mas que as distintas experiências de vida das mulheres e dos homens estão fortemente associadas com as realidades concretas em que estão inseridos. Para essas teóricas, a definição das discussões econômicas consideradas legítimas e vantajosas para serem investigadas, na maior parte das vezes, é reflexo do privilégio social e da posição econômica e política dos homens.

Entre as críticas a essa teoria está a sua tendência para a universalização de conceitos como “mulheres” ou “ponto de vista feminino”. É importante reconhecer que as mulheres são diferentes e não podem ser simplesmente categorizadas sem se considerar as relações que, como grupo, estabelecem com outros grupos: raça, faixa etária, classe social etc.

Em termos epistemológicos, pode-se falar de uma pluralidade de “pontos de vista” feministas. As epistemologias identificadas com o Iluminismo, por exemplo, foram colocadas em dúvida por várias feministas associadas a movimentos contra o Iluminismo e por feministas das correntes do pós-modernismo e do pós-estruturalismo.

Essas feministas questionaram e confrontaram as bases teóricas do empiricismo do ponto de vista feminista “*standpoint*” e desenvolveram novas perspectivas epistemológicas feministas com estreitas relações com o pensamento pós-moderno.

O feminismo pós-moderno sugere a existência de variados pontos de vista feministas contraditórios e conflituosos. Entre os/as investigadores/as pós-modernos/as, não se reconhece a existência de um “modo correto” na interpretação dos dados. É da responsabilidade do/a investigador/a explorar as possíveis e diferentes interpretações.

A teoria feminista pós-moderna implica o afastamento de noções unitárias de mulher e de identidade de gênero feminina e a adoção de concepções complexas, plurais, como a de construção de identidade social. O gênero é tão importante quanto é a idade, a etnia e a orientação sexual.

Essas três perspectivas são abordadas pela economia feminista conforme se identifiquem com as suas próprias reflexões. Não há uma teoria ampla que seja capaz de unificar as feministas em torno de uma metodologia, mas aproximações que contribuem para a construção de certos argumentos na economia feminista.

As estruturas teóricas e práticas atuais de investigação econômica são influenciadas por uma prática científica convencional, leia-se machista. O modelo de otimização da economia neoclássica apresenta um agente econômico racional que é separado e independente das relações sociais externas. Esse indivíduo maximizador representa uma posição puramente masculina e modela o comportamento dos demais que não se ajustam à sua imagem.

Na teoria econômica padrão, o homem econômico racional (*"homo economicus"*), obtém utilidade ou satisfação consumindo bens e serviços. As origens das preferências, ressaltando-se sua função utilitária, não é objeto de análise econômica, e esta utilidade não é aceita como sendo influenciada por outros. Ou seja, gostos e preferências são considerados externos ao modelo, e comparações de utilidade que envolvem duas ou mais pessoas são simplesmente descartadas.

As relações humanas e sociais, sem as quais a sociedade humana não existiria, são colocadas fora da esfera da teoria econômica, o que torna invisível grande parte do trabalho de cuidados, especialmente do trabalho das mulheres. Nelson argumenta que, em nossa cultura, a desvalorização sistemática das mulheres e do feminino está atrás do privilégio do masculino. Ela mostra como nossa cultura associa tributos positivos com a masculinidade e valores negativos com a feminilidade e isso revela o dualismo e os preconceitos masculinos dos valores incorporados na teoria neoclássica e em suas práticas (NELSON, 1996:20-38).

Ela enfatiza que o desenvolvimento de uma estrutura teórica mais rica não acontecerá porque as mulheres, por alguma razão, fazem a economia de maneira diversa, mas por incluírem valores e experiências previamente excluídas, fornecendo dados melhores e mais completos para serem trabalhados. E, por essa razão, são capazes de produzir uma ciência econômica mais objetiva (NELSON, 1996: 20-38).

Uma importante análise sobre a retórica da economia foi proposta por McCloskey (1998). Ela argumenta que economistas não praticam o que defendem, ou seja, não aderem aos princípios metodológicos científicos, rigorosos e racionais que normalmente defendem; ao invés disso, utilizam artifícios retóricos e narração de histórias num esforço de persuadir os demais. As economistas feministas têm examinado essas estratégias de narrativa utilizadas nos discursos econômicos a fim de registrar a natureza de gênero das histórias e metáforas. Essa análise permite identificar as dimensões políticas de um discurso que constrói o agente econômico e o domínio da economia de forma masculinizada e ocidentalizada.

Até muito recentemente, as operações de troca no mercado constituíam o único domínio peculiar da economia, não havia análise econômica da família e do trabalho doméstico. Contudo, nos anos de 1960, o ingresso de mulheres (brancas e casadas) no mercado de trabalho americano provocou a necessidade de se desenvolverem programas de pesquisa para explicar a participação no mercado de trabalho de um trabalhador não masculino.

Nesse contexto surgem as primeiras aproximações de gênero no discurso econômico ortodoxo por meio dos trabalhos sobre a “nova economia doméstica” de Gary Becker (1981). O trabalho de Becker sofreu forte influência das contribuições de Reid (1934), entretanto, não existe este reconhecimento por parte dos economistas, o que é uma clara demonstração de sexismo e preconceito.

O trabalho de Becker utiliza a teoria microeconômica padrão para criar um modelo de comportamento das famílias. O modelo incorpora as hipóteses sobre os agentes que atuam de acordo com uma função utilitária, a de “patriarca benevolente”, que assegura o consenso por meio do poder monetário (GRAPARD, 1999:550). Essa racionalidade econômica foi amplamente criticada por economistas feministas devido a suas hipóteses simplistas e sua complacência com o *status quo* (FOLBRE; HARTMANN, 1988; BERGMANN, 1995).

Com ênfase na livre escolha, o modelo ignora as restrições estruturais que limitam, desproporcionalmente, as decisões das mulheres em casa e no mercado de trabalho. E, ao analisar a família como parte de um modelo de comércio básico, com alguns preços sendo calculados em termos de combinação tempo-dinheiro, sustenta suas hipóteses com base nas vantagens comparativas que representam a produção de mercado versus não mercado.

De uma forma tautológica, explica o pagamento e o status mais baixo das mulheres no local de trabalho por meio de suas obrigações no lar, enquanto, simultaneamente, considera a desproporcional divisão do trabalho doméstico das mulheres como sendo resultado de seu pagamento mais baixo e, por conseguinte, menor custo de oportunidade no mercado de trabalho.

Visando avançar sobre o modelo de Becker, alguns economistas neoclássicos começam a utilizar os modelos da teoria de jogos e de poder de barganha para tratar assuntos de família. Esses modelos são vistos por economistas feministas como um avanço sobre o modelo de Becker. A teoria de barganha reconhece a presença, na família, de indivíduos com diferentes preferências. Para as economistas feministas interessa identificar, nesses estudos, quais fatores afetam o poder de barganha das mulheres, como normas sociais influenciam o poder de barganha e como modelos de poder extra doméstico afetam o espaço doméstico

(AGARWALL, 1997). As economistas feministas estão particularmente interessadas em uma abordagem em que o poder de barganha seja estendido para a interação entre a família, a comunidade e o Estado.

Entretanto, entre os vários enfoques envolvendo o tema do trabalho e especialmente o trabalho não remunerado ganharam espaço, do ponto de vista metodológico, as abordagens sobre a medição e valorização do trabalho não remunerado (HIMMELWEIT, 1995). Neste sentido, dois enfoques se destacam: o que propõe a sua valorização dentro de uma perspectiva de compartilhamento entre os membros da família e o enfoque que defende a sua inclusão nas estatísticas que medem as contas nacionais atribuindo um valor que, além de ser medido monetariamente, seja contabilizado no Produto Interno Bruto¹⁹. A crítica a essa abordagem reside em uma compreensão que não será transformando o trabalho doméstico em uma mercadoria que pode ser livremente transacionada que eliminaremos a enorme carga de trabalho doméstico que recai sobre as mulheres. Dar visibilidade a esse trabalho é fundamental, mas com o propósito de denunciar a divisão sexual do trabalho e alterar essa relação.

Com a crescente participação das mulheres na força de trabalho, tornou-se óbvio que havia três situações de escolha conflitantes: entre o trabalho (de mercado) remunerado, o trabalho doméstico não pago e o lazer²⁰. Essa nova categorização é necessária para destacar fatores que são importantes para explicar as escolhas das pessoas, especialmente as das mulheres.

Sem um entendimento teórico adequado e uma boa estimativa do valor de tempo gasto em trabalho não remunerado, os elaboradores de políticas estão propensos a subestimar o valor do tempo das mulheres e proporcionar somas subestimadas de assistência pública para os cuidados dos dependentes, por exemplo.

As questões de como quantificar o valor do trabalho desempenhado fora do mercado e de como incorporá-lo à estrutura macroeconômica são complexas. Entre as economistas feministas não há concordância a respeito da incorporação do trabalho não

¹⁹ A exemplo de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), em *The measurement of economic performance and social progress revisited*, vários estudos e pesquisas estão sendo desenvolvidos com o objetivo de identificar os limites do PIB como um indicador de desenvolvimento econômico e social e a importância de informações adicionais para a produção de indicadores mais relevantes para o bem-estar social.

²⁰ Contudo, alguns economistas ainda descrevem a participação no mercado de trabalho a partir de escolhas conflitantes entre o mercado de trabalho e o lazer.

remunerado no cálculo do PIB (Produto Interno Bruto) como trabalho produtivo e tampouco em relação à remuneração do trabalho doméstico.

Para algumas, essa medida apenas reforçaria a percepção de que o trabalho doméstico e de cuidados são trabalhos de mulheres. Outras argumentam que, à medida que se define uma medida de magnitude e de valor do trabalho produtivo não computado, haverá consequências para a política social econômica e para as normas e instituições sociais (BENERIA, 1992).

Na análise empírica sobre a família e a participação na força de trabalho, a investigação feminista se torna mais difícil, à medida que as contas nacionais apenas medem a produção de mercado. Não há a coleta de informações sobre trabalho não remunerado exercido dentro das casas, bem como os levantamentos em relação à força de trabalho refletem noções do típico trabalhador masculino, contudo, avanços estão sendo realizados para medição dos afazeres domésticos no interior das casas.

Inicialmente, o programa de pesquisa da economia feminista foi, necessariamente, focado na identificação e análise dos preconceitos de gênero nos modelos econômicos tradicionais de análise empírica. Os métodos estatísticos padrão utilizados por economistas neoclássicos baseiam-se em extensos grupos de dados, frequentemente coletados por agências governamentais. A informação contida, por sua vez, é imperfeita e revela desde respostas impessoais até questões ambíguas. Somando-se às críticas formuladas por outros a respeito do abuso de estatísticas e à econometria (McCLOSKEY, 1998; NELSON, 1996), as economistas feministas se opõem à exclusiva confiança em métodos quantitativos.

Portanto, em contraste à prática convencional de confiar em amplos conjuntos de dados, as aplicações feministas de métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa tendem a valorizar mais os depoimentos por meio de entrevistas, levantamentos detalhados, pesquisa de profundidade conduzida por pesquisadores, pesquisa observador-participante e o uso de grupo focal como parte das estratégias inovadoras em andamento.

Embora as economistas feministas não compartilhem, necessariamente, uma mesma perspectiva política e ideológica, elas têm um comprometimento com as metodologias que ajudam a formular modelos teóricos e propostas práticas que contribuem para a emancipação das mulheres.

As respostas e alternativas que as economistas feministas formulam em contraposição ao modelo predominante são muito diversas. Entretanto, é possível distinguir dois tipos de trabalho econômico feminista: a economia de gênero e a economia feminista.

Como já identificamos anteriormente, não há uma homogeneidade da crítica à economia predominante feita pelas economistas feministas. Se, por um lado, se reconhece o caráter autoritário e neutro dessa economia; por outro lado, existe um entendimento entre algumas economistas que se consideram feministas, ou que trabalham com o tema de gênero ou família, de que é possível melhorar a economia neoclássica revogando preconceitos masculinos e, desta forma, aumentando a eficiência da economia. Refutam os pontos de vista que defendem a necessidade de se construir uma alternativa econômica feminista.

1.6. Economia de gênero e economia feminista

É na busca por legitimidade acadêmica nos estudos feministas dos anos de 1970 e 1980 que o termo “gênero” ganha expressão, uma vez que os estudos sobre as “mulheres”, especialmente na história, posicionavam-nas como sujeitos políticos; já o termo “gênero”, por incluir mulheres e homens, assume um aspecto menos ameaçador para os parâmetros acadêmicos²¹. O uso do termo “gênero” enquanto uma categoria central de análise se desenvolveu nos anos de 1970 e 1980 em substituição aos enfoques estruturais²². O gênero como construção social implicou uma recusa ao essencialismo e desestabilizou as categorias e os supostos vínculos entre estrutura e condições socioeconômicas que afetam mulheres e homens.

Segundo Scott:

En su acepción más reciente, ‘género’ parece haber aparecido primeramente entre las feministas americanas que deseaban insistir en

²¹ Para Lamas (1995), o feminismo acadêmico anglo-saxão impulsionou o uso da categoria de gênero nos anos de 1970, pretendendo, assim, diferenciar as construções sociais e a cultura, da biologia. Para a autora, o termo tem um significado, em inglês, que aponta diretamente aos sexos; enquanto que, em castelhano (e também em português, conforme afirmação nossa), se refere à classe, espécie ou tipo a que pertencem as coisas ou grupo, a uma determinada classificação individual ou em grupo, artigos ou mercadorias que são objeto de comércio. Apenas aqueles que estão familiarizados com o termo, compreendem-no como uma relação entre os sexos e como símbolo e construção social.

²² A força do conceito de gênero como categoria de análise se combinou com as críticas ao positivismo e às grandes teorias que se identificavam com os enfoques feministas dos anos setenta, lançando novas perguntas sobre a forma de fazer teoria e pesquisa.

la cualidad fundamentalmente social de las distinciones basadas en el sexo. La palabra denotaba rechazo al determinismo biológico implícito en el empleo de términos tales como 'sexo' o 'diferencia sexual'. 'Género' resalta también los aspectos relacionales de las definiciones normativas de la feminidad. Quienes se preocuparon de que los estudios académicos en torno a las mujeres se centrasen de forma separada y demasiado limitada en las mujeres, utilizaron el término 'género' para introducir una noción relacional en nuestro vocabulario analítico. De acuerdo con esta perspectiva, hombres y mujeres fueron definidos en términos el uno del otro, y no se podría conseguir la comprensión de uno u otro mediante estudios completamente separados. (SCOTT, 1990:266)

Para Lamas, o uso da categoria de gênero permitia uma compreensão mais adequada da realidade social, ao mesmo tempo em que distinguia que as características humanas consideradas “femininas” eram adquiridas pelas mulheres mediante um complexo processo individual e social, em vez de derivarem “naturalmente” do sexo (LAMAS, 1995:327-329). Posteriormente, o uso da categoria de gênero levou ao reconhecimento de uma variedade de formas de interpretação, simbolização e organização das diferenças sexuais nas relações sociais e delineou uma crítica à existência de uma essência feminina.

Segundo Scott, o núcleo de definição de gênero está assentado sobre uma conexão integral entre duas proposições: i) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas em diferenças que distinguem os sexos; ii) gênero é uma forma primária de relações significantes de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder. Para a autora, são quatro elementos que definem gênero: i) símbolos culturais ou representações simbólicas (Eva versus Maria ou pureza versus contaminação, luz versus escuridão); ii) conceitos normativos que estabelecem as interpretações e os significados de gênero (esses conceitos se expressam em doutrinas religiosas, educativas, científicas, legais e políticas); iii) sistemas de parentesco em uma visão que não se restringe apenas à família, mas que inclui também o mercado de trabalho (segregação, a educação em instituições masculinas, a política e o sufrágio universal); e iv) o conceito se refere à identidade subjetiva, ou seja, o gênero está em toda parte, incluindo o seu

papel na construção do mundo material da economia e de suas conexões estruturais (SCOTT, 1990:289).

No entanto, a noção de gênero²³ pode ser utilizada de forma muito diferente no trabalho feminista. Por vezes, gênero é utilizado de forma tão reduzida que representa apenas um número. A utilização dessa estreita definição de gênero espalhou-se por várias áreas da economia predominante; entretanto, isso não se constitui em uma condição suficiente para uma aproximação feminista da economia.

Para uma análise feminista, é necessário que se amplie e aprofunde a conceituação de gênero:

Neste caso, gênero aponta para as diferenças de poder entre homens e mulheres na sociedade e as estruturas e coações que fazem essas diferenças de poder ocorrerem e persistirem. Também conecta diferenças no poder entre homens e mulheres a diferenças de poder entre diferentes entidades, raças, grupos etários, classes sociais, grupos com diferentes preferências sexuais etc. (ROBEYNS, 2000:4)

Neste sentido, uma classificação das distintas correntes que abordam questões de gênero na economia foi proposta por Orozco (2005). Nesta classificação podemos identificar três tipos de categorias, que têm em comum uma perspectiva crítica em relação às desigualdades entre mulheres e homens e às relações de gênero como objeto de estudo do pensamento econômico. São elas: a *economia de gênero*, a *economia feminista de conciliação* e a *economia feminista de ruptura*.

Essa classificação decorre do grau de questionamento do que denominamos como “enfoques endrocêntricos ou patriarcais”. Em linhas gerais, pode-se afirmar que a economia tem sido um conhecimento criado por homens para explicar as experiências masculinas (OROZCO, 2005:45).

As mulheres foram ignoradas pelo pensamento econômico, que negou a elas o direito de criar conhecimento e o estatuto de sujeito de direitos políticos e econômicos, além da

²³ É importante que se faça uma distinção entre “gênero” e “economia de gênero”, uma vez que neste trabalho a crítica se centrará nas pesquisas desenvolvidas na economia.

condição de agentes economicamente ativos, ao estabelecer uma distinção entre o econômico e o não econômico, o trabalho e o não trabalho.

O pensamento econômico dominante, ao associar o econômico com os mercados, considera que a produção para troca é a única e principal atividade econômica e que trabalho é somente aquele que é remunerado. Todas as demais atividades que não se enquadram nessas dimensões são consideradas como não econômico ou social. Desta forma, tudo que se refere ao econômico está associado ao universo masculino, enquanto o não econômico é identificado com as mulheres.

Neste sentido, as metodologias desenvolvidas nas ciências econômicas se concentraram em captar as experiências masculinas nas esferas do mercado. Tanto a economia de gênero quanto a economia feminista reconhecem que esta estrutura que situa as mulheres às margens da economia consolida uma imagem de ausência histórica na relação das mulheres com o sistema econômico.

No entanto, o significado simbólico ou o grau percebido de conteúdo ideológico de “economia de gênero” e “economia feminista” são fundamentalmente diferentes. A pesquisa feminista tem uma meta explícita que a pesquisa de gênero não tem: questionar as hierarquias existentes, autoridades, normas, tradições e convenções, desconstruir regras existentes e problematizar as práticas que mantêm o *status quo*. Na economia de gênero²⁴, o termo “gênero” é quase sempre utilizado em uma versão estreita que se adapta à economia predominante, tanto do ponto de vista metodológico quanto ontológico.

O que se constata quando se analisa as questões estudadas pela economia de gênero é que todos os tópicos relacionados ao “feminismo” ou ao “gênero”, em que a metodologia predominante não é seguida, serão ignorados. Um exemplo disso é o trabalho doméstico, que é analisado a partir dos seus efeitos negativos sobre o trabalho assalariado.

Ao passo que na “economia feminista” há um maior incentivo ao pluralismo metodológico e à interdisciplinaridade. No campo metodológico, a “economia de gênero” se apresenta como um subcampo da economia predominante (ROBEYNS, 2000:11).

²⁴ Para Robeyns (2000) a hostilidade que muitas feministas enfrentam para levar adiante suas pesquisas força-as a adotarem uma linha de estudos reconhecida como “pesquisa de gênero”, mesmo quando não se identificam com a metodologia predominante da economia neoclássica, como estratégia de sobrevivência, para escaparem do rótulo que a “pesquisa feminista” desperta.

Ao não questionar as práticas existentes, a “pesquisa de gênero” é mais tolerada na comunidade científica, enquanto que as pesquisadoras feministas são frequentemente hostilizadas ou rotuladas. Esse comportamento expressa uma crença geral, entre economistas, de que não há problemas de justiça de gênero ou desigualdade de gênero.

1.6.1. A economia de gênero

Nos estudos que tratam da evolução do pensamento relativo ao gênero, pode-se identificar uma divisão recorrente: os modelos que não questionam os marcos existentes e os que o fazem.

Os modelos que partem dos marcos existentes incorporam as mulheres tanto como sujeitos quanto como objetos de estudo. Essa estratégia é identificada por Harding (1986) como “añada mujeres”²⁵. A economia de gênero é uma variante econômica desse enfoque, em que se identificam duas correntes centrais: os estudos de equidade e o empirismo feminista.

Os estudos de equidade, conforme a terminologia de Harding (1986), são aqueles que identificam a ausência ou sub-representação das mulheres na comunidade científica, portanto a sua negação como sujeito epistemológico. Os estudos nesse sentido têm o propósito de questionar essa exclusão e registrar sua extensão e características, sem necessariamente questionar as formas de criação do próprio conhecimento.

Portanto, realizam-se análises quantitativas sobre a proporção de mulheres no âmbito acadêmico – que reproduz a discriminação própria do mercado de trabalho – e de suas publicações. Para solucionar essa presença desigual, as propostas dos estudos de equidade estão direcionadas para garantir um contexto efetivo de igualdade de oportunidades para mulheres e homens e incentivar as mulheres a ingressarem nesses espaços (OROZCO, 2005:47-48).

Para o empirismo feminista, a experiência das mulheres não tem sido objeto de análise econômica devido à presença de desvios androcêntricos que impedem a realização de uma boa ciência e a obtenção de análises objetivas. Seu objetivo principal é reverter esses erros

²⁵ A expressão cunhada por Harding (1986) pode ser traduzida por “acrescenta-se mulheres”. Mais tarde, Hewitson (1999) a complementaria com a expressão “añada mujeres y revuelva”, ou seja, “acrescenta-se mulheres e misture”.

históricos, sem, contudo, questionar o método científico e os marcos teóricos preexistentes, mas incorporando as mulheres a eles.

Essa abordagem considera que as relações de gênero são relevantes para que se possa entender o que ocorre nos mercados. O empirismo feminista se caracteriza pela busca de uma explicação para as desigualdades entre mulheres e homens nos mercados e não apenas de uma justificativa, especialmente em relação ao mercado de trabalho.

O tema central que enfrentam os (as) economistas interessados(as) nos estudos de gênero é explicar e desenvolver modelos para entender por que as mulheres ganham menos do que os homens, por exemplo. Trata-se de adaptações das pesquisas de gênero às metodologias androcêntricas.

1.6.2. A economia feminista

A economia feminista se propõe a uma revisão da epistemologia predominante nas ciências econômicas ao questionar a divisão sujeito/objeto, a identidade do sujeito que produz conhecimento e que é tratado como um ser abstrato, dotado de razão e acima dos interesses de gênero, e o critério da objetividade como legitimador do conhecimento. Para a economia feminista, a objetividade não é neutra, pelo contrário, ela oculta os verdadeiros interesses que formam a base do discurso científico (OROZCO, 2005:49).

A nivel del ámbito de estudio, la economía feminista se caracteriza por asumir como tarea prioritaria el replanteamiento de la estructura androcéntrica que identifica la economía con lo monetizado y desvelar los sesgos androcéntricos subyacentes. En primer lugar, se pretende dar una definición más amplia de lo económico que, de forma clave, atienda a las actividades invisibilizadas históricamente realizadas por las mujeres. Se trata, por tanto, de descentrar a los mercados hacia los que se había dirigido la mirada primordial o exclusiva. Este descentramiento tiene que permitir, en segundo lugar, una recuperación de los elementos femeninos invisibilizados, recuperando a las mujeres como agentes económicos. En tercer lugar, es necesario mostrar las relaciones de poder de género que subyacían a la

estructura dicotómica y, a la par, convertir dichas relaciones en un objeto legítimo de estudio económico. (Orozco, 2005:50)

Tudo isso tem consequências metodológicas que implicam reformulações profundas dos marcos preexistentes. Portanto, a economia feminista se apoia em um enfoque normativo e assume como tarefa a busca de soluções.

1.6.2.1. A economia feminista de conciliação

A economia feminista de conciliação busca redefinir os princípios da economia e do trabalho, recuperando o conjunto de atividades femininas que se tornaram invisíveis pela teoria econômica. Essa tarefa envolverá diferentes momentos.

Em primeiro lugar, trata-se de tornar visível o trabalho doméstico e de reprodução, redefinir o conceito de trabalho para contemplar o trabalho doméstico e a medição desse trabalho por meio de sistemas de contabilidade nacional, bem como desenvolver o método mais adequado para a medição.

Em segundo lugar trata-se de tornar visível a desigualdade nas relações de gênero. Para que se possa compreender essas implicações de gênero, é fundamental integrar na análise econômica termos até então fora deste campo de análise, como, por exemplo, gênero, sexo e patriarcado.

Como desdobramentos, aparecem dois conceitos centrais: a divisão sexual do trabalho e o conceito de família nuclear tradicional. A divisão sexual do trabalho, de origem marxista, mas que posteriormente seria utilizada pelo conjunto de economistas feministas de conciliação, pretende captar toda uma estrutura social em que mulheres e homens têm condições diferentes no trabalho profissional e doméstico (MARUANI, 2000:65). O conceito de família nuclear tradicional, baseado no modelo de homem provedor e mulher dona de casa, tem sua origem vinculada às análises micro de recorte neoclássico.²⁶

Em terceiro lugar, se analisa as causas da desigual divisão entre mercado e não mercado, e, para essa questão, se colocam duas explicações. A primeira se concentra no

²⁶ Uma análise mais detalhada desse modelo será desenvolvida no capítulo 2.

economicismo e numa visão unidirecional, atribuindo tudo que ocorre no âmbito doméstico como consequência de interesses e processos oriundos do mercado. Para os que compartilham dessa abordagem, é a preponderância de uma lógica do capital que determina o que ocorre no âmbito doméstico. A decorrência dessa explicação, para uns, será a aplicação de um método marxista, sem, no entanto, reelaborá-lo; para outros, a aderência à metodologia neoclássica, pois consideram que é a lógica de maximização da função utilidade que explica os processos mercantis e não mercantis.

A segunda explicação reconhece que a realidade é uma complexa interação de forças mercantis e não mercantis, de relações de classes e de gênero que estão entrelaçadas e agem de forma simultânea.

Essas duas explicações podem ser consideradas bidirecionais, que atendem a elementos até então ausentes das análises econômicas, o que torna necessária, com a introdução de novos conceitos, a ampliação das categorias econômicas.

Para Orozco, essa abordagem é a que mais tem evoluído nos estudos da economia feminista, uma vez que reconhece que existe um processo de realimentação das condições de desigualdade entre mulheres e homens presente no âmbito doméstico e do mercado (OROZCO, 2005:53).

Enfim, é a partir da análise de ambas as esferas econômicas que se poderá explicar a totalidade da realidade e da atividade econômica das mulheres. O enfoque da produção – reprodução, proposto por Carrasco (2006), é o que mais claramente mostra que, ao integrar essas duas esferas econômicas atribuindo-lhes a mesma importância analítica, pretende-se entender os processos de geração de bem-estar social (CARRASCO, 2006).

1.6.2.2. A economia feminista de ruptura

O centro de análise da economia feminista de ruptura situa-se na sustentabilidade humana. Para essa abordagem, não é suficiente integrar uma nova esfera de atividade econômica como a casa, o trabalho doméstico e a reprodução, conforme propostas da análise da economia feminista de conciliação, uma vez que as análises continuarão a privilegiar o que ocorre no mercado, e as esferas consideradas não econômicas continuarão sendo analisadas de forma derivada e, portanto, secundarizadas (HIMMELWEIT, 1995).

Segundo Orozco, produção e reprodução não têm o mesmo valor analítico, uma vez que, a produção e os mercados não possuem valor em si mesmos, mas à medida que colaboram ou impedem a manutenção da vida, que é a categoria central de análise.

A adoção do conceito de sustentabilidade da vida como categoria primária de análise não significa uma definição fechada e estática da economia, mas a procura de abrir um espaço ao conjunto de relações sociais que garantem a satisfação das necessidades das pessoas e que estão permanentemente em transformação (POWER, 2004). Esse enfoque renuncia à busca de um sujeito unitário com uma experiência e interesses comuns que definem a mulher no mundo, reconhece a diferença e as relações de poder que se estabelecem entre as próprias mulheres.

Para Carrasco, as necessidades humanas não se resumem aos bens e serviços, mas também aos afetos e às relações (2001:14). Isso significa que os valores tradicionalmente associados às mulheres como o cuidado, e que sempre estiveram na periferia das análises econômicas, devem ser revalorizados e reconhecidos. Desse ponto de vista, a noção de trabalho utilizada para delimitar o trabalho realizado no mercado necessita ser ampliada para incorporar todas as atividades que entram na formação de parte do processo de sustentabilidade da vida humana.

Portanto, identifica-se na formulação que propõe medidas de igualdade de oportunidades uma aproximação da economia de gênero, em que se reforçam os parâmetros definidos a partir do masculino e do mercado como o ideal a ser alcançado. Entre as feministas adeptas das políticas de conciliação entre trabalho e família, encontramos a segunda definição, cujas políticas de conciliação podem ser identificadas, nos países desenvolvidos, por meio das políticas de trabalho em tempo parcial; e, nos países em desenvolvimento, pela utilização do emprego doméstico. Em ambas as teorias, a resolução entre casa e trabalho é responsabilidade das mulheres. A primeira não propõe soluções para o trabalho doméstico, reforçando a dupla jornada, e, na segunda, as soluções aprofundam a precarização do trabalho. Sendo assim, somente modificando-se a lógica mercantil que domina o sistema econômico, como sugerido pela economia feminista de ruptura, é que se terá formas alternativas de se ver o mundo.

A proposta da economia feminista é repensar o pensamento econômico com o objetivo de melhorar as condições econômicas das mulheres, a teoria econômica e as políticas em que ela está fundamentada. O principal argumento que sustenta esse objetivo é que a maior parte das bases e recomendações de políticas econômicas está fora de lugar e de tempo, tais

políticas são produto de uma determinada época em que foram concebidas e desenvolvidas, e do sexismo presente em nossas sociedades. A economia é considerada como algo distante das lutas sociais e políticas e, especialmente, do movimento feminista.

Supõe-se que a economia seja uma ciência objetiva e que seus modelos e metodologias foram desenhados para assegurar uma análise rigorosa e precisa. Para a economia feminista, a economia tradicional está longe de ser objetiva e neutra. A definição de economia como uma ciência que está baseada em modelos matemáticos e nas escolhas racionais dos indivíduos assume pontos de vista sobre a identidade humana e sobre a natureza do conhecimento que estão ligados ao androcentrismo tradicional. Tal definição reforça o individualismo com a figura do “*homo economicus*”, sujeito autônomo, racional e livre para escolher entre distintas possibilidades.

A teoria feminista argumenta que certos modelos, temas e metodologias da teoria econômica foram resultados de um processo altamente influenciado pelas percepções dos economistas sobre o valor de atividades e atributos que eram vistos como masculinos ou femininos. É possível identificar, entre os economistas tradicionais, a preferência por enfoques de áreas mais “formais”, como comércio e governo, e certa secundarização das áreas relacionadas com a equidade social e econômica (ULLOA, 2000).

As contribuições da economia feminista para a teoria econômica, assim como para outras disciplinas, têm quatro componentes fundamentais: i) dar visibilidade às mulheres como sujeitos, legitimando suas experiências e perspectivas; ii) reconhecer e entender as desigualdades entre mulheres e homens; iii) modificar a teoria, a metodologia e as práticas da disciplina econômica; e iv) desenvolver um método que inclua todas as pessoas.

Nesse sentido, a economia feminista, com foco na sustentabilidade da vida humana, se constitui em um instrumento valioso de análise que permite uma crítica global ao sistema capitalista e à economia de mercado e, por isso, foi mais rapidamente incorporada pelos movimentos feministas que questionam o liberalismo econômico e a globalização. A sua influência pode ser constatada nas ações da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil e em organizações feministas como a Sempre Viva Organização Feminista - SOF que vêm desenvolvendo suas estratégias a partir de uma perspectiva que coloca no centro a vida humana em contraposição ao mercado, valorizando o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres e denunciando o paradigma dominante que desconsidera as desigualdades entre os sexos como consequência da divisão sexual do trabalho. A partir dessa perspectiva várias iniciativas

importantes merecem destaque, a exemplo do enfoque da economia solidária, do trabalho no campo e a presença significativa das mulheres na agricultura familiar, o significado do enorme contingente de mulheres envolvidas com o trabalho doméstico no Brasil e número relevante de mulheres que se encontram em atividades não remuneradas ou simplesmente fora do mercado de trabalho.

O espectro de análise que se abre a partir das contribuições da economia feminista é muito amplo e praticamente abrange todas as áreas de estudo da economia; mas para o desenvolvimento deste estudo focaremos no mercado de trabalho, demonstrando por meio das estatísticas de trabalho a relevância desta problemática quando se analisam os indicadores de emprego, desemprego e perfil ocupacional.

CAPÍTULO 2

O PAPEL ECONÔMICO DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO CLÁSSICO, NEOCLÁSSICO E MARXISTA

Os fundamentos da economia moderna foram consolidados ao longo do século XIX pelos paradigmas econômicos clássico e neoclássico. O pensamento econômico que se constituiu em paralelo ao desenvolvimento do capitalismo oculta a interação entre o processo de produção e o processo de reprodução social que se forma no interior do sistema. Ao excluir da análise a dimensão reprodutiva e valorizar unicamente a esfera do mercado como o espaço privilegiado para a realização do processo de acumulação, o sistema relega as mulheres à dimensão privada e remove qualquer evidência de reconhecimento social do seu trabalho produtivo.

A separação imposta pelo sistema entre o público e o privado sancionará o lugar das mulheres não somente no espaço produtivo, mas em todas as demais dimensões da sociedade. Essa falta de reconhecimento se aprofundaria com a hegemonia da teoria neoclássica que segue com forte influência até os dias atuais. Ao deslocar o conceito de valor-trabalho dos clássicos para um conceito de escassez, a teoria consolidou a separação entre as duas esferas e afastou o domínio privado de reprodução social do processo de produção e acumulação.

Apesar de bastante consolidada e ainda dominante, essa concepção vem sendo confrontada com diferentes tipos de críticas ao longo das últimas décadas. Mas é com os instrumentais de análise marxista que a crítica feminista será mais bem fundamentada, fornecendo as bases para uma compreensão do papel econômico das mulheres no esquema geral de produção econômica e reprodução social.

2.1. As economias pré-industriais e as mulheres

O pensamento liberal moderno e a revolução industrial impulsionaram a reestruturação de uma nova ordem econômica, social e moral a partir do século XVII. Esse processo resultou, no campo das relações econômicas e sociais, na separação das atividades voltadas ao mercado das atividades realizadas no âmbito domiciliar, o que limitou a capacidade produtiva das mulheres às atividades domésticas e aos trabalhos de menor qualificação e baixos salários.

Nas formações econômicas e sociais pré-capitalistas, a propriedade e a agricultura constituíam a base da ordem econômica e, conseqüentemente, o objetivo econômico principal era a produção de valores de uso, isto é, a reprodução dos indivíduos em determinadas relações com sua comunidade. Neste período, a agricultura era realizada em pequena escala, voltada ao autoconsumo e, uma parte, à comercialização, essa tarefa envolvia toda a família.

Na Roma antiga, por exemplo, o membro da comunidade se reproduzia, não por meio da cooperação em trabalho produtor de riqueza, mas cooperando em trabalhos para os interesses da comunidade destinados à manutenção da união face às pressões externas ou internas. No mundo germânico, como descreve Marx, não existia concentração de grande número de propriedades e a família atuava como unidade independente (1985:70-6).

Já nos sistemas de escravidão, em que as famílias produtoras eram totalmente integradas à produção, em benefício dos proprietários de terra, percebe-se que a produção das famílias era necessária à produção de excedente. Os proprietários exploravam as mulheres tanto como produtoras diretas como reprodutoras. De modo que as mulheres tinham que, não só fazer o trabalho excedente para os proprietários da terra, como também ter um grande número de filhos (DAVIS, 2016).

Nessas formações sociais, exceto nos sistemas de escravidão²⁷, a força de trabalho atuava de forma cooperativa, sendo a base familiar um centro independente de produção, em que o mundo do trabalho e o doméstico se complementavam. Com o advento das sociedades industriais houve uma ruptura nesse modelo de unidade familiar.

Para Zaretsky, na sociedade pré-capitalista as funções de reprodução, tratamento dos doentes e dos idosos e a manutenção da propriedade pessoal eram funções da família, embora houvesse outras formas de atividade econômica que não estavam baseadas nas unidades familiares. A importância da atividade agrícola era tão expressiva que não havia como não se apoiar no trabalho doméstico cooperativo e principalmente na divisão sexual do trabalho e, mesmo quando se delimitavam tarefas para homens e mulheres, identificava-se uma dependência que era recíproca (ZARETSKY, 1976:13). Assim, a compreensão da família e da economia como domínios separados é específica da sociedade capitalista.

²⁷ No entanto, segundo Angela Davis, em seu livro *Mulheres, raça e classe*, a vida doméstica nas senzalas se pautava pela igualdade sexual. O trabalho que ambos os sexos realizavam para si mesmos sem o controle de seus senhores era cumprido em termos de igualdade (Davis, 2016:30).

Até os primórdios do século XVII a organização da produção estava baseada na coexistência de três formas:

- 1) Produção doméstica²⁸: forma de produção em que os bens produzidos eram para o uso exclusivo da família e não estavam sujeitos a um sistema de troca;
- 2) Indústria familiar²⁹: forma pela qual a família tornava-se unidade de produção de bens a serem comercializados (vendidos ou trocados). Nessa estrutura, o dinheiro obtido pertencia à família e não aos membros individuais;
- 3) Indústria capitalista: é o sistema por meio do qual a produção era controlada pelos donos do capital e os homens, as mulheres e as crianças vendiam a sua força de trabalho em troca de um salário.

Nesse período, as mulheres detinham grande capacidade produtiva e estavam organizadas na base das indústrias familiar e doméstica, portanto, não se identificava uma linha divisória entre as ocupações domésticas e as de outros ramos do trabalho. Desta forma, tornava-se difícil distinguir o quanto era destinado ao mercado e o quanto estava voltado para o consumo familiar. Como o trabalho nessa época era igualmente produtivo, tanto para fins domésticos quanto para o comércio, essa diferenciação não se colocava e, com isso, também não se estimava a extensão da dependência social dos serviços das mulheres (CLARK, 1919:290-1).

Para Clark, tanto a mulher que faz o filamento para vestir sua família como a que fornece alimentos da sua produção doméstica produzem exatamente os mesmos bens como se houvessem produzido para o mercado. Não faz nenhuma diferença para seu valor real se esses bens são consumidos pela sua própria família ou por outras famílias (1919:291).

La elaboración del alimento, la fabricación del vestido y de instrumentos de trabajo, el acarreo del agua, la recogida de leña, el mantenimiento del fuego, el cuidado de los animales domésticos, la venta en los mercados locales de los productos de campo o por ellas elaborados, el cuidado de las personas, la creación de los hijos, la preparación y administración de remedios y medicinas, la limpieza del entorno, etc. constituyen tareas productivas sin las cuales no puede

²⁸ Clark define essa forma de organização como *Domestic industry* (1919:6).

²⁹ Uma das características da indústria familiar é a posse de capital e trabalho. Entretanto, essas condições raramente estavam presentes no século XVII, seja porque os mais ricos mantinham empregados assalariados, além dos membros da família ou, no caso dos artesãos, não raro a produção estava voltada para o atendimento do capitalista que fornecia o material necessário (ferramentas e matéria-prima).

reproducirse ni prosperar ningún grupo humano. (BALLARÍN et al, 2010:7)

A indústria de fiação e tecelagem dependia totalmente do trabalho realizado pelas mulheres; assim como na agricultura toda a gestão de vacas leiteiras, laticínios, aves domésticas, porcos, pomares e jardins estavam sob a responsabilidade das mulheres. A contribuição para o cultivo também era demonstrada pelo fato de que, na Inglaterra, se os colonos fossem casados receberiam o dobro de terras (CLARK, 1919:293).

Apesar da importância do papel das mulheres nas indústrias têxteis e na agricultura, havia outro estrato de mulheres ligadas ao comércio, com habilidade e conhecimento sobre ramo de negócios da família. A presença das mulheres no negócio do marido era tão importante que o trabalho doméstico, na maior parte das vezes, era realizado por pessoas empregadas para essa função. Ou seja, a capacidade produtiva dessas mulheres era superior à força de trabalho empregada nas tarefas domésticas.

Por se tratar de tarefas realizadas no domínio privado, a adequação estava mais associada ao espaço em que se realizava do que propriamente às habilidades femininas. A conciliação do trabalho com a rotina familiar era uma das características da época, mas não a única, e o produto do trabalho era propriedade conjunta da família. Os serviços de educação e cuidado eram computados entre as tarefas domésticas das mulheres. Excluídas das escolas e universidades, as mulheres desenvolviam suas habilidades adquiridas pela experiência e tradição, raramente repousando sobre uma base científica.

A separação do mundo público como mundo masculino e o mundo privado como mundo feminino é uma convenção que não reflete, em última instância, a totalidade das relações sociais entre os sexos. As mulheres sempre estiveram no espaço público. Pelo menos uma grande parcela delas. Em especial em virtude das desigualdades de classe, a realidade de uma grande parte das mulheres nunca se circunscreveu exclusivamente ao mundo privado, como prega o ideal de feminilidade do mundo moderno. Em situações históricas diversas, numerosas mulheres da classe trabalhadora, das camadas populares, dos setores não dominantes, sempre estiveram no mundo do trabalho. Seja pelas relações de escravidão, seja por sua situação de classe na produção

capitalista, é inegável a presença das mulheres no mundo público.
(GODINHO, 2007:21)

Os estudos que tratam do trabalho das mulheres nas sociedades pré-industriais sugerem que já havia uma presença expressiva em diferentes tipos de ofícios, indicando que a supremacia masculina no trabalho remunerado não encontra evidências empíricas. Entre os séculos XV e XVI, em Frankfurt, as mulheres participavam ao redor de 201 ocupações, monopolizavam 65 delas, predominavam em 17 e se igualavam ao número de homens em 38 ocupações (KING, 1993:91). As mulheres também figuravam na lista de trabalho como ferreiras, ourives, comerciantes, jardineiras, costureiras e tecelãs³⁰.

Segundo Scott, no período que precede a industrialização, as mulheres já trabalhavam regularmente fora de suas casas. Casadas e solteiras vendiam bens nos mercados, obtinham rendimentos com o pequeno comércio ou como vendedoras ambulantes, se empregavam em trabalhos eventuais como amas, criadas, lavadeiras ou trabalhavam em oficinas de cerâmica, confecção de roupas e produtos de metal. Em busca de salários, as mulheres ingressavam em um amplo espectro de trabalhos (1993:405-35).

A integração da força de trabalho ao modo de produção capitalista redefiniu o lugar das mulheres no mundo produtivo e o trabalho doméstico não remunerado adquiriu um significado específico ao subsidiar a produção capitalista, fornecendo, dessa forma, os serviços necessários para a sua subsistência e reprodução.

Para Clark (1919), o advento do capitalismo e o surgimento da grande indústria alteraram de forma significativa a posição econômica das mulheres de três formas: (i) por meio da substituição do salário familiar pelo salário individual, possibilitando aos homens se organizarem para competir no mercado de trabalho, sem compartilhar com as mulheres; (ii) pelo rápido aumento da riqueza, que permitiu que as mulheres das classes superiores que anteriormente compartilhavam responsabilidades fossem excluídas de todas as relações com os negócios da família; e (iii) pela incorporação dos homens que se dedicavam a alguma

³⁰ A presença das mulheres em determinados ofícios não era bem vista em muitas cidades (francesas, inglesas, holandeses) que, para impedi-las, não permitiam o seu acesso a muitas corporações. Nestes casos, na Inglaterra, por exemplo, a mulher era admitida somente em raras ocasiões, geralmente quando eram esposas ou viúvas de um mestre artesão.

corporação de ofício ao trabalho nas indústrias sem que houvesse possibilidade de a mulher seguir na mesma direção.

A organização capitalista privou as mulheres da oportunidade de compartilhar formas mais rentáveis de produção, confinando-as como assalariadas aos comércios inseguros. A ideia de propriedade individual dos salários era relativamente recente, pois os hábitos dominantes continuavam a considerar o salário como propriedade conjunta da família, embora controlado pelo pai e, assim, a noção de que poderia ser vantajoso para os homens remover as mulheres do mercado de trabalho melhor remunerado teria parecido ridícula no século XVII. (CLARK, 1919:299)

Enquanto o sustento da família dependesse da produção familiar, nenhum membro da família poderia ganhar ou perder sem que o outro também compartilhasse dessa perda ou vantagem. Essa condição se altera com o surgimento da indústria e de uma nova dinâmica de divisão social e sexual do trabalho.

O capitalismo enquanto um sistema de relações econômicas e sociais rompe com essa lógica e passa a tratar a todos diretamente como indivíduos. A competição foi introduzida no mercado de trabalho, onde homens e mulheres passaram a concorrer por trabalho e salários. O primeiro fruto do individualismo foi a exclusão das mulheres de determinados ofícios para manter altos os salários. As associações de ofícios restringiam o acesso às profissões qualificadas; segundo Stuart Mill, algumas dessas associações impunham condições aos empregadores para não contratarem mais do que um número limitado de aprendizes (1983:315).

Essas limitações afetaram o trabalhador manual, as mulheres, a população oriunda do campo que buscava na indústria novas oportunidades de trabalho, isto é, parcela da população que não detinha conhecimento e formação especializada.

Es a partir del siglo XVI, aunque con diferencias según los países, cuando las mujeres comienzan a ser desplazadas de algunos de los oficios que tradicionalmente habían desempeñado. Son expulsadas de los gremios y encuentran cada vez más dificultades para encontrar un trabajo en los talleres. Las condiciones laborales de las mujeres irán

empeorando progresivamente a medida que nos adentramos en la edad Moderna, conservando sólo las tareas más ingratas, peor remuneradas y con menor prestigio. En el siglo XVII con la protoindustrialización se consolidan estas tendencias que desplazan a las mujeres a los sectores productivos más marginales. (BALLARÍN et al, 2010:16)

Conforme entendimento de Clark (1919), duas explicações podem ser dadas à falta de formação especializada das mulheres: a primeira estava na crença de que isso era desnecessário, uma vez que investimentos em especialização exigem tempo e dinheiro. Além disso, como no curso normal da vida de uma mulher certa proporção de seu tempo e energia eram dedicados à maternidade e à educação dos filhos, parecia ser coerente que os recursos deveriam ser direcionados aos homens, empregando mulheres em processos que bastava conhecimento geral e senso comum, empurrando-as para as atividades mais precárias.

A segunda explicação é a doutrina da sujeição das mulheres aos seus maridos. Essa tese ganhou vigor com o desenvolvimento do capitalismo. A organização do processo produtivo na indústria estruturada sob uma base individual, rompe com os arranjos familiares de produção e apropriação de produtos fabricados dentro do sistema familiar e sob um regime de cooperação mútua, reduzindo dessa forma a eficiência econômica da mulher, uma vez que elas não foram incorporadas ao novo sistema produtivo nas mesmas condições que o sexo masculino.

Essa separação passou a ser funcional para o sistema econômico e social em formação, uma vez que caberia às mulheres o papel de reprodutoras de uma força de trabalho vital para a própria sobrevivência do sistema, que necessitava de trabalho assalariado para produzir mercadorias – e o próprio trabalho também era considerado uma mercadoria como outra qualquer e os custos de sua reprodução dependiam do trabalho gratuito realizado pelas mulheres no interior das famílias.

Todo esse sistema conta com uma base política e filosófica para legitimar determinadas práticas e tratá-las como natural, como parte da cultura. No século XVII era perceptível a influência da filosofia política moderna, em cujo centro estava o indivíduo, entendido como sendo do sexo masculino. O Estado contemporâneo estruturou-se nos marcos de uma concepção liberal, tornando-se hegemônico com o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente. De acordo com Pateman (1993), o fundamento teórico da separação liberal entre público e privado foi dado por Locke que, ao postular o poder político como fruto de uma

convenção, argumenta que ele só pode ser exercido por indivíduos livres e iguais, capazes de expressar consentimento. Defensor da liberdade natural do homem, sustentava que nem os animais nem as mulheres participavam dessa liberdade e tinham de estar subordinadas ao homem (MONTERO, 2008:44).

Dentro das famílias a mulher tinha uma posição, mas essa posição não era contemplada entre os pensadores da teoria política e da filosofia como Locke, e Hobbes, que concebiam a sociedade com uma linha nitidamente traçada que separava as esferas de homens e de mulheres³¹. As mulheres, confinadas dentro do círculo de suas responsabilidades domésticas; enquanto os homens, livres para explorar o mundo público. Para a doutrina liberal, a família é um espaço de permanência e manutenção na sociedade, da estabilidade e da moralidade. Hegel também concebia as mulheres subordinadas aos seus maridos, uma vez que via a sociedade industrial emergente como um espaço hostil às mulheres, mas, ao mesmo tempo, esta sujeição era a única garantia de controlar a propriedade privada e a sua transmissão (CARRASCO, 1999).

Pateman reconhece que os indivíduos naturalmente livres e iguais que povoam “a mais famosa e influente história política dos tempos modernos” (1993:15) não são uniformes nas teorizações dos filósofos políticos. Relembrando John Rawls, ela denuncia que o tipo de associação política que um teórico deseja justificar também influencia as características “naturais” que ele atribui aos indivíduos e, nesse ponto, Pateman atesta criticamente que todos os teóricos clássicos do contrato – exceto Thomas Hobbes – convergiram ao sustentar que as capacidades e os atributos variam de acordo com o sexo. Somente os seres masculinos são dotados das capacidades necessárias para participar do contrato social; somente os homens são indivíduos. E arremata: “*A diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é a diferença entre liberdade e sujeição*”. (PATEMAN, 1993, apud. MOURA, 2014:21)

³¹ A racionalidade científica que se impõe a partir do século XVI desenvolve uma noção de sexo e gênero distinta daquela construída na antiguidade em que se pregava a superioridade universal dos homens. A necessidade de uma explicação racional vai buscar nas diferenças biológicas entre mulheres e homens as razões da “inferioridade” das mulheres. Enquanto o sexo remete às características fisiológicas, o gênero define os papéis em função das suas raízes biológicas, portanto, o gênero estará determinado pelo biológico. A ideologia da inferioridade das mulheres determinada por suas características biológicas influenciou de forma decisiva na exclusão das mulheres do acesso à cidadania nos séculos XVIII e XIX.

O aspecto realmente significativa desta modificação de orientação das ideias sociais é a relação que ela introduz entre a vida das mulheres e a dos homens, porque os homens, até então, viviam assim como as mulheres, no ambiente familiar.

O reconhecimento de uma oposição entre o público e o privado e sua relação com a produção e a economia como um substrato que legitima a imposição de papéis sociais diferenciados para os sexos é uma das grandes contribuições das feministas socialistas do final do século XIX. Até então, a luta estava voltada para a extensão dos princípios de liberdade, igualdade e de acesso à educação e pouca atenção foi dada pelas feministas liberais à separação entre esfera pública e privada.

Com o desenvolvimento do capitalismo, as formas de produção e mercantilização dominantes possibilitaram que permanecesse invisível o processo cotidiano de reprodução da vida. Estabeleceu-se uma separação entre os processos de produção, entendidos como a produção mercantil – para o mercado – e a ação para a produção e a sustentabilidade da vida humana. Ao mesmo tempo, as mudanças na estruturação do modelo de família, visto como separado da esfera da produção, isolavam de maneira singular as mulheres em uma nova configuração da vida privada.

Assim, a identidade feminina é atribuída e construída socialmente com base naquilo que se considera sua natureza frágil, mas dotada de encantos, suavidade e graça, pretensamente adequada ao mundo privado. E se constitui historicamente uma estrutura de hierarquia nas relações sociais³² em que a superioridade masculina vai se expressar em todas as dimensões da vida. Essa superioridade é legitimada por um arcabouço legal e institucional que nega às mulheres o direito de se constituírem como sujeito político e social.

Certamente, há uma alteração nesses padrões de relação com as mudanças na forma de organização da produção e do trabalho no sistema capitalista, em que se intensifica o processo de exclusão das mulheres, ao limitar a capacidade produtiva delas ao campo do trabalho doméstico ou aos mais baixos salários de trabalho não qualificado. Quando o trabalho foi transferido da produção familiar para o trabalho assalariado, houve uma alteração no valor atribuído à capacidade produtiva de seu trabalho para a sua família. Quando a mulher estava ocupada na indústria familiar, o valor total do que produzia era mantido pela sua família, mas

³² Certamente não há um padrão natural nessas relações, são frutos de processos sociais e econômicos em que parcela da sociedade, em contextos históricos e sociais específicos, se apropria de determinadas características em seu próprio benefício.

quando passa a trabalhar em troca de um salário, sua família receberá apenas a porção de valor que consegue negociar na difícil barganha no mercado de trabalho.

Essa depreciação do valor produtivo da mulher para sua família foi de grande influência para sua posição no século XVII. Nesse período há uma nítida separação entre o espaço público e o privado. A vida dos homens se afastava do círculo familiar e se concentrava nas relações sociais externas à estrutura familiar. As mulheres, por sua vez, eram consideradas de responsabilidade privada dos maridos e pais, sem qualquer relação com a vida do Estado e, portanto, não exigindo da comunidade nenhum cuidado.

Uma das principais decorrências do processo de industrialização entre os séculos XVIII e XX está associada ao desaparecimento da família como unidade de produção, a separação entre o trabalho reprodutivo e produtivo e o deslocamento do trabalho produtivo do âmbito doméstico e da indústria familiar para as fábricas. A nova ordem econômica gerou formas de segregação sexual no trabalho que se concretizou, de um lado, pela atribuição exclusivamente feminina das tarefas reprodutivas e, por outro, pela designação aos homens das responsabilidades pelas atividades produtivas.

A identificação do trabalho feminino com certos empregos e como mão de obra mais barata se institucionaliza e consolida-se ao longo do século XIX, por meio dos discursos reformistas, vindos principalmente de legisladores, mas também da igreja e de parte do movimento operário, ganhando reforço com as obras clássicas de escritores proeminentes da época como Adam Smith, Alfred Marshall (Ingleses) e Jean Baptiste Say (Francês).

Essa nova ordem se romperá apenas nos períodos de guerra, em que a mão de obra feminina será convocada para ocupar os postos de trabalho masculinos (BALLARIN et al, 2010:18). Como se verá mais adiante, conforme afirma Picchio, há uma relação específica entre o processo de produção e o de reprodução social que são os salários, meio pelo qual, a população tem acesso aos bens necessários para a sua subsistência (PICCHIO, 1992).

De acordo com Scott, a conciliação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo vai se colocar como um problema no capitalismo industrial com o argumento da incompatibilidade de conciliar valores morais como feminilidade e maternidade *versus* trabalho assalariado, feminilidade *versus* produtividade. O legislador francês, citado por Scott, Jules Simon, em 1860, afirmava que: “*Una mujer que se convierte en trabajadora ya no es una mujer*” (SCOTT, 1993:405-35).

A industrialização, segundo Scott, não forçou as mulheres a eleger entre a domesticidade e o trabalho assalariado fora de casa, nem tampouco é a causa do “problema das mulheres”, ao restringi-las a empregos marginais ou mal remunerados. Para a autora, o que orientava a decisão dos empregadores pela contratação de mulheres era o conjunto de valores que foram se incorporando e se naturalizando na sociedade. Para os capitalistas as mulheres representavam uma opção por força de trabalho mais barata.

Quanto menos o trabalho exigia habilidade e força, isto é, quanto mais a indústria moderna progredia – escrevem Marx e Engels em *O Manifesto Comunista* – mais o trabalho dos homens era suplantado pelo trabalho de mulheres e crianças.

A pressão estava presente nos próprios sindicatos. Muitos destes só aceitavam mulheres que recebessem salários iguais aos dos homens. As distinções de trabalho permaneciam de acordo com o sexo, visto que as mulheres eram associadas à força de trabalho barata nas indústrias têxteis, vestuário, calçados, couro, alimentos e fumo. Enquanto os homens se encontravam no setor de minérios, construção, manufatura mecânica e estaleiros.

O trabalho para o qual se empregavam as mulheres se definia como “trabalho de mulheres”, adequado às suas capacidades físicas e a seus níveis de produtividade. Este discurso produzia uma divisão sexual no mercado de trabalho e concentrava as mulheres em certos empregos e sempre no último nível da hierarquia social (SCOTT, 1993:405-35).

2.2. O papel das mulheres na abordagem dos autores clássicos

Na história do pensamento econômico só há registro da presença masculina, embora nesse período três mulheres tenham se destacado no estudo da economia. Trata-se de três economistas britânicas que viveram no século XIX, com grande êxito editorial, cujos livros foram reeditados diversas vezes. Essas mulheres contribuíram para a construção das bases da economia política. As três autoras foram³³: Jane Marcet, que escreveu “Conversações sobre economia política”, editado em 1816; Harriet Martineau, que desenvolveu um conjunto de obras por meio de histórias em forma de novelas sobre economia política, intituladas “Ilustrações de economia política”, em 1832; e Millicent Garret Fawcett, defensora do sufrágio feminino e

³³Embora de origem burguesa, nenhuma delas teve acesso à formação universitária. A incorporação das mulheres à esfera do conhecimento foi muito reduzida no século XIX. Tinham suas aspirações educativas e profissionais restringidas e limitadas ao espaço familiar.

autora de oito dos catorze ensaios publicados com seu marido em 1872³⁴, intitulados: “Essays and Lectures on Social and political Subjects”.

Entretanto, essas autoras não se ocuparam de uma análise crítica da economia a partir da omissão do papel econômico das mulheres. Essa contribuição só viria quase dois séculos depois, com o trabalho de Michèle Pujol³⁵ (1998), em seu livro intitulado *Feminism and anti-feminism in early economic thought*, obra que analisa criticamente a visão da economia política clássica e o primeiro pensamento neoclássico em relação ao papel econômico das mulheres.

Segundo Pujol, é na obra de Adam Smith que se encontram as raízes de uma parte importante dos atuais conceitos e aproximações teóricas na economia. Em Adam Smith, as mulheres estavam ausentes de toda a reflexão sobre a natureza e a organização da produção capitalista – como espaço em torno do qual se movimentará o novo sistema capitalista. Esse novo sistema econômico, influenciado tanto pelo pensamento liberal moderno como pela revolução industrial, impulsionou uma reestruturação fundada em uma nova ordem econômica, social e moral e teve, como resultado, a consolidação das atividades de mercado, prioritariamente direcionadas aos homens. Ao passo que as atividades realizadas no âmbito familiar estavam relegadas a uma posição secundária, quando não marginal.

Esse contexto contribuiu para que as análises dos pensadores clássicos se concentrassem na produção capitalista – e seu instrumental analítico e conceitual tivesse como referência exclusiva a produção para o mercado. Nesse sentido, extensos estudos e debates vêm sendo realizados ao longo dos últimos dois séculos acerca da percepção do homem por Adam Smith, que entende que a iniciativa individual e a propriedade privada constituem as premissas motivadoras do ganho. David Ricardo, embora reconhecesse a existência de leis universais e, nesse sentido, tratasse a economia de forma mais objetiva, compreendia que a dimensão máxima do homem residia no interesse pessoal, ao escolher a mais alta taxa de rentabilidade, minimizar os custos unitários e, sobretudo, perseguir o interesse próprio sem qualquer atenção explícita para o bem-estar dos outros (BLAUG, 1994:323-4).

³⁴ Millicent Garret casou-se, em 1867, com Henry Fawcett, deputado liberal independente e professor de economia política na Universidade de Cambridge.

³⁵ Michèle Pujol morreu em 1997 aos 46 anos. Sua morte prematura representou para o movimento de mulheres a perda de uma militante ativa e privou a economia feminista de uma grande crítica à economia predominante. Pujol foi pioneira no que podemos denominar como “a história feminista da economia”, com suas análises críticas à economia clássica e à primeira escola neoclássica.

Embora Smith parta das motivações humanas para explicar a economia política, é particularmente John Stuart Mill quem amplia o papel do indivíduo na construção metodológica da análise econômica, ao descrever os fenômenos sociais a partir do comportamento individual, restringindo-se a fatores econômicos. Ele faz entrar no escopo da economia a ascensão dos homens a partir de suas características comuns e não das especificidades. Ainda assim, após a obra deste autor, acentuou-se o individualismo metodológico, já que Mill via o homem submerso numa rede de relações sociais (LOPES, 2012:5).

É nesse contexto que, segundo Carrasco (2008), produziu-se uma redefinição dos espaços públicos e privados, iniciando-se uma tradição que ignora a divisão do trabalho por sexo e oculta o trabalho familiar doméstico e sua articulação com a reprodução do sistema capitalista (2008:5).

2.2.1. Adam Smith e o papel das mulheres: reprodução social da população

As origens da Economia Política³⁶ estão situadas na segunda metade do século XVIII com os fisiocratas e, principalmente, com o pensamento de Adam Smith que representou um rompimento com a tradição da Escola Fisiocrática, que considerava a produção agrícola como a base econômica³⁷. Na produção industrial estavam assentadas as bases para *a produção de riqueza* ou nas palavras do próprio autor, *a produção de bens úteis* e o trabalho humano, a fonte de toda a riqueza. No seu esquema, o preço real das mercadorias era definido pela quantidade de trabalho incorporado. Pelo fato de nunca variar em seu valor, o fator trabalho era o melhor padrão para estimar o valor de uma mercadoria.³⁸ Mas sem dúvida uma das principais

³⁶ Durante o século XIX, a ciência política era designada pelo termo Economia Política. Essa designação tendeu a desaparecer a partir do início do século XX, com a crescente inserção/expansão da teoria marginalista que passou a reivindicar o termo Economia para a ciência econômica, dada a sua aspiração teórica de ser uma ciência pura como a Física e a Matemática. Do ponto de vista da história do pensamento econômico, são vários os autores que contribuíram para o saber construído pela Economia Política (Santos, 2007:60).

³⁷Para os Fisiocratas, quanto maior o nível de atividade agrícola, maior o nível de produto total, uma vez que ela permitiria ampliar a produção industrial com o seu excedente. Portanto, a chave para a oferta abundante de bens necessários estava na capacidade de o setor agrícola gerar um excedente de produção.

³⁸Para Smith a variação era determinada pelo lado da demanda, ou seja, pelo empregador que ora poderia adquirir uma quantidade maior ou menor de bens. Essa questão será retomada em Marx, ao afirmar que a força de trabalho é uma mercadoria cujo valor é definido pela quantidade de bens necessários a sua subsistência e reprodução.

contribuições de Smith para a organização econômica capitalista foi o conceito de divisão do trabalho e de economia de tempo.

Os principais aspectos da visão do mercado capitalista de Smith podem ser resumidos da seguinte forma: (i) troca de trabalho por salários; (ii) separação entre a organização da produção e da reprodução; (iii) crescimento econômico com base na produtividade possibilitado pela divisão do trabalho; e (iv) aumento geral dos padrões de vida para todos, apesar da propagação da desigualdade social.

Na interpretação de Pujol, na obra de Smith praticamente não há referências ao papel econômico das mulheres, exceto para reforçar o seu lugar na família: esposas e mães. O autor ignora a divisão sexual do trabalho e sua articulação com a reprodução do sistema capitalista ao reproduzir uma visão de mundo em que só é objeto de estudo da ciência e da investigação econômica o espaço público, a produção econômica e o masculino. As mulheres devem ser responsáveis pela harmonia, beleza, ética e cuidados em benefício dos homens (PUJOL, 1998:42).

Não existem instituições públicas para a educação de mulheres, não havendo, portanto, nada de inútil, absurdo ou fantástico no curso normal de sua formação. Aprendem o que seus pais ou tutores consideram necessário e útil que aprendam, e nada mais do que isso. Toda a educação delas visa evidentemente a algum fim útil: ou melhorar os atributos naturais de sua pessoa, ou plasmar sua mente para a discrição, a modéstia, a castidade, a economia doméstica, fazer com que tenham a probabilidade de se tornarem donas de casa e a se comportar devidamente quando se tornarem efetivamente tais. Em cada período de sua vida, a mulher vê alguma conveniência ou vantagem em cada etapa de sua educação. (SMITH, 1983:213)

Esse contexto de ideias serviu para, ao longo do século XIX e parte do século XX, justificar a manutenção de diferentes papéis sociais e a reprodução de modelos de educação. Os valores de um modelo clássico como castidade, modéstia, discrição impregnavam os currículos escolares das instituições de ensino para mulheres. Por muitos anos a formação educacional das mulheres esteve voltada para os aprendizados “úteis” para o mundo doméstico. O conteúdo

fundamental dessa aprendizagem era a contribuição desinteressada e gratuita das mulheres à felicidade dos outros (BALLARIN et al, 1995:27).

As poucas referências do autor estão fundamentadas em uma suposta “natureza” feminina. Uma mulher que passa fome, muitas vezes gera mais de 20 filhos, ao passo que uma mulher fina e bem alimentada muitas vezes não se dispõe sequer a gerar um. “*A luxúria no sexo feminino ao inflamar a paixão pelo prazer a enfraquece para a procriação*” (SMITH, 1983:101). As mulheres pobres são responsabilizadas pela pobreza e as ricas contaminadas pela luxúria.

A análise da definição dos salários é tratada por Smith sob dois aspectos: as causas que determinam ou alteram os salários da força de trabalho em geral e as diferenças existentes entre os salários de diferentes ocupações. Para o autor, o principal elemento regulador dos salários é a concorrência e, secundariamente, o costume, quando tratar-se de determinadas circunstâncias específicas³⁹. Uma vez que os salários são definidos pela relação entre a oferta e a procura por força de trabalho, a sua determinação está condicionada à proporção existente entre a população disponível para o trabalho (trabalhadores assalariados) e a quantidade de capital disponível para pagamento dessa mão de obra.

Para Smith, uma remuneração generosa permitiria aos trabalhadores cuidar melhor de seus filhos e, desta forma, ampliar a oferta de força de trabalho disponível na proporção exigida pela demanda de mão de obra. Ou seja, se essa demanda aumentar continuamente, a remuneração do trabalho necessariamente estimulará os casamentos e a reprodução da força de trabalho, por meio de uma população cada vez mais numerosa. Entretanto, se a remuneração em algum momento se colocar abaixo do necessário para o sustento de uma família, a carência de mão de obra elevará seu valor, de forma que a multiplicação excessiva de mão de obra logo a fará baixar para sua taxa necessária (SMITH, 1983:102).

Assim como para Smith, Ricardo também considerava o trabalho, como todas as outras coisas que são compradas e vendidas, tem seu preço natural e de mercado. Haveria uma taxa de salário mínima e que nunca pode descer abaixo disso (1983).

Mas, embora nas disputas com os operários os patrões geralmente levem vantagem, existe uma determinada taxa abaixo da qual parece impossível reduzir por longo tempo os salários normais, mesmo em se

³⁹ Para Smith essas circunstâncias estão relacionadas a determinadas profissões, principalmente as liberais, em que as relações de confiança se sobrepõem à concorrência.

tratando do tipo de trabalho menos qualificado. O homem sempre precisa viver de seu trabalho, e seu trabalho deve ser suficiente, no mínimo, para a sua manutenção. Esses salários devem até constituir-se em algo mais, na maioria das vezes; de outra forma seria impossível para ele sustentar uma família e os trabalhadores não poderiam ir além da primeira geração. Baseado nisso, o Sr. Cantillon parece supor que os trabalhadores comuns, de baixa qualificação, devem em toda parte ganhar no mínimo o dobro do que é necessário para se manterem, a fim de que possam criar dois filhos, já que o trabalho da esposa, pelo fato de ter ela que cuidar dos filhos, mal é suficiente para ela se manter a si mesma. Calcula-se que a metade das crianças nascidas morre antes de chegar à maioridade. De acordo com o que foi dito, os trabalhadores mais pobres devem tentar educar pelo menos quatro filhos, para que dois tenham igual possibilidade de chegar à idade adulta”. Portanto, o salário deve ser capaz de proporcionar algo mais do que o estritamente necessário para a sua própria manutenção. (SMITH, 1983:94)

Nesse sentido, o modo de produção capitalista subverte não apenas as condições de produção de bens, mas também à da própria existência humana, levando a uma reorganização do trabalho na interrelação entre o mundo público e o mundo privado (COMBES; HAICAULT, 1984:27).

As elaborações de Smith avançam no sentido de considerar o trabalho não somente como uma mercadoria, mas também como uma mercadoria produzível. Segundo Picchio, o autor enuncia isso como ‘a demanda por homens, como aquela para qualquer outra mercadoria, necessariamente regula a produção de homens, acelera-se quando está muito lenta e a retém quando avança muito rápido’ (PICCHIO, 1992).

É desta forma que a necessidade de mão de obra, com a de qualquer outra mercadoria, necessariamente regula a produção, apressa-a quando é muito lenta, e a faz parar quando avança com excessiva rapidez. É essa demanda que

regula e determina o estado de propagação da espécie em todos os países do mundo... (SMITH, 1983:102).

Como aponta Pujol (1998), Adam Smith reconhecia a importância da atividade das mulheres em casa, destinada ao cuidado familiar, principalmente no que se refere aos cuidados e à educação das crianças, uma vez que essa influência era indispensável para que se transformassem em trabalhadores produtivos e contribuíssem para a criação de riqueza. A obrigação primeira das mulheres era a de serem mães e esposas, o que tornaria incompatível assumir um emprego fora de casa. Smith reforçava a proximidade com a natureza atribuída às mulheres, frequentemente explicada pela maternidade e pelos cuidados. Em “Teoria dos sentimentos morais”, o autor atribui o caráter do indivíduo e suas virtudes ao afeto familiar, à convivência com seus pais, irmãos e irmãs e ao convívio com a família.

Entretanto, para Picchio, Smith observou o efeito fundamental da separação entre produção e reprodução, ou seja, a redução dos custos de reprodução inerentes na nova estrutura social ao comparar o mercado de trabalho assalariado livre com o caso da escravidão que envolve uma forma diferente de reprodução social. A comparação permite chegar à conclusão de que a separação entre a organização da produção e da reprodução possibilita reduzir os custos de reprodução da força de trabalho como decorrência dessa separação (PICCHIO, 1992:15).

Em suas definições de salários, Smith e Ricardo seguem a indicação de outros autores⁴⁰ de um salário de subsistência visto como o custo necessário para a reprodução da população trabalhadora. Mesmo reconhecendo o papel da reprodução social como uma parte do sistema econômico, não há, por parte da economia clássica, qualquer identificação sobre a divisão sexual do trabalho e as novas formas de reconfiguração de poder entre os sexos. Ao contrário, uma divisão de trabalho com base na exploração e as relações opressivas entre os sexos foram normalmente aceitas como naturais pelos economistas clássicos.

Na análise do trabalho assalariado produzida pelos economistas clássicos não existia nenhuma discussão em torno das raízes da segregação por sexo e tampouco sobre o porquê de os salários das mulheres serem mais baixos. Para eles, o emprego feminino era considerado circunstancial e complementar.

⁴⁰ Picchio, 1992:17.

A escritora Priscila Wakefield, citada em Dimand et al (2000), viveu entre 1751 e 1832, e criticou severamente Adam Smith pelo fato de ele não integrar em suas análises o trabalho das mulheres – tanto mercantil como doméstico – e não abordar o tema da exclusão das mulheres dos trabalhos mais bem remunerados.

No século XIX, as mulheres estavam à margem do progresso econômico e social. As principais reivindicações diziam respeito à sua participação, de forma ativa, na nova sociedade capitalista. As mulheres tomaram consciência de sua capacidade de escolher o que mais era conveniente para suas vidas, começando pela luta pela igualdade de direitos⁴¹.

2.2.2. As mulheres na obra de John Stuart Mill: entre a liberdade e a sujeição

Já o trabalho de John Stuart Mill⁴², e a influência de Harriet Taylor em seu enfoque, permite avaliar uma tentativa específica em integrar uma análise feminista na teoria econômica.

Em uma obra pouca conhecida pelo público, *A Sujeição das Mulheres*, Stuart Mill⁴³ lança algumas ideias sobre a origem das desigualdades entre mulheres e homens. O que, para o autor, era apenas uma diferença física, a sua inferioridade em relação à ausência de força muscular, se converte em um estado de servidão, sancionada por leis e sistemas políticos constituídos para proteger esses mesmos direitos. A escravidão subsiste, ainda que atenuadas e modificadas pelas mesmas causas que suavizaram os comportamentos em geral e colocaram todas as relações humanas sob um maior controle da justiça e uma maior influência dos sentimentos humanitários (2006:40-2).

Mais do que a simples obediência, as mulheres foram formadas desde a infância sob a crença de que o seu ideal de caráter é diametralmente oposto ao dos homens: não têm

⁴¹ O direito ao voto para as mulheres foi reconhecido pela primeira vez, em 1893, na Nova Zelândia; seguido pela Austrália, em 1902; Finlândia, em 1906; Noruega, em 1913; Grã-Bretanha, em 1918, e nos Estados Unidos, em 1920. No Brasil, as mulheres somente tiveram acesso ao voto em 1932.

⁴² Em sua autobiografia, referindo-se a Taylor, Stuart Mill diz que a sua participação foi evidente em *Princípios de Economia Política*. Especialmente no livro IV, capítulo VII que trata de “O Futuro Provável das Classes Trabalhadoras”, cujas ideias o autor atribui a Taylor. O capítulo não estava previsto no primeiro rascunho do livro e Taylor o convenceu da necessidade de incluí-lo. Nessa parte do livro estão contidas as ideias de Taylor, na maior parte das vezes narradas verbalmente. Suas contribuições também podem ser identificadas na parte que trata da distribuição da riqueza (Gallego Abaroa, 2007:12).

⁴³ *A Sujeição das Mulheres* foi publicado por Stuart Mill em 1869. Nessa obra Stuart Mill retoma muitas das questões levantadas por Mary Wollstonecraft relacionadas com a educação e emancipação das mulheres, as suas consequências na sociedade como um todo.

vontade própria e capacidade de se governarem autonomamente. Todas as regras morais lhes dizem que é seu dever – e todos os sentimentalismos correntes afirmam que é da sua natureza – viver para os outros, abrindo mão de suas individualidades, não tendo outra vida que não seja para os seus afetos, os únicos que lhes é permitido ter: maridos e filhos.

As principais referências às mulheres estão contidas no livro II que trata da distribuição. Stuart Mill⁴⁴ dedicou o Capítulo XI para analisar as condições em que se determinam os salários, partindo das formulações de Smith e fortemente influenciado pela teoria populacional de Malthus, o autor atribui os baixos salários às altas taxas populacionais decorrentes de casamentos prematuros e ausência de limitação no que diz a respeito à decisão sobre o número de filhos em cada família. Para Stuart Mill.

...a lei dos pobres encorajou a falta de prudência em relação ao número de filhos ao lhes assegurar sustento fácil toda vez que ficassem desempregados ou através da ajuda que recebia da paróquia proporcional ao número de filhos; além disso, baseando-se em uma economia de visão curta, sempre se dava emprego aos casados com famílias numerosas, de preferência aos não-casados. (MILL,1983-I:293)

Stuart Mill acreditava no decréscimo da taxa populacional⁴⁵ e, com isso, o livre acesso de ambos os sexos às ocupações industriais, diminuindo, desta forma, a dependência das mulheres em relação aos homens. A dedicação das mulheres para a função de esposas e mães confinava-as a uma vida existência sem autonomia econômica. (MILL,1983-I:260).

Contudo, não haveria necessidade de sanções legais se as mulheres passassem a ter – como por todas as outras razões têm o mais claro direito de ter – os mesmos direitos de cidadania que os homens. Deixe-se que elas cessem de ser confinadas pelo costume a uma única função física como seu meio de vida de sua fonte de influência, e elas terão,

⁴⁴ Stuart Mill foi o primeiro a solicitar ao parlamento britânico o voto para as mulheres, em 1866, época em que foi membro desse mesmo parlamento.

⁴⁵ Para Stuart Mill, a independência social e profissional das mulheres contribuiria para a diminuição da superpopulação, definido por ele como um mal.

pela primeira vez, uma voz igual à dos homens naquilo que diz respeito a essa função. (MILL, 1983-I:315)

Stuart Mill, assim como Harriet Taylor⁴⁶, não acreditava que as diferenças salariais entre mulheres e homens decorressem da condição feminina ser menos produtiva. Ao examinar a razão pela qual os salários das mulheres eram em geral mais baixos em relação aos dos homens, mesmo quando trabalhavam no mesmo emprego e ocupavam funções idênticas e a eficiência é igual e o salário desigual, a única explicação é o “costume” fundado em preconceito, existente na estrutura da sociedade que faz da mulher um apêndice do homem:

As ideias e instituições que fazem do sexo o fundamento para uma desigualdade de direitos legais, e para uma diferença forçada de funções sociais, dentro em breve terão de ser reconhecidas como sendo o maior obstáculo para o aprimoramento moral, social e até intelectual. (MILL, 1983-II:260)

As formulações do autor sobre esse tema estão marcadas por passagens contraditórias. Ao mesmo tempo em que questiona o preconceito e defende os ideais da primeira onda do feminismo, tais como a denúncia à submissão aos homens, a defesa do direito ao voto, ao trabalho e à conquista de autonomia econômica, também resvala em afirmações que reforçam o papel das mulheres na família e na divisão sexual do trabalho.

Em uma passagem do livro, *A Sujeição das Mulheres*, publicado por Stuart Mill, em 1869, o autor afirma que não é desejável que a mulher contribua com o seu trabalho para o rendimento da família. Expressa um entendimento sobre a divisão do trabalho, reforça os papéis sexuais, reconhece a dupla jornada de trabalho e a importância do trabalho reprodutivo para o bem-estar da família e introduz um elemento importante que será mais bem desenvolvido pelos neoclássicos sobre os ganhos de oportunidade em relação ao trabalho produtivo das mulheres *vis a vis* o trabalho doméstico.

⁴⁶ Stuart Mill e Harriet Taylor se conheceram em 1830 na casa de amigos em comum, mas se casaram somente em 1851, um ano após a morte do marido de Harriet, John Taylor.

Quando o sustento da família não depende da propriedade, mas de um salário, a combinação mais comum, segundo a qual o homem ganha dinheiro e a mulher orienta a economia doméstica, parece-me, de um modo geral, a divisão de trabalho mais adequada entre duas pessoas. Se, a crescer ao sofrimento físico de ter filhos e a toda a responsabilidade pelo seu cuidado e educação nos primeiros anos, a mulher tem ainda a seu cargo a cuidadosa e econômica aplicação do ordenado do marido ao conforto geral da família, está a assumir não apenas sua justa parte mas, por norma, a maior parte do esforço físico e mental requerido pela vida em comum do casal. E, se caso empreende mais algum trabalho suplementar, isso raras vezes a alivia das suas tarefas domésticas, impedindo-a somente de as desempenhar convenientemente. Os cuidados que se vê impossibilitada de dispensar aos filhos e à casa não são assumidos por mais ninguém. Os filhos que não morrem crescem a Deus-dará, e o governo da casa tende a ser tão mau que, mesmo no que respeita à economia, acaba por descompensar, em larga medida, tudo o que ela possa ganhar. (MILL, 2006:122-3)

Em sua obra clássica, Stuart Mill segue nos argumentos com a seguinte passagem:

... não se pode considerar desejável, como elemento permanente na condição de uma classe trabalhadora, que a mãe de família (o caso da mulher solteira é totalmente diferente) tenha necessidade de trabalhar para a subsistência, ao menos fora do lugar em que reside. (MILL, 1983:329)

As referências de Stuart Mill às mulheres condizem com uma visão de igualdade, de liberdade, de conquista de direitos que deveriam ser estendidos às mulheres da mesma forma que aos homens. As mulheres deveriam ser tão capazes quanto os homens de alcançar a felicidade e satisfazer seu potencial individual, isso requer que elas tenham tanta liberdade de escolha quanto os homens. Entretanto, quando se refere ao mundo produtivo, por vezes, ele assume posição mais conservadora. Para o autor, o trabalho remunerado era tolerado às solteiras e, para as casadas, desde que se realizasse no próprio ambiente familiar. Há um reforço do papel

reprodutivo das mulheres, embora reconheça a importância da luta por direitos⁴⁷. Esse tema é retomado em *A Sujeição das Mulheres* com a seguinte afirmação:

Estou persuadido de que a insistência na sua alegada incapacidade para outras tarefas visa unicamente mantê-las subordinadas à vida doméstica – porque a generalidade do sexo masculino não tolera ainda a ideia de viver com uma pessoa igual.(...) a injustiça de se excluir metade da raça humana da maior parte das atividades rentáveis e de quase todas as funções sociais elevadas – decretando, desde o momento em que nascem, que ou não têm, nem nunca poderão vir a ter, competência para empregos que se encontram legalmente abertos aos mais estúpidos e primários indivíduos do outro sexo... (MILL, 2006:125)

Em um ensaio escrito por Harriet Taylor, em 1832, descrito por Gallego Abaroa (2007), a autora reflete sobre a dura moral convencional impregnada de conformismo, ao qual qualificava como a raiz de toda a intolerância. A opinião social de sua época afastava qualquer ideia que se opunha à moral dominante. Ela retoma essas convenções sociais em *A libertação das mulheres*, ao comentar a inconsistência de pressupor a conveniência de instituições e de práticas sociais pela simples rotina de serem habituais, quando de fato a sua existência pode ser atribuída a outras causas, como historicamente havia ocorrido com o argumento da submissão inata derivada da força física. Taylor não aceitava que uma parte da espécie humana pudesse decidir sobre a outra, quando a esfera própria de todos devia desenvolver-se com total liberdade de escolha. (TAYLOR 1832:276 apud GALLEGO ABAROA, 2007:69)

A incorporação das mulheres ao trabalho produtivo encontrava forte oposição na época, justificada com o argumento do perigo que representava para a concorrência no mercado de trabalho, e a consequência da entrada de uma quantidade excessiva de trabalhadoras cujo efeito imediato provocaria uma queda salarial, prejudicando o rendimento das famílias, que teriam sua renda reduzida. A crítica se afirmava nos argumentos de que a renda familiar

⁴⁷ Pujol cita o debate entre Stuart Mill e Harriet Taylor sobre esse fragmento escrito pelo autor e sua supressão nas edições seguintes como consequência da influência de Harriet Taylor. Entretanto, foi reintroduzido por Stuart Mill após a sua morte (Pujol, 1998:45).

conjunta (homem e mulher) não superaria a renda familiar original, quando os rendimentos fossem conformados unicamente pela renda masculina.

Taylor replicava tais argumentos, por tratar-se de hipóteses muito exageradas. Mas, se aceita como ponto de partida, era infinitamente preferível que uma parte dos ingressos fosse obtido pelas mulheres e isso implicaria a conquista de relações mais igualitárias entre os gêneros. (TAYLOR, 2000:100 apud GALLEGO ABAROA, 2007:76)

Em relação à redução salarial considerava ilegítimo excluir as mulheres de qualquer trabalho que pudesse ser realizado em troca de um salário. Como economista, Taylor não se preocupava com a concorrência em igualdade de condições dos agentes que atuavam no mercado. Entretanto, reconhecia que, ao permitir o acesso das mulheres a empregos monopolizados pelos homens, haveria a tendência à queda do monopólio e, portanto, à queda de determinadas remunerações. (TAYLOR, 2005:100 apud GALLEGO ABAROA, 2007:76)

No livro II de *Princípios da Economia Política*, Stuart Mill, ao tratar das diferenças salariais em profissões diferentes, examinará a razão pela qual os salários das mulheres são, em geral, mais baixos que o dos homens. Para o autor, quando homens e mulheres trabalham no mesmo emprego, em uma ocupação idêntica, nem sempre recebem salários desiguais. Cita o trabalho pago por peças, em que a eficiência de cada um é testada e muitas vezes as mulheres recebem mais por sua produtividade ser mais elevada. No entanto, quando a eficiência é igual, mas o salário é desigual, a única explicação é o costume, fundado no preconceito que faz da mulher um apêndice do homem.

Entretanto, a questão principal para Stuart Mill estava nas ocupações específicas das mulheres que, em sua opinião, se colocavam sempre abaixo das ocupações que requerem qualificação igual e eram igualmente desagradáveis exercidas por homens. Embora o número de mulheres que se sustentam com salários seja bem menor do que o de homens, as ocupações que “por lei” ou “por costume” são acessíveis a elas, eram relativamente tão poucas que o campo de emprego para as mulheres se apresentava ainda mais saturado. Naquele período, o autor assinalava que na situação analisada, um grau suficiente de saturação pode rebaixar os salários das mulheres a um mínimo muito mais baixo ainda que o dos salários dos homens⁴⁸ (MILL, 1983:330).

⁴⁸ Esse tema será desenvolvido na seção que trata das desigualdades salariais.

Portanto, Mill sugere que as ocupações com forte presença feminina, mesmo quando comparadas à do sexo masculino em igual atribuição, apresentam desvantagens salariais para as mulheres. A discriminação concentra grande número de mulheres em ocupações femininas, o que aumenta a oferta de trabalho e diminui salários. Esta condição de extrema injustiça tem como consequência uma segregação ocupacional por sexo no mercado de trabalho, institucionalizada pelas normas e práticas sociais contemporâneas.

Nesse contexto, os primeiros debates acerca das desigualdades salariais entre mulheres e homens tiveram início entre os séculos XVIII e XIX. Nesse período, prevalecia o entendimento de que o salário das mulheres solteiras deveria ser igual ao que custava o sustento delas – e não superior. No que se refere ao homem, contudo, o mínimo deveria sempre estar acima disso, porque, para os homens, o salário deveria ser suficiente para sustentar a si mesmo, uma mulher e um número adequado de filhos (CARRASCO, 2008:8).

Assim, a base material para a opressão dos homens sobre as mulheres – o patriarcado – era assegurada, relegando às mulheres os empregos mal remunerados, muitas vezes análogos ao trabalho doméstico (HARTMANN, 1979; FOLBRE, 1994:95).

Julie Victoire Daubié, citada em Dimand (2000), estudou a situação das mulheres francesas durante o século XIX, e analisa os problemas sociais e econômicos que conduzem as mulheres a situações de extrema pobreza. A jornalista defendia a existência de um forte nexo entre a ordem econômica e os códigos morais e civis da época, que atentavam contra mulheres e crianças. Ela concluiu que seriam necessários três tipos de reformas para modificar a situação das mulheres: 1) equiparar os salários femininos aos masculinos quando ambos realizam trabalhos iguais; 2) abrir novos campos de trabalho para as mulheres, para além dos já existentes; e 3) eliminar a desigualdade de direitos entre mulheres e homens. É fácil constatar que estas reivindicações – defendidas por Daubié no século XIX – seguem atuais, inclusive nas modernas sociedades industrializadas (DIMAND et al, 2000).

No esquema analítico proposto pelos clássicos estava evidente que o valor era criado no âmbito da produção pelo trabalho humano, com todas as contradições sociais envolvidas, relevando de um lado o seu caráter social e, de outro, o seu caráter privado de apropriação por meio do lucro; embora, os temas de maior preocupação estivessem voltados à criação de riqueza, por meio do trabalho assalariado e da distribuição de renda entre as classes sociais. Havia ainda o interesse em aspectos relacionados ao trabalho e que envolviam as questões de produtividade, eficiência, salário e a divisão do trabalho, sempre se referindo ao

trabalho como uma mercadoria e ignorando o processo de reprodução social, embora nesse esquema geral coubesse a sua inclusão, o que revela a estreiteza dessa abordagem. Não é o caso da estrutura analítica neoclássica, em que o processo social de reprodução é tratado como um mero apêndice para a análise econômica.

2.3. Os neoclássicos, as decisões econômicas e as escolhas das mulheres

O nascimento da escola neoclássica foi marcado por um radical deslocamento da teoria objetiva de valor, baseada no trabalho, por uma teoria subjetiva do valor a partir da utilidade associada à demanda individual de um bem. Esse deslocamento paradigmático é significativo porque envolve uma nova aproximação ao assunto da determinação de salários. E a determinação de salários das mulheres parece ser um tema recorrente tratado pelos economistas neoclássicos em seus escritos sobre as mulheres.

Os economistas neoclássicos definem a economia como a ciência da escolha⁴⁹. A economia neoclássica acredita na análise da oferta e da demanda para explicar, simultaneamente, preço e produção. É uma teoria do valor, distribuição e rendimento e tem sua gênese na análise marginal. A Teoria Marginalista se orienta por um deslocamento do pensamento sobre o valor do produto e dos serviços em função dos custos de produção, para um entendimento de seu valor como resultado de avaliações subjetivas dos indivíduos.

Para a economia clássica, o valor de qualquer produto era determinado pelo custo de sua produção. No entanto, os preços finais muitas vezes não refletiam o valor pois não se leva em consideração a atração dos produtos para os consumidores. Assim, os economistas marginalistas⁵⁰ propunham que o valor das mercadorias fosse determinado pela utilidade que proporcionavam aos consumidores, cujo conceito se refere à habilidade das mercadorias de satisfazer as necessidades e carências humanas.

A análise marginal é considerada pelos neoclássicos como uma questão central. Eles supõem que os indivíduos – sejam consumidores, trabalhadores ou firmas – empreendem

⁴⁹ É o estudo de como as sociedades empregam seus escassos recursos entre as diversas alternativas com a finalidade de maximizar a necessidade ou satisfação de consumidores e firmas.

⁵⁰ São chamados de marginalistas porque sustentam que o que determina o valor das mercadorias é a utilidade marginal e não a utilidade total. O conceito de utilidade marginal se refere ao valor subjetivo de uma unidade adicional de uma mercadoria particular, uma vez que, à medida que a compra de um produto aumenta, a satisfação adicional proporcionada pelo seu consumo decresce.

qualquer atividade econômica até o ponto em que os benefícios marginais ou adicionais de tal atividade forem iguais ao custo marginal. Esse cálculo irá, por sua vez, capacitar os consumidores a maximizar sua utilidade ou satisfação. Ao agregar os resultados para todos os consumidores, promove, então, as curvas de demanda por produtos e serviços. As curvas de oferta para produtos e serviços são, de maneira análoga, determinadas por agregar índices de lucro máximo para os produtores individuais. O preço da mercadoria e o nível da produção são delimitados pela interação simultânea das curvas de oferta e demanda.

Portanto, um sistema econômico é concebido como uma coletividade de agentes econômicos racionais⁵¹ que maximizam sua utilidade ou lucros sujeitos às restrições impostas pelos preços e rendimentos. As decisões econômicas individuais são coordenadas por mercados e os resultados econômicos individuais são simplesmente o resultado coletivo dessas escolhas. O agente econômico racional é chamado de “*homo economicus*” (“homem econômico”)⁵².

Para Lopes (2012), é com os marginalistas que a visão positivista de que as leis regem o sistema econômico se acentua. Dentre estas leis, a conduta do homem e suas decisões. Se as decisões são boas ou más não compete à economia discutir. Assim procedendo, foram afastadas enfaticamente as questões morais do campo de estudo da economia. Este processo acaba por enraizar o postulado que o homem é intrinsecamente egoísta, já que deixa de questioná-lo; e, ainda assim, o toma como lei geral, em qualquer sociedade – unindo-se ao individualismo metodológico (2012:7).

Neste desencadear, de um lado há um agente econômico que faz o melhor para si, pesando seus fins e seus meios (utilitarismo); de outro, este agente reina no centro da análise (individualismo metodológico) e é isolado dos fenômenos sociais (faceta do individualismo). É assumido, ainda, que a natureza humana é inseparável e invariavelmente autointeressada, em

⁵¹ A escolha racional se refere à habilidade dos indivíduos em organizar suas preferências de modo logicamente consistente, ou seja, em uma escala de preferências, fazer as escolhas que maximizem seu interesse próprio.

⁵²Para Juruá (2000), os princípios fundamentais do conceito *de homo economicus* são: (i)A razão psicológica essencial a toda a atividade humana é o interesse pessoal. Este primeiro princípio é então afetivo, pois define a única razão da atividade econômica; (ii) O homem não obedece senão à razão; (iii) O sujeito é universal, o interesse pessoal e a racionalidade são válidos em todos os lugares e em todas as épocas; (iv) O homem está perfeitamente informado, tem conhecimento da totalidade das consequências de todas as possibilidades das ações que se lhe oferecem; (v) O homem vive o presente num tempo linear, não tem lembranças nem tem a capacidade de prever; (vi) Ele está só e, portanto, livre dos outros homens, ou seja, não existem determinismos que lhe sejam exteriores.

qualquer local e em qualquer tempo (positivismo e utilitarismo). Adicionalmente, o egoísmo é separado dos aspectos morais, os quais deixam de ser questionados (positivismo).

As economistas feministas contestam a noção de que as explicações baseadas no individualismo metodológico e na teoria da escolha racional são as melhores maneiras de atingir o rigor científico e a objetividade.

Para isso, Julie Nelson, apresenta uma distinção útil de como a linha de demarcação entre a essência e a margem da economia é esboçada dentro da teoria. O que revela o estreitamento da teoria focando unicamente no mercado. O domínio da essência é composto pelo público (mercado e governo), por agentes individuais e pela eficiência, enquanto o domínio da margem é composto pelo privado (a família), pela sociedade e instituições e pela equidade. Os métodos utilizados e valorizados na essência da teoria são vistos como rigorosos, precisos, objetivos, científicos, destacados, matemáticos, formais e gerais. Por outro lado, os métodos utilizados na margem são vistos mais como intuitivos, vagos, subjetivos, não científicos, verbais, informais e parciais (NELSON, 1996:22).

A autora descreve as suposições-chave da essência como agentes que são individuais, de interesse próprio, autônomos, racionais e que agem por escolha. As suposições-chave da margem seriam agentes sociais que possuem outros interesses, emocionais, e que agem de acordo com a natureza. Finalmente, as associações de gênero/sexo relacionadas à essência são masculinas e de homens, enquanto as relacionadas à margem são femininas e de mulheres.

Entre as economistas feministas, há toda uma discussão sobre qual deveria ser o domínio da economia e de como a definição de economia estreitou-se com o tempo. Nesse sentido, várias formulações alternativas e mais inclusivas vêm sendo construídas.

Para Robeyns (2000:6), uma das principais diferenças entre a economia predominante e a economia feminista é que essa se propõe a produzir conhecimentos que sejam relevantes, tanto para melhorar a compreensão do mundo como para ajudar a resolver os problemas com os quais mulheres, crianças e homens se deparam. Sustentada por modelos matemáticos, a economia predominante apresenta, na maioria das vezes, uma dificuldade em tratar do mundo real. Para a economia feminista, há um distanciamento entre as metodologias, cujo foco deveria ser para quais problemas se deseja encontrar solução, qual o método mais apropriado para isso e aplicado somente às questões a que se quer responder.

O comportamento humano dentro dos lares é tema de estudo de uma vertente da economia neoclássica denominada “nova economia doméstica”. Este enfoque se caracteriza pela aplicação de conceitos neoclássicos a modelos de produção doméstica e, por meio da análise de distribuição do tempo, tenta explicar a divisão sexual do trabalho em casa e as decisões dos membros da família em relação à sua incorporação na força de trabalho.

Esta vertente conclui que o arranjo ótimo para as famílias é a “família tradicional”, em que há uma nítida divisão de trabalho: o homem se especializa no mercado de trabalho, enquanto a mulher se especializa no trabalho doméstico (BECKER, 1987). Trata-se de arranjos em que as mulheres estarão sempre em posição de desvantagem, seja dentro de suas casas ou no mercado de trabalho. A expansão desse modelo proposto por Becker é coerente com o fetichismo das relações humanas no capitalismo, em que as pessoas se veem enquanto capital, os agregados familiares tornam-se empresas e as relações humanas moeda de troca.

Parte da crítica aos modelos microeconômicos convencionais (que caracterizam a teoria do consumo e do uso do tempo) é direcionada ao pressuposto da racionalidade econômica na conduta dos atores econômicos, que exclui a incidência de todo o elemento afetivo implícito nas decisões individuais. Para Paula England (1993), são três os pressupostos básicos na teoria neoclássica: (i) a impossibilidade de se fazer comparações interpessoais de utilidade; (ii) o pressuposto de preferências exógenas e estáticas nos modelos econômicos; e (iii) a conduta racional/egoísta que motiva as decisões individuais – que emanam de um modelo de natureza humana caracterizado pela ideia de que cada indivíduo é um; e que os indivíduos agem fundamentalmente movidos pelo egoísmo.

Esse conjunto de pressupostos sobre como funciona a economia é formado por um complexo sistema de equações destinado a representar o modelo econômico ideal e as melhores escolhas, diante de uma economia de recursos escassos.

Para Nelson (1993), uma definição de economia deve estar centrada em uma disposição para a vida humana em lugar de escolhas racionais entre distintas alternativas. Entre as economistas feministas há um profundo questionamento da importância que a economia ortodoxa atribui às escolhas, contrastando com a disposição para o bem-estar individual e coletivo como objetivo alternativo fundamental da economia. Essa abordagem também está presente em outros autores que assinalam a extraordinária indiferença da economia convencional a respeito de temas sociais prementes como a pobreza, a saúde, a deterioração social em que encontra parte da população, especialmente as mulheres (BENERIA, 2004). As

críticas feministas ao modelo neoclássico são múltiplas e se propõem a apontar a inadequação de uma teoria universalmente válida e que não apresenta nenhum interesse pela resolução teórica dos problemas econômicos que envolvem a atualidade.

O paradigma neoclássico é utilizado para exaltar as maravilhas do capitalismo e o sistema de mercado. A teoria da produtividade marginal é usada para negar a possibilidade de exploração do trabalho. A abordagem neoclássica consistentemente negou a existência de relações de poder sociais ou econômicas entre classes, raças ou sexos. Nessa perspectiva teórica, onde tudo é reduzido às dinâmicas de troca, liberdade de interação e igualdade dos atores são suposições essenciais para o resultado prenunciado de harmonia no livre mercado (SAWHILL, 1980; HARTMANN, 1981; FOLBRE, 1988).

2.3.1. Marshall e as mulheres: são parte do domínio privado

Um dos principais economistas do século do século XIX, Alfred Marshall, é um dos fundadores da economia neoclássica e dos estudos sobre a economia do bem-estar. Autor de *Princípios de Economia*, publicado em 1890, seus estudos são essenciais para entender o tratamento que se dá às mulheres na estrutura teórica hegemônica da economia neoclássica. Uma das ideias básicas citadas por Pujol (1998) é a caracterização das mulheres como cuidadoras, dedicadas à função de reprodução (1998).

Pujol utiliza o método de análise marginalista e concilia em seu modelo três teorias de valor: 1) a de oferta e de demanda; 2) a de utilidade marginal; e 3) dos custos de produção (PUJOL, 1998:122). Ele pressupõe um comportamento econômico racional individual de uso de bens econômicos necessários para a sua satisfação, envolvendo por parte do indivíduo o cálculo da utilidade marginal para alcançar um nível ótimo de bem-estar econômico.

Marshall afirmava que a economia era uma ciência positiva⁵³ e enfatizava o conteúdo científico conferido à abordagem econômica e a seu objeto de estudo pela apuração

⁵³Os economistas passaram a interpretar que a ciência econômica não deveria discutir a conduta humana, e sim se apegar aos fatos econômicos: “a William Senior devemos a primeira exposição da agora familiar distinção entre uma pura e estritamente positiva *ciência* e uma impura e inerentemente normativa *arte* da economia” (Blaug, 1994, p.101, grifos no original). William Senior destaca enfaticamente que o economista não está autorizado a proferir orientações. Ele acentua, ainda, que não está no escopo da economia política o estudo do bem-estar, já que tal tema se entrelaça com questões éticas e, como estas últimas não são sujeitas a confirmações científicas, é melhor banir qualquer dos traços morais para não comprometer o avanço científico (Schumpeter, 1964; Hunt, 1999).

dos fenômenos observados, sendo a mediação dos fenômenos possível pelo uso do dinheiro nas transações e tomadas de decisão econômicas (MARSHALL, 1985:33).

Na avaliação de Pujol há dois momentos em que Marshall se afasta deste modelo ao considerar que, em muitos casos, não é o indivíduo, mas a família a unidade de consumo e de tomada de decisão sobre o bem-estar e o nível de renda. Em outros momentos o autor rompe com a tradição do *laissez-faire* de mercado, quando apoia intervenções do Estado na economia, especialmente na educação e o salário família. Entretanto, para Pujol, essas divergências em relação ao modelo encontram um ponto comum no tratamento dado ao papel da mulher em uma economia capitalista (PUJOL, 1998:122).

É na abordagem sobre capital humano,⁵⁴ que há referências sobre as mulheres. No livro IV dos *Princípios de Economia*, a educação é tratada como elemento central para aumentar a produtividade da classe trabalhadora. E, para isso, é essencial que os filhos de sexo masculino convivam em um ambiente familiar que lhes proporcione garantias de saúde, desenvolvimento de seu caráter e de suas habilidades, por meio dos cuidados de uma mãe atenciosa. Portanto, Marshall considera que as mulheres casadas não deveriam ter empregos e propunha o salário-família a ser pago aos homens trabalhadores. Segundo Marshall, esses requisitos não são exclusivos de determinada ocupação, mas estão presente em todas e podem ser denominadas de “habilidade geral”. Essas habilidades, para o autor, dependem, em grande parte, do ambiente da infância e da juventude e nisso a primeira e mais poderosa influência é a da mãe (1985:185).

A abordagem dada por Marshall aos estudos da força de trabalho, suas características e os fatores que determinam a oferta de trabalho é mais descritiva do que analítica. O autor busca demonstrar à sociedade como esse patrimônio deve ser mantido e melhorado por meio do investimento em capital humano. A erradicação da pobreza e a melhoria da oferta de mão de obra alcançadas pela educação são elementos constitutivos do crescimento desse investimento. A erradicação da pobreza, segundo o autor, demanda que haja um aumento da renda e dos salários da classe mais pobre, o que permitiria a ela ter acesso aos níveis de subsistência requeridos com o intuito de melhorar a capacidade de trabalho, reduzindo a mortalidade. Nesse sentido, há certo consumo rigorosamente necessário correspondente a cada

⁵⁴ Apesar de Marshall ser o precursor das teorias modernas sobre capital humano, a sua abordagem é levemente diferente da abordagem de Becker. Para Becker, o capital humano é um patrimônio exclusivamente do indivíduo; enquanto Marshall tem uma concepção mais clássica, de que capital humano é o patrimônio de um país.

função de trabalho, de forma que se qualquer porção deste consumo for limitada, o trabalho não poderá ser realizado com eficiência (MARSHALL, 1985:176-7).

Depois da comida, as coisas mais necessárias à vida e ao trabalho são a roupa, a habilitação e o aquecimento. Quando eles são deficientes, a mente se entorpece, e por fim a constituição física fica minada.
(MARSHALL, 1985:177)

O autor propõe intervenções diretas do governo para melhorar a qualidade da oferta da força de trabalho. A sua proposta inclui a manutenção das leis sobre Trabalho nas Fábricas e Educação (*Factory and Education Acts*)⁵⁵. Atribuía às mulheres a responsabilidade pela mortalidade infantil ao negligenciarem seus deveres familiares a fim de ganhar salários (MARSHALL, 1985:179).

Para assegurar a sua consistência teórica é fundamental, aos neoclássicos, fazer a distinção entre as interações que se processam no mundo público e as do domínio privado, da família. O investimento em capital humano, necessário à reprodução e crescimento de uma economia capitalista, exige que a família atue de forma generosa com os seus filhos e este tipo de comportamento é conflitante com o interesse próprio do modelo competitivo apregoado pela economia de mercado.

Caberia ao Estado a determinação de um salário mínimo a ser fixado pelas autoridades do país, diferenciando homens e mulheres, além de um controle do Estado sobre a criação das crianças pertencentes às classes de indigentes. Com a política do salário-família objetivava deter – e, se possível, reverter – a queda da taxa de natalidade. O outro objetivo, mais duradouro, era sustentar a família como núcleo vital da ordem social (MARSHALL, 1982:84). Para isso, propôs o salário mínimo à família ao invés de ajustá-lo ao indivíduo.

Dessa maneira, pode-se deduzir que em Marshall os salários das mulheres não necessitavam estar associados aos requisitos de sobrevivência e à produtividade, mas deviam estar relacionados apenas ao valor do salário masculino.

⁵⁵ Trata-se de leis que visavam suavizar ou eliminar a exploração do trabalho nas fábricas e minas da Inglaterra. Nesse período, em que a introdução de máquinas era escassa e cara em comparação à mão de obra, as condições de trabalho eram de extrema exploração, com jornadas extensas, ambientes insalubres e sem nenhuma assistência.

O segundo grupo de medidas proposto pelo autor se referia à educação da classe trabalhadora. A maior meta da educação identificada por Marshall é a de servir às necessidades da indústria de obtenção de mão de obra qualificada e tornar as pessoas trabalhadores eficientes. A educação é tratada como um investimento nacional e os seus efeitos têm um caráter cumulativo, refletindo-se nas gerações futuras.

Entretanto, o próprio autor reconhece que a decisão sobre se uma criança deve ou não receber educação e qual o tipo de educação que deve receber, compete aos pais. A percepção dos pais de se sacrificarem para o bem de seus filhos, na maior parte das vezes, não é fácil, uma vez isso implica transferências entre gerações. Diferentemente do capital material, no qual aquele que arca com os gastos da produção recebe o retorno (MARSHALL, 1982:190-2).

Em uma sociedade capitalista, o investimento em capital humano depende inteiramente da generosidade dos pais em relação aos seus filhos, de sua disposição de se sacrificarem pelo futuro destes. Esse comportamento, embora seja crucial às exigências da reprodução e do crescimento de uma sociedade capitalista, é totalmente contrário à ganância e ao egoísmo individual, supostos pelo modelo marginalista como motivações das decisões econômicas racionais (PUJOL, 1998:125).

Marshall deixa explícito o sentido de dever social dos pais, de responsabilidade em relação ao bem-estar da próxima geração. Esse sentido de dever é particularmente exigido das mulheres; as mães, mais do que os pais, devem se sacrificar pelo bem dos filhos. Sustenta que o emprego das mulheres é prejudicial porque as afasta do dever de construir um verdadeiro lar e investir os seus esforços no capital pessoal do caráter e das habilidades dos seus filhos (MARSHALL, 1982:189-90).

... a degradação da classe trabalhadora varia quase uniformemente com a quantidade de trabalho pesado realizado pelas mulheres. O mais valioso de todos os capitais é o que se investe em seres humanos, e desse capital a parte mais preciosa resulta do cuidado e da influência da mãe, tanto quanto esta conserve os seus instintos de ternura e de abnegação, e não se tenha emperdado pelo esforço e fadiga do trabalho não feminino. (MARSHALL, 1982:190)

Associar a degradação da classe trabalhadora ao emprego das mulheres parece simplificar demais os problemas que os trabalhadores enfrentavam no século XIX, com níveis salariais baixíssimos, jornadas de trabalho extensas, péssimas condições sanitárias e de moradia – esses eram os verdadeiros problemas que degradavam a classe trabalhadora.

Marshall defende que as mulheres precisam de educação, não para melhorar as suas habilidades como trabalhadoras, mas com o propósito de contribuir ao investimento de capital humano de seus filhos. Insiste que a necessidade de educar os homens não pode ser separada da necessidade de educar as mulheres, como parte do propósito social de melhorar a força de trabalho como um todo.

... ao avaliar o custo de produção de trabalho eficiente, devemos frequentemente tomar como unidade a família. De qualquer forma, aliás, não podemos tratar o custo da produção de homens eficientes como um problema isolado. Devemos tomá-lo como parte do problema mais amplo do custo de produção de homens eficientes, juntamente com as mulheres aptas a tornar os seus lares felizes, e a criar os seus filhos vigorosos em corpo e espírito, amigos da verdade e da limpeza, dignos e valentes. (MARSHALL, 1982:190)

Portanto, conforme ressalta Pujol (1998), o valor das habilidades de uma dona de casa para a sociedade parece ser elevado. De um lado, elas produzem uma força de trabalho mais forte, saudável e mais bem preparada; elas previnem os gastos sociais atrelados à mortalidade infantil. Por outro lado, oferecem à indústria uma força de trabalho de qualidade a baixos custos, visto que o salário de subsistência pago aos trabalhadores pode diminuir sem que isso tenha consequências negativas à produtividade do trabalho (PUJOL, 1998:128).

Marshall acreditava (1982) que se os salários oferecidos se mantiverem baixos no mercado de trabalho isso desestimulará as mulheres a buscar oportunidades de emprego que irão levá-las a negligenciar os seus deveres. Ele defende explicitamente que o salário das mulheres esteja fixado abaixo do salário mínimo dos homens, argumenta que o aumento é prejudicial não somente para o emprego dos homens e sua capacidade relativa de gerar rendimentos como também para o desempenho dos deveres domésticos.

O nível e a determinação do salário das mulheres não são particularmente investigados nos *Princípios de Economia*, mas em outro trabalho escrito em colaboração com Mary Paley Marshall⁵⁶, *The Economics of Industry*, publicado em 1879. Os autores observaram que na Inglaterra muitas mulheres recebiam salários baixos, não por conta do trabalho que elas executavam ser de baixo valor, mas porque tanto elas quanto os empregadores tinham o hábito de supor que os salários das mulheres deviam ser baixos. Em alguns casos, quando os homens e mulheres faziam o mesmo trabalho na mesma fábrica, não apenas o salário-hora, com também o salário das mulheres era mais baixo do que o dos homens (MARSHALL, 1881:175-6 apud PUJOL, 1998:129).

Os autores não associavam esse tratamento diferenciado entre mulheres e homens com a determinação dos salários pela produtividade marginal, apenas especulavam sobre as possíveis razões para essas diferenças. Defendiam que a decisão do empregador era influenciada pela sua percepção de que “a mulher era de menor serventia a longo prazo”, devido à sua responsabilidade com a família, o que gerava um senso comum em relação ao valor do trabalho das mulheres (PUJOL, 1998:129).

Para Marshall, os salários não podem estar abaixo do nível de subsistência sem que isso represente um custo para a sociedade: “há um determinado consumo que é estritamente necessário para cada categoria de trabalho, sendo que se este sofre qualquer redução, o trabalho não pode ser feito de forma eficiente” (MARSHALL, 1982:193). Entretanto, se os salários forem além da subsistência, a sociedade sofre. O trabalho é usado de forma eficiente e econômica se seu custo não excede o exato salário necessário à manutenção de sua produtividade ótima. Neste contexto, o consumo por parte dos trabalhadores, que estivesse além dos níveis de subsistência, era considerado desperdício e se tornava menos produtivo.

Marshall, ao mesmo tempo em que reafirma a teoria marginalista sobre salários, não consegue afastar-se de uma teoria de subsistência. Há várias passagens em sua obra dedicadas às necessidades da vida e de conforto dos trabalhadores em diferentes categorias de emprego. Ao sugerir que o trabalho doméstico é também um artigo de primeira necessidade,

⁵⁶ Mary Paley Marshall, economista, foi a primeira professora adjunta da cátedra de economia na Universidade de Cambridge. Sempre se colocou como uma defensora do papel das mulheres no trabalho, nos círculos acadêmicos e intelectuais e na vida em geral, contribuindo para a formação de muitas economistas. Casada com Alfred Marshall, a lembrança de sua figura se associa à de seu marido, levando a que, muitas vezes, tenha ficado injustamente obscurecida pela personalidade de Alfred Marshall. Sempre manteve sua força de caráter e firmeza em defesa de suas crenças e opiniões que, como mulher e economista, sustentou em toda a sua vida (Ibiate, 2007:151).

Marshall está preocupado com os benefícios que isso trará à sociedade industrial, ao garantir supervisão em tempo integral das mulheres para a contribuição à formação de capital humano, assim como no uso mais eficiente e econômico da renda familiar para a reprodução dos membros da família.

Em uma passagem, Marshall descreve o conceito de trabalho: “*E se tivéssemos que começar de novo*”, diz Marshall, “*seria melhor considerar todo o trabalho como produtivo, exceto aquele que deixasse de atingir o fim colimado, e que destarte não produzisse utilidade alguma*” (MARSHALL, 1985:74). Essa definição é rapidamente abandonada por um conceito de trabalho produtivo como sendo aquele que produz “meios de produção ou de fontes duráveis de satisfação”⁵⁷ (MARSHALL, 1985:75).

Ao definir o trabalho como sendo qualquer atividade que contribui na “renda”, utiliza dois parâmetros: por um lado, como renda real, o que inclui todos os benefícios que a humanidade obtém a qualquer momento a partir de seus esforços no presente e também no passado. Nessa definição é possível reconhecer, por parte do autor, a contribuição social das atividades domésticas.

...se uma dona de casa trabalha, a perda resultante, que seja consequência de alguma negligencia por parte da esposa de seus deveres domésticos, deve ser deduzida da renda familiar. (MARSHALL, 1985:83)

A segunda será definida pelo autor de forma mais estrita, incluindo somente ‘aqueles rendimentos na forma de dinheiro’. Já por essa definição, a contribuição do trabalho doméstico não pode ser reconhecida (MARSHALL, 1985:80). A preocupação do autor em considerar a noção de ‘trabalho’ restrito às atividades que são consideradas como fonte de renda no seu sentido mais estrito é acompanhada por outros autores da época, que consideravam o

⁵⁷ Entretanto, Marshall a classifica como uma definição ambígua e que deveria ser evitada toda vez que fosse exigida precisão. Podendo ser utilizada em um sentido diferente, como por exemplo, trabalho produtivo de subsistência (Marshall, 1985:75-6).

trabalho, o capital e a terra como sendo a fonte de todos os rendimentos tomados de forma habitual para computar a Renda Nacional⁵⁸ (1985:84).

Há, no entanto, para o autor, uma certa inconsistência no fato de se omitir o trabalho doméstico pesado feito por mulheres e outros membros da família, onde não há empregados (1985:85). Em outra passagem o autor fará novamente referências ao trabalho executado para si (presume-se para o lar) observa que:

(...) os serviços que ela presta para si mesma não são considerados como parcelas de sua renda nacional. Mas, se o melhor geralmente é desprezá-los quando são triviais, é preciso, entretanto, considerá-los quando se trata daqueles que se obteriam a preço de dinheiro. Assim, uma mulher que faz seus vestidos (..) obtém para si uma renda, como o faria a costureira (...) se fossem contratados para esses trabalhos.
(MARSHALL, 1985:80)

O trabalho assume características distintas de acordo com a finalidade a que se destina, se produzido para si ou para outros, a sua valorização está determinada pelo que considera como sendo trivial ou não e que pode ser medido monetariamente, mesmo quando realizado sem remuneração.

Conforme Pujol, a decisão de Marshall de seguir os coletores de impostos e incluir no dividendo nacional pelo menos parte do valor da produção doméstica nas classes média e alta – com a inclusão da renda dos trabalhadores domésticos em dinheiro e bens – e de excluir o valor deste tipo de produção quando realizada em unidades domésticas que não têm condições de pagar trabalhadores domésticos revela como o trabalho doméstico pode ser visto sob duas perspectivas: social e econômica: se os serviços são prestados em unidades domésticas burguesas têm reconhecimento como tendo valor para a sociedade, enquanto os serviços prestados por mulheres da classe trabalhadora aos membros de suas unidades domésticas não são reconhecidos (PUJOL, 1998:134).

⁵⁸ Para Marshall a simplicidade lógica de Jevons (economista marginalista), de que os bens nas mãos dos consumidores constituem um capital, tem algumas vantagens e nenhuma desvantagem para uma versão matemática das doutrinas econômicas (Marshall, 1985:84).

Ao não estabelecer uma consistência entre trabalho executado e bens e serviços produzidos, Marshall busca estabelecê-la usando o modo de medição da atividade, levando em consideração somente o que tem contrapartida monetária⁵⁹.

Portanto, na concepção de capital humano proposto por Marshall, os pais são vistos como os principais investidores, mas às mães cabem suportar uma grande parcela dos custos de investimento. Os filhos homens são vistos como principais beneficiários dos retornos. As mulheres não recebem retorno algum do capital humano investido nelas e, posteriormente, daquele que elas investem em seus filhos. A única recompensa é o reconhecimento de sua virtude e abnegação, já os homens recebem como benefício a perspectiva intergeracional. Os capitalistas se beneficiam de uma força de trabalho mais produtiva, não considerada pelo autor, que reconhece apenas o retorno por fator que vai para os proprietários individuais dos fatores de produção.

Na abordagem de Marshall as mulheres estão subsumidas em seu papel na família. Elas são apenas *parâmetros das decisões*, nos termos de Pujol, *tomadas por outros agentes econômicos* (1998:139) e que a melhor escolha para as mulheres é no cuidado com a família.

A teoria neoclássica, ao desenvolver uma noção específica de oferta de trabalho baseada em uma relação de preço e quantidade, ignora os processos históricos e políticos envolvidos e eleva a teoria a um nível de abstração tal que as próprias instituições e os processos materiais de reprodução não encontram lugar no esquema geral da economia neoclássica. Não há espaço à prioridade das necessidades humanas em um modelo em que o mercado e as instituições respondem principalmente à necessidade de acumulação capitalista. Será no esquema de análise marxista que encontraremos as conexões entre produção e reprodução social como parte do sistema econômico e o processo de acumulação como parte de sua essência.

2.4. A escola marxista: uma aproximação ao trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres

A perspectiva que oferece os melhores elementos a uma análise crítica sobre a inserção das mulheres no mundo produtivo foi elaborada pelas feministas marxistas/ socialistas,

⁵⁹ Marshall contribuiu para institucionalizar na literatura marginalista, assim como nos padrões nacionais e internacionais de contabilização da renda, a desconsideração, na teoria e na prática, de uma parcela importante da produção total realizada sem compensação monetária no âmbito doméstico.

a partir dos aportes da teoria marxista. De acordo com Marx, o capitalismo é um sistema de relações de troca no qual tudo, incluindo a força de trabalho, tem um preço e todas as transações são fundamentalmente transações de troca. Ao mesmo tempo, é visto como um sistema de relações de poder

Decorrente do fato de todas as mercadorias serem equivalentes à força de trabalho necessária para produzi-las e de o trabalhador ser uma mercadoria que pode ser comprada e vendida, o valor da força de trabalho do trabalhador é considerado o custo de tudo que ele adquire (alimentação, vestuário, moradia) para mantê-lo em condições de trabalhar para o capitalista. Mas há uma diferença entre aquilo que o empregador paga ao trabalhador pela sua capacidade de trabalho e o valor que o trabalhador na verdade cria quando ele coloca essas capacidades para usar na produção de mercadorias. Essa diferença foi denominada de *mais-valia*.

Para as feministas marxistas, além de conceber o capitalismo como um sistema de relações de troca, é fundamental entendê-lo inserido dentro de um sistema de relações de poder. A análise marxista do poder e das classes sociais, com as críticas e contribuições que fazem a ela, são instrumentos para as feministas desenvolverem uma compreensão sobre a opressão das mulheres. Engels enfatizara a exclusão das mulheres da economia de mercado como causa de sua subordinação no capitalismo:

Já podemos ver a partir disto que emancipar as mulheres e fazer delas iguais ao homem é e permanece sendo uma impossibilidade enquanto as mulheres ficarem fora do trabalho social produtivo. (ENGELS, 1972:221)

Ao desenvolverem os fundamentos da economia política marxista, Karl Marx e Friedrich Engels evidenciaram os conflitos inerentes às relações entre as classes quanto à produção e distribuição da mais-valia do produto e da mais-valia do tempo de trabalho.⁶⁰ O

⁶⁰Entende-se “mais-valia do tempo de trabalho” como a parte da produção social acima e além do que é necessário para a reprodução da sociedade em seu atual nível de produção – bem como o tempo necessário para produzir esse excedente.

prefácio da primeira edição da *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* começa com a seguinte afirmação de Engels:

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção; pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família de outro. (ENGELS, em MARX e ENGELS, s/d, p.7-8 vol.3)

No entanto, nas primeiras formulações da teoria de classe não se aborda a relação entre classe e gênero. Para Marx, os indivíduos que estavam fora do processo de produção capitalista, como as donas de casa, se proletarizariam à medida que a acumulação avançasse. Portanto, as diferenças entre os que não possuíam propriedade seriam eliminadas à medida que o trabalho fosse se tornando cada vez mais homogêneo:

As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo – embora apenas para a proletária – o caminho da produção social. Mas isso se faz de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas. [...] Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletário. No mundo industrial, entretanto, o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o proletariado não se manifesta

em todo o seu rigor senão quando suprimidos todos os privilégios legais da classe dos capitalistas e juridicamente estabelecida a plena igualdade das duas classes [...]. De igual maneira, o caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que se há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade. (ENGELS, em MARX e ENGELS, s/d, p.61. vol.3)

Para Engels, a opressão das mulheres se originava da necessidade de os homens garantirem que as propriedades ficassem com os “legítimos” herdeiros. Embora sua obra permaneça sendo uma referência para pensar a relação entre condições materiais, surgimento da propriedade privada e a opressão das mulheres, várias questões, como a subordinação presente nas famílias que não possuíam propriedade, permaneceram sem resposta. As mulheres começariam a fazer parte da classe operária somente por meio de seu movimento no âmbito da produção capitalista e, assim, a situação de classe das mulheres era entendida por assimilação à classe de seus pais e maridos. A classe era a diferença econômica e social prioritária, e todos os trabalhadores estavam reduzidos ao trabalho alienado comum, independente de gênero ou raça.

Embora se reconheça toda a crítica que o marxismo fez à economia de mercado, a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo permanece como uma das marcas mais significativas de todas as linhas do pensamento marxista. Para as feministas marxistas/socialistas, como “enquadrar” o trabalho doméstico, entender a contradição das relações entre mulheres e homens, definir o lugar do trabalho – e o trabalho das mulheres – na dinâmica da sociedade, da economia e das relações sociais, se coloca como uma questão central, em um debate em que emergem várias outras questões.

Nos limites desta tese não discutiremos exaustivamente todas as implicações do debate que conforma a elaboração de um campo de feministas marxistas/socialistas

desenvolvido no período conhecido como a Segunda Onda do Feminismo. Nos concentramos em apresentar as linhas gerais que conformam a distinção com o pensamento econômico anterior da economia clássica e neoclássica.

Um vetor fundamental é identificar as “bases materiais” da desigualdade entre mulheres e homens. Heidi Hartmann, precursora do debate crítico no âmbito do marxismo, sugere que há uma “base material” do “patriarcado” no capitalismo e isto não se resume apenas à educação das crianças na família, mas em todas as estruturas que permitem aos homens controlar o trabalho das mulheres (HARTMANN, 1979:12). Por exemplo, no início do século XIX, as condições de trabalho eram extremamente duras e as primeiras legislações de proteção foram direcionadas às mulheres e às crianças com o objetivo de preservá-las – mulheres e crianças – de condições degradantes. Enquanto isso, os homens “procuraram preservar os trabalhos bem pagos para si mesmos e aumentar os salários dos homens em geral” (HARTMANN, 1979:16).

Esse entendimento, em período anterior, serviu de base para que socialistas e reformistas do século XIX defendessem legislações protetoras para o trabalho de mulheres e crianças dentro de uma perspectiva de preservação da família. As mulheres foram excluídas das corporações de ofício e os homens exigiam salários compatíveis com o sustento de toda a família (ZARETSKY, 1976:36).

À medida que o capitalismo se desenvolvia, permaneciam os preconceitos e as relações patriarcais. As mulheres ficavam em casa, eram encaminhadas a “profissões femininas”, como enfermagem e ensino, o que reforçava a crença de que as mulheres, sendo menos capacitadas que os homens, só podem exercer funções extensivas de sua tendência “natural” de cuidar dos outros (BRANDT, 1995:38).

O enfoque marxista, com uma visão de luta de classes, exploração, desigualdade como visão sistêmica do capitalismo e a força do mercado a gerar hierarquias sociais e desigualdades de classe, parecia mais propício que o marco neoclássico para responder aos questionamentos propostos pelo feminismo.

Trata-se de um enfoque mais aberto à interdisciplinaridade e mais adequado para a análise das relações sociais e desigualdades de poder entre mulheres e homens. Uma parcela importante do feminismo adotou a análise marxista para o debate sobre o trabalho doméstico que se desenvolveu entre as décadas de 1960 e 1970.

Este debate se concentró en la naturaleza del trabajo doméstico y su función dentro del sistema económico como forma de mantener y reproducir la fuerza laboral y de disminuir los costos de mantenimiento y reproducción de las generaciones de trabajadores presentes y futuras. También analizó el concepto de intercambio desigual asociado a la división tradicional del trabajo en el hogar. (HIMMELWEIT; MOHUN,1977 apud BENERIA, 2004:30)

Entretanto, as contribuições do marxismo clássico sobre a questão da mulher não eram suficientes para as feministas socialistas. Para Beneria (2004), o enfoque não conseguiu identificar e analisar as relações de gênero existentes no trabalho doméstico e não abordou questões mais específicas sobre desigualdade de gênero e reprodução. A crítica feminista a esse debate assinala ainda as limitações do enfoque marxista tradicional sobre a acumulação, cujo enfoque ignora o trabalho reprodutivo majoritariamente realizado pelas mulheres (MOLYNEUX,1979; BENERIA,1979; MACKINTOSH, 1978, apud BENERIA, 2004:30; HIRATA, 2017).

O trabalho doméstico ganha visibilidade nas formulações a partir dos anos de 1960, com os estudos de parte da tradição marxista e de feministas que se manifestam no contexto da segunda onda do feminismo. O interesse pelo tema está centrado fundamentalmente no seu reconhecimento como “trabalho” e na sua relação com a produção capitalista. As feministas marxistas contribuíram para o debate em vários aspectos, dentre os quais destacamos: 1) como a instituição da família está relacionada ao capitalismo; 2) como o trabalho doméstico das mulheres é desvalorizado como um trabalho não *real*; e, finalmente, 3) como os trabalhos mais tediosos e mal pagos são, geralmente, atribuídos às mulheres. Dessa maneira, mesmo que a natureza e a função do trabalho das mulheres não sejam uma explicação completa para a desigualdade e a opressão de gênero, elas são, ao menos em parte, muito convincentes (TONG, 1989:51).

A natureza do trabalho doméstico e a sua relação com as formas de organização e produção da economia capitalista foram, e ainda são, uma discussão central. Folbre, por exemplo, discutiu até que ponto o conceito de exploração pode ser aplicado ao trabalho realizado na esfera doméstica. Sua análise levantou aspectos importantes sobre a produção em casa e a comparação dessa produção com o trabalho remunerado (FOLBRE, 1982).

Essa análise destacou a incidência crucial do trabalho não remunerado das mulheres na reprodução social e a redução dos salários do trabalho masculino no setor capitalista. Autoras como Hartmann e Folbre abordaram, além da crítica feminista ao marxismo ortodoxo, a integração de algumas categorias marxistas em um marco feminista (HARTMANN, 1979 e 1981; FOLBRE, 1982, apud BENERIA, 2004:31).

Apesar das críticas das feministas socialistas, é no pensamento de Marx e Engels que se estrutura a análise das raízes históricas da opressão das mulheres e se produzem as principais ferramentas teóricas para entender as relações de poder e a sua reprodução no processo de opressão e exploração das mulheres.

Entre as principais contribuições do marxismo para o feminismo, pode-se destacar: 1) a desnaturalização da opressão das mulheres, combatendo o determinismo biológico; 2) o método que busca compreender as bases materiais das relações sociais de desigualdade, exploração e opressão; 3) a análise histórica das origens da opressão das mulheres que, embora limitada em alguns campos, abriu perspectivas para aprofundamentos futuros; 4) a análise marxista permitiu entender a família como fenômeno social em evolução e estabelecer a ligação entre mudanças estruturais nas relações familiares e mudanças na divisão sexual do trabalho; e 5) a ligação entre ideologia e interesses materiais e o seu papel na reprodução de formas específicas de relações de poder na sociedade.

Entretanto, alguns pilares do pensamento marxista clássico nublam esse debate ao colocar em primeiro plano a contradição entre capital e trabalho, subordinando todas as outras formas de opressão (gênero, etnia e orientação sexual) à luta contra o capital. Neste enfoque, a emancipação das mulheres é tratada como uma possibilidade apenas quando se alterasse a base material da sociedade dividida em classes.

Para Scott, no interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado com um subproduto de estruturas econômicas mutantes, visto que o gênero não tem um estatuto próprio de análise (SCOTT, 1983:279). Hirata, por sua vez, chama a atenção que as análises feministas de orientação marxista/socialista, buscaram compreender as relações sociais de opressão e subordinação a partir de aproximações e analogias com a teoria marxista, desenvolvendo, ao longo dos anos, as análises “à luz das contribuições das pesquisas sobre relações sociais de sexo/gênero” (HIRATA, 2017).

Os trabalhos de Hartmann, ainda no final da década de 1970, foram um marco seminal das análises sobre o marxismo e o feminismo do período. Gerando um debate profructivo, sua crítica apontava:

As tentativas recentes de integrar o marxismo ao feminismo são insatisfatórias para nós enquanto feministas, pois subordinam a luta feminista a uma luta 'maior' contra o capitalismo. (HARTMANN, 1979)

O debate do feminismo é excluído em nome de um discurso em que essas lutas são menos importantes e provocam cisão entre os trabalhadores. No entanto, o feminismo, sem uma análise histórica e suficientemente materialista, também não é capaz de construir uma teoria consistente em que a opressão das mulheres seja analisada a partir das relações sociais.

Portanto, tanto a análise marxista, particularmente seu método histórico e materialista, como a análise feminista, especialmente a identificação do patriarcado como uma estrutura social e histórica, precisam ser consideradas se pretendemos compreender o desenvolvimento das sociedades capitalistas ocidentais e a condição das mulheres dentro delas. (HARTMANN, 1979)

Na maioria das análises marxistas tradicionais, o tema das mulheres é tratado na sua relação com o sistema econômico, sem que haja uma perspectiva das relações entre mulheres e homens. Hartmann (1979) identifica três formas em que a análise marxista se manifesta em relação às mulheres.

O primeiro enfoque pode ser identificado nos escritos de Marx e Engels. Para Engels, com o avanço do capitalismo seria inevitável para as mulheres a proletarização. Embora os marxistas reconhecessem a existência da dupla jornada, não a associavam com a subordinação das mulheres aos homens em suas casas. Portanto, a emancipação das mulheres seria alcançada pela sua incorporação à força de trabalho por meio da independência econômica. A emancipação total só seria possível depois da revolução, com o advento da nova sociedade que libertaria as mulheres da dupla jornada por meio da coletivização do trabalho doméstico. Naquele estágio, a tarefa das mulheres seria a de se unir aos homens, lutar contra o capital e a propriedade privada, principais causas da opressão particular das mulheres.

Entretanto, na avaliação de Engels, a derrota das mulheres se deu com a derrubada do direito materno (ENGELS, em MARX e ENGELS, s/d, p.129. vol.3). Hipótese questionável, uma vez que não há indícios suficientes que comprovem que não havia relações de opressão nas formas pré-capitalistas. Sendo assim, para o autor, a causa da opressão das mulheres é a existência da propriedade privada, cuja liberação dependeria de sua abolição:

a emancipação das mulheres só se torna possível quando elas podem participar em grande escala, em escala nacional, da produção, e quando o trabalho doméstico lhes toma apenas um tempo insignificante. (ENGELS, em MARX e ENGELS, s/d, p.129. vol.3)

De acordo com Hartmann (1979), as primeiras abordagens marxistas não foram capazes de perceber as diferenças entre as experiências das mulheres e dos homens no capitalismo e por que as mulheres são oprimidas.

Já os marxistas contemporâneos, responsáveis pela segunda abordagem, que se desenvolve quase em paralelo à segunda onda do feminismo, consideram que “as mulheres fazem parte de um único sistema, sendo assim, todos os aspectos de sua vida são considerados reprodução do sistema capitalista”. Para Zaretsky (1976), embora o sexismo não seja um fenômeno produzido pelo capitalismo, a sua forma atual foi dada pelo capitalismo e, neste último século, o capital separou o mundo da família e da vida pessoal, do lugar de trabalho e da esfera pública. Essa disjunção é causa do extremo sexismo na sociedade atual. Zaretsky (1976) afirma que as mulheres passaram por uma situação de crescente opressão no sistema capitalista, ao serem excluídas do trabalho assalariado. Essa exclusão teve o objetivo de mantê-las em casa para produzir trabalhadores remunerados para a manutenção do próprio sistema (ROMERO, 1997: 221).

Na visão de Zaretsky, a figura da dona de casa emergiu ao lado do proletariado, sendo ambos trabalhadores característicos das sociedades capitalistas desenvolvidas.

Sendo assim, para esse autor, somente uma revisão da concepção da “produção”, que englobe o trabalho doméstico das mulheres e todas as outras atividades necessárias socialmente, permitirá aos socialistas lutarem pelo estabelecimento de uma sociedade em que não haja mais essa separação.

É o que ressalta Romero (1997:220-2), ao analisar como Zaretsky (1976) insiste que as mulheres trabalham para o capital e o capitalismo com sua separação entre espaço privado e espaço público – isso criou a aparência de que as mulheres trabalham para os homens de forma privada na família. A redefinição do espaço das mulheres dentro da família não é explicada como efeito do capitalismo. Se as mulheres retornam para as suas casas é porque existem possibilidades na estrutura social que permitem que se constitua “exército de reserva” para conjunturas específicas, em que há ‘déficit’ de mão de obra masculina. Se a restrição ao ingresso das mulheres na força de trabalho é de responsabilidade do capitalismo, a quem se atribui a sua exclusão dos sindicatos e de espaços de trabalhadores masculinos assalariados?

Exigências de legislação ‘protetora’ tornaram-se clamorosas durante a década de 1880. Proteger mulheres e crianças contra os efeitos degradantes do trabalho nas novas fábricas significava defender uma noção idealizada de família e lar, na qual um patriarcado benevolente e uma saudável autoridade paterna ordenavam a economia do lar por ‘diferenças e capacidade naturais’ de mulheres e homens. Quando mulheres e filhos eram forçados a ir para as fábricas em virtude do desemprego e da perda de poder aquisitivo do marido-pai, essa ordem natural se alterava. A essa dissolução dos papéis morais (...) acrescentavam-se os efeitos do trabalho barato da mulher, cuja atração para os capitalistas representava perda de empregos, de status e de qualificação para os homens. Essa fusão de ansiedades – resistência à reorganização capitalista da indústria, desejo de preservar o regime moral da família – motivou poderosamente os trabalhadores qualificados, que tinham uma posição de barganha bastante forte. (ELEY, 2005:81)

As mulheres não tinham nenhum espaço nos sindicatos e havia, inclusive, acordos que impediam o acesso delas a esses espaços. Os homens não defendiam salários iguais, e sua luta se encaminhou para reivindicar um “salário família” suficiente para manter toda a família⁶¹.

⁶¹ Implantado em finais do século XIX. A condição para a sua instauração foi a existência do que Célia Amorós denominou de “pacto patriarcal interclassista” (Romero, 1997: 222).

Zaretsky (1976), além de reconhecer que o trabalho doméstico se desvalorizou na sociedade capitalista porque não gera valor, vai além ao afirmar que essa situação se agravou diante da responsabilidade de a mulher manter e cuidar da esfera emocional e psicológica dentro do restrito espaço familiar. Mas Hartmann vê de forma crítica esta interpretação:

Do mesmo modo que Engels vê na propriedade privada a contribuição capitalista à opressão das mulheres, Zaretsky a vê na esfera privada.
(HARTMANN, 1979)

Para Hartmann (1979), o autor, não considerou realmente o problema, embora reconheça que o sexismo não é um fenômeno novo produzido pelo capitalismo. Ao focar sua abordagem na relação das mulheres, da família e da esfera privada com o capitalismo não reconhece que os homens também se beneficiam dessa relação e de uma desigual divisão sexual do trabalho. E mesmo reconhecendo-se que o capitalismo criou a esfera privada, por que são as mulheres e não os homens que fazem parte dessa esfera? Para a autora, sem fazer referência ao patriarcado, certamente não há como responder a esta questão.

Mas é importante enfatizar que o autor deixou contribuições valiosas sobre a opressão das mulheres que avançam em relação aos seus predecessores, ao destacar que os movimentos socialistas do século XIX não conseguiram perceber que a base desta nova ideologia, que se formava, não estava limitada à esfera da produção e troca de mercadorias e que a forma pela qual o trabalho social é distribuído varia de sociedade para sociedade sendo determinado pelo modo dominante de produção. Ao reconhecerem uma única esfera perderam o sentido do capitalismo como sistema social integrado, excluindo a família do seu conceito de produção social.

Na terceira abordagem, as feministas marxistas focalizaram o debate no trabalho doméstico e sua relação com o capital. A tese central é a de que a situação da mulher como dona de casa – e o trabalho doméstico desenvolvido por ela – obedece à lógica do capital e, portanto, a existência do trabalho doméstico é uma forma de trabalho inerente ao sistema capitalista.

Na análise de Dalla Costa⁶² (1975), a função específica das mulheres no modo de produção capitalista é fornecer a força de trabalho masculina, cuja venda no mercado produz mais-valia. O trabalho doméstico é considerado, assim, trabalho produtivo no sentido marxista. Dalla Costa levantou a bandeira “salário para a dona de casa”, o que gerou um grande conflito dentro do movimento feminista, que via nessa bandeira um perigo de consolidação do trabalho doméstico como trabalho exclusivamente feminino e uma renúncia do objetivo de socialização do trabalho doméstico (GELINSKI e PEREIRA, 2005; CUNINGHAME, 2008). Com esse debate, Dalla Costa contribuiu para criar no pensamento da esquerda uma maior consciência sobre a importância do trabalho doméstico e as relações entre trabalho e capital.

Da mesma forma que as abordagens anteriores, essa também focaliza o capital, não as relações entre mulheres e homens.

Dalla Costa poderia argumentar, por exemplo, que a importância do trabalho doméstico como uma relação social está no seu papel crucial em perpetuar a supremacia masculina. O fato das mulheres fazerem o serviço doméstico, trabalhando para os homens, é crucial para a manutenção do patriarcado. (HARTMANN, 1979)

Para Delphy (1984), as mulheres assalariadas também são vítimas da exploração capitalista e têm posições de classe em tal sistema. A autora centra sua análise na ‘relação de produção’ que todas as mulheres teriam em comum dentro do “modo de produção doméstico” e, em função disso, se constituiriam enquanto “classe social”. O modo de produção capitalista é posterior ao modo de produção patriarcal. Para Delphy, um modo de produção é um conjunto de relações de produção. É essa relação que determina que homens e mulheres pertençam a classes sociais diferentes, no sentido marxista do termo, ainda que haja mulheres que, realizando trabalho assalariado, tenham posição dentro do sistema capitalista. Para a autora, o problema precisa ser posto em termos de relação de produção e não de nível de vida e de meio social, como afirmam aqueles que dizem que as mulheres pertencem à mesma classe social dos homens.

Ela prossegue em sua argumentação ao afirmar que o trabalho doméstico não remunerado constitui o elemento essencial que determina as relações de produção em que se

⁶²Mariarosa Dalla Costa, feminista italiana e militante política dos anos de 1960/1970.

encontram as mulheres. O trabalho delas não tem valor porque não é objeto de troca, sendo o valor uma relação social que nasce da troca. Delphy (1984) insiste que é a natureza do trabalho doméstico a causa de sua ausência de valor e cita o fato de que esse trabalho, quando realizado na esfera da produção capitalista, é remunerado. A ausência de valor não significa que as mulheres estejam excluídas da economia.

Delphy sustenta que o motivo pelo qual as atividades domésticas não são consideradas produtivas e não são contabilizadas é que este trabalho se realiza no âmbito da família e tampouco se troca. Igualmente não se pode atribuir tal motivo à natureza desses serviços, posto que todos podem ser encontrados no mercado. Tampouco à natureza das pessoas que os realizam. A explicação está na natureza particular do contrato que vincula a trabalhadora, de esposa e mãe, a seu “chefe” (DELPHY, 1984:45).

Portanto, o trabalho doméstico não pode ser definido, como fazem alguns autores e autoras, como um conjunto das tarefas que o compõem, mas como uma determinada relação de trabalho, uma determinada relação de produção, concretamente, como todo trabalho efetuado para outras pessoas nos marcos da casa e da família (1984:47). A mais-valia gerada pelo trabalho doméstico é apropriada pelo marido.

Enquanto, na primeira abordagem, o trabalho doméstico está ausente e a participação das mulheres na força de trabalho é reforçada, nas duas abordagens seguintes o trabalho doméstico é enfatizado, e não as referências à participação das mulheres no mercado de trabalho. No entanto, todas as três abordagens procuram incluir as mulheres na categoria de classe trabalhadora e reconhecem a sua opressão como um outro aspecto da opressão de classe

É o próprio poder de análise do marxismo sobre a dinâmica do capitalismo nascente que ofuscou sua compreensão dos outros aspectos das relações sociais. Ao concentrar suas análises no funcionamento das sociedades capitalistas, a análise econômica do marxismo clássico se deteve na dinâmica de acumulação do capital e na produção orientada para troca, e não para o uso. O que interessava desvendar na economia capitalista, em última instância, é a geração de lucros possibilitada pela produção que ocorre no mercado. Portanto, o âmbito da reprodução não é considerado e o trabalho doméstico é definido como trabalho improdutivo. Ainda com estas limitações, a metodologia marxista é útil para formular estratégias feministas.

A partir das contribuições sobre trabalho doméstico e das polêmicas sobre o patriarcado⁶³ as feministas socialistas vão avançar no sentido de politizar o espaço privado, ou seja, vão conferir às relações privadas uma categoria pública e política.

O campo dos debates feministas marxistas/socialistas vão se desenvolver com uma contribuição decisiva sobre as relações sociais de sexo e o entendimento do trabalho como estruturador das relações sociais. Nesta elaboração, os trabalhos desenvolvidos e inspirados por Danièle Kergoat e Helena Hirata têm papel primordial, com a centralidade do trabalho e a compreensão da divisão sexual do trabalho na construção das relações sociais entre mulheres e homens. E, ao mesmo tempo, com a abordagem que denominou de “consustancialidade das relações sociais”, imbricando as relações sociais de sexo, de classe e de raça (KERGOAT, 2009 e 2014), a elaboração feminista nesta área buscará responder aos novos desafios teóricos a partir dos anos 1990, trazidos, em grande parte, mas não apenas, pela exigência de abordar as relações raciais e responder aos debates relacionados à orientação sexual (HIRATA, 2017). Parte destes debates vai além dos limites propostos nesta tese.

Os efeitos de tornar invisível o trabalho doméstico e de transferir para as mulheres os custos de reprodução são vistos pela forma como as mulheres se inserem no mundo produtivo e a necessidade de desenvolver estratégias que permitem sobreviver nestas duas esferas. As mulheres são forçadas a ingressar no mercado de trabalho em piores condições e aceitar ocupações que pagam menos. As tentativas de naturalizar essas relações aparecem nos paradigmas neoclássicos e uma contraposição a estas abordagens ganham visibilidade entre as feministas marxistas e mais tarde entre as economistas feministas.

⁶³ Para Hartmann, uma definição útil do patriarcado seria a de considerá-lo um conjunto de relações entre homens, sobre uma base material que, embora hierárquica, estabelece ou cria interdependência e solidariedade entre eles, permitindo-lhes dominar as mulheres (Hartmann, 1979).

CAPÍTULO 3

PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A DESIGUALDADE ENTRE OS SEXOS NO MERCADO DE TRABALHO

Neste capítulo serão abordadas as contribuições teóricas que buscam construir uma explicação para as desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho. A hipótese adotada pressupõe que a desigualdade no processo de inserção das mulheres no mundo produtivo tem como causa subjacente e, portanto, seu ponto de partida, a segregação de gênero determinada por fatores de ordem material e cultural. Para isso, serão utilizados como referência os dois campos de análise que orientam esse debate na atualidade, com ênfase especial para os estudos que ressaltam a separação estrutural entre a economia de mercado e de reprodução como determinante para inserção das mulheres no mundo produtivo.

Os acúmulos teóricos que tratam das desigualdades entre mulheres e homens vêm reafirmando ao longo dessas últimas décadas, de modo geral, a existência de dois grandes campos de estudo: o primeiro campo parte do indivíduo e de suas preferências ou escolhas mediadas pelo mercado; e o outro que considera as estruturas e as instituições sociais como campo privilegiado em que se estabelecem as interações entre pessoas. Evidentemente, essas interpretações adquirem expressão própria frente a distintos enfoques teóricos.

Para os que abordam a questão desde uma perspectiva conservadora e que se utilizam das ferramentas da teoria econômica tradicional, as diferenças são evidências de diferenciais de produtividade ou de preferências entre mulheres e homens em relação ao envolvimento com o trabalho assalariado ou investimento distinto em educação ou capacitação. Essas abordagens estão presentes nos trabalhos de economistas de inspiração neoclássica, a exemplo de Becker (1965), Schultz (1973), entre outros. As abordagens aqui analisadas rejeitam essa premissa uma vez que os esquemas propostos por esses autores não fornecem as ferramentas adequadas para um efetivo entendimento entre relações de produção econômica e reprodução social ao resumir as relações a preços e quantidades.

Para algumas autoras (PICCHIO, 1994; BORDERÍAS & CARRASCO:1994), as características gerais e persistentes do trabalho assalariado, caracterizado pela desigualdade e pela diferenciação nas condições de acesso entre os sexos, devem ser analisadas conjuntamente com o trabalho de reprodução realizado pelas mulheres, habitualmente definido como trabalho doméstico não remunerado. A incapacidade de situar o trabalho de reprodução em um marco analítico adequado tem levado muitas vezes à sua omissão. Essa invisibilidade oculta uma

relação de produção-reprodução que caracteriza o sistema capitalista, renegada a uma questão de caráter privado e, portanto, especificamente um problema das mulheres, já expostos nos capítulos anteriores (BORDERIAS; CARRASCO; ALEMANY: 1994).

A falta de reconhecimento da sobrecarga de trabalho doméstico realizado pelas mulheres na esfera privada tem conduzido parte das pesquisas a interpretar a segregação e as diferenças salariais como fenômenos associados ao próprio dinamismo do mercado de trabalho ou resultado das escolhas individuais. O que esses autores não reconhecem é que a produção para o mercado somente se realiza por meio da sustentação de uma estrutura que é vital para a própria reprodução da força de trabalho, o trabalho realizado no interior das famílias, e são essas duas dimensões integradas que compõem e dão sustentação ao sistema capitalista.

Para Picchio, o capitalismo pode ser tipificado a partir de três características fundamentais: impõe uma relação específica entre o processo de produção de bens e serviços e o processo de reprodução social da população; é definido pela utilização do trabalho assalariado para produzir mercadorias e o acesso aos bens de subsistência; é mediado pelos salários para a grande maioria da população. Essa mediação, uma consequência do domínio privado dos meios de produção, determina a relação capitalista específica entre o processo de produção e o processo de reprodução social. Ou seja, quanto maior a quantidade de serviços prestados no âmbito doméstico, menor será a quantidade de bens e serviços que deverão ser adquiridos por meio do mercado para a subsistência e reprodução da força de trabalho.

Desta forma, se explicita a conveniência, para o capital, do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres no espaço dos domicílios. Ao assumir integralmente a responsabilidade pela reprodução social as mulheres são compelidas a inserirem-se nas ocupações tradicionais e com elevado grau de segregação por sexo que, por sua vez, está associado à criação e perpetuação de desigualdades entre os sexos dentro e fora do mercado de trabalho.

Nesse sentido, é importante situar as políticas de igualdade de gênero sob uma perspectiva em que ambos os sexos sejam igualmente valorizados e remunerados, independentemente de suas atribuições no mercado de trabalho.

3.1. Da origem do debate das desigualdades salariais ao trabalho doméstico não remunerado

As primeiras manifestações a questionarem o não reconhecimento das condições de inserção das mulheres no mundo produtivo se desenvolvem quase em paralelo ao processo de industrialização. Já havia, desde o século XIX, uma presença forte de mulheres que ousaram reivindicar direitos iguais e empregos, e que denunciavam as desigualdades no trabalho e as diferenças salariais entre os sexos, conforme pode ser constatado pelos estudos de várias autoras, como Perdices de Blas e Gallego Abaroa (2007), Cristina Carrasco (2006) e Michelle Pujol (1998).

No período de surgimento das primeiras indústrias, o trabalho das mulheres era fundamental, principalmente nos setores em que a produção domiciliar foi transferida para a indústria nascente. Elas traziam para o ambiente fabril sua experiência de oficinas, da indústria doméstica e do artesanato urbano. Segundo Eley, cerca de um terço da classe trabalhadora na Grã-Bretanha, Alemanha, França e Itália, no início do século XX, era formada por mulheres (ELEY, 2005:81).

Nos Estados Unidos, conforme descreve Angela Davis (2016), as mulheres no início do século XIX trabalhavam nas minas de carvão e nas fundições e as escravas nas linhas férreas, por serem mais lucrativas do que os trabalhadores do sexo masculino (DAVIS, 2016:23).

Entretanto, os movimentos democráticos⁶⁴ do século XIX, conforme descrito por Eley, afirmaram modelos de exaltação da masculinidade que condenavam as mulheres à dependência. A presença das mulheres nas fábricas representava um conflito com o seu "papel natural", uma vez que elas concorriam com os homens na busca por empregos. Esses modelos, segundo o autor, também foram uma resposta aos ataques da burguesia à desordem e à degradação moral dos pobres, ou seja, o lugar das mulheres era o espaço da família (ELEY, 2005:81). Excluídas dos principais ofícios, a sua qualificação estava no lar, e a sua identidade política estava subordinada ao homem. Embora o salário das mulheres fosse essencial para as famílias operárias, sua condição era explicitamente desvalorizada.

É nesse contexto que vai se conformando a classe trabalhadora – enquanto uma formação social complexa – em que as mulheres lutam por direitos iguais e pelo reconhecimento como sujeito político⁶⁵, pois, embora ativas nos movimentos radicais, suas

⁶⁴ Os movimentos democráticos eram formados pela classe operária organizada em sindicatos e associações, os socialistas utópicos e os partidos socialistas.

⁶⁵ Foram anos de ambiguidades para as mulheres, que tiveram suas primeiras vitórias no século XX. Antes da Primeira Guerra o voto era permitido às mulheres em apenas três países, na Nova Zelândia (1893), na Finlândia (1906) e na Noruega (1913).

manifestações estavam limitadas às próprias comunidades, ao passo que os homens podiam se manifestar livremente. A exigência de leis de proteção às mulheres surge em meados do século XIX (1830). Preservar mulheres e crianças dos efeitos degradantes do trabalho nas novas fábricas significava defender uma noção idealizada de família e lar, o que restringia a inserção produtiva delas.

O debate sobre a presença das mulheres no mercado de trabalho ganhou novos contornos a partir da Primeira Guerra Mundial. Até então, persistiu a dicotomia entre trabalho e matrimônio para as mulheres casadas; já para as solteiras o trabalho era tolerado (IBISATE, 2007:172). As formulações sobre as diferenças salariais emergem como reação ao reconhecimento de uma condição de extrema desigualdade e injustiça frente aos homens. Diferentemente dos dias atuais, em que as diferenças salariais podem assumir múltiplas expressões e contornos, no contexto da primeira revolução industrial, ela era facilmente identificável, uma vez que as mulheres recebiam salários menores para realizar as mesmas tarefas no ambiente fabril e não havia preocupação em mascarar essa injustiça, porque era considerado natural e aconselhável que elas recebessem menos.

Para Pujol (1998), o debate que se sucedeu sobre as diferenças salariais pode ser identificado a partir de três momentos e foi marcado pela oposição entre a teoria do valor-trabalho e do valor utilidade, implícito nas teorias dos salários de subsistência e salário por produtividade. Na teoria clássica, o salário reflete o processo de reprodução social do próprio trabalhador e de sua família, podendo variar de acordo com contextos históricos e relações sociais específicas. Já entre os neoclássicos, coerentes com uma teoria global de sistema econômico e uma teoria geral de preços relativos, se introduz o conceito de produtividade aplicado a cada fator de produção, deslocando-se da esfera reprodutiva para um conceito de escassez de recursos como principal objeto de estudo da economia e base para a definição de relações de demanda e oferta.

De acordo com as autoras Webb⁶⁶, Fawcett⁶⁷, Heather-Bigg⁶⁸ e Smart⁶⁹, no primeiro momento, marcado entre o final do século XIX e o início do século XX, o debate

⁶⁶ Beatrice Webb, (1858-1943), pioneira nos estudos sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho.

⁶⁷ Millicent Fawcett (1847-1929), feminista e autora de vários estudos sobre a situação das mulheres no século XIX, desempenhou um papel importante na luta pelo sufrágio feminino.

⁶⁸ Ana Heather Bigg, estudante de economia, em 1875, autora de vários trabalhos publicados em revistas de economia sobre o trabalho das mulheres.

⁶⁹ William Smart (1853-1915), economista britânico.

transitava fundamentalmente entre essas duas questões: se os salários representavam a contribuição das mulheres à produção ou se constituíam um nível de renda de subsistência suficiente. Assim, estavam presentes dois conceitos de “salário”: um apoiado na ideia de produtividade e outro a partir da noção de subsistência⁷⁰. Os argumentos que defendiam que as mulheres deveriam receber uma remuneração menor do que a dos homens se concentravam na noção de que elas eram menos produtivas e que isso justificaria os salários inferiores. Por outro lado, a tese do salário de subsistência era sustentada pela ideia de que o trabalho era permitido apenas para as solteiras; sendo assim, não necessitavam de renda superior à dos homens para a garantia de sua própria sobrevivência, diferentemente do homem, provedor, cujo salário era essencial para a manutenção da família⁷¹.

Presente no conceito de salário de subsistência subjaz o “salário-família”, apoiado na noção de que os homens são os responsáveis pelo sustento das famílias e as mulheres suas dependentes. O salário pago ao trabalhador deve ser suficiente para sustentar sua esposa e filhos e a si mesmo.

O segundo momento desse debate foi marcado pelo contexto da Primeira Guerra (PUJOL, 1998). As autoras que estiveram à frente dessa discussão – Fawcett, Rathbone⁷² e Webb – enfrentaram os mesmos argumentos. O debate se colocava entre posições, de um lado, que defendiam salários menores por tratar-se de custos de reprodução, e, por outro, o entendimento de que as mulheres eram menos produtivas (CARRASCO, 2008:9), uma vez que elas não estavam à frente da sustentação da família.

Entretanto, a experiência de trabalho das mulheres que passaram a substituir os homens durante a Primeira Guerra foi fundamental para que o movimento pela igualdade de condições de trabalho ganhasse força. Ao ocuparem os mesmos postos de trabalho, as mulheres demonstravam na prática a mesma capacidade e produtividade dos trabalhadores do sexo masculino.

⁷⁰ Na teoria do salário de subsistência, descrita por Smith, no capítulo VIII de sua obra, *A Riqueza das Nações* (Smith [1776], 1983, p 93-4), o trabalho é uma mercadoria como as outras, e seu preço, o salário, depende da subsistência do trabalhador. A ideia de produtividade, por sua vez, está baseada na produtividade marginal, cujo conceito foi desenvolvido pelos economistas neoclássicos para tentar responder por que alguns trabalhadores recebiam salários inferiores. No entanto, esse conceito não logrou alcançar explicações razoáveis para a relação entre a produtividade das mulheres e seus salários inferiores aos do sexo masculino.

⁷¹ É importante destacar que no início do século XX as mulheres que integravam a força de trabalho nos Estados Unidos correspondiam a cerca de 8 milhões e 25% delas eram negras (Davis, 2016:149).

⁷² Eleanor Rathbone (1872-1946) publicou inúmeros estudos sobre as condições de trabalho da classe trabalhadora no início do século XX.

Para algumas autoras, como Rathbone, as mulheres deveriam ter acesso a salários pagos pelo Estado uma vez que o salário-família abria espaço aos homens para serem os únicos responsáveis pela família, provedores legítimos e reconhecidos socialmente, enquanto as mulheres jamais alcançariam esse reconhecimento⁷³; já outras, como Fawcett, opunham-se a isso, alegando que isso as isolaria no ambiente familiar (CARRASCO, 2007:479). No entendimento de Delphy (1984), o problema não era o fato de algumas mulheres desempenharem tarefas importantes pelas quais não eram remuneradas, o que levou algumas feministas, a exemplo de Rathbone, a defender o pagamento de uma pensão pelo Estado ou um salário pelos trabalhos domésticos. O problema era fazer certos serviços para e sob o comando de um homem, portanto, o contrato de casamento e a subordinação das mulheres enquanto trabalhadora não poderiam ser compreendidos na ausência do “contrato sexual”, e da construção patriarcal e de esferas “privadas” e “públicas” (PATEMAN,1993:192).

O terceiro momento do debate ocorre a partir das formulações de Edgeworth⁷⁴ (PUJOL,1998), autor para quem as desigualdades salariais não poderiam ser fundamentadas pela baixa produtividade das mulheres, mas, sim, pela ideia de subsistência, pois, ao não terem responsabilidades familiares, elas têm menores necessidades de sobrevivência.

A oposição entre o conceito de subsistência e produtividade, que perpassou todo o debate entre o final do século XIX e início do século XX, não fez qualquer referência à enorme quantidade de trabalho doméstico que as mulheres realizavam para garantir a reprodução da população. Especificamente, a teoria de salários de subsistência é tratada não como uma teoria geral de determinação de salários – enquanto custos exógenos da reprodução social do trabalho – mas unicamente como uma teoria de salários baixos (PICCHIO, 1992:18-19).

Ao recuperar o conceito de salário como custo de reprodução, na avaliação de Picchio, permite-se situar o processo de reprodução da força de trabalho no centro das análises do mercado de trabalho e retomá-lo como um dos processos fundamentais do sistema social. Entretanto, para a autora, a teoria da produtividade marginal⁷⁵ vai operar uma substituição das ideias baseadas nas necessidades de subsistência e custos de reprodução da força de trabalho e

⁷³ Para informações adicionais sobre esse debate, conferir capítulo II, item 12 de *Forjando a Democracia*, de Geoff Eley, 2005.

⁷⁴ Francis Ysidro Edgeworth (1845-1926) foi um economista britânico de inspiração liberal e professor de Ciências Econômicas da Universidade de Oxford. https://pt.wikipedia.org/wiki/Francis_Ysidro_Edgeworth

⁷⁵ O debate que envolve a produtividade é mais amplo e complexo. Na teoria de Braverman (1981), por exemplo, está implícita a crença de que os salários não são determinados pela qualificação do trabalhador, mas pela produtividade da organização.

predominará nas análises econômicas até o início da década de 1960 quando surgem fortes contestações a esses princípios (PICCHIO,1992).

Enquanto isso, as mulheres, excluídas das profissões e das corporações de ofício, concentravam-se nos trabalhos menos qualificados, desvalorizados socialmente ou apenas reconhecidos como adequados a elas por representarem um prolongamento de habilidades consideradas herdadas naturalmente pela sua condição biológica. Nesse sentido, as mulheres foram absorvidas para os empregos no comércio, no trabalho doméstico e na produção que não exigia qualificação. Por volta da metade do século XIX, o trabalho doméstico tinha se tornado predominantemente feminino⁷⁶ (PATEMAN, 1993).

Nesse contexto, em que o mundo estava sulcado por duas grandes guerras e uma grande depressão, multiplicaram-se as políticas que visavam estimular o aumento da taxa de fecundidade e ao mesmo tempo fortalecer o papel das mulheres na família. Com isso, foi forjado um conjunto de políticas sociais orientadas às mulheres, tais como: legislações de proteção ao trabalho das mulheres por sua natureza especial, proteção para a maternidade, políticas sociais orientadas para a família, educação para moças, assim como a igualdade legal e o direito ao voto (ELEY, 2005:227). Para o autor, as guerras alteraram de forma determinante o significado de bem-estar para as mulheres⁷⁷, estreitando com isso os vínculos institucionais com o Estado e a formulação de políticas sociais, mesmo que na condição de beneficiárias secundárias dos direitos de seus maridos.

Já em 1917, Eleanor Rathbone⁷⁸ argumentava que o principal obstáculo para a igualdade salarial é precisamente o pressuposto aceito socialmente de que os homens são os encarregados do salário familiar e que, se as mulheres ocupam os postos de trabalho considerados masculinos, estão contribuindo para reduzir o salário familiar. A autora, portanto, defendia um sistema de pagamento público com caráter familiar para as mulheres.

Nesse momento, o debate colocado por Rathbone dizia respeito à formação de um “fundo nacional pela maternidade”, sob o argumento de que a maternidade deveria ser tratada

⁷⁶ Segundo a autora, uma esposa não podia prestar serviços domésticos sem a autorização do marido sob pena do empregador ser processado (Pateman,1993:189).

⁷⁷ Segundo Esping-Andersen, os três pilares do estado de bem-estar social são: Estado, mercado e família. Por não serem equivalentes, não podem ser substituídos. Ver: As três economias políticas do Welfare State (<https://pt.scribd.com/document/156241313/As-Tres-Economias-Politic-Do-Welfare-State-Gosta-Esping-Andersen>).

⁷⁸ Eleanor Rathbone foi presidente da União Nacional das Sociedades pela Igualdade de Cidadania (NUSEC), organização que abrigava todo o feminismo britânico, durante o período 1919-1928.

como uma questão de cidadania e, portanto, somente a intervenção do Estado poderia garantir programas de bem-estar às mulheres que não se encontravam no mercado de trabalho. Segundo a autora, elas precisavam ser libertadas da dependência econômica de seus maridos por meio de uma sustentação financeira pelo seu trabalho na esfera privada, conforme ELEY (2005:236).

Para Brown (1999), isso levou à política do salário-família⁷⁹, que beneficiou os homens: assalariados e capitalistas. Os homens desejavam salários com os quais pudessem sustentar suas famílias, deixando as mulheres e as crianças em casa. Por exemplo, Matthaei (1996) argumenta que, na primeira metade do século XIX, os capitalistas encontraram dificuldades em convencer homens a deixar sua produção doméstica para trabalhar nas fábricas. Ao mesmo tempo, foi disseminada na sociedade a percepção de homens como “ganha-pão” da família. Portanto, a mudança das normas sociais sobre os papéis de trabalho próprios para mulheres e homens foi um ponto-chave para as economias capitalistas do século XIX e refletiram como a ideologia subjacente ao patriarcado fortalecia as necessidades dos empregadores e perpetuava o sistema econômico capitalista (MATTHAEI, 1996:31-34).

Conforme nos relata Pateman, o salário-família, transformado em lei na maioria dos países no início do século XX, sempre foi mais um ideal que uma realidade. Nem todas as famílias conseguem sobreviver com um salário mínimo, da mesma forma em que nem todos os homens têm famílias, ao contrário de muitas mulheres que são as únicas responsáveis pela família, com enfermos e idosos sob sua responsabilidade. Mas justamente porque o salário é visto como um salário-família, os valores recebidos pelas mulheres são considerados como um “complemento” ao salário do marido (PATEMAN, 1993:205).

Entretanto, ao serem incorporadas pelo Estado, parte destas políticas, apenas reforçaram a condição de dependência dessas mulheres, a exemplo das leis de pensões para viúvas. O Estado tem se colocado historicamente como uma instituição de regulação entre o processo de acumulação e o processo de reprodução social da população. Para garantir a continuidade do processo de produção e reprodução como condição para à acumulação capitalista, em um sistema em que a produção de bens e serviços depende da mercadoria força de trabalho, é fundamental restringir o papel econômico das mulheres e, desta forma, controlar o processo reprodutivo e reorientar as políticas sociais com vistas a assegurar equilíbrio entre

⁷⁹ O desenvolvimento da lei do salário-família é claramente resultado das experiências das mulheres nos países de capitalismo industrializado (ver AMOTT e MATTHAEL, 1996). Ainda assim, mesmo nos Estados Unidos, nunca foi uma realidade para uma parcela significativa das mulheres, especialmente as mulheres negras, trabalhadoras e imigrantes (BROWN,1999).

Estado, mercado e família⁸⁰.

Diante disso, as inseguranças geradas pelos baixos salários e ausência de proteção social são instrumentos utilizados para manter o controle social, reafirmando sempre que as obrigações domésticas são responsabilidades das mulheres mesmo quando trabalham na esfera produtiva (PICCHIO, 1994). Para a autora, o mercado de trabalho assalariado necessita controle sobre o trabalho e sua reprodução e isso foi possível por meio de dois processos históricos distintos, mas correlacionados: a expropriação dos meios de subsistência que deslocou a produção doméstica para o mercado, e o aumento, por parte do Estado, do controle sobre o processo de produção da população trabalhadora (PICCHIO, 1992).

A busca por “leis” e regulamentações que visam administrar interesses de grupos sociais e de indivíduos foi parte de uma complexa rede de forças de poder, como ressalta Foucault:

Este Biopoder⁸¹ foi sem dúvida um elemento indispensável no desenvolvimento do capitalismo, este último não teria sido possível sem a inserção controlada de corpos na maquinaria de produção e de ajuste do fenômeno da população para os processos econômicos. (FOUCAULT, 1979:140-141).

As mulheres desempenhavam um papel importante no processo de reprodução e como tal foram o principal alvo de controle⁸² e, assim, os aspectos biológicos da reprodução humana foram usados para esconder os aspectos históricos e sociais da divisão sexual do trabalho. Nas análises do funcionamento do capitalismo, o Estado tem um papel preponderante:

⁸⁰ As políticas de Estado em favor da igualdade entre os sexos seguem modelos que variam entre compromissos formais com a igualdade, mas com escassos recursos ou políticas destinadas ao cuidado, modelos com políticas concretas de apoio às trabalhadoras, até modelos que exaltam a família, mas sem nenhum compromisso concreto com as mulheres. Para maiores detalhes consultar relatório da OIT de 2001. Acessado em 22/08/2017. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_publ_9223128714_sp.pdf

⁸¹ Biopoder foi um termo cunhado pelo filósofo francês Michael Foucault para se referir à prática dos Estados modernos e à regulamentação de seus súditos por meio de “uma explosão de numerosas e diversas técnicas para obter a subjugação dos corpos e o controle das populações”. Acessado em 27/08/2017. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Biopoder>

⁸² Uma quantidade incrível de violência foi utilizada contra as mulheres quando eram queimadas após julgamentos religiosos. Para conhecer melhor esse período consultar *Caliban y la Bruja*, de Silvia Federici. Acessado em 28/08/2017. <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Caliban%20y%20la%20bruja-TdS.pdf>

o Estado regula o funcionamento do mercado de trabalho e desenvolve programas de proteção social para suprir as necessidades não cobertas pelo mercado. Deste modo, participa diretamente na determinação da situação social que ocupam as pessoas e na estruturação das desigualdades sociais incluídas as de sexo (CARRASCO, 2001:8).

Por outro lado, mudanças importantes foram observadas na estrutura do mercado de trabalho com o desenvolvimento do capitalismo monopolista⁸³, por meio da expansão da produção fabril e mecanizada, mas também a destruição de antigas especializações artesanais e a progressiva homogeneização da força de trabalho (RUBERY,1978). Assim, novas ideologias gerenciais, com base no fordismo, surgiram no início do século XX e, com isso, um novo modelo de família foi sendo introduzido nas sociedades capitalistas: composto por um trabalhador qualificado, uma dona de casa zelosa e um casal de filhos. Sendo o filho aquele que receberia todos os investimentos em educação; e a mulher seria bem educada e trabalharia em um escritório até o dia de seu casamento. Esse ideal de família, largamente difundido por uma ideologia dominante, passou a fazer parte do senso comum e do ideário da classe trabalhadora (ELEY, 2005:240). Essa concepção de família também estava presente em *Princípios de Economia* de Marshall, abordada, aqui, no capítulo 2.

Para o historiador Hobsbawm, o capitalismo monopolista condiciona mudanças no mercado de trabalho, nas condições de vida dos trabalhadores e na própria dimensão política da organização da classe e a cultura operária. Para o autor, a referência para o século XX é a classe operária que se formou no final do século XIX (HOBBSAWM, 1995). O século XX é marcado por grandes mudanças: a urbanização, o surgimento de cidades proletárias, o assalariamento, o surgimento do setor terciário, a heterogeneidade da classe trabalhadora. Por outro lado, avançam legislações que buscam restringir a jornada de trabalho excessiva, as condições de vida estão se alterando de forma significativa e a classe trabalhadora passa a ter mais acesso a bens e serviços.

Nesse período, também emergem as primeiras elaborações sobre o reconhecimento da atividade doméstica como trabalho, com as publicações pioneiras de Helen Stuart Campbell (1839–1918) e Charlotte Perkins Gilman (1860-1935). Campbell analisa a relação entre a

⁸³ Para um debate mais aprofundado consultar Braverman. O autor sugere que a evolução na estrutura de emprego relacionada à expansão monopolista foi caracterizada pela redução progressiva da especialização da massa de trabalhadores, pela redistribuição do emprego para as ocupações em que os aumentos de produtividade foram mais baixos e pelo aumento do fornecimento de mão de obra assalariada, à medida que o capitalismo deslocou a força de trabalho doméstica. Para Braverman há uma redução progressiva das divisões na massa da força de trabalho, nivelando-os por baixo (1981).

economia individual e a economia social. Reconhece a casa como centro de produção e sustenta que ela precisa ser estudada pelos economistas sob esse ponto de vista. Para Gilman, as condições em que a produção doméstica era realizada não tinham evoluído, diferentemente da produção industrial. Mantinha-se, portanto, uma estrutura antiga e pouco produtiva (CARRASCO, 2006:10). Ela também concluiu que seria necessário transferir uma série de atividades realizadas em casa para o mercado, o que reduziria os custos domésticos e as mulheres passariam a dispor de mais tempo para dedicar-se ao trabalho no mercado.

Para Gilman, a economia do lar nada mais era do que

a manutenção de indústrias primitivas na moderna comunidade industrial e o confinamento das mulheres nessas indústrias e em sua limitada área de expressão. (Transcrito da obra de Angela Davis, 2016:232)

Nos Estados Unidos, Margaret Gilpin Reid (1896-1991) também produziu uma obra importante sobre a produção doméstica, *“The Economics of Household Production”* (1934). A autora reconhece a dificuldade conceitual para diferenciar consumo de produção em casa e propõe uma definição de produção doméstica que tenha como referência a produção de mercado. Ela propõe diversos métodos para dar um valor monetário ao trabalho realizado em casa. E seu pensamento continua sendo uma das principais referências na atualidade para os estudos de valorização do trabalho doméstico e mensuração da produção doméstica (contas satélites do trabalho não remunerado).

Paralelo a isso, no processo de constituição das políticas de bem-estar social nos países desenvolvidos, as mulheres foram objeto de políticas específicas com o sentido de preservar o pleno emprego. Quando era de interesse do Estado, as mulheres retornavam para as casas a fim de reduzir as pressões sobre o mercado de trabalho. Por outro lado, conforme relata Rubery (1978), no Reino Unido houve tentativas de controle da oferta agregada de mão de obra em diversos momentos, por meio de um número variado de estratégias, com destaque para o papel da família da classe trabalhadora em limitar a oferta de mão de obra feminina e, portanto, aumentar o poder de negociação da classe trabalhadora (HUMPHRIES,1977). A participação ilimitada da mão de obra familiar, segundo Marx, não apenas empurraria para baixo o nível geral de salários, por aumentar a população excedente, mas também reduziria o nível salarial

mínimo abaixo do qual a remuneração não pode cair sob pena de ficar abaixo do mínimo necessário para a subsistência (MARX, 1981).

Conforme Fraser, os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foram marcados pelo desenvolvimento material e social e, ao mesmo tempo, pela domesticação dos conflitos. Para a autora, o *welfare state* promoveu um acordo histórico de solidariedade entre classes que ignorou outras formas de dominação, como o machismo, o racismo, o etnocentrismo e a exploração colonial ⁸⁴(FRASER, 2009).

Nas décadas de 1960 e 1970 surge o interesse pelos estudos da produção doméstica⁸⁵, mas com enfoques teóricos absolutamente distintos. O paradigma neoclássico estuda o comportamento das famílias tendo como referência a microeconomia. As famílias são vistas como unidades de decisão que maximizam uma função de utilidade submetida a restrições (BECKER, 1987).

Enquanto isso, o debate de tradição marxista e feminista centrou-se, fundamentalmente, no reconhecimento da atividade doméstica como “trabalho”, nas relações que essa atividade mantém com a produção capitalista e da especificidade da exploração das mulheres no processo de reprodução social. As análises avançam sobre a tradição materialista marxista, uma vez que a ênfase dada por Marx estava centrada no processo de produção e acumulação do lucro mais do que no processo de reprodução social. E mais, dentro de uma perspectiva de reprodução social, era necessário envolver toda a população trabalhadora e não somente o trabalho assalariado.

... en los años setenta se denunció la explotación del hogar por parte de la reproducción capitalista, en el sentido de que los salarios tradicionalmente han sido insuficientes para la reproducción de la fuerza de trabajo y, por tanto, el Trabajo realizado en el hogar sería una condición de existencia del sistema económico... Hay que notar entonces que en este sentido la cantidad de Trabajo familiar doméstico

⁸⁴ Para Fraser, a segunda onda do feminismo, datada dos anos de 1960, é uma reação a esse pacto no seio do Estado de bem-estar social.

⁸⁵ Esse debate, que teve lugar nos anos de 1960 e 1970, durou uma década e envolveu mulheres e homens, tanto de tradição marxista, como feministas. Os aspectos centrais dessa discussão podem ser consultados no trabalho de Borderías, 1994.

sustituible a realizar viene determinada en gran medida por el salario.
(CARRASCO, 2001:7)

Como se constata, os salários se apresentam como a conexão econômica fundamental entre a esfera de reprodução humana e a esfera do mercado. Desta forma, o número de horas dedicadas à sua realização mantém estreita relação com o próprio processo de acumulação capitalista.

3.2. Contribuições teóricas sobre as origens da discriminação e da segregação por sexo

Desde a Segunda Guerra Mundial o tema da discriminação e da segregação vem polarizando o debate, seja na área de pesquisa, na academia, nos movimentos sociais ou por meio dos organismos internacionais. Durante a guerra, as mulheres entraram massivamente no mercado de trabalho para compensar a escassez de mão de obra masculina. Quando os homens retornaram, a presença das mulheres no mercado de trabalho passou a ser considerada como uma ameaça para o emprego dos homens e para a qualidade das condições de trabalho em geral. A desconfiança era de que elas, ao se submeterem a salários menores, restringiam as possibilidades de emprego para os homens, ao mesmo tempo em que ficavam condenadas a trabalhos de menor prestígio social, mal remunerados e sob intenso regime de exploração.

Nesse contexto, o conceito de segregação como expressão de normas sociais que separam socialmente e espacialmente indivíduos por sexo, raça e etnia começou a ser objeto de estudos nos anos de 1960 e 1970, período em que formas institucionalizadas de segregação eram comumente mascaradas por uma ideia de que mulheres e homens coexistiam livremente nos mesmos espaços. No entanto, já nos escritos de Stuart Mill (1849), a segmentação do mercado era considerada como causa da desigualdade e dos baixos salários no mercado de trabalho. Os estudos que se seguiram evidenciaram o quanto a segregação é importante pelos seus efeitos nas desigualdades de gênero e nas oportunidades, ganhos e condições de trabalho, uma vez que ela limita as escolhas a empregos menos qualificados.

De acordo com Rubery (1978), os trabalhos nessa área podem ser analisados a partir de duas abordagens: a primeira associada à teoria ortodoxa em que as origens das desigualdades são exógenas ao sistema econômico. Dada a intensidade das críticas à teoria do capital humano, surgem, nos anos de 1970, novos enfoques. A segunda abordagem adota a metodologia que

enfoca a relação entre o desenvolvimento da estrutura econômica e a emergência de mercados de trabalho segmentados e entende que as desigualdades são formadas dentro do sistema econômico.

Conforme a autora, o desdobramento dessa última abordagem resultou em teses sobre a segmentação do mercado de trabalho, dentre elas, as teorias do mercado de trabalho dual, cujos principais expoentes são Doeringer e Piore, institucionalistas, e seus escritos datam dos anos de 1970, e as teorias radicais com Gordon, de 1972. De acordo com Rubery, essas teses enfatizam os aspectos relacionados à demanda e propuseram uma teoria em que o mercado de trabalho está dividido em dois segmentos essencialmente distintos: setor primário e setor secundário (PIORE, 1999:194 apud ABRAMO, 2007:32).

Conforme ressalta Burnell (1999), nos modelos de segmentação há uma transferência de trabalhadores a mercados de trabalho primários ou secundários. Mercado de trabalho primário é caracterizado por condições de trabalho e emprego estáveis, salários relativamente altos, produtividade elevada e progresso técnico, já no mercado de trabalho secundário estão presentes outras características que se opõem ao primário, como alta rotatividade de mão de obra, salários relativamente baixos, más condições de trabalho, baixa produtividade, estagnação tecnológica e desemprego relativamente alto.

Para os autores Doeringer e Piore, em elaborações de 1985, são as características dos empregados que determinam a sua inserção no mercado de trabalho e a existência de mercados de trabalho segmentados amplia a dificuldade de mobilidade. Segundo, as proposições destes autores são as mulheres casadas, negros e imigrantes que estariam mais propícios a participarem do mercado de trabalho secundário por apresentarem características como débil compromisso com o trabalho e maior capacidade de suportar a insegurança e a incerteza próprias da atividade econômica e instabilidade no emprego. (Piore 1999:277 apud Abramo, 2007:48). Com efeito, a teoria da segmentação do trabalho surgiu como uma alternativa para a determinação de salários e a mobilidade ocupacional. Dessa forma, a colocação inicial desses trabalhadores é definidora de sua permanência no mercado de trabalho (RUBERY, 1978).

No entanto, desde o início dos anos de 1980 as autoras (Borderías; Carrasco, 1994) identificaram em vários trabalhos a crítica ao conceito de força de trabalho secundária aplicado ao trabalho feminino, demonstrada por meio de diversos argumentos e evidências práticas, entre eles: (i) em determinados setores as mulheres têm menos oportunidades de promoção inclusive

quando têm níveis idênticos aos dos homens de responsabilidade e compromisso com o trabalho (BORDERÍAS, 1984 apud ABRAMO, 2007:51); (ii) muitas das ocupações tipicamente femininas no setor de serviços não apresentam características que são descritas como participantes do mercado “secundário” e, pelo contrário, exigem um alto nível de qualificação, formação e experiência e as mulheres costumam apresentar um alto nível de continuidade no emprego (BRADLEY, 1989 apud ABRAMO, 2007:51) e em oposição às teorias duais, a mão de obra feminina não funciona como “secundária” ou substituta, mas como preferida pelos empregadores em muitas ocupações (BETTIO, 1986 apud: ABRAMO, 2007: 51).

Essas abordagens falham ao não considerar as transformações mais amplas que ocorrem na atividade produtiva e no mercado de trabalho com a crescente heterogeneidade e fragmentação dos processos produtivos e organizacionais e a própria emergência de novas formas de inserção e integração da classe trabalhadora. Atividades antes exclusivamente realizadas no setor dito “primário” são externalizadas e ocupações tradicionalmente mais seguras e protegidas são precarizadas. Por outro lado, ao considerar que as mulheres apresentam características de pouco compromisso com o trabalho produtivo e facilidade de adaptação a contextos mais adversos, despreza toda a carga de trabalho doméstico sob sua responsabilidade.

Já com relação à segregação, essa tem várias inferências e nesta seção nos concentraremos em suas implicações no perfil dos empregos que são oferecidos às mulheres, inferiores aos dos homens, e o quanto os seus efeitos ficam evidentes quando se compara a remuneração. Para Rytina (1981), quanto mais feminina uma ocupação, menores são os salários. Entretanto, para algumas autoras, a desvalorização de determinadas profissões ou ocupações que se tornariam desinteressantes para o sexo masculino, pela substituição por ocupações mais rentáveis e ajustadas a novas técnicas de trabalho, atrairia mais mulheres. Estudos realizados nos anos de 1980 nos Estados Unidos já indicavam que entre 35 a 40 por cento da diferença salarial entre os sexos com jornada integral podia ser atribuído à segregação em diferentes categorias de ocupação (TREIMAN; HARTMANN, 1981). No Brasil, os estudos sobre segregação evoluíram muito nas últimas décadas, como parte do reconhecimento de que mulheres e homens têm ocupado de forma diferenciada o mercado de trabalho e não desfrutam de igual tratamento (MADALOZZO, MARINS, LICO, 2015; OLIVEIRA, 1997; BARROS e MENDONÇA, 1996).

As pesquisas mostram que a segregação ocupacional por sexo se manifesta em todas as sociedades. Os estudos da OIT (2013) indicam que a sua persistência se tornou uma

das características mais marcantes do mercado de trabalho. Há presença de segregação quando mulheres ou homens se concentram desproporcionalmente em determinadas ocupações ou profissões. Para a OIT, há predominância de um dos sexos quando um deles constitui mais de 80% da força de trabalho em determinada atividade e, neste setor, metade dos trabalhadores está em ocupações em que predomina um dos sexos (OIT, 2013).

Outras formas de expressar o significado da segregação podem ser vistos nos estudos da Comissão da Europeia (BURCHELL, et. al., 2014). Para os autores, a participação absoluta de um dos sexos é uma forma literal de segregação de gênero no trabalho; ambos trabalham lado a lado, em ocupações ou em locais de trabalho dominados por um dos sexos. As duas formas potencialmente mais importantes de segregação, para os autores, são: segregação por ocupação (horizontal) e no local de trabalho (vertical).

A segregação pode variar ao longo do tempo, nascendo em determinadas ocupações e emergindo em novas ou mesmo reduzindo em outras. A segregação até pode aumentar com o emprego das mulheres, se novas oportunidades de trabalho estiverem concentradas em áreas tipicamente identificadas com o gênero (BETTIO; VERASHCHAGINA, 2009)

O local de trabalho pode assumir maior relevância quando há grandes diferenciais entre os empregadores ao estabelecerem salários e condições para ocupações similares com fortes diferenciais de remuneração. Mas uma de suas manifestações pode ser vista na segregação por contrato de trabalho, particularmente a tempo parcial, temporário ou por conta própria. Conforme os estudos de Burchell et.al. (2014), as pesquisas indicaram que importa mais quando essas formas de emprego não estão integradas em áreas de empregos com contratos típicos, de modo que os concentrados em um número restrito de ocupações ou locais de trabalho, ou os que estão temporariamente nos contratos atípicos têm oportunidades limitadas de migrar para um emprego mais permanente.

A discriminação derivada das desigualdades salariais é resultante dessa segregação embora possa se manifestar de outras formas. Para ambas abordagens teóricas sobre a segmentação, as teorias da discriminação foram usadas para explicar a concentração de certos grupos em diferentes segmentos.

Para os autores das teorias radicais, a discriminação apenas reforça – e não cria – a desigualdade (RUBERY, 1978:2). Da mesma forma, Blau avalia a evidencia empírica sobre a medida em que a discriminação contribui para a segregação (BLAU, 2000).

Há duas formas básicas de segregação ocupacional presentes na literatura: uma horizontal e outra vertical. A segregação horizontal é aquela em que os sexos se distribuem de forma desproporcional dentro da estrutura ocupacional, ao passo que a segregação vertical ocorre dentro da uma mesma ocupação, quando um dos sexos tende a se situar em graus ou níveis hierárquicos superiores em relação ao outro.

Para Reskin (1984), a segregação entre os sexos pode ser caracterizada por três formas. A primeira que relega os sexos a esferas separadas; isto é, as mulheres para o âmbito doméstico e os homens para o espaço público – mesmo quando os homens executam trabalhos na esfera privada, o fazem em um ambiente feminino. Uma segunda forma se refere aos ambientes de trabalho predominantemente masculinos, a exemplo da indústria, em que, mesmo quando os ambientes são majoritariamente femininos, os homens estão em cargos de chefia e nos postos de trabalho com maior valorização social. Se entendermos o sentido da segregação para abranger separação funcional, o local de trabalho é segregado em uma terceira forma, tendo como regra uma divisão de trabalho por sexo. Essa distância social está marcada pelo acesso diferenciado a posições de maior autoridade, desigualdade salarial, progressão na carreira e restrição em termos de mobilidade (RESKIN, 1984).

Sabe-se que a segregação se torna mais intensa à medida que se avança no detalhamento das categorias profissionais. As análises que consideram a agregação para agrupamentos apresentam menor segregação. A análise das categorias de forma mais detalhada permite chegar a resultados que podem indicar que, em determinadas empresas, não há cargos idênticos para mulheres e homens. Na prática ela pode ser subdividida em segmentos dominados por mulheres ou pelos homens dentro das ocupações (RESKIN; ROOS, 1990). Estudos realizados nos anos de 1970, nos Estados Unidos, para mais de 400 empresas e 60 mil trabalhadores, indicaram que apenas 10% de cargos eram integrados, ou seja, mantidos tanto por mulheres, quanto por homens (BELLER, 1984).

Embora as mulheres tenham ampliado a sua presença em atividades ligadas às áreas de administração e gestão, por características destas próprias carreiras, o acesso a postos de direção, no entanto, continua bloqueado. Há uma inegável distinção entre as ocupações femininas e masculinas em relação à inserção. As mulheres estão em cargos menos estratégicos, enquanto os homens ficam em funções de direção e cargos gerenciais e executivos. Portanto, mesmo quando as mulheres avançam em ocupações consideradas masculinas, as possibilidades de ascensão e promoção seguem reduzidas.

Há pouca disposição por parte das organizações em alterar as condições de trabalho de forma a favorecer o ingresso de mulheres. Pesquisa realizada pela União Europeia indica que as organizações empresariais demonstram maior inclinação a aceitar aspectos que dependem de políticas públicas ou de mudanças nos padrões culturais do que propriamente apresentar iniciativas propostas pelas próprias organizações que alterem os estereótipos de gênero⁸⁶.

Para alguns autores, a segregação pode ser definida a partir de quatro dimensões: salarial, de emprego, de trabalho ou ocupacional e ao acesso de capital humano. A discriminação salarial significa menor remuneração para o mesmo trabalho; há discriminação de emprego quando uma parcela é mais atingida pelo desemprego frente a uma oferta menor no mercado de trabalho; há discriminação ou segregação ocupacional quando as pessoas, mesmo possuindo as mesmas qualificações, estão impossibilitadas de assumir certas ocupações; há discriminação ao acesso de capital humano quando há dificuldades ou impossibilidades de elevar produtividade, resultante da ausência de educação ou treinamento adequado (LOUREIRO, 2003:126-127).

Estudo da OIT (2013) ressalta que os aspectos determinantes da segregação na ocupação se referem a fatores sociais, culturais, históricos e econômicos: os estereótipos sobre a vida familiar e laboral para mulheres e homens; a educação e a formação profissional; as políticas de bem-estar social e a estrutura do mercado de trabalho.

De acordo com os autores (BURCHELL, et.al, 2014), a segregação gera desigualdades em quatro aspectos principais: (i) restringe as escolhas de emprego e reforça os estereótipos de gênero e, mesmo quando as mulheres entram em novas áreas profissionais, a segregação emerge; (ii) pode limitar o acesso a empregos de maior hierarquia, em que a presença dos homens se dá nos empregos mais elevados e melhor remunerados ou de forma horizontal com diferentes tipos de empregos, mas equivalentes; (iii) resultado de uma escassez de empregos

⁸⁶Recentemente, a Eurostat (2016) divulgou pesquisa realizada junto à União Europeia com organizações no intuito de auferir medidas eficazes para ampliar a presença de mulheres no mercado de trabalho. O compartilhamento das responsabilidades familiares aparece como o mais indicado (36,9%); seguido pelo acesso aos cuidados infantis (30,8%); salário igual para trabalho de igual valor (25,4%); arranjos de trabalho flexíveis para ambos os sexos (22%). Entretanto, para a ampliação do acesso a postos de trabalho em setores mais inovadores, o percentual foi insignificante, apenas (1,8%). <http://ec.europa.eu/eurostat/web/labour-market/overview>

em que é possível compatibilizar as responsabilidades entre trabalho e família ou que ofereça maiores oportunidades de retorno depois de um período de afastamento; e, (iv) facilita a desvalorização do trabalho, das habilidades e das competências associadas às mulheres.

No Brasil, o problema da segregação e/ou diferenciais de salários no mercado de trabalho foram estudados por diversos autores. O uso de métodos avançados, por meio de modelos econométricos ou de regressão, tem permitido confirmar a existência de discriminação no mercado de trabalho. Um dos critérios mais usuais da teoria econômica da discriminação é a medida empírica de discriminação desenvolvida por Oaxaca (1973). O autor comprovou que uma parte significativa da proporção do diferencial de salário entre os sexos é devido à presença de discriminação no mercado de trabalho. Entretanto, uma limitação a essa medida são os valores de rendimentos médios gerados, o que não permite identificar se a discriminação está mais concentrada nos níveis salariais mais elevados e, em contrapartida, pouca ou nenhuma discriminação nos níveis salariais mais baixos.

Grande parte da pesquisa sobre segregação se concentrou na criação de índices únicos de segregação para captar as mudanças. Os índices sofrem influência pelo desenvolvimento dos mercados de trabalho: (i) mudanças na estrutura ocupacional; (ii) mudanças nas taxas de participação feminina; (iii) mudanças de intensidade de segregação em ocupações já segregadas; e, (iv) mudanças nas profissões masculinas (BETTIO e VERASHCHGINA, 2009; RUBERY et al. 1999).

Quanto à segregação, atualmente há diversas propostas de métodos para a sua medição. No entanto, o índice mais citado na literatura sobre o tema é o índice de dissimilaridade de Duncan e Duncan⁸⁷ (IPEA, 2011).

Durante décadas, muitas pesquisas vêm examinando o que gera e perpetua a segregação ocupacional. Normalmente, essas explicações evoluem de teorias individualistas ou institucionais do trabalho, como explicações econômicas para a segregação; outras se desenvolvem com base na percepção sobre os talentos naturais de mulheres e homens (GATTA, ROOS, 2001).

⁸⁷ Conforme Texto de discussão n.1655 do IPEA, os índices de segregação podem ser classificados em três grandes grupos: indicadores entre um grupo, indicadores de dois grupos e indicadores de múltiplos grupos. O índice de dissimilaridade varia entre zero e um, sendo zero a ausência de segregação por meio de uma distribuição homogênea da população, seu cálculo é realizado utilizando-se de uma fórmula estatística.

Há ainda justificativas práticas e filosóficas para as análises de segregação ocupacional. Na prática, esta segregação é um importante fator da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Sua existência é um sintoma de que as mulheres não têm acesso irrestrito às oportunidades de trabalho. A segregação tem também importantes implicações para o descompasso salarial entre mulheres e homens, assim como por oportunidades de promoção. Compreender as causas e consequências da segregação ocupacional é decisivo para a formulação de políticas para o mercado de trabalho.

3.2.1. Abordagens tradicionais sobre a segregação ocupacional

A produção acadêmica que busca uma explicação para a segregação é relativamente extensa e tende a atribuir às mulheres a responsabilidade pelas escolhas. Dentre elas, destacam-se três abordagens que enfatizam o papel social das mulheres. As mulheres preferem trabalhar com outras mulheres e por isso selecionam ocupações com predominância feminina (KANTER, 1977 apud RESKIN, 1984); as mulheres valorizam empregos que permitem contatos sociais e com baixo nível de estresse em que é possível conciliar família e trabalho (GLASS, 1990); as mulheres escolhem ocupações que permite manter o estilo de vida que elas valorizam, ou seja, conciliar trabalho e vida doméstica (GASH, 2008). Há também abordagens que identificam que as escolhas são feitas ao longo da vida – e principalmente na universidade – e são o determinante da inserção das mulheres no mercado de trabalho (CHEVALIER, 2007).

Entretanto, entre as pesquisas já consolidadas, duas explicações se sobressaem, de tradição neoclássica. A teoria do capital humano e as teorias da discriminação. Para Becker (1965; 1987), a explicação do capital humano para a segregação ocupacional é vista como resultado de decisões racionais das mulheres de investir em quantidades e qualidades diferentes de educação e treinamento. O autor parte do pressuposto de que as mulheres tomam decisões diferentes de investimento em capital humano, fundamentalmente por suas expectativas de participação intermitente na força de trabalho.

Considerando que a participação feminina na força de trabalho não é contínua, e que as habilidades adquiridas por investimento em capital humano se perderão durante os períodos em que estiverem fora do mercado de trabalho, as mulheres preferem investir em capacitação e entrar em profissões nas quais a depreciação do capital humano é relativamente pequena. Para esses autores, isso explicaria por que as mulheres preferem tais profissões, encontrando-se em pequeno número nas profissões em que a experiência de trabalho é

altamente recompensada e o índice de depreciação da habilidade é alto.

Em oposição à teoria do capital humano, as teorias de discriminação no mercado de trabalho abordam o problema pelo lado da demanda, para explicar a segregação ocupacional. A teoria de Becker (1965;1987) parte do pressuposto da ‘preferência’ por discriminar, ou preconceito por parte dos empregadores, trabalhadores e consumidores. Nessa perspectiva simplesmente não se contratam mulheres para certos tipos de trabalho. Se empregadores apresentam forte ‘preferência’ por discriminação em certas profissões/ocupações, ou se os trabalhadores/consumidores associados a estas ocupações não querem interagir com trabalhadoras, então relativamente poucas mulheres serão empregadas em tais ocupações. E ficarão concentradas em atividades para as quais as manifestações de discriminação são relativamente pequenas ou inexistentes.

A teoria da discriminação estatística é também usada como um meio de explicação para a segregação ocupacional. Segundo essa teoria, os empregadores tomam as decisões de contratar a partir de informações incertas sobre o futuro da oferta de trabalhadores. Já que há custos associados à contratação e ao treinamento de trabalhadores, os empregadores tentam reduzir estes custos atribuindo ao candidato qualidades relativas ao grupo social a que pertencem. Se as mulheres são coletivamente vistas como pouco comprometidas com o trabalho, ou se lhes são atribuídas certas características, então não serão contratadas para certos postos. O mesmo ocorre com relação aos negros. O efeito é a segregação ocupacional.

Segundo Burnell, essas três teorias foram amplamente criticadas em vários aspectos. Algumas das críticas colocam em questão seus pressupostos, tanto de escolha livre e racional, como de mercados de trabalho competitivos. (BURNELL & PETERSON, 1999).

No caso da teoria do capital humano, os questionamentos colocaram em questão o pressuposto de que as decisões de investimento são feitas com base em escolhas livres e racionais. A teoria não considera o grau de mediação destas escolhas pela percepção da discriminação, que barra a entrada de trabalhadoras em alguns ramos ou segmentos ou por influências sociais mais amplas que podem determinar que escolhas profissionais são ‘apropriadas’ às mulheres. Além disso, a participação descontínua da mulher na força de trabalho é vista pela teoria como uma verdade, desconsiderando as forças socioeconômicas que podem afetar a continuidade das mulheres na força de trabalho. As pesquisas no Brasil têm evidenciado que os fatores que influenciam a permanência ou descontinuidade das mulheres no mercado de trabalho estão associados aos níveis de pobreza e acesso às políticas públicas, cujos

aspectos serão desenvolvidos no capítulo 4.

Estes resultados, em conjunto com outros dados de concentração de mulheres em profissões ou ocupações, sugerem que algum tipo de discriminação é responsável pela segregação ocupacional. As pesquisadoras e feministas criticaram muitas das teorias de discriminação por tratarem deste aspecto apenas como um dado. Essas teorias não explicam as origens do preconceito no mercado de trabalho, apenas constataam que ele existe, portanto, simplesmente ignoram a divisão sexual do trabalho (BURNELL & PETERSON, 1999).

De modo semelhante, a teoria de discriminação estatística tem sido criticada, pois tende a legitimar a existência de segregação ocupacional, explicando-a como resultado do comportamento racional de empregadores que querem minimizar os seus custos. Como Olson (1990) sugeriu, essa abordagem tende à negação da existência de sexismo no mercado de trabalho, e não traz uma explicação satisfatória ou útil das causas da persistência dessa segregação.

As três abordagens de tradição neoclássica partem das decisões dos indivíduos, seja do lado da oferta, ou da demanda, para uma explicação sobre a segregação no mercado de trabalho. Desta forma, essas teorias superestimam a importância de investimentos em educação como principal diferencial de produtividade e valorizam o egoísmo e a meritocracia. Incapazes de uma formulação que não esteja presa a uma estrutura analítica entre oferta e demanda e preços de equilíbrio, as suas explicações estão reduzidas ao próprio mercado de trabalho. Para o pensamento econômico tradicional, as pessoas são indivíduos egoístas, interessados unicamente em maximizar seus interesses. Centrado em uma masculinidade estereotipada, seus métodos estão associados com a abstração, por meio de modelos matemáticos, sem interferências do entorno social. Portanto, trata-se de uma visão estreita que só vê o mercado e indivíduos competitivos. As escolhas a que estão confrontadas as mulheres estão em combinar trabalho e família, em sociedades cuja obrigação pelos afazeres domésticos está inteiramente sob responsabilidade das mulheres.

3.2.2. As novas abordagens sobre a origem da segregação entre os sexos

A insatisfação com os pressupostos e fundamentos utilizados para explicar a segregação ocupacional levou as pesquisadoras a adotarem outros conceitos dentro da economia, e uma maior vinculação com os estudos que reconhecem o gênero como uma

categoria analítica. Dentro da economia destacam-se os modelos da economia institucional⁸⁸, pós-keynesiana e de mercados de trabalho segmentados que compreende o processo de aprendizado e acumulação de capital humano como um processo social e não individual (MAYHEW, 1999). Dessa maneira, a escola institucionalista irá enfatizar a perspectiva feminista da economia a partir de uma interpretação do gênero como um elemento de desigualdade social, enfatizando os estudos dos processos culturais como determinantes do comportamento dos indivíduos.

Também se identifica uma convergência com a abordagem pós-keynesiana por meio dos trabalhos de Corcoran e Courant. Os autores apresentam uma análise empírica da segregação ocupacional baseada no sexo, ao presumir que a diferença de salário e a discriminação não desaparecem completamente no decorrer do tempo pelas forças competitivas. Isto porque a segregação é parcialmente causada por fatores anteriores ao mercado de trabalho, com a atribuição de papéis sexuais socializados na família e na escola (CORCORAN; COURANT, 1987:330).

Para essas escolas, a segregação ocupacional é resultado de um contexto social mais amplo dentro do qual operam os mercados de trabalho. Estes são vistos como instituições culturais tanto quanto econômicas e como tais, as regras que governam sua operação – e os postos que homens e mulheres ocupam – espelham as normas e papéis desempenhados na sociedade como um todo.

Entretanto, são os modelos de segmentação do mercado de trabalho que trazem uma nova percepção sobre o processo de segregação ocupacional, por duas razões importantes: primeiro, eles enfatizam que a segregação não é simplesmente o resultado das escolhas racionais e livres, como manifestada pelos autores da economia neoclássica; tais modelos não veem os mercados de trabalho isolados do resto da sociedade, mas, pelo contrário, realçam as conexões entre os dois, ao enfatizar que o mercado de trabalho reflete um processo mais complexo que está presente em toda a sociedade.

Assim, a segregação das mulheres em algumas profissões ou ocupações não ocorre como consequência de escolhas racionais e voluntárias das trabalhadoras, mas sim como efeito da influência de estereótipos e da discriminação dos empregadores, que projetam nos indivíduos

⁸⁸ A escola institucionalista é uma corrente de pensamento econômico originária dos Estados Unidos desde o final do século XIX. Dentre os seus postulados está o papel das instituições, incluídas o Estado e a família, para a formação e desenvolvimento dos processos econômicos.

algumas características. Uma vez situados em um segmento específico do mercado de trabalho, os trabalhadores passam a adquirir as características de seus postos o que, por sua vez, tende a reforçar os padrões de segregação ocupacional (BURNELL; PETERSON, 1999).

Essa análise também se encontra em outros autores que identificaram evidências de que são os empregadores que criam e sustentam a segregação de gênero. Com suas práticas de recrutamento, eles tendem a excluir mulheres de empregos não tradicionais, podendo a restrição se intensificar para as que têm filhos, principalmente em mercados de trabalho organizados em torno de ocupações em tempo integral (CORRELL, et.al., 2007; FURGEN et.al, 2004).

Com base nessa perspectiva, as mulheres se concentram em atividades consideradas associadas à sua natureza biológica ou condição social, o que dificulta a dissociação entre posto de trabalho e sexo. Da mesma forma, as mulheres negras são vistas como adequadas para o trabalho doméstico, como extensão da sua condição social e histórica: de escravas.

Sem dúvida, uma das contribuições mais relevantes pode ser encontrada nos trabalhos de Jill Rubery (1978), ao identificar a presença de mercados de trabalho segmentados. Segundo a autora, à medida que o capitalismo se desenvolveu, novos grupos foram trazidos para força de trabalho assalariada.

A introdução de novas fontes de mão de obra em diferentes períodos históricos pode ter levado à segmentação do mercado de trabalho. Aqueles trabalhadores que se encontravam previamente na base da estrutura, tiram vantagem dessa nova oferta para mover-se para cima na hierarquia, mas ao mesmo tempo se protegem contra a crescente competição no mercado de trabalho. As trabalhadoras ainda estão amplamente confinadas a certos segmentos do mercado de trabalho, assim como também estão os imigrantes. Seus salários tendem a ser baixos e tendem a estar disponíveis para o trabalho com menores níveis de salário-reserva do que o grupo majoritário de trabalhadores brancos. A substituição de homens por mulheres pode levar a um real declínio dos salários relativos em uma ocupação e reduzir as oportunidades de emprego para os homens, daí o incentivo para que os homens tentem confirmar as mulheres em segmentos diferentes da força de trabalho. (RUBERY, 1978:17)

Algumas pesquisas empregam a noção sociocultural de mercado de trabalho para tecer explicações mais completas do processo de segregação ocupacional (FISCHER, 1987). Algumas interpretações exigem um mergulho em outras disciplinas, que não a economia. São buscados elementos nas teorias sociológica e psicológica para pensar a segregação. Segundo estas abordagens, o fato de mulheres e homens ocuparem postos diferentes pode ser atribuído a diferenças na estrutura psicológica, que envolvem objetivos e aspirações diferentes, por exemplo. A segregação pode ser interpretada considerando o fato de que o processo de socialização de mulheres e de homens os leva a escolher diferentes profissões. O fato de mulheres optarem por serem professoras e enfermeiras, por exemplo, poderia ser visto como uma extensão natural de suas características de acolhimento e cuidado com o outro.

É fundamental uma teoria que explique como o comportamento dos participantes nos mercados de trabalho interage para determinar como certos postos adquirem estereótipos de gênero, porque existe a tendência de sua continuidade no tempo, e quais as condições propícias para que haja ruptura na duração de tais padrões. Tal teoria exige, no mínimo, uma consideração dos fatores de oferta e demanda e, no máximo, uma apreciação de como estes fatores são moldados pela sociedade como um todo.

Uma destas teorias foi proposta por Strober, ao sugerir uma nova e provocativa “teoria geral” para explicar tanto a segregação ocupacional como a diferença de salários. Ela argumenta que o comportamento no mercado de trabalho dos homens – empregados e trabalhadores – é regido pelo seu desejo de manter o privilégio patriarcal no lar e que a busca por esse objetivo tanto aumenta a segregação como diminui os salários para as mulheres.

Portanto, a distribuição ocupacional por sexo não é simplesmente determinada por pressões de oferta e demanda de trabalho, mas também pelo modo como estas pressões são influenciadas pelas escolhas dos homens, o que implica uma restrição de oportunidades para as mulheres. Mudanças nos preconceitos de gênero nos empregos ocorrerão se uma profissão dominada por homens perde seu poder de atração para eles. Dados históricos das mudanças na classificação de gênero de professores de escolas públicas ilustra a teoria (STROBER:1984).

Reskin e Roos (1990) desenvolveram uma teoria semelhante, que incorpora tanto os fatores de mercado de trabalho como a maneira pela qual padrões estão enraizados na sociedade. As autoras descrevem a segregação como consequência de mudanças na distribuição ocupacional de mulheres e homens ao longo do tempo, como resultado de um processo de dupla classificação.

Segundo essa teoria, os processos de mercado de trabalho podem ser descritos em termos de uma lista de avaliação das profissões (o ranking das diferentes carreiras por trabalhadores) e de uma avaliação do trabalho (o ranking dos trabalhadores pelos empregadores). A distribuição de mulheres e homens pelas profissões será determinada pela maneira pela qual o ranking dos trabalhadores é mapeado no ranking dos empregos; em outras palavras, quão baixo no ranking de trabalhadores um empregador tem que descer para preencher um posto. A teoria sugere que as mulheres ingressam apenas quando as condições de trabalho se deterioram.

Para as autoras, a natureza e o alcance da segregação ocupacional sofre alterações ao longo do tempo, à medida que houver mudança na estrutura de um dos dois rankings. Se, por exemplo, profissões específicas ou indústrias experimentam o crescimento ou declínio de seus status; se há uma mudança na composição por sexo da força de trabalho ou há uma mudança na natureza do próprio trabalho em diferentes profissões, então as mudanças na distribuição ocupacional de mulheres e homens seriam previstas pela teoria. Uma vantagem desta abordagem para compreender a segregação é que ela permite uma consideração explícita de como os próprios papéis de gênero, tanto dentro do mercado de trabalho como na sociedade, ajudam a moldar a distribuição ocupacional (RESKIN e ROOS: 1990).

A economista Barbara Bergmann (1986), desenvolveu importante contribuição para o debate associada a uma análise econômica que é a teoria da aglomeração. A autora reconhece que a discriminação não está presente apenas nos salários, mas na estrutura de produtividade da economia. A discriminação, ao restringir a atividade econômica das mulheres a um número limitado de setores, causa excesso de oferta em relação à demanda, o que reduz o valor dos salários nestes segmentos, atuando com um desincentivo para a inovação e incremento da produtividade. Com isso, forma-se um fosso crescente de produtividade entre setores de maioria feminina em relação àqueles com maior presença masculina, decorrente do processo de aglomeração e não relacionados à produtividade potencial dos trabalhadores. Esse efeito impacta o salário das mulheres mesmo quando conseguem se deslocar para fora de setores tipicamente femininos. Os empregadores veem nisso a oportunidade de oferecer salários menores porque sabem que as possibilidades de empregos alternativos são de baixa remuneração (BERGMANN, 1986:137).

Outros debates relacionam o grau de segregação com os arranjos institucionais específicos e normas em economias desregulamentadas e com frágeis sistemas de proteção

social, onde há mais margem para pagar salários baixos aos trabalhadores mais desfavorecidos (NIELSEN et al., 2004).

Há ainda necessidade de se ampliar as pesquisas acadêmicas para uma melhor compreensão da segregação de gênero nas ocupações – isto é, como certas profissões vêm a ser associadas às mulheres ou aos homens. Apesar das diferentes abordagens, a segregação por sexo no mercado de trabalho está associada ao trabalho reprodutivo, uma vez que a tentativa de harmonizar trabalho remunerado e trabalho não remunerado pode impingir às mulheres empregos mais precários e flexíveis. Não é incomum nos depararmos com documentos oficiais de organismos internacionais que recomendam jornadas flexíveis para as mulheres com o objetivo de promover a conciliação entre trabalho produtivo e reprodutivo.

3.3. As desigualdades salariais como manifestação da segregação

Conforme já descrito na seção anterior, a segregação pode assumir distintas formas e resultados, constituindo-se como uma das manifestações mais comuns da segregação as diferenças de remuneração, mesmo quando se detém as mesmas habilidades e competências, o que é uma das mais importantes evidências, afetando a todas as mulheres.

Os salários são, ao mesmo tempo, a remuneração pela venda de um fator de produção, mas também os meios pelos quais as pessoas são capazes de se sustentar e as suas famílias. Os salários também fazem parte do processo pelo qual as identidades sociais são construídas e reproduzidas (FIGART, 2002).

A OIT define igualdade salarial como sendo salário igual para realizar um trabalho igual ou similar, ou um trabalho completamente diferente, mas, com base em critérios objetivos, de igual valor. Esse reconhecimento sobre a igualdade de remuneração para o mesmo tipo de trabalho ou trabalho de igual valor está presente em duas convenções internacionais: a Convenção n. 100 de 1951 e a Convenção n. 111 de 1958, ambas ratificadas pelo Brasil.

A Convenção n. 100 da OIT, de 1951, é o primeiro instrumento internacional sobre a igualdade de remuneração. Adotada após a Segunda Guerra Mundial, ela é resultado de uma intensa luta das mulheres que estiveram à frente das linhas de produção, tanto na Primeira quanto na Segunda Guerra, em muitos países. A Convenção n. 111, de 1958, que trata da discriminação, emprego e profissão, está estritamente ligada à Convenção n. 100⁸⁹.

⁸⁹ A Convenção n. 111 proíbe distinções, exclusões ou preferências feitas com base em vários critérios, inclusive

Embora ambas as convenções tenham sido ratificadas e incorporadas nas normas constitucionais do Brasil, como a Constituição Federal, a CLT-Consolidação das Leis do Trabalho e na maior parte dos instrumentos normativos (acordos e convenções coletivas de trabalho), entretanto, não há mecanismos efetivos que possam avaliar a sua eficácia.

Identificar a existência de discriminação com base no trabalho de igual valor, conforme está previsto na convenção n.100 da OIT, é bastante complexo, uma vez que abrange não só os casos em que ambos os sexos executam trabalhos iguais ou similares, mas também a situação mais frequente em que, embora realizem trabalhos diferentes, ou com conteúdo diferente, envolvendo diferentes responsabilidades, competências ou qualificações, realizados em condições diferentes, são trabalhos de igual valor.

Para Rubery, a dificuldade de compreensão sobre a diferença entre os conceitos de salário igual por trabalho igual ou similar e de salário igual para trabalho de igual valor; assim como a falta de clareza sobre os elementos da remuneração que se considera para a sua avaliação; e a metodologia que se pode utilizar para avaliar objetivamente os postos de trabalho são importantes fatores que contribuem para a manutenção das desigualdades salariais. Nesse sentido, a forma como se valoriza o emprego reflete concepções históricas de valor, incluindo os diferentes valores atribuídos a diferentes tipos de trabalho (RUBERY, 2003).

As justificativas mais frequentes que reforçam a desigualdade salarial entre os sexos estão respaldadas em argumentos sobre os custos maiores para contratação de mulheres. Essas teses opõem o trabalho remunerado às tarefas de cuidado, com alegações que se concentram no papel das mulheres na família. Entretanto, raramente se faz referência ao salário das mulheres com o mesmo sentido que é atribuído aos homens, como o sustento da família. O que se evidencia é a noção que a oferta da força de trabalho das mulheres não está associada à

o de sexo, que tenham o efeito de impedir a igualdade de oportunidades ou de tratamento no emprego ou profissão. A recomendação que acompanha a Convenção n. 111 refere-se à necessidade de formular uma política nacional para a prevenção da discriminação no emprego e na profissão, considerando um conjunto de princípios como:

“Igualdade de oportunidades e de tratamento à remuneração por trabalho de igual valor para todos”.

“A diferença salarial só pode ser eliminada quando tiverem sido feitos progressos contínuos e sustentáveis em relação à igualdade de gênero no trabalho e na sociedade em geral”.

Agregam-se a essas duas, as Convenções n. 156, de 1981, sobre o compartilhamento das responsabilidades familiares, e n. 183, de 2000, sobre a proteção à maternidade. A declaração da OIT relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho, de 1998, e a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher constituem o enquadramento jurídico e político internacional para a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho.

reprodução social.

3.4. Como se medem as diferenças salariais

Para Rubery (2016) há uma grande dificuldade em divulgar dados confiáveis sobre o tamanho da diferença salarial entre mulheres e homens. Segundo a autora, essa dificuldade é causada pela falta de dados de rendimentos separados por sexo; falta de informação associada às horas trabalhadas; e por divergências metodológicas acerca da melhor maneira de comparar os salários de mulheres e homens. Não há consenso sobre se é melhor apresentar os dados brutos de diferença salariais, comparar salários médios de mulheres e homens ou ajustar as diferenças brutas de salário em relação às diferenças nas características das populações trabalhadoras e ou às diferenças nos regimes de trabalho. Há problemas até mesmo em comparar médias quando a taxa de participação das mulheres é muito baixa em comparação à dos homens, uma vez que poderiam ser as mulheres com maior escolaridade as que aí trabalham, a exemplo do setor da construção civil em que as mulheres representam um percentual muito pequeno e estão nos postos mais bem remunerados.

Embora não haja um consenso relativamente difundido sobre como a desigualdade salarial deve ser medida, é certo que essa realidade pouco se alterou mesmo com a elevação da escolaridade das mulheres. Por outro lado, quando se observa um declínio dessa diferença, a exemplo de alguns países que enfrentaram a crise econômica europeia, verifica-se que essa redução na desigualdade foi devido a uma queda do salário dos homens, conforme é observado em Bettio et al (2013). Mesmo quando se trata de áreas que surgiram em decorrência das novas tecnologias de informação e comunicação, as mulheres continuam sendo minoria.

Quando se trata de dados mais gerais, as desigualdades na remuneração entre os sexos são frequentemente avaliadas por meio de um indicador conhecido como a diferença salarial entre mulheres e homens. Este indicador mede a diferença entre os ganhos médios masculinos e femininos, apresentado na forma de percentuais. Por exemplo, se os ganhos médios mensais das mulheres representam 70% dos ganhos médios mensais masculinos, então a diferença salarial é de 30%.

Neste caso, no entanto, por serem dados agregados, a conclusão a que se pode chegar é que as mulheres estão concentradas nas atividades profissionais ou ocupações de menor remuneração. Somente a análise desagregada por ocupações e atividades econômicas permitirá entender melhor essa diferença, bem como a distribuição ocupacional por sexo.

A diferença salarial também pode se referir a diferenças nos ganhos por hora, semana, mês ou ano. As mulheres trabalham menos horas na atividade remunerada do que os homens, devido às responsabilidades domésticas. Elas têm menor probabilidade de receber o pagamento por horas extraordinárias, além de restrições ao trabalho noturno, insalubre, de alta periculosidade, entre outros.

Já a amplitude da diferença salarial varia de acordo com o setor, a ocupação, a escolaridade e o tempo de serviço. A concentração em uma determinada categoria profissional pode ser um fator de redução dos salários que, por sua vez, indica uma maior concentração de mulheres em postos de trabalho de baixa remuneração, expressando uma relação de causalidade: as mulheres são atraídas por empregos com menor remuneração ou a sua presença em determinados setores desvaloriza o próprio emprego. Se considerarmos o conceito de divisão sexual de trabalho, pode-se considerar que as ocupações associadas ao sexo feminismo serão menos valorizadas socialmente.

3.5. As causas da diferença salarial

Os salários desiguais vêm sendo estudados em várias áreas. A maior parte das pesquisas ou teorias começam pela necessidade de explicar o grau de persistência das desigualdades entre os sexos.

Para Rubery (ILO, 2016), duas principais razões podem ajudar a explicar por que as diferenças salariais permanecem como um problema contínuo e que não pode ser solucionado apenas com mudanças de comportamento. Primeiro, porque os esforços de superar as desigualdades salariais ocorrem em ambientes de mudanças na estrutura produtiva e nos processos organizacionais, o que dificulta ainda mais o acesso à igualdade. Ou seja, a persistência da desigualdade não significa que não tenham ocorrido mudanças, mas sim que ela pode ter se reconstituído em uma outra forma. Ela pode ser reinventada em novas formas de desigualdade, em novas formas de emprego não convencional ou em novas atividades em expansão, a exemplo do trabalho parcial, intermitente, temporário e por conta própria.

A segunda razão, para a autora, diz respeito à vontade política em direção à redistribuição, uma vez que a maior presença das mulheres no mercado de trabalho representa uma menor participação dos salários na renda nacional, o que favorece o capital. Além disso, a igualdade de gênero pressupõe compartilhamento de trabalhos de cuidados com os homens e a existência de políticas públicas de conciliação trabalho-família (RUBERY, ILO, 2016).

As teorias mais conservadoras tendem a considerar a baixa escolaridade e a ausência de experiência profissional como os fatores mais relevantes para explicar as diferenças salariais. No entanto, as estatísticas indicam que as mulheres ocupadas possuem escolaridade mais elevada do que os homens em todas as ocupações. No caso do Brasil, os dados da PNAD de 2015 indicavam que 27% das mulheres ocupadas possuíam doze anos ou mais de escolaridade, contra 17% dos homens. Portanto, é importante destacar que, para os homens, a experiência profissional está associada a uma trajetória profissional sem percalços e interrupções, o que não se sucede com as mulheres, por serem as primeiras a enfrentar o desemprego em tempos de crise, assim como a informalidade em mercados de trabalho poucos estruturados, ou a saída do mercado de trabalho em função da maternidade.

A segregação ocupacional é um fator de extrema relevância para explicar as diferenças salariais. Por estarem em profissões ou ocupações que remuneram menos ou porque é um nicho feminino, as mulheres recebem, em média, salários inferiores aos do sexo masculino. Essa segregação envolve vários componentes, conforme abordado na seção anterior. Além dos aspectos já mencionados, contribui para uma menor remuneração das mulheres o trabalho parcial, a dimensão da empresa e a densidade sindical (empresas de pequeno porte e menor nível de sindicalização).

A discriminação salarial também pode ocorrer quando mulheres e homens têm postos de trabalho diferentes, mas de igual valor, e são remunerados de forma diferente. Isso ocorre porque são atribuídas competências, responsabilidades e condições de trabalho associados ao sexo. Essa situação pode ser melhor compreendida comparando-se dois profissionais de uma unidade hospitalar, como atendente de enfermagem e condutor dos enfermos (macas, cadeiras de roda, outros). No geral, esse profissional masculino recebe salário superior ao das atendentes de enfermagem. Essa discriminação se explica porque o posto de trabalho carrega um viés de gênero.

Os estudos sobre a segregação ocupacional e as desigualdades salariais vêm se afirmando com enfoques diferenciados ao das abordagens tradicionais, cujo centro são escolhas individuais ou resultado de práticas discriminatórias dos empregadores, tratadas de forma simplista como “o gosto por discriminar”. Essas abordagens não reconhecem as mudanças nas estruturas socioeconômicas e seus impactos sobre a vida das mulheres. Dessa forma, uma das contribuições dentre as perspectivas feministas foi a de destacar as interações entre políticas sociais e sistemas de emprego e entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.

Portanto, o mercado de trabalho é uma das muitas dimensões em que as práticas discriminatórias se manifestam no interior das sociedades. A segregação é o resultado da forma como as mulheres se inserem no mundo produtivo e, mesmo quando parte dos empregadores manifesta resistência à contratação de mulheres para determinadas ocupações ou cargos, a sua decisão estará sendo orientada por uma compreensão e uma naturalização dos papéis sociais atribuídos aos sexos.

Por outro lado, as várias abordagens aqui sistematizadas apontaram que o problema da desigualdade de salários entre os sexos não pode ser atribuído aos diferenciais de produtividade, escolhas ou práticas discriminatórias, mas ao baixo valor atribuído ao trabalho das mulheres incorporado no valor de seu trabalho e que reflete a divisão sexual histórica entre os sexos. As pesquisas também mostraram que a segregação é um componente fundamental para a interpretação das diferenças salariais e que o objetivo da igualdade está em valorizar e remunerar igualmente mulheres e homens, independentemente do lugar que ocupam no mercado de trabalho.

Nesse sentido, eliminar as diferenças salariais entre os sexos depende largamente do tratamento que se dê ao tema do compartilhamento do trabalho realizado no âmbito da família e em reduzir as elevadas penalidades que são impostas pela sociedade às pessoas que o realizam. Portanto, a reprodução social como tarefa exclusiva das mulheres talvez seja a principal causa das diferenças de salários e da discriminação associadas às mulheres.

CAPITULO 4

PRESENÇA, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO DAS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO EM UM CONTEXTO DE AVANÇOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

O objetivo deste capítulo é analisar as alterações na estrutura de emprego e sua incidência sobre o trabalho das mulheres no período compreendido entre 2004 e 2013, em que o crescimento econômico e a expansão da atividade produtiva favoreceram a integração de uma parcela significativa da população ao trabalho remunerado.

As condições de inserção e integração das mulheres no mundo produtivo se intensificaram nas últimas décadas do século XX, na etapa final de um padrão de crescimento do pós-guerra, inicialmente nos países centrais e, posteriormente, se espalhando para os demais países em desenvolvimento. Conformou-se um período de maior instabilidade, desigualdade e com a predominância progressiva de novas configurações produtivas que produziram transformações nas estruturas ocupacionais com impacto nas relações de trabalho. Essa preocupação aparece explicitamente em alguns autores (STREECK, 2013) que apontam para a complexidade desse período ao atribuir às mulheres a facilitação para que novos arranjos nas relações de trabalho se consolidassem.

Com isso foram se moldando as características de seus sistemas de regulação. No Brasil, historicamente, essa integração realizou-se em um mercado de trabalho pouco estruturado e com reduzido acesso a direitos trabalhistas e sociais. O modelo de industrialização incluía apenas os trabalhadores do sexo masculino urbanos e da indústria. As mulheres estavam à margem desse processo: na agricultura, nos pequenos estabelecimentos comerciais e no trabalho doméstico remunerado.

Por outro lado, a forma como as mulheres se integram ao mercado de trabalho relaciona-se com as condições oferecidas para a realização das tarefas no âmbito da reprodução social, estabelecendo-se, dessa forma, um nexo entre as duas esferas, sem o qual o processo de produção e acumulação do capital não se realiza. Essa relação específica entre os dois sistemas – produtivo e reprodutivo – posiciona as mulheres em uma determinada forma particular de inserção no mercado produtivo e que irá variar de acordo com a forma como as economias enfrentam, a partir de diferentes perspectivas, contextos econômicos, sociais e políticos específicos, ou mesmo mudanças de caráter estrutural decorrentes da utilização de novas tecnologias que criam novos encadeamentos e configurações produtivas, recriando novas

categorias ocupacionais, mas que também exigem a necessidade de novos arranjos institucionais e de políticas públicas.

O que interessa do ponto de vista deste capítulo é identificar a contribuição da recuperação econômica para a estrutura produtiva e de emprego das mulheres. Sem dúvida, há um reconhecimento de que se trata de processos de discriminação histórico-estruturais e a sua reação frente a contextos econômicos mais favoráveis em pouco contribuem para alterar as suas condições de inserção no mundo produtivo e na redução das desigualdades no mercado de trabalho, uma vez que a segregação por sexo não se deve ser reduzida a um efeito meramente de forças econômicas, pois ela é reflexo de uma estrutura penetrada por normas e valores sociais. Mas o que interessa fundamentalmente, aqui, é verificar se, em alguma medida, os efeitos do dinamismo econômico tiveram impacto sobre essa estrutura segmentada.

O Brasil enfrentou duas décadas (anos de 1980 e 1990) de forte retração econômica e de redução nos níveis de emprego, com ampliação de formas mais flexíveis de trabalho, concomitantemente à maior inserção das mulheres na estrutura produtiva. Já os anos 2000 podem ser caracterizados por avanços e continuidades. Os avanços se constatarem por meio de uma recuperação dos principais indicadores econômicos e sociais, materializada essencialmente em uma melhora nas condições de vida das mulheres em nossa sociedade, interrompendo, dessa forma, um período de baixo dinamismo econômico, desemprego e deterioração dos indicadores sociais. A estrutura produtiva, por sua vez, evoluiu e se diversificou incorporando entre 2004 e 2013 mais de 12 milhões de trabalhadoras e trabalhadores, em média, mais de 1,2 milhão por ano, e as mulheres responderam por 47% desse total. É nesse contexto que as mulheres ampliaram seus direitos e a política de valorização do salário mínimo beneficiou especialmente a elas.

A hipótese aqui discutida é que, apesar de maior participação no trabalho remunerado, escolaridade superior à do sexo masculino e maior integração em ocupações tradicionalmente associadas ao sexo masculino, persistem condições de trabalho e diferenças nos rendimentos médios desfavoráveis às mulheres, indicando o viés de gênero na forma como se distribuem os sexos nas diversas ocupações e setores econômicos, conformando uma estrutura marcada pela segregação ocupacional. A inserção das mulheres na estrutura ocupacional nessas últimas décadas apresentou poucas alterações: seguem concentradas em atividades ligadas à educação, saúde, serviços sociais e trabalho doméstico remunerado. Portanto, sinalizando para uma tendência de pouca mudança na estrutura do mercado de

trabalho. Se considerarmos que a divisão sexual do trabalho que persiste é parte constitutiva das relações econômicas e sociais que estruturam a sociedade de classes, as transformações nessas formas de relação devem ser parte de um questionamento mais amplo sobre o próprio funcionamento do sistema, o que chama a atenção para os limites que, um período histórico excepcionalmente positivo, pode carregar para os avanços das mulheres na estrutura produtiva.

4.1. A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro

No Brasil os estudos sobre as mulheres e o mercado de trabalho se intensificaram a partir dos anos de 1980 com os trabalhos pioneiros de Bruschini (1990,1998), Saffioti (1976), Castro (1990), Spindel (1987) e Hirata (1989). As pesquisas destacavam a crescente presença das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos de 1970 e a sua permanência mesmo em décadas caracterizadas pelo elevado nível de desemprego e crise econômica, como foram os anos de 1980. Conforme estudos de Spindel, em 1983, quando a crise alcançou o seu nível mais elevado, com a taxa de crescimento do PIB negativa ao patamar de (-3,2%), as oportunidades de emprego feminino se elevaram em 3,7%⁹⁰ no total dos empregos, impulsionado pelo forte incremento na administração pública (SPINDEL, 1987:15). Entretanto, a maior incorporação não foi suficiente para arrefecer os níveis de desemprego, sempre mais acentuados para as mulheres, característica que persiste até os dias atuais.

Por outro lado, essas mesmas pesquisas salientavam que essa inserção se destacava pelas grandes diferenças salariais e pela elevada concentração em setores ligados ao comércio e a serviços (SPINDEL,1987; BRUSCHINI, 1998; LEONE, 1999). Nos anos de 1980, o setor terciário cresceu continuamente, sobretudo entre as mulheres. Contudo, tratava-se de um setor de grande heterogeneidade que abrigava tanto atividades dinâmicas, modernas e de elevada produtividade, quanto setores menos dinâmicos, a exemplo do comércio tradicional, dos serviços pessoais e da prestação de serviços na forma de subcontratação (terceirização), além das áreas de serviços sociais, trabalho doméstico, ocupações mais vulneráveis e de reduzida exigência de qualificação profissional.

A divisão sexual do trabalho, abordada pelas autoras, apresenta-se como a principal explicação pela sua inserção em ocupações e formas de trabalho mais precárias, informais e que remuneram menos. A integração das mulheres à estrutura econômica é carregada de

⁹⁰ A mesma fonte indica que entre os homens a queda foi de (-0,1%).

ambiguidades e contradições. São vistas como menos produtivas e argumenta-se que geram mais custos para as empresas, e seu desempenho é comparado a partir do referencial masculino. Por outro lado, suas habilidades associadas ao “ser” feminino são valorizadas e estimuladas porque representam um prolongamento de seu “talento natural” e, assim, são integradas em ocupações com forte viés de gênero.

Essa dinâmica apresenta características particulares em cada país. Enquanto na França, conforme nos relata Hirata (2009), a precariedade pode ser determinada pela ampliação dos contratos parciais, dos contratos por tempo determinado e de sua redução sistemática em postos de trabalho com melhores perspectivas profissionais, no Brasil ela se manifesta pela integração ao trabalho informal, nos pequenos estabelecimentos, sejam eles da indústria, comércio ou serviços e nos setores tradicionalmente menos estruturados e que não apresentam nenhuma perspectiva profissional. A questão relevante a ser mencionada refere-se à necessidade permanente do sistema de ajustar e manter sob controle as condições de realização do trabalho, em razão das alterações produtivas e econômicas. Ao mesmo tempo em que esses processos reforçam a divisão sexual do trabalho, também recriam novos desequilíbrios entre mulheres e homens no mercado de trabalho.

No Brasil, os estudos ganham novo impulso nos anos de 1990 a partir das investigações sobre as formas e condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho com foco na informalidade, resultante do baixo dinamismo econômico que caracterizaria toda a década de 1990 (WAJMANN; PERPÉTUO, 1997; BRUSCHINI, 1994).

Da mesma forma, o processo da reestruturação produtiva, como reflexo da inserção do Brasil na economia globalizada, por meio da desregulamentação financeira e comercial, induzindo os setores mais dinâmicos da economia a mudanças profundas nos processos organizacionais, o que resultou na destruição de milhões de postos de trabalho e num elevado grau de precarização do trabalho das mulheres, está registrado nas pesquisas realizadas por diversas autoras (HIRATA, 1998; ARAÚJO, 1999; LOMBARDI, 1997; SEGNINI, 1998).

4.1.1. Evolução e característica do mercado de trabalho e as mulheres

Para as autoras Soares, Melo e Bandeira (2014:12), desde o primeiro Censo realizado em 1872 se identifica a contribuição das mulheres no mundo do trabalho, embora sua presença seja anterior a esse período. As relações de produção dominantes no Brasil colonial

nunca prescindiram do trabalho das mulheres, seja como escravas ou trabalhadoras na incipiente sociedade que se urbanizava.

No conjunto da população feminina com profissão, cerca de 52% eram empregadas domésticas e costureiras. Nos Censos de 1872 e 1900, o nível de ocupação para o sexo feminino era de aproximadamente 73%, reduzindo para 17% em 1920. Essa redução, segundo as autoras, se deve a que nos primeiros recenseamentos grande parte das mulheres ocupadas com o trabalho doméstico não remunerado estava inserida nesta categoria. Nos anos entre 1920 e 1970 haveria pouca alteração, variando de 16,7% para 18,5%, respectivamente (SOARES; MELO; BANDEIRA, 2014).

Embora nossa análise sobre a distribuição dos sexos entre os ramos de atividade ao longo do século XX possa estar limitada pela ausência de critérios homogêneos⁹¹, os dados existentes indicam que a concentração de mulheres em certas áreas se comportou de acordo com o desenvolvimento da estrutura produtiva do país.

O processo de industrialização no Brasil iniciou-se tardiamente, no período situado entre as duas décadas: 1930-1940 e foi acelerado apenas a partir da década de 1950. No que tange às transformações econômicas, no período compreendido entre 1930-1945, ocorreu um expressivo processo de substituição de importações de bens de consumo não-duráveis, particularmente nas indústrias têxteis e de alimentos. A crise internacional impôs limitações às importações, propiciando condições favoráveis para o desenvolvimento da indústria. Entre 1920-1940, os dois segmentos representavam mais de 50% da indústria nacional (BAER, 1965).

Conforme dados do Anuário Estatístico do Brasil 1941/1945, para um conjunto de ramos industriais da cidade de São Paulo, os segmentos com maior número de pessoas ocupadas se concentravam na indústria têxtil, metalurgia e materiais de construção com 64% das ocupações. As mulheres eram maioria na indústria têxtil (63%) e com forte presença na indústria de produtos químicos (35%), de produtos alimentícios (31%) e de brinquedos (31,0%). A indústria têxtil, metalúrgica, de materiais de construção, alimentícia, de produtos químicos e farmacêuticos concentravam 71% do emprego industrial feminino. (IBGE, 1946).

⁹¹ Conforme Soares, os conceitos conhecidos atualmente de ocupação, PEA, desocupação, procura por trabalho, entre outros, foram incorporados somente a partir de 1940, sendo aperfeiçoados nos Censos posteriores (Soares; Melo; Bandeira, 2014).

Nos anos de 1950 consolida-se uma estrutura produtiva de bens duráveis, impulsionada pelos investimentos realizados nas décadas anteriores em infraestrutura e pela expansão das grandes multinacionais. Com ênfase na ampliação e diversificação do parque industrial, a participação da indústria salta de 14,8% em 1930 para 25,6% em 1950 (BONELLI, 2006), com impactos significativos na estrutura de empregos e salários.

Na avaliação de Baltar, três características são marcantes nessa fase de desenvolvimento: a presença de uma força de trabalho excedente; a reduzida participação dos salários na composição da renda nacional; e o desequilíbrio na distribuição dos salários e de outras rendas o que promoveu um abismo, acentuando a desigualdade social (BALTAR, 2003:199 apud KREIN, 2013:41).

Conforme Saffioti (2013), o processo de urbanização dos anos 1930 não resultou em aumento relativo das mulheres na composição da força de trabalho. Entre os anos de 1930 e 1950, cresce a presença em atividades domésticas não remuneradas e a respectiva queda nas atividades econômicas remuneradas. Nesse período a indústria incipiente absorvia mão de obra masculina, enquanto as mulheres eram incorporadas em atividades tradicionais, como os serviços domésticos, sociais, educacionais e de saúde. (Tabela 1).

Tabela 1 - Nivel de ocupação por sexo, entre 1972 e 2010 (%) - Brasil		
Ano	Homens	Mulheres
1872	81,0	72,6
1890	-	-
1900	85,0	72,8
1920	88,8	16,7
1940	81,6	15,3
1950	78,2	13,3
1960	77,1	16,6
1970	71,8	18,5
1980	71,0	25,9
1991	68,3	30,5
2000	61,1	35,4
2010	63,3	43,9

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, apud Soares, Melo, Bandeira - 2014

Na comparação entre as décadas de 1940 e 1950, a queda de participação das mulheres ocorreu no setor secundário e houve substancial elevação de sua participação nas

atividades terciárias. Enquanto nas atividades primárias a participação das mulheres era de 7,3% e nas secundárias de 17,4%, no setor terciário passaram a representar 32,2% das pessoas ocupadas. Para a autora, as mulheres foram segregadas do processo produtivo pela incapacidade de a economia absorver a totalidade da força de trabalho potencial do país, legitimado pelo seu papel na família (SAFFIOTI, 2013:338).

Nas áreas rurais as mulheres representavam um contingente significativo, conforme descreve Madeira (1973) em seus estudos. A evolução das mulheres no setor primário passou de (-10,3%) em 1950, na comparação com a década anterior, para 44,9% entre 1950 e 1960, período em que os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares cresceram 110,3%, conforme o censo agrícola de 1950 e 1960. O que denota a forte presença das mulheres na pequena produção agrícola, característica que se observa até os dias atuais.

Mas, a partir da década de 1960, com a expansão industrial e o êxodo rural, o que se evidencia é um deslocamento da força de trabalho agrícola para os grandes centros urbanos. A evolução das mulheres na área rural se desacelerou frente ao crescimento considerável no setor terciário resultante dos processos migratórios; enquanto isso, se consolidava forte presença masculina no setor secundário da economia. O perfil da indústria em expansão possibilitado pelos vultuosos investimentos realizados nos anos de 1950 fez emergir novos setores que atraíram mão de obra masculina da agricultura para as atividades urbanas. (Tabela 2).

Tabela 2 - Evolução da participação da população, por setor e sexo (%) - Brasil

Setor	1940-1950		1950-1960		1960-1970	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Primário	-10,3	14,0	44,9	17,0	28,0	12,0
Secundário	-	-	29,0	21,0	27,1	88,0
Terciário	-	-	61,5	72,0	80,5	27,9

Fonte: Elaboração Madeira (1973)

Ou seja, em um primeiro momento de grande expansão da estrutura produtiva marcadamente nos anos de 1950, promoveu-se crescimento dos empregos mais caracterizados pela participação masculina, enquanto os segmentos tipicamente femininos, como o setor têxtil e de vestuário, cresceram em ritmo mais lento absorvendo menor número de trabalhadoras. Por outro lado, o grande crescimento dos estabelecimentos comerciais, decorrentes desse período de expansão da indústria e dos grandes centros urbanos, facilitou o ingresso massivo de

mulheres em áreas que absorveram um perfil de trabalho associado ao pequeno comércio, aos serviços pessoais e ao trabalho doméstico. A população rural expulsa do campo pela modernização conservadora encontrou emprego na cidade preferencialmente nessas áreas.

As grandes transformações que a economia brasileira experimentou ao longo destas décadas induziram a população a transferir-se massivamente para as cidades. Em 1950 a população urbana representava 36% do total, proporção que se elevou para 68% em 1980. Com isso, aceleraram-se as formas de ocupação precárias (SOUZA, 1998:163).

De maneira geral, há uma simetria entre as etapas de desenvolvimento do país e a evolução da participação das mulheres na força de trabalho. Em uma primeira fase, marcada pela atividade agrícola e as atividades manufatureiras e comerciais limitadas à esfera doméstica, a integração das mulheres à força de trabalho é elevada. Num segundo momento, com o crescimento econômico e a migração de áreas rurais para urbanas, há um decréscimo da participação das mulheres em atividades produtivas e um crescimento contínuo do emprego no setor de serviços, mas ainda em condições desfavoráveis e insuficiente. O emprego voltará a crescer para as mulheres em um estágio mais avançado do setor serviços. (Tabela 3).

Tabela 3 - Evolução da Força de Trabalho, por sexo, nos períodos: 1920-1970 (%) - Brasil

	Mulheres	Homens
1920/40	247,0	53,2
1940/50	-2,0	23,5
1950/60	51,0	28,5
1960/70	45,0	27,8
1940/70	115,0	104,5

Fonte: Dados dos Censos demográficos e agrícolas.

Elaboração: Madeira (1973).

O desenvolvimento da indústria no Brasil, entre o início do século até os anos de 1960, não representou maior participação das mulheres na força de trabalho mais qualificada. Por outro lado, foi crescente o número de mulheres dedicadas aos serviços ou exclusivamente ao trabalho doméstico não remunerado. A análise dos rendimentos nos induz à mesma conclusão: o desenvolvimento econômico não alterou a desigualdade de remuneração na comparação com os homens. O diferencial de escolaridade não pode ser utilizado como argumento, uma vez nos anos de 1940, como apontado por Soares, Melo e Bandeira, conforme

dados do Censo dessa década, do total de pessoas com 10 anos ou mais com grau de instrução médio, 48,1% eram mulheres, passando para 52,0% as que possuíam ensino médio ciclo 1 e 48,4% o médio ciclo 2 em 1960 (SOARES, MELO; BANDEIRA: 2014:4 -5).

Os dados disponíveis sobre os salários industriais na década de 1920, por sexo, demonstrados por Saffioti, indicavam que na indústria têxtil, do total que se encontrava na primeira faixa salarial, 73,8% eram mulheres e 26,2% homens, invertendo essa relação quando se analisa a última faixa na qual estão concentrados os maiores rendimentos. Ainda para 1920, 41% das mulheres empregadas na indústria se concentravam na primeira faixa salarial, enquanto que entre os homens o percentual era de 11%. Nos anos de 1960, a relação entre os salários de mulheres e homens segue bastante próxima da realidade de 1920, em torno de 29% das mulheres e 6% dos homens, em atividades secundárias, se concentravam na primeira faixa salarial (SAFFIOTI, 2013:343-5).

A baixa qualificação da força de trabalho feminina e a ausência de uma perspectiva de carreira atuaram de forma a manter as mulheres nas ocupações de baixa remuneração, segundo a autora. Segregadas às atividades produtivas com forte viés de gênero, as mulheres são excluídas das atividades econômicas com maior potencial de desenvolvimento profissional e pessoal, reservadas aos homens. Em uma sociedade com excedente de trabalho, as mulheres eram tratadas como força de trabalho secundária e sua presença justificada apenas quando vistas como renda complementar.

A partir dos dados do Censo de 1980, cresce de forma contínua a participação das mulheres entre a população ocupada, quando o nível de ocupação atinge 26% chegando a 44%, em 2010. Da mesma forma, se eleva a escolaridade, e no Censo de 1991 o percentual de mulheres supera o de homens com ensino superior pela primeira vez. Entretanto, persistem as diferenças salariais. As mulheres se destacam nas áreas de ciências humanas e sociais, biológicas e da saúde, enquanto os homens se concentram em ciências exatas, tecnológicas e agrárias (SOARES; MELO; BANDEIRA, 2014).

A presença das mulheres se intensificou nos anos de 1970, resultado tanto da necessidade econômica, quanto das transformações demográficas, culturais e sociais que vinha ocorrendo no país e no mundo. O acesso às universidades e a queda da fecundidade e os próprios movimentos feministas com participação cada vez mais atuante de mulheres nos espaços públicos contribuíram decisivamente para esse novo período (BRUSCHINI, 1998).

Entre 1985 e 1995, o perfil de inserção das mulheres entre os principais setores de

atividade sofre os efeitos da crise; cresceu nas atividades agrícolas em torno de 22%; no comércio em 23% e reduziu a participação na indústria em 25%. Em 1985, 61,4% das mulheres economicamente ativas recebiam até 2,0 salários mínimos, reduzindo para 45,1% em 1995. No entanto, em 1985, em torno de 15,0% declararam não receber rendimentos, passando para 24,5% em 1995 e o ganho médio feminino em relação ao masculino representava cerca de 64%. (BRUSCHINI, 1998:10-21)

A presença das mulheres no mundo produtivo não depende apenas da demanda do mercado, mas de uma articulação complexa e em permanente transformação que envolve responsabilidades familiares, cuidados, presença ou não de filhos. Uma característica das mulheres no mercado de trabalho, conforme descreve Bruschini, é que até os anos de 1970 elas eram solteiras, jovens e sem filhos, alterando para perfis de mulheres casadas, com filhos e mais velhas. Para exemplificar essa afirmação, citamos o dado da autora para o ano de 1995 em que a mais alta taxa de atividade, superior a 66%, é encontrada entre as mulheres de 30 a 39 anos (BRUSCHINI, 1998).

Quando se examinam as relações de emprego, em 1995, 58% das mulheres convergiam para o trabalho doméstico (17,2%); conta própria (16,6%) e não remunerados ou para o consumo próprio (22,4%). Nos anos de 1990 elevou-se o número de pessoas ocupadas em atividades não assalariadas, destacando-se o emprego sem registro, por conta própria e não remunerado, este último pouco abordado nas pesquisas gerais sobre mercado de trabalho. Nos anos de 1990, conforme Krein, a peculiaridade é o aprofundamento de relações de trabalho já pouco estruturadas e com um caráter mais explicitamente flexibilizador e que reflete as mudanças em curso, a exemplo das subcontratações precárias e a terceirização (KREIN, 2013:47).

Em suma, nessa seção o que destaca é o avanço significativo das mulheres no mercado de trabalho, especialmente a partir dos anos de 1970. No entanto, essa maior inserção não representou um rompimento com os padrões anteriores, evidenciando os próprios limites que o mercado de trabalho representa para alterar as condições de integração das mulheres ao mundo do trabalho fora de casa. Sem o reconhecimento e a elaboração de políticas específicas, as mulheres seguem sendo a únicas responsáveis pelas múltiplas tarefas associadas ao cuidado, determinando assim a sua forma de inserção. Durante todo o século XX, a entrada e permanência das mulheres na estrutura produtiva esteve marcada pela informalidade e pela precariedade, relações que absorveram um número muito maior de mulheres e, de certa forma, reservando aos homens os empregos mais protegidos.

4.2. Análise da estrutura produtiva e do emprego: indicadores econômicos e sociais no período 2004-2013

Um dos aspectos mais marcantes dessas duas últimas décadas diz respeito à recuperação do mercado de trabalho, ao crescimento da formalização e dos rendimentos do trabalho, da redução da pobreza e da desigualdade social. Um conjunto de fatores impulsionou a retomada da atividade econômica a partir de 2003, dentre eles, a recuperação dos preços e da demanda das commodities no mercado internacional, o bom desempenho da economia chinesa beneficiando diretamente as economias produtoras de grãos e de minérios. O Brasil representava em 2003, 4,8% do mercado de commodities agrícolas no mundo, passando para 6,8% em 2008 e 6,6% em 2013 (Tabela 4). É importante destacar que elas representavam 35% das exportações brasileiras. Como reação à crise financeira, os preços das commodities caíram, em decorrência da redução da demanda mundial. Mesmo assim, diante de toda essa diversidade, o PIB brasileiro caiu somente 0,1% em 2009, e se recuperou em 2010, 7,5%.

Entretanto, para a indústria o resultado foi menos significativo. Os efeitos do câmbio valorizado associados às peculiaridades de um padrão de inserção na economia global, marcado pela predominância de configurações produtivas relacionadas a economias nacionais abertas, de interdependência produtiva, organizada em sistemas de rede e cadeias globais de valor e pela desestruturação de elos da cadeia produtiva nos anos de 1990, conferem ao Brasil uma posição de pouca relevância no comércio mundial. Os bons resultados econômicos não foram suficientes para alterar as condições de integração e competição no sistema mundial de produção de bens e serviços, com efeitos deletérios sobre a estrutura produtiva. (Tabela 4).

Tabela 4 - Evolução da participação das exportações do Brasil no Comércio mundial - Indústria de Transformação (%)

	2003	2008	2013
Commodities agrícolas	4,8	6,8	6,6
Commodities industriais	1,5	1,7	1,3
Indústria de maior conteúdo tecnológico	0,6	0,8	0,6
Indústrias tradicionais	0,8	0,9	0,6
Total	1,0	1,3	1,1

Fonte: GIC - IE/UFRJ com base em MDIC/SECEX e CONTRADE

Contudo, o impulso que a retomada do mercado externo proporcionou, criaram-se as condições para a recuperação da atividade econômica que se encontrava estagnada há mais de duas décadas. O produto interno bruto (PIB) entre 1998 e 2003 havia crescido em média

1,7% ao ano; entretanto, para o período entre 2003 e 2013 o crescimento médio anual mais do que dobrou, passando para 3,7% ao ano. A evolução dos componentes das contas nacionais reflete os objetivos macroeconômicos, evidenciando que a recuperação que, em um primeiro momento foi proporcionada pelos resultados positivos das exportações, fosse impulsionada, em um segundo momento, pelo consumo das famílias e os investimentos, apresentando desempenho acima do PIB. Esse conjunto de fatores também agiu para que as importações se elevassem acima de todos os demais componentes. (Tabela 5).

Conforme constata Medeiros:

Esse ciclo de crescimento dos anos 2000 foi impulsionado pelas exportações de commodities e seus investimentos, induzidos pelo consumo privado ampliado pelo crédito e pela melhor distribuição de renda, bem como por recuperação do gasto autônomo do governo, incluindo-se modesta expansão do investimento público em infraestrutura. Estas três fontes de crescimento (as exportações, o consumo privado e o gasto público) impulsionaram a taxa de investimento da economia e o emprego formal para níveis há muito não vistos no país. (MEDEIROS, 2015:62-3 apud PASSONI, 2016:1).

Da mesma forma que o consumo das famílias e os investimentos públicos alavancaram a atividade econômica, também responderam por uma participação significativa nas importações, conforme dados de Passoni (2016). Por categoria de demanda os dois componentes com maior contribuição para o crescimento das importações foram a formação bruta de capital fixo (15,8%) e o consumo (14,4%), representando respectivamente 45% e 37% do total (PASSONI, 2016:11).

A crise atingiu o Brasil em seu melhor momento. No acumulado até o primeiro semestre de 2008 o PIB já havia crescido 6%. A taxa média de crescimento de 2005 a 2007 ostentava o percentual de 4,5% ao ano, resultado superior à expansão média verificada entre 2004 e 2008, de 4,1% ao ano. O mercado interno estava ganhando força com a ampliação do consumo e da participação do crédito na economia. O volume de crédito disponível em relação ao PIB era de 22% e havia saltado para 38% em 2008. O consumo das famílias no segundo trimestre de 2008 apresentava uma taxa de expansão de 7%. (Tabela 5).

Tabela 5 - Taxa acumulada anual dos componentes do valor adicionado das contas nacionais - Brasil (%)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PIB	1,1	5,8	3,2	4,0	6,1	5,1	-0,1	7,5	4,0	1,9	3,0
Consumo das famílias	-0,5	3,9	4,4	5,3	6,4	6,5	4,5	6,2	4,8	3,5	3,5
Consumo do governo	1,6	3,9	2,0	3,6	4,1	2,0	2,9	3,9	2,2	2,3	1,5
Formação Bruta de capital fixo	-4,0	8,5	2,0	6,7	12,0	12,3	-2,1	17,9	6,8	0,8	5,8
Exportação	11,0	14,5	9,6	4,8	6,2	0,4	-9,2	11,7	4,8	0,3	2,4
Importação	-0,5	10,4	7,5	17,8	19,6	17,0	-7,6	33,6	9,4	0,7	7,2

Fonte: IBGE

Uma conjunção de fatores – como o crescimento do PIB, a diminuição do desemprego, o aumento do poder de compra da renda do trabalho e a queda da inflação, ao mesmo tempo em que se ampliavam as reservas internacionais em relação à dívida externa do país, somados a um maior endividamento das famílias e ampliação do consumo – compõe um cenário bastante favorável em que o conjunto dos indicadores econômicos, sociais e de emprego convergiu em uma mesma direção.

Entretanto, a taxa de câmbio é um fator determinante para competitividade e tem lugar de destaque entre os instrumentos essenciais ao processo de desenvolvimento econômico. O seu comportamento afeta diretamente a estrutura produtiva. A apreciação cambial que persistiu durante todo o período analisado estimulou o incremento do coeficiente de importações da indústria de transformação que saltou de 10,5% em 2003 para 23,7% em 2013⁹². (Tabela 6).

O coeficiente de importações mede a proporção de produtos consumidos internamente oriundos de importações. Em dois setores de bens de capital o coeficiente de importação ultrapassou o percentual de 50%, são eles: equipamentos de instrumentação médico-hospitalares e máquinas para escritório e equipamentos de informática. Por outro lado, a proporção da produção exportada cresceu de forma mais moderada entre os dois períodos analisados de 15,9% para 18,2%.

⁹² Pesquisa realizada pela CNI em 2008 junto às empresas apontava a taxa de câmbio, de acordo com 82,2% dos entrevistados, como o principal obstáculo ao crescimento das exportações (CNI, 2008).

Tabela 6 - Coeficiente de exportação e importação da indústria de transformação (%)

Anos	Exportação	Importação
2003	15,9	10,5
2004	18,3	11,6
2005	19,4	12,6
2006	19,1	14,4
2007	18,6	16,4
2008	17,3	18,3
2009	15,4	16,6
2010	15,8	20,4
2011	16,4	21,9
2012	17,4	22,3
2013	18,2	23,7

Fonte: FIESP e CNI

Esse desequilíbrio resultou em perda de competitividade dos setores industriais nacionais que passaram a pressionar o Estado por políticas públicas frente a um cenário de redução do ritmo de crescimento econômico. A indústria foi o setor mais afetado, reduzindo sua participação no valor adicionado de 27,1%, em 2003, para 24,9% em 2013.

Desde 1996, os gastos com pessoal sobre o custo total na indústria vinham caindo. A elevação se inicia em 2006, interrompendo-se em 2007 e 2008, e retoma a partir de 2009 de forma contínua, enquanto os retornos do capital se comportaram de forma mais irregular, de maneira que, em 2008, as margens oscilavam em torno de 10% e caíram para 5% em 2012. A redução nas margens de lucro e a elevação dos salários acima da inflação desde 2003 motivaram uma forte reação dos setores empresariais no sentido de pressionar por políticas públicas para concessão de subsídios, isenções e desonerações tributárias. No entanto, esse esforço, que consumiu R\$ 182 bilhões em 2012, R\$ 225 bilhões em 2013 e R\$ 254 bilhões em 2014, não produziu os resultados esperados, uma vez que os investimentos privados não foram concretizados e os empregos prometidos não foram gerados.

A economia brasileira começa a apresentar sinais de perda de dinamismo já em 2011. Um conjunto de indicadores essenciais para manter a atividade econômica apresenta sinais de arrefecimento. Conforme dados das contas nacionais (2016), a formação bruta de capital, que chegou em 2008 a representar mais de 20% do PIB, em 2013 cai para menos de 18%, da mesma forma que os indicadores de consumo e o setor externo. No entanto, os efeitos sobre o emprego e a massa salarial se fizeram sentir apenas em 2015, com as políticas de ajuste

fiscal.

Se o efeito inicial da retomada da atividade econômica em 2003 pode ser atribuído a exportação de commodities, os seus desdobramentos, por meio da geração de empregos, intensificação da capacidade de consumo das famílias, por meio, do endividamento, sustentou um ciclo de crescimento econômico que combinou resultados favoráveis na balança de pagamentos, manutenção da apreciação da moeda, equilíbrio nas contas públicas, inflação em queda e melhora do poder de compra dos salários com forte impacto distributivo que persistiram até 2014. Do ponto de vista dos gastos públicos primários destaca-se as despesas com as transferências de renda. As transferências de renda mostram como os gastos primários do governo federal aumentam a renda disponível das famílias, um determinante importante do consumo. (Tabela 7).

Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Despesas primárias	16,7	16,6	16,2	17,5	17,2	16,8	17	17,3
Pessoal e encargos	4,4	4,3	4,3	4,6	4,4	4,2	4,0	3,9
Transferência de renda às famílias	8,3	8,2	8,0	8,5	8,3	8,2	8,5	8,7
Despesas de capital	0,7	0,8	0,9	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3
Outras despesas correntes	3,2	3,2	3,1	3,3	3,3	3,2	3,3	3,5

Fonte: Dados do PIB do Sistema Contas Nacionais, referência 2010. Elaboração: SPE/Secretaria de Política Econômica. Relatório de Análise Econômica dos Gastos Públicos Federais.

Dessa forma, entre 2003 e 2014, os rendimentos médios da população, conforme a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, registraram um crescimento de 33,1%, o que representa um incremento médio real de 2,8% ao ano. Os serviços domésticos tiveram maior aumento, um avanço de 69,9% para o período. Entretanto, ao se analisar setorialmente, identificaremos um crescimento desigual entre os diferentes setores econômicos, como poderá ser observado mais adiante. Esses resultados expressam o dinamismo de cada setor e a forma como cada um foi se inserindo em um contexto produtivo mais favorável, seja por meio da retomada da capacidade de consumo da população, possibilitada pelo crescimento da renda, dado a sua posição nas cadeias de produção, ou por meio de determinações externas diante de um câmbio valorizado, preços das commodities em alta e as diferenças de competitividade. Com isso, os empregos também se comportaram de maneira diferenciada.

Para melhor compreensão das pressões que o dinamismo econômico provocará nos setores externos é importante compreender a forte dependência externa brasileira que persiste durante toda a década a despeito dos elevados investimentos na estrutura produtiva do país. Desde a sua inserção na economia globalizada, datada no início dos anos de 1990, vem

crecendo a participação das importações na produção de bens intermediários, além dos bens de consumo final, a exemplo da indústria de componentes eletrônicos, mecânicos, autopeças, fertilizantes, produtos químicos, confecções, vestuário e calçados, entre outros. É um período em que também se amplia substancialmente os investimentos externos diretos para setores não competitivos.

A entrada de investimentos estrangeiros, entre 2003 e 2012, somou US\$ 344,4 bilhões, estimulados pelo desempenho da economia brasileira. Por outro lado, a análise do perfil dos investimentos⁹³ indicará que mais de 50% estavam direcionados a setores não concorrentes, como comércio, correios e telecomunicações, eletricidade, gás e água quente, fabricação de alimentos e bebidas e intermediação financeira, portanto, sem as pressões sobre os preços resultantes de importações decorrentes de um câmbio apreciado.

Conforme estudos de Ribeiro e Silva Filho (2013), os fluxos de investimento internacional foram direcionados para atividades de exploração de recursos naturais; setor de comunicações; energias renováveis; alimentos e fumo; siderurgia; metalurgia; mineração e indústria automotiva. (RIBEIRO; SILVA FILHO, 2013:37).

Segundo alguns autores, a condição para entrada do Brasil, no início dos anos de 1990, no mundo globalizado era a promoção e desenvolvimento de seu sistema de produção de bens – bastante defasado pela ausência de políticas industriais nos anos de 1980. Desta forma, o país estaria em condições de competir com os importados e ampliar sua pauta de exportação, o que não se concretizou. Com a estruturação e consolidação de grandes redes transnacionais, o país ficou fora dessa cadeia de produção e perdeu com a abertura indiscriminada, uma vez que elos da cadeia produtiva de bens intermediários foram desestruturados, com a intensificação das importações favorecidos pelo câmbio valorizado (BALTAR, 2014).

Portanto, os ganhos de competitividade nesse período ocorreram por meio da redução de custos das empresas, com a introdução de mudanças organizacionais e nos processos de gestão, introdução da terceirização de forma ampla para todas as etapas do processo produtivo e tentativas de flexibilização, rotatividade e baixa remuneração. Conforme Baltar, a produção industrial foi especialmente prejudicada e sua inter-relação com a prestação de serviços é fundamental para a geração de empregos de melhor qualificação e renda. Dessa forma, as novas formas de organização da produção na década de 1990 se deram por meio de

⁹³ Conforme dados do Banco Central do Brasil. Acessado em 01/09/2017
<http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/notas/htms/notas.asp>

empregos de baixa qualificação e renda (BALTAR, 2014).

Por conseguinte, a retomada da atividade econômica nos anos de 2000 expandirá a dependência das importações. Os dados sugerem uma evolução no coeficiente de 12,5% para 20,1% entre 2003 e 2008, ou seja, para cada 100 consumidos na produção industrial e no consumo em 2008, 20,1% eram importados. Entretanto, o coeficiente de exportação evoluiu em ritmo menor, o que sugere que a maior parcela da produção industrial foi consumida internamente, variando de 17,5% para 19,6% para o mesmo período.

Os dados gerais de exportação e importação apresentam um comportamento positivo. O saldo da balança comercial em 2000 foi negativo e evoluiu para US\$ 24.745,809 em 2008. Esse resultado foi alcançado pelo desempenho dos produtos básicos. Para os demais (intermediários, finais e petróleo) os resultados foram negativos para todo o período. Os melhores resultados se concentraram entre 2004 e 2006, em que a média anual foi de US\$ 41.742,440. Entretanto, a evolução das importações foi mais significativa, 258% entre 2003 e 2008, enquanto as exportações evoluíram 170%. Os efeitos da crise promovem brutal queda no saldo da balança comercial que caiu para US\$ 2.552,8, em 2013, alavancado pelo crescimento das importações de produtos finais e petróleo. (Secex/MDIC).

Essa parece ser uma característica do tipo de crescimento que se desenvolveu na economia brasileira depois da abertura comercial e financeira, com uma política macroeconômica que prioriza o controle da inflação e destaca a contenção monetária e fiscal como instrumento para manter baixa a inflação. Nestas circunstâncias, a economia cresce somente em condições internacionais favoráveis à exportação e à entrada de capital. Inicialmente, é a própria exportação, principalmente de produtos manufaturados, que reativa a economia, mas é o consumo e o investimento que reforçam o crescimento do PIB. A exportação e a entrada de capital contribuem para que o crescimento cada vez mais forte do PIB não desequilibre o balanço de pagamentos.
(BALTAR, 2015:15)

A crise iniciada, ainda em 2007, no setor de empréstimos hipotecários dos Estados Unidos, aprofundou-se no final de 2008 com a falência de grandes instituições financeiras norte-americanas. Tratava-se de empréstimos volumosos que foram sendo renegociados dentro

da cadeia do sistema financeiro, por meio dos subprime – crédito à habilitação de alto risco. Para especialistas, o rombo foi de aproximadamente US\$ 2,8 trilhões. Este valor representa o equivalente a duas vezes o PIB brasileiro, que fechou o ano de 2007 em US\$ 1,3 trilhão.

Uma crise, que começou no setor imobiliário, ampliou-se rapidamente para o conjunto do setor financeiro e transformou-se em uma crise de crédito e de credibilidade junto às instituições financeiras, evidenciando os limites de um modelo baseado na total ausência de regulação pública, recolocando na pauta os limites dessa dinâmica de globalização que se fundamenta em relações desiguais de poder e expandiu-se por meio de processos de oligopolização e liberalização financeira ilimitada.

Esta crise produziu um desequilíbrio global de dimensões gigantescas, uma vez que a retração no consumo americano, estimado em mais de US\$ 1 trilhão, não foi absorvido por nenhuma economia. Passados nove anos de eclosão da crise internacional, o desemprego no mundo chega a 201 milhões de pessoas, ao final de 2017, 30 milhões mais que em 2008. Os dados são da OIT que, em seu informe anual, também aponta que 61 milhões de postos de trabalho foram destruídos desde então, o que significa que milhões de pessoas abandonaram a busca por trabalho. (OIT, 2017).

No Brasil, as reservas internacionais até setembro de 2008 somavam US\$ 206,5 bilhões e a balança comercial que representa o saldo entre exportações e importações registrava um saldo positivo de US\$ 19,7 bilhões.

No entanto, a dependência de capitais externos voláteis e de Investimentos Diretos Externos (IDE), para financiar a balança de pagamentos, continuava elevada. O Brasil possuía reservas cambiais elevadas, no entanto, se avaliava em US\$ 600 bilhões de dólares o montante das aplicações estrangeiras de curto prazo no país.

A livre circulação mundial do capital financeiro (globalização financeira), com o único objetivo da valorização patrimonial, tornou-se de tal maneira predominante e hegemônica nas últimas décadas que perdeu a nacionalidade e passou a se movimentar para países centrais ou periféricos, desde que estivesse garantida maior rentabilidade.

A redução dos investimentos em infraestrutura, decorrentes da redução na capacidade de arrecadação pública, provocou um encolhimento no setor da construção civil. Trata-se de segmento fundamental para a expansão econômica, e a redução teve reflexos diretos em diversos segmentos econômicos pelo seu efeito à jusante e à montante.

Frente ao quadro de crise, foi adotado um conjunto de medidas para manter a

economia aquecida mediante ampliação do consumo. Primeiramente foram concedidos estímulos à demanda interna em setores intensivos em trabalho, por meio da expansão do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; criação do programa habitacional Minha Casa Minha Vida; redução de IPI (Impostos sobre Produtos Industrializados) sobre automóveis e produtos da linha branca; introdução de linhas de crédito para setores-chaves da economia; ampliação da concessão de crédito pelas instituições públicas, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES; redução da taxa de juros. Implementaram-se, também, estímulos à demanda e proteção às famílias mais vulneráveis por meio de medidas de aperfeiçoamento da proteção social: foram ampliados a cobertura e os valores do Bolsa Família beneficiando um adicional de 1,3 milhão de famílias; houve ampliação dos benefícios do seguro-desemprego para os setores mais afetados pela crise – a medida atingiu em torno de 300 mil trabalhadores.

Um dos grandes desafios da economia brasileira são os elevados juros que permanecem mesmo em contextos de crise econômica. Desde 2002 até 2015, o único ano em que as taxas de juros nominais caíram foi 2012, quando o capital rentista reduziu suas margens de ganho para 1,4%. Mesmo nos períodos de crescimento econômico, os ganhos reais nunca estiveram abaixo dos 6,5%. A manutenção dos ganhos do capital tem representado uma despesa com juros que em, 2014, atingiu R\$ 311,4 bilhões de recursos públicos, que poderiam estar sendo canalizados para políticas públicas.

O desempenho da atividade industrial foi excepcionalmente positivo em 2010, como resultado das políticas anticíclicas iniciadas em 2009, superando, desta forma, os indicadores negativos de praticamente todas as atividades econômicas. Os setores produtores de bens de consumo duráveis, como os setores eletroeletrônicos, linha branca e automóveis, tiveram seus impostos sobre os produtos industrializados (IPI) reduzidos e, com isso, o estímulo ao consumo alimentou uma dinâmica favorável em que o crédito, juntamente com os benefícios tributários e fiscais, alavancou esses segmentos que contribuíram para que o conjunto das atividades econômicas iniciasse um novo período de recuperação, com ampliação do emprego e da renda e manutenção das políticas sociais. A intensidade da recuperação provocou uma reação por parte do governo no sentido de frear o ritmo de crescimento para o ano de 2011. Temia que a expansão progressiva, sem ampliação da capacidade produtiva, pressionasse os preços elevando a inflação.

Nesse período, havia uma unanimidade entre os especialistas, economistas e gestores públicos de que era fundamental alterar o padrão de crescimento por intermédio do aumento da taxa de investimentos no Brasil, então em 20%, para algo em torno de 25%, ampliar

a participação da infraestrutura no investimento total, de 10%-13% para 18%-20%. Projetava-se, também, ampliar a presença do conteúdo nacional no consumo aparente de bens e serviços industriais, fortalecendo a renda e o emprego, e reduzindo as taxas de juros, retomando, dessa forma, um novo ciclo de investimentos apoiados em setores produtores de bens públicos.

Quando se analisam os dados por atividade econômica estes apresentam variações significativas. Se destaca a indústria que reduziu a sua contribuição ao valor adicionado 27,6% em 2004 para 25,9% em 2013. O impacto maior foi sobre a indústria de transformação que caiu de 17,4% para 12,6%, enquanto a indústria extrativa ampliou de 2,1% para 4,3%. O setor de serviços evoluiu de 65,4% para 68,9% impulsionado pelo comércio que cresceu, no período analisado, de 9,9% para 13,5%. O setor da construção civil também cresceu, de 4,8% para 6,6%. Os serviços de intermediação financeira que haviam ampliado entre 2004 e 2008, reduziram sua contribuição para 6,2% em 2013. Na agropecuária a redução foi de 7,0% para 5,2% a queda foi mais acentuada entre 2004 e 2008, diferentemente da indústria cujo pior resultado aconteceu depois de 2008. (Tabela 8).

A indústria foi mais fortemente afetada pelo comportamento de vários segmentos como o de confecções, calçados e vestuário que apresentou queda do produto em quase todos os anos analisados, decorrente das pressões advindas das importações que nesse segmento cresceu 594% entre 2003 e 2008, especificamente no setor de vestuário. O setor têxtil e de confecções acumula saldo negativo em sua balança comercial desde 2005. O déficit em 2008 alcançou o valor de mais de US\$ 2,0 bilhões. As importações são originárias da China, principalmente. É importante destacar que se trata de setores em que predomina o trabalho feminino e as redes de subcontratação no setor de confecções se caracterizam por grande precariedade, baixos, salários, terceirização, trabalho em domicílio e informalidade.

A indústria química é outro segmento que apresenta resultados negativos. A balança comercial da indústria química é deficitária. Em 2008 o déficit alcançou o valor de US\$ 23,2 bilhões. Em relação ao ano de 1991, o crescimento das importações foi superior a 800%, enquanto as exportações cresceram a metade, ou seja, pouco mais de 400%. Os produtos químicos orgânicos e inorgânicos e de fertilizantes ocupam a 5ª e 6ª posições no ranking dos principais produtos importados pelo Brasil e são os principais responsáveis pelo déficit comercial da indústria química. Depois de um expressivo período de saldo na balança comercial (2002-2006) o diferencial se reduz de forma progressiva até 2013 (Secex/ MDIC).

Há uma relação entre o resultado da produção e o coeficiente de exportação e

importação. Os setores que reduziram sua participação no valor adicionado, em sua maior parte, estavam mais expostos à competição internacional (indústria química, têxtil, confecções, equipamentos de transporte, perfumaria) ou sofreram retração por conta do câmbio desfavorável às exportações (alimentos e bebidas, madeira, celulose, calçados). No entanto, vários setores mantiveram ou ampliaram sua participação no valor adicionado, especialmente os setores que estavam mais integrados ao modelo produtivo característico dessa primeira fase de crescimento (2004-2008), sustentados na ampliação de bens de consumo durável, comércio e serviços, já o setor da construção civil beneficiou-se na segunda fase (2009-2013) pelos projetos de infraestrutura e os programas sociais como Minha Casa Minha Vida, alavancados a partir de 2009.

Tabela 8 - Valor adicionado bruto constante, segundo grupos de atividade - Brasil						
Grupos de atividades	2004		2008		2013	
	1.000.000 (R\$)	(%)	1.000.000 (R\$)	(%)	1.000.000 (R\$)	(%)
Total	1 553 911	100	2 428 003	100	4 203 309	100
Agropecuária	108 063	7,0	127 086	5,2	217 476	0,2
Indústria	429 146	27,6	654 861	27,0	1 088 322	25,9
Indústria extrativa	32 173	2,1	71 409	2,9	179 813	4,3
Indústria de Transformação	270 806	17,4	401 010	16,5	529 510	12,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto	50 996	3,3	71 375	2,9	101 838	2,4
Construção civil	75 172	4,8	111 067	4,6	277 161	6,6
Serviços	1 016 702	65,4	1 646 057	67,8	2 897 511	68,9
Comércio	153 080	9,9	285 230	11,7	567 013	13,5
Transporte, armazenagem e correio	52 583	3,4	92 401	3,8	187 874	4,5
Serviços de informação	63 129	4,1	112 361	4,6	154 399	3,7
Intermediação financeira, seguros e previdência	113 694	7,3	192 700	7,9	259 473	6,2
Atividades imobiliárias	154 024	9,9	207 026	8,5	379 810	9,0
Outros serviços	234 848	15,1	376 814	15,5	682 421	16,2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade soc	245 344	15,8	379 525	15,6	666 521	15,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

A despeito dos problemas estruturais que permaneciam nessa década, como a forte dependência externa, os juros elevados e o câmbio valorizado, os bons resultados econômicos foram rapidamente canalizados para um projeto de desenvolvimento com inclusão social. Dessa forma, os recursos para programas de transferência de renda se ampliaram, possibilitando que a taxa de extrema pobreza reduzisse de 7,9% em 2002 para 2,3% em 2014. A queda acentuada desde 2002 é resultado das políticas públicas dedicadas ao combate à pobreza (Encarte ONU Mulheres, 2016).

A política de valorização do salário mínimo⁹⁴ representou um marco dentre as

⁹⁴ Desde 2007, se estabeleceu um mecanismo permanente para o reajuste do salário mínimo. A política do salário mínimo prevê o reajuste para repor perdas inflacionárias e o aumento real: a) os reajustes para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo corresponderão à variação do Índice Nacional de Preços ao

medidas mais eficazes adotadas nessas duas últimas décadas. Sua amplitude se estende para o conjunto da sociedade, uma vez que serve de referência para um amplo leque de ocupações profissionais, especialmente para as mulheres que estão na base da pirâmide salarial.

Para Dedecca, a política de valorização do salário mínimo foi resultado de um acordo social tripartite, experiência histórica inédita e prática que deveria “lastrear a consolidação de nosso regime democrático. (...) Dois foram os objetivos básicos da atual política de salário mínimo: (1) garantir a valorização progressiva do piso legal segundo as condições econômicas, adotando-se um critério moderado de reajuste segundo a evolução do PIB; (2) dar previsibilidade dos reajustes anuais para os setores público e privado, estimular o crescimento e propiciar, mesmo que lentamente, a distribuição do aumento do produto para os trabalhadores mais pobres. Essa política pública de valorização do salário mínimo foi concebida como instrumento de estímulo do desenvolvimento socioeconômico brasileiro” (Fundação Perseu Abramo, 2015).

Nesse sentido, a partir de 2003 o contexto mais favorável permitiu dar início a transformações profundas no Brasil. A reorientação da política econômica colocou no centro a revalorização dos aspectos sociais negligenciados na década anterior pelas políticas de cunho liberal. Há uma retomada do crescimento econômico de forma sustentável. O produto nacional cresceu em média o dobro do período anterior. As políticas de elevação real do salário mínimo, de expansão da oferta de crédito e de ampliação dos programas de transferência de renda estimularam o crescimento do PIB com base no avanço do mercado interno, promovendo com isso um tripé socioeconômico virtuoso caracterizado pelo aumento do mercado formal de trabalho. Entre 2003 e 2014 foram gerados 20,8 milhões de postos de trabalho formais, pela redução da pobreza e pela melhora na distribuição de renda.

Consumidor – INPC, calculado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulada nos doze meses anteriores ao mês do reajuste; b) a título de aumento real, serão aplicados os seguintes percentuais: I) em 2014, será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2012; e II) em 2015, será aplicado o percentual equivalente à taxa de crescimento real do PIB, apurada pelo IBGE, para o ano de 2013. Outro ponto da política do salário mínimo é a data-base de revisão – a cada ano – que foi fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010.

A análise na composição da renda das famílias evidencia a importância dos rendimentos provenientes do trabalho no orçamento das famílias, com efeitos positivos nas condições de vida da população. Conforme dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF de 2008-2009 do IBGE, as rendas do trabalho correspondiam a 61,1% do rendimento total e variação patrimonial das famílias. Considerando-se a estrutura de rendimentos, 70,7% referentes a recebimentos eram oriundos de empregados, enquanto 20,2% advinham de remuneração de trabalho por conta própria, o rendimento do empregador participava com 9,1%. (OIT, 2012).

A magnitude e a natureza das mudanças ainda são elementos de reflexão. Entretanto, os efeitos sobre a pobreza e a redução das desigualdades sociais são incontestáveis, refletindo-se na ampliação e formalização do mercado de trabalho caracterizando essa fase do crescimento.

Nesse sentido, passaremos a analisar o comportamento do mercado de trabalho do ponto de vista das mulheres a fim de identificar as contribuições desse período de expansão sobre o nível e a qualidade dos empregos gerados. Em que medida o bom desempenho da atividade econômica se replicou positivamente sobre o trabalho das mulheres, no que diz respeito à sua inserção ocupacional e nos rendimentos do trabalho.

4.3. A participação das mulheres no mercado de trabalho entre 2004 e 2013: a escolha dos indicadores

Nesse estudo, para a escolha dos indicadores mais adequados foram considerados os seguintes critérios: (a) a relevância das variáveis e dos indicadores, expressa pela capacidade de descreverem as condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho, bem como a evolução dos dados; (b) a possibilidade de comparação entre as variáveis e os indicadores para elaboração de séries históricas; (c) a disponibilidade de cobertura e a periodicidade de atualização dos dados; e (d) a capacidade de desagregação para um conjunto de variáveis, tais como: faixa etária, grau de instrução, rendimentos, raça e cor, rural e urbano, afazeres domésticos, entre outras.

Portanto, o esforço foi de selecionar um conjunto de indicadores que proporcione uma avaliação da realidade em que são aplicados. Neste sentido, optou-se por indicadores quantitativos construídos a partir das estatísticas públicas disponíveis.

Embora as desigualdades entre mulheres e homens se expressem em várias

dimensões, mas para esse estudo trataremos unicamente da dimensão trabalho. Em que condições se dá o acesso ao trabalho remunerado pelas mulheres. A análise do mercado de trabalho, historicamente, concentrou-se na ocupação e ignorou a existência de outros trabalhos ligados à ocupação, isto é, desprezou a relação dinâmica que há entre o processo de produção de mercadorias e o processo de reprodução social da população e, particularmente da força de trabalho.

Por outro lado, as estatísticas oficiais tendem a tratar as categorias habitualmente utilizadas de atividade, inatividade, ocupação e desemprego, como neutras, quando na realidade apresentam um perfil androcêntrico marcante. As decisões sobre as formas de inserção, jornada de trabalho e desocupação, muitas vezes são influenciadas pela tensão que se estabelece entre participar do mercado de trabalho e as responsabilidades no âmbito familiar doméstico.

Precisamente, pela presença da dupla jornada que serão analisados os diversos aspectos do trabalho remunerado, a informalidade, o trabalho por conta própria como manifestação das situações conflitivas da organização do tempo do trabalho postas para as mulheres que se inserem em piores condições para cumprir com as tarefas de reprodução social. Portanto, os indicadores que se definem a seguir buscam incluir os diversos aspectos do trabalho remunerado com o propósito de indicar a sua evolução entre os anos de 2004 e 2013 e mostrar a sua persistência mesmo em períodos de maior dinamismo econômico.

4.4. Distribuição da PEA, PNAE, pessoas ocupadas e desocupadas: 2004-2013

A recuperação da atividade econômica entre 2004 e 2013 favoreceu a incorporação de mulheres que se encontravam fora do mercado de trabalho. A taxa de participação, que mede a população economicamente ativa (PEA) sobre o total de mulheres com 16 anos ou mais de idade, evoluiu de 57,9%⁹⁵ em 2004 para 58,5% em 2008, mas em queda para 2013, 55,6%. Em números absolutos um incremento de 5,112 milhões de trabalhadoras, no entanto, inferior ao sexo masculino de 6,190 milhões. Entretanto, medidos em percentuais o resultado foi mais favorável para as mulheres, representando uma elevação de 13,0%, enquanto entre os homens o crescimento foi inferior, 12,0%. Desta forma a PEA masculina recuou de 82,5% para 78,6%. (Tabela 10). É importante registrar que a taxa de participação masculina vem caindo desde a década de 1990; 85,2% em 1995 para 78,6% em 2013, enquanto a taxa feminina para aquele

⁹⁵ Dados da OIT apontam para queda da participação das mulheres. Em 1995 a taxa de atividade global era de 52,4% recuando para 49,6% em 2015. (OIT,2016)

ano foi de 54,3%. A população ocupada também apresentou resultados positivos, passando de 42,1% para 42,7% sinalizando para uma incorporação na atividade econômica das mulheres que se colocaram no mercado de trabalho e absorvendo parte do desemprego: foram 5,918 milhões de mulheres e 6,809 milhões de homens. Desta forma, a população ocupada evoluiu 17,0% e 14,0%, respectivamente, para mulheres e homens.

Os resultados positivos sobre o conjunto dos indicadores do mercado de trabalho não foram interrompidos pela crise internacional de 2008, embora o desemprego tenha crescido no segundo semestre de 2008, em que condições distintas entre os setores de atividade, produziram dimensões diferenciadas no total da produção e da ocupação nacional. A recuperação nos anos seguintes foi resultado das políticas anticíclicas. Naquele momento, os setores mais afetados foram construção civil, atividades industriais e agrícolas. O setor de serviços, responsável por dois terços da produção e quase 60% da ocupação nacional, seguiu se expandindo.

No auge da crise, entre 2008 e 2009, o emprego formal cresceu 5,3% para as mulheres e 3,9% para os homens. Entre as mulheres, o crescimento se deu em todos os setores; enquanto, entre os homens, observou-se queda na atividade agrícola, na indústria de transformação e em outras atividades de serviços.

Com o recuo da população economicamente ativa feminina, entre 2008 e 2013, elevou, dessa forma, a população não economicamente ativa de 42,1% em 2004 para 44,4% em 2013, um incremento de 24% em relação ao número de mulheres nesta condição em 2004, alcançando, com isso, mais 35,5 milhões de mulheres. Mesmo assim foram incorporadas ao mercado de trabalho 1,421 milhão de mulheres entre 2008 e 2013. A taxa de desemprego para as mulheres recuou levemente, de 11,5% para 8,4%, contudo, manteve a proporção em relação ao sexo masculino. Em 2004, representava 57,0% do total de pessoas desempregadas e permaneceu em 57,1%. O recuo da PEA feminina contribuiu para amenizar os impactos sobre os níveis de desemprego. (Tabela 9).

Tabela 9 - Total de mulheres na população em idade ativa, população economicamente ativa, ocupadas e desempregadas de 16 anos ou mais de idade - Brasil

Posição na ocupação	2004	2008	2013
Total da População em Idade Ativa (milhares)	67,9	73,5	79,9
População Economicamente Ativa (%)	57,9	58,5	55,6
População não Economicamente Ativa (%)	42,1	41,5	44,4
Total da PEA (milhares)	39,3	42,9	44,4
Ocupadas (%)	88,5	90,6	91,6
Desempregadas (%)	11,5	9,4	8,4
Total das Ocupadas (milhares)	34,7	38,9	40,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

4.4.1. Taxa de participação por faixa etária

Considerando apenas o período analisado, tanto a queda na taxa de participação dos homens, quanto a elevação entre as mulheres, especialmente entre 2004 e 2008, podem apontar para distintas interpretações. A desagregação da taxa de participação indicou uma queda da participação masculina nas faixas entre 16 e 17, anos da mesma forma que para as mulheres. Contudo, as mulheres ampliaram a participação em todas demais faixas etárias, exceto para as faixas de 18 a 24 anos e 60 anos ou mais, o mesmo não ocorrendo com os homens. (Tabela 10). Ao se analisar uma série mais longa, desde 1995, se observou tendência a essa queda, para ambos os sexos. A novidade para o período analisado é o crescimento da participação das mulheres entre 25 e 59 anos.

Além disso, a retomada da atividade econômica e o avanço dos rendimentos familiares, ao mesmo tempo em que contribuiu para retardar a entrada dos jovens de ambos os sexos no mercado de trabalho, também estimulou o ingresso de mulheres que se encontravam na condição de não atividade, em parte pela situação de extrema pobreza em que se encontravam, limitando seu acesso ao trabalho remunerado.

Para 2013, na comparação com o ano 2008, a taxa de participação por faixa etária retraiu em todas as faixas para ambos os sexos. A retração foi mais intensa na primeira faixa (16 a 17 anos), e as motivações deve-se a desaceleração do mercado de trabalho. A similaridade entre os sexos mostra que existe um comportamento de reação às mudanças muito semelhante no mercado de trabalho, com a persistência de diferentes taxas de inserção.

Tabela 10 - Taxa de participação por faixa etária de pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo (%) - Brasil

Faixa Etária	Mulheres			Homens		
	2004	2008	2013	2004	2008	2013
16 a 17 anos	37,0	34,8	27,9	54,9	49,8	40,3
18 a 24 anos	64,2	65,1	61,1	84,9	84,6	79,7
25 a 29 anos	70,6	72,7	71,6	94,3	94,2	92,2
30 a 44 anos	72,0	73,0	72,6	94,9	94,6	94,1
45 a 59 anos	57,5	59,4	58,5	86,3	86,7	86,0
60 anos ou mais	19,2	20,6	17,4	45,1	44,3	40,9

Fonte: IBGE/PNAD - Elaboração: IPEA/DISOC - Retrato das desigualdades, 2017

4.4.2. As mulheres são maioria entre as pessoas fora do mercado de trabalho

Nas últimas décadas se desenvolveram várias pesquisas que deram destaque para a evolução e o comportamento das mulheres no mercado de trabalho e que nos ajudam a compreender o destacado crescimento mesmo em contextos adversos. Na década de 1980, Spindel nos alertava para a criação de empregos formais decorrentes do crescimento do setor público, formado majoritariamente por mulheres, e o expressivo crescimento do setor terciário, visto como a porta de entrada das mulheres no mundo produtivo (SPINDEL, 1987:21).

À medida que as pesquisas evoluíram, novos indicadores foram sendo incorporados às análises, a exemplo da situação na ocupação (com carteira, sem carteira, conta própria). Os trabalhos que analisam a evolução das mulheres no mercado de trabalho a partir dos resultados dos anos de 1990 (WAJMANN; PERPÉTUO, 1997) sugerem que o crescimento de formas atípicas de contratação, como o emprego sem carteira e por conta própria, pode representar um atrativo para as mulheres que, diante das exigências de compatibilização entre o trabalho doméstico e a atividade remunerada, identificam nessas formas de trabalho maiores oportunidades. Com o intuito de validar essas afirmações, os autores analisaram dados da PNAD para os anos de 1992 e 1995 e constataram que a posição no domicílio, se cônjuges ou com a presença de filhos com idade inferior a 6 anos, aumenta em mais de 50% a probabilidade de aceitar trabalhos por conta própria, diferentemente das mulheres em empregos sem registro, em que a condição racial (negra ou não negra) é o fator mais relevante para determinar a sua condição de inserção; ou seja, o componente da vulnerabilidade presente nestas formas de contratação podem ser as únicas oportunidades que muitas vão experimentar ao longo de sua vida laboral (WAJMANN; PERPÉTUO, 1997:141-4). Entretanto, essas possibilidades poderão ser confrontadas com os resultados destas duas últimas décadas e que serão analisados mais adiante.

No período compreendido entre 1998-2003, por exemplo, do total da população que

se encontrava na condição de não economicamente ativas, na faixa entre 25-39 anos, 87% eram mulheres; essa proporção caiu para 84% em 2008. Mesmo assim, o total de mulheres nessa condição continua expressivo: representavam 28,6 milhões em 2004, passando para 35,5 milhões em 2013, enquanto entre os homens o total era de 15,6 milhões em 2013. Registre-se que neste período o crescimento da inatividade entre os homens foi superior, 44%, para as mulheres, de 24%.

Essa condição de inatividade não pode ser explicada apenas pelas intermitências decorrentes da idade reprodutiva das mulheres. É necessário buscar outras explicações para a persistência de um elevado número de mulheres nessa condição. Ao mesmo tempo em que se deve refutar as teses que se apoiam na cultura da sociedade para reforçar a divisão sexual do trabalho e atribuem às mulheres a responsabilidade pelo espaço privado, é preciso contestar as explicações econômicas que resumem a uma escolha racional baseada nos custos de oportunidades definidos no interior das famílias.

Outro aspecto diz respeito à necessidade de se reavaliar o conceito de inatividade, considerando que a maior parte das mais de 35,5 milhões de mulheres (dados de 2013) está envolvida em atividades de reprodução social essenciais para a produção econômica e que ocultam um valor que, embora não seja monetizado, não significa que não possa ser medido monetariamente.

Embora não seja objeto desse trabalho analisar os aspectos que envolvem o número de mulheres que se encontram fora do mercado de trabalho, é importante trazer ao menos um estudo relevante para que se possa identificar essa condição dentro de um contexto mais amplo, em que estão presentes condições de vida objetivas que interferem nas decisões sobre o trabalho. A posição socioeconômica é um elemento central, conjuntamente com a carga de cuidados que envolvem várias dimensões conforme abordado nos capítulos anteriores.

A condição de maior pobreza tem sido um obstáculo à inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Dependendo de sua situação socioeconômica e da faixa etária, a taxa de participação das mulheres em relação à dos homens pode variar, de acordo com os estudos realizados por Vasquez (2016:60). Isso demonstra o quanto a condição de pobreza afeta sobretudo as mulheres.

Tabela 11 - Diferença de taxa de participação entre os sexos, por idade e nível socioeconômico, ano 2004 - Brasil

Faixa etária	mais de		mais de					Total
	Até 1/4 SM	1/4 até 1/2 SM	1/2 até 1 SM	mais de 1 até 2 SM	mais de 2 até 3 SM	mais de 3 até 5 SM	mais de 5 SM	
15 a 19 anos	22,5	21,3	14,7	11,4	12,0	6,5	8,3	18,2
20 a 24 anos	34,1	27,3	16,2	10,7	6,1	7,1	14,2	21,6
25 a 29 anos	37,1	28,2	19,3	13,0	12,1	7,4	5,4	23,9
30 a 34 anos	32,2	26,4	19,3	17,4	15,9	14,5	11,6	23
45 a 64 anos	31,5	32,5	29,7	27,6	29,8	28,5	26,5	29,9
Total	30,3	27,0	21,3	18,6	18,8	17,5	17,2	23,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004. Elaborado por VASQUEZ, 2016:34

Os estudos de Vasquez indicam que a taxa de participação das mulheres varia de acordo com o seu nível socioeconômico, expresso pela renda domiciliar per capita. Assim, para renda de até ¼ de salário mínimo, a diferença de taxa de participação entre os sexos é 37,1 pontos entre 25 e 29 anos. E de 28,2 para as faixas de rendimento entre ¼ e ½ salários mínimos⁹⁶. No entanto, quando a renda é de mais de cinco salários mínimos, a diferença entre os sexos é de apenas 5,4% para a mesma faixa etária.

Dito de outra maneira, o diferencial entre mulheres e homens diminui à medida que a renda per capita cresce, evidenciando que a situação socioeconômica das mulheres é um fator decisivo para sua entrada e permanência no mercado de trabalho. Quanto mais pobres, mais tempo elas estarão afastadas do mercado de trabalho. Essa interrupção comprometerá de forma definitiva a sua vida laboral.

As tarefas de cuidados são um grande limitador para as mulheres mais pobres. Em parte, o afastamento das mulheres do mercado de trabalho, entre 25 e 29 anos, está associado à maternidade e à ausência de equipamentos públicos, o que impele as mais pobres a se afastarem temporariamente de alguma atividade remunerada para se dedicarem às atividades de cuidados, que envolve grande quantidade trabalho e não está restrito ao cuidado das crianças, mas envolve idosos, enfermos etc.

A outra expressão dos limites e contradições na inserção das mulheres tem relação com a taxa de desocupação. Os resultados positivos não foram suficientes para reverter uma tendência de concentração do desemprego entre as mulheres, passando de 57% para 57,1% entre o total de pessoas desempregadas. Entre 2004 e 2013 o desemprego para as mulheres

⁹⁶ Atualizando para 2017, em que o salário-mínimo é de R\$ 937,00, corresponde a uma renda domiciliar per capita entre R\$ 234,25 e R\$ 468,50 por mês.

recuou 17,8%. Contudo, entre os homens, o percentual foi idêntico, 18,2%, contribuindo, dessa forma, para que as mulheres continuassem sustentando as maiores taxas de desemprego mesmo em um período mais favorável. Elas passaram de 11,5%, para 8,4%, já entre os homens a queda foi de 6,6% para 4,8% entre 2004 e 2013. As taxas de desemprego das mulheres são persistentes e representam o dobro da masculina, independentemente dos ciclos econômicos. Aqui se destacam algumas hipóteses que podem se constituir temas de pesquisa futura porque não estão fundamentadas em pesquisas empíricas, mas são sugestão de aprofundamento uma vez que o tema do desemprego entre as mulheres tem raízes mais profundas e não pode ser explicado apenas por meio dos ciclos econômicos. A primeira constatação seria de que as condições de permanência no mercado de trabalho melhoraram mais do que o seu acesso.

Entre 2004 e 2013, período excepcionalmente positivo para as mulheres, ingressaram na PEA 5,11 milhões de mulheres, foram absorvidas 5,92 milhões e formalizadas 5,81 milhões. Hipoteticamente, é como se todas as que ingressaram na PEA tivessem sido absorvidas e mais um contingente de mulheres que estava desempregado. Evidentemente, esse período não seria suficiente para reverter uma condição que se mostra secular e está presente em todas as sociedades. Para que fossem absorvidas mais mulheres, a estrutura produtiva teria que evoluir mais em direção às ocupações com maior presença de mulheres, e isso não se efetivou, como poderemos constatar nos dados sobre evolução do emprego por setores econômicos. Por outro lado, manteve-se praticamente inalterada a distribuição dos sexos entre os setores e ocupações, reforçando a segmentação já existente.

4.4.3. Evolução da posição na ocupação para mulheres e homens

Quando se analisa a evolução da posição nas ocupações para as mulheres, entre 2004 e 2013, exceto para o funcionalismo público e o trabalho com carteira que cresceram, nas demais houve queda da participação sobre o emprego total das mulheres.

Nesse período cresce o emprego com carteira, de 26,2% para 36,6%, em proporção superior ao masculino. Em 2004, as mulheres representavam 35,3% dos trabalhos com carteira e ampliaram, em 2013, para 38,8% (Tabelas 12 e 13). Mais adiante serão identificados os segmentos em que se verificou esse incremento. O emprego sem carteira ou emprego informal e conta própria estão mais presentes nas práticas laborais das mulheres. Se somarmos ao trabalho doméstico sem carteira, totalizará, em 2013, mais de 15,1 milhões de mulheres nessas condições. Somente no emprego doméstico sem carteira, estavam empregadas em 2004 um

total de 4,4 milhões de mulheres, evoluindo para 4,5 milhões, em 2008 e, reduzindo para 4,0 milhões, em 2013. De uma forma geral, o que se percebe pelos dados é de que o emprego doméstico com e sem carteira evoluiu a uma taxa menor que o trabalho com registro, da mesma forma que todas as demais modalidades de contratação.

Entretanto, uma das maiores conquistas para as mulheres no período de 2008 a 2013 foi a ampliação do emprego formal: passou de 29,7% para 36,6% do total das mulheres ocupadas. O aumento do trabalho doméstico com carteira e a correspondente redução do emprego sem carteira foram evidências complementares dos impactos das políticas de mercado de trabalho concretizadas. O período é particularmente positivo para o emprego mais protegido. Em 2013, do total do emprego feminino, 11,9% não tinha carteira assinada. Em 2004, eram 13,9%, embora, em termos absolutos, a redução tenha sido inexpressiva. Chama atenção, ainda, o declínio da parcela de trabalhadoras no trabalho não remunerado para empreendimentos familiares. (Tabela 12).

Nesse período, cresceu o emprego formal de maneira significativa e foram reduzidas todas as demais modalidades de contratação que se caracterizam pela informalidade, como resultados da criação de condições estruturantes e um novo tecido social mais inclusivo e protetivo de direito para as mulheres, conforme relatório da ONU Mulheres para o Brasil. (Encarte ONU Mulheres, 2016:48).

A ampliação das mulheres no emprego formal foi mais intensa do que a dos homens. As mulheres expandiram a sua presença no emprego protegido de 35,3% para 38,8% sobre o total. Não obstante, no emprego sem carteira e no trabalho não remunerado, a participação das mulheres tenha-se ampliado em ritmo maior do que entre os homens.

Tabela 12 - Participação da população ocupada, por posição na ocupação com 16 anos ou mais de idade, por sexo (%) - Brasil

Posição na ocupação	2004		2008		2013	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total dos Ocupados (milhares)	34,7	47,8	38,9	52,4	40,7	54,7
Empregado com carteira (%)	26,2	34,8	29,7	0,4	36,6	43,1
Militar (%)	-	0,5	-	0,5	-	0,6
Funcionário público (%)	9,0	4,6	9,4	4,8	10,2	4,9
Empregados sem carteira	13,9	21,2	13,6	19,4	11,9	16,5
Trabalhador doméstico c/c (%)	4,3	0,4	4,1	0,3	4,7	0,4
Trabalhador doméstico s/c (%)	12,7	0,5	11,6	0,5	9,8	0,5
Conta própria (%)	16,6	26,8	16,0	24,0	15,4	24,8
Empregador (%)	2,6	5,4	3,0	5,8	2,6	4,7
Produção para o próprio consumo (%)	6,5	2,0	6,3	2,7	5,5	3,2
Construção para o próprio uso (%)	-	0,2	-	0,2	-	0,2
Não remunerado (%)	8,2	3,7	6,3	2,6	3,3	1,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria

Na comparação com os homens (Tabela 13), o que as informações nos revelam é se o ritmo de crescimento ou queda foi maior ou menor nessa confrontação. Na distribuição por posição na ocupação entre os sexos, as mulheres são maioria entre os funcionários públicos (59,1%); no emprego doméstico com e sem carteira (90,0% e 94,9%); na produção para o próprio consumo (63,7%) e no trabalho não remunerado (64,5%). O trabalho não remunerado realizado pelas mulheres representava em 2004 mais de 2,8 milhões; deste total 87% se concentrava na atividade agrícola, no comércio, reparação, alojamento e alimentação. Em 2013 o trabalho remunerado entre as mulheres caiu pela metade (1,4 milhões), entretanto, em torno de 83%, seguia reunido nas mesmas atividades.

Os dados mostram uma queda na produção para o próprio consumo de 21% e um aumento no trabalho não remunerado superior a 8%, na comparação com os homens. Em relação a produção para o próprio consumo a redução entre as mulheres foi pouco significativa (1%), no entanto, entre os homens essa modalidade de ocupação dobrou entre 2004 e 2013. Nas demais em que prevalece a presença das mulheres, não houve alteração significativa. (Tabela 13). Nas posições em que as mulheres representam menos de 50%, os resultados mais expressivos se encontram nas ocupações mais vulneráveis em que a distribuição dessa modalidade de trabalho entre os sexos foi mais prejudicial às mulheres. Ampliaram a presença no emprego sem carteira, (32,3% para 34,9%), no trabalho por conta própria (31,0% para 31,6%) e na construção para o próprio uso diminuiu (13,9% para 10,5%). No emprego com carteira a evolução também foi positiva, ainda que modesta (35,3% para 38,8%).

Tabela 13 - Distribuição da população em idade ativa, economicamente ativa e ocupada por posição na ocupação, com 16 anos ou mais de idade, por sexo (%) - Brasil

Posição na ocupação	2004		2008		2013	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
População em Idade Ativa	52,2	47,8	52,1	47,9	52,2	47,8
População Economicamente Ativa	43,4	56,6	43,8	56,2	43,6	56,4
População não Economicamente Ativa	72,5	27,5	71,3	28,7	69,4	30,6
Ocupados	42,1	57,9	42,6	57,4	42,7	57,3
Desempregados	57,0	43,0	59,3	40,7	57,1	42,9
Empregado com carteira	35,3	64,7	35,9	64,1	38,8	61,2
Militar	2,6	97,4	3,1	96,9	5,5	94,5
Funcionário público	58,7	41,3	59,1	40,9	60,9	39,1
Empregados sem carteira	32,3	67,7	34,2	65,8	34,9	65,1
Trabalhador doméstico c/c	89,6	10,4	90,0	10,0	90,0	10,0
Trabalhador doméstico s/c	94,8	5,2	94,9	5,1	93,9	6,1
Conta própria	31,0	69,0	33,1	66,9	31,6	68,4
Empregador	25,8	74,2	27,5	72,5	28,7	71,3
Produção para o próprio consumo	70,6	29,4	63,7	36,3	55,9	44,1
Construção para o próprio uso	13,9	86,1	14,8	85,2	10,5	89,5
Não remunerado	61,7	38,3	64,5	35,5	66,9	33,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

4.4.4. Mulheres negras ampliam presença no mercado de trabalho

Ao desagregar os números por raça e cor, observa-se um crescimento pouco expressivo da participação sobre o total, mantendo-se entre esses oito anos analisados praticamente a mesma composição, sugerindo que a retomada da atividade econômica não foi suficiente para alterar os perfis de emprego por raça e cor que se mantiveram. Entretanto, a análise sobre a distribuição das pessoas ocupadas no conjunto dos empregos indica uma variação na composição favorável às mulheres negras (pardas e pretas), que passaram de 45,9% sobre o total de mulheres para 49,0%. Portanto, os deslocamentos mais significativos aconteceram entre as mulheres e não entre homens e mulheres, apontando para uma homogeneização entre os sexos neste período analisado. Ou seja, o mercado de trabalho incorporou igualmente os sexos identificados por raça e cor. (Tabelas 14 e 15).

As mulheres de cor negra (pardas e pretas) estavam ampliando sua presença na comparação com os homens até 2008. Entretanto, entre 2008 e 2013, a participação se retrai. Entre as de cor branca, a participação cresceu. Na comparação com o total de pessoas ocupadas, as mulheres crescem entre as de raça ou cor branca, amarela e indígena e reduzem para as de raça ou cor parda e preta. Trata-se de uma inflexão diante de uma tendência de crescimento que se verificava desde 2004 para todas as mulheres.

Tabela 14 - Participação das mulheres sobre o total das pessoas ocupadas, por cor ou raça (%) - Brasil

	2004	2008	2013
Indígena	45,5	45,6	40,7
Branca	43,5	44,1	44,8
Preta	41,8	41,8	40,7
Amarela	44,4	46,4	48,3
Parda	40,3	40,9	40,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

Tabela 15 - Distribuição das mulheres ocupadas, por cor ou raça (%) - Brasil

	2004	2008	2013
Indígena	0,2	0,3	0,3
Branca	54,4	51,3	49,7
Preta	6,2	7,3	8,3
Amarela	0,5	0,7	0,6
Parda	38,7	40,4	40,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

Por outro lado, quando se examinam os dados por posição na ocupação, os melhores resultados estão entre as mulheres negras, cujo crescimento no emprego com carteira foi superior a dez pontos, passando de 19,9% para 31,6% sobre o emprego total de mulheres negras. Em 2004, para cada 10 mulheres negras apenas 2 estavam no emprego com registro, o que indica que com isso, as demais formas de inserção caíram. Confirma-se que um dos maiores estímulos no período foi o crescimento da formalização. Parcela das mulheres de cor branca e negra saíram da condição de informais e no emprego doméstico para se inserirem em trabalhos mais protegidos. (Tabela 16).

Tabela 16 - Distribuição das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo a posição na ocupação (%) - Brasil

Posição na Ocupação	Negra			Branca		
	2004	2008	2013	2004	2008	2013
Funcionária Pública/Militar	7,8	8,3	9,2	10,0	10,6	11,2
Empregada com Carteira Assinada	19,9	24,3	31,6	31,4	34,8	41,6
Empregada sem Carteira Assinada	14,2	14,3	12,5	13,6	12,9	11,3
Conta Própria	17,6	17,0	15,9	15,6	15,0	14,8
Empregadora	1,3	1,6	1,3	3,6	4,1	3,7
Empregada Doméstica	21,5	20,0	18,6	13,4	11,8	10,6
Outros	17,6	14,5	10,9	12,4	10,8	6,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD - elaboração IPEA - DISOIC - Retrato das desigualdades - 2017

4.4.5. Evolução da ocupação em atividades agrícolas e não agrícolas

As formas de absorção da população ocupada são distintas entre os ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas. Entre 2004 e 2013, a participação das mulheres ocupadas nas atividades agrícolas reduziu de 15,6% para 9,9%. Entre os homens ocorreu processo semelhante, de forma que a participação das mulheres nas atividades agrícolas pouco se alterou no período, passando de 32,5% para 30,1%, respectivamente. O processo de deslocamento de atividades agrícolas para não agrícolas foi muito semelhante para ambos os sexos. Dessa forma o emprego agrícola que representava para as mulheres 16% entre as ocupadas, caiu para 10% em 2013. Segundo Mattei, há uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais no meio rural brasileiro, resultando em uma mudança na estrutura e na composição do trabalho rural. Para o autor, a expansão do padrão fordista de produção agrícola conduziu a um processo crescente de integração aos demais setores da economia, fazendo com que o ritmo e a dinâmica da produção estivessem cada vez mais subordinados aos movimentos gerais da economia do país (MATTEI, 2013).

Dessa forma, conforme o autor destaca, o emprego rural não pode ser mais analisado a partir de sua vertente agrícola, uma vez que no espaço rural começam a ser desenvolvidas outras atividades geradoras de ocupações de caráter não agrícola. Ou seja, essa década seguiu a tendência histórica de queda do emprego agrícola, entretanto, as ocupações que estão sendo geradas não são suficientes para compensar a eliminação das ocupações exclusivamente agrícolas, segundo o autor.

A atividade agrícola engloba agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal, pesca, aquicultura e atividades relacionadas. Em torno de 96% das mulheres estão inseridas na agricultura e pecuária e, deste total, 74% participavam do mercado de trabalho sem

remuneração ou para o próprio consumo, conforme dados da PNAD de 2013. (Tabela 17).

Tabela 17 - Distribuição das pessoas ocupadas em atividade agrícola e não agrícola com 16 anos ou mais de idade, por sexo (%) - Brasil

	Mulheres			Homens		
	2004	2008	2013	2004	2008	2013
Agrícola	15,6	12,9	9,9	23,4	19,9	17,2
Não-agrícola	84,4	87,1	90,1	76,6	80,1	82,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria

A localização do domicílio, se urbano ou rural, interfere diretamente nas condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Embora a localização do domicílio não esteja vinculada necessariamente a atividade, se agrícola ou não agrícola, mas os dados sugerem essa conexão. É de supor que maior parte das mulheres que se encontram na área rural estejam envolvidas em atividades ligadas ao campo. Praticamente a metade das mulheres (47,2%), conforme dados de 2013, que residiam na área rural estavam envolvidas em atividades não remuneradas ou desenvolviam trabalho na produção para o próprio consumo (Tabela 18). Trata-se de trabalhadoras rurais ligadas a agricultura familiar em que o reconhecimento desta atividade se dá por meio da figura masculina. Os homens nesta mesma condição, em 2013, representavam 18,5%.

Tabela 18 - Distribuição das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais de idade, segundo localização do domicílio e posição na ocupação (%) - Brasil

Posição na Ocupação	Urbano			Rural		
	2004	2008	2013	2004	2008	2013
Funcionária Pública/Militar	10,1	10,3	10,7	4,0	4,9	6,7
Empregada com Carteira Assinada	30,3	33,6	40,6	6,4	8,8	10,1
Empregada sem Carteira Assinada	14,9	14,2	12,1	9,1	9,9	10,3
Conta Própria	17,1	16,4	15,4	14,0	13,6	14,9
Empregadora	2,9	3,3	2,8	0,8	0,8	0,7
Empregada Doméstica	18,9	16,9	15,2	8,5	9,5	10,2
Outros	5,9	5,3	3,1	57,2	52,4	47,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/PNAD - elaboração IPEA - DISOIC - Retrato das desigualdades - 2017

4.5. Evolução da participação das mulheres por atividade econômica

Dos 37 segmentos analisados, em apenas sete (19%), as mulheres detinham

representação superior à média total em 2004 (42,1%). Nestes sete segmentos, o emprego variou positivamente em três, elevando a presença das mulheres. Trata-se de segmentos com forte presença feminina: preparação e fabricações de couros (11,4%); alojamento e alimentação (13,9%); outros serviços coletivos, sociais e pessoais (8,4%). Contudo, em outros quatro segmentos a variação foi negativa: fabricação de produtos têxteis (-3,2%); artigos de vestuário (-3,6%); educação, saúde e serviços sociais (-1,2%) e serviços domésticos (-0,9%). (Tabela 19).

Excetuando o trabalho doméstico, pois, nesse caso, a queda simboliza que as mulheres se incorporaram em ocupações de maior densidade, nos demais o recuo se deu em setores com forte tradição de força de trabalho feminina. Entre os que a força de trabalho feminina cresceu (fabricação de couros; alojamento e alimentação e outros serviços coletivos, sociais e pessoais), temos a força das exportações do setor de couro e o dinamismo do mercado interno, resultante do ciclo de expansão.

Tabela 19 - Evolução da participação das mulheres no total de pessoas ocupadas, por segmento econômico com presença superior a média das ocupadas (%) - Brasil

Segmentos econômicos	Participação superior a média das ocupadas			
	2004	2008	2013	Varição
Fabricação de produtos têxteis	66,7	64,9	64,6	-3,2
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	84,0	83,5	81,0	-3,6
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro	46,6	50,1	51,9	11,4
Alojamento e alimentação	50,3	53,8	57,3	13,9
Educação, saúde e serviços sociais	77,4	77,2	76,5	-1,2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	58,7	61,1	63,6	8,4
Serviços domésticos	93,4	93,5	92,6	-0,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração Própria.

Em outros nove segmentos, em que a presença das mulheres é inferior à média nacional (42,1%) ocorreu redução de participação nos seguintes segmentos econômicos: agricultura (-7,6%); silvicultura (-7,9%); fabricação de produtos alimentícios (-10,5%); fabricação de refino de petróleo (-1,7%); fabricação de celulose e papel (-24,0%); fabricação de equipamentos de instrumentação médica (-1,9%); fabricação de produtos minerais não-metálicos (-4,3%); fabricação de produtos de metal (-2,7%) e fabricação de móveis e indústrias diversas (-5,9%). (Tabela 20).

Tabela 20 - Evolução da participação das mulheres no total de pessoas ocupadas, por segmento econômico com queda na participação das ocupadas (%) - Brasil

Segmentos econômicos	Queda na participação das ocupadas			
	2004	2008	2013	Varição
Agricultura, pecuária e serviços	32,9	33,0	30,4	-7,6
Silvicultura, exploração florestal	36,5	22,6	33,6	-7,9
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	41,0	38,0	36,7	-10,5
Fabricação de coque, refino de petróleo e afins	11,9	12,0	11,7	-1,7
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	27,1	22,6	20,6	-24,0
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico	32,2	31,4	31,6	-1,9
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	14,1	16,6	13,5	-4,3
Fabricação de produtos de metal	11,2	11,3	10,9	-2,7
Fabricação de móveis e indústrias diversas	30,6	33,4	28,8	-5,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

Em outros 21 segmentos em que a presença das mulheres era inferior a 42,1%, em 2004, o emprego cresceu, mas em apenas um deles a participação alcançou a média nacional de 42,7% em 2013. Em quinze, o emprego expandiu acima de dez por cento: pesca e aquicultura (43,4%); fabricação de produtos de fumo (18,3%); metalurgia básica (16,5%); fabricação de máquinas para escritório (63,1%); fabricação de material eletrônico (34,6%); fabricação de montagem de veículos (28,7%); reciclagem (95,6%); outras atividades industriais (12,6%); construção (28,0%); atividades mal definidas (40,7%); fabricação de produtos de madeira (20,3%); fabricação de artigos de borracha e plástico (11,2%); fabricação de máquinas e equipamentos (39,8%); fabricação de máquinas e aparelhos elétricos (48,0%); e outras atividades (13,7%). Nas demais, a evolução foi inferior a 10%: edição e impressão (6,5%); fabricação de produtos químicos (9,6%); fabricação de outros equipamentos de transporte (3,2%); comércio e reparação (8,5%); administração pública (7,2%); e transporte, armazenagem e comunicação (6,7%). (Tabela 21).

Tabela 21 - Evolução da participação das mulheres no total de pessoas ocupadas, por segmento econômico com ampliação na participação das ocupadas (%) - Brasil

Segmentos econômicos	Ampliação na participação das ocupadas			
	2004	2008	2013	Varição
Pesca, aquicultura e atividades dos serviços	14,3	20,7	20,5	43,4
Fabricação de produtos do fumo	32,7	31,4	38,7	18,3
Fabricação de produtos de madeira	17,7	14,8	21,3	20,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	29,4	32,3	31,3	6,5
Fabricação de produtos químicos	28,2	28,8	30,9	9,6
Fabricação de artigos de borracha e plástico	24,1	25,0	26,8	11,2
Metalurgia básica	10,3	12,2	12,0	16,5
Fabricação de máquinas e equipamentos	12,8	12,0	17,9	39,8
Fabricação de máquinas para escritório e informática	24,1	42,1	39,3	63,1
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	20,2	22,2	29,9	48,0
Fabricação de material eletrônico	36,7	43,0	49,4	34,6
Fabricação e montagem de veículos automotores	12,9	14,3	16,6	28,7
Fabricação de outros equipamentos de transporte	12,6	15,3	13,0	3,2
Reciclagem	13,6	31,3	26,6	95,6
Outras atividades industriais	11,1	13,7	12,5	12,6
Construção	2,5	3,5	3,2	28,0
Comércio e reparação	38,6	39,8	41,9	8,5
Transporte, armazenagem e comunicação	12,0	13,0	12,8	6,7
Administração pública, defesa e seguridade social	37,3	42,6	40,0	7,2
Outras atividades	37,3	39,1	42,4	13,7
Atividades mal definidas ou não declaradas	9,1	13,0	12,8	40,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

O balanço para esse período mostra que a segmentação que caracteriza a estrutura produtiva não sofreu alterações entre 2004 e 2013. O sexo masculino está concentrado em 81% dos segmentos analisados e essa proporção não se alterou. Os setores que apresentaram maior dinamismo, favorecidos pela expansão das atividades, e cujo emprego das mulheres cresceu acima da média são caracterizados por forte presença masculina, não alterando essa relação ao longo destes dez anos. E mesmo os que apresentaram uma forte expansão são setores menos estruturados gerando empregos de forte vulnerabilidade, a exemplo do setor da construção civil, em que as mulheres representam 3,5% do emprego total, e do setor de reciclagem em predomina a informalidade. Destaque pode ser atribuído aos setores ligados à fabricação de componentes, peças e máquinas, favorecidos pelo crescimento do mercado interno nesse período.

Sem dúvida, o incremento ocorreu em setores menos tradicionais, embora a concentração de mulheres ainda esteja no comércio, educação, saúde, serviços coletivos sociais e pessoais. Aliás essa configuração pouco se alterou, como já identificado anteriormente. Nesse conjunto de setores se concentravam mais de 30,5 milhões de postos de trabalho em 2013 e as mulheres representavam 56%, já em 2004 o percentual era de 53%.

4.5.1. Evolução da posição na ocupação por atividade econômica

Se o emprego com registro se apresenta com o principal estímulo, passaremos a analisar as atividades econômicas sob quatro aspectos: (i) ampliou o emprego das mulheres e a formalização; (ii) manteve a composição entre os sexos, mas a formalização cresceu; (iii) manteve ou cresceu a participação das mulheres, mas o emprego formal retraiu; e (iv) retraiu a participação no emprego, mas cresceu a formalização.

Setores em que se ampliou a participação das mulheres e a formalização no emprego: reciclagem, edição e impressão, construção, comércio e reparação, alojamento e alimentação, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, outras atividades e atividades mal definidas ou não declaradas. Nestes setores a ampliação do emprego para as mulheres ocorreu em condições mais favoráveis e, exceto para o setor de alojamento e alimentação e outros serviços coletivos, sociais e pessoais, as mulheres representam menos de 50% da força de trabalho em todos os setores.

- a) *Setores em que manteve a proporção entre os sexos, mas a formalização se ampliou:* indústria de transformação, educação, saúde e serviços sociais, transporte, armazenagem e comunicação e serviços domésticos.
- b) *Setores em que se manteve a participação das mulheres, mas o emprego formal retraiu:* administração pública.
- c) *Setores em que reduziu a participação das mulheres, mas o emprego formal cresceu:* agricultura.

A análise para os três períodos indica que o emprego formal se incrementou de forma mais intensa entre 2008 e 2013.

Uma outra maneira de analisar os resultados é comparando as atividades em que cada um dos sexos é preponderante e identificar se a variação na participação aponta similaridade com a expansão do emprego formal. A indústria de transformação praticamente manteve inalterada a relação entre os sexos; entretanto, a formalização entre as mulheres cresceu, identificando que, quando as mulheres se inserem em setores tipicamente masculinos, as condições de inserção ocorrem de forma mais favorável. Entretanto, no setor da construção civil, em que o emprego para as mulheres cresceu (+ 0,7p), o trabalho por conta própria se expandiu de 8,2% em 2004 para 13,1% em 2013. O trabalho por conta própria se expandiu, sobretudo, entre 2004 e 2008. (Tabela 23).

Em quatro setores o emprego por conta própria cresceu; no setor da construção civil cresceu de forma mais intensa entre 2004 e 2008 e voltou a cair entre 2008 e 2013, mas permaneceu acima de 2004; no setor de edição e impressão o emprego por conta própria cresceu

continuamente nos três períodos; na agricultura cresceu de forma contínua da mesma forma em relação ao setor de serviços coletivos sociais e pessoais.

Em quatro setores as mulheres eram minoria no trabalho assalariado formal em 2004 e superaram 50% em 2013; indústria de transformação de 44,2% para 56,0%; reciclagem de 29,1% para 56,1%; comércio e reparação de 38,4% para 53,7% e atividades mal definidas de 39,5% para 55,6%.

A despeito dos avanços obtidos nestas duas últimas décadas, as mulheres que estão empregadas nos setores de alojamento e alimentação; agricultura; outros serviços coletivos e pessoais e serviços domésticos seguem majoritariamente no trabalho sem registro, por conta própria e no trabalho não remunerado. (Tabela 23).

Tabela 22 - Distribuição das mulheres ocupadas, por segmento econômico e posição na ocupação (%) - Brasil

Segmentos econômicos	Assalariadas																	
	Mulheres/Total			Com carteira			Funcionário público estatutário			Sem carteira			Trabalho doméstico com carteira			Trabalho doméstico sem carteira		
	2004	2008	2013	2004	2008	2013	2004	2008	2013	2004	2008	2013	2004	2008	2013	2004	2008	2013
Agricultura, pecuária, pesca e afins	32,5	32,4	30,1	3,5	4,4	5,5	-	-	-	6,7	6,5	5,8	-	-	-	38,3	-	-
Indústria de transformação	36,0	36,3	36,1	44,2	47,4	56,0	0,3	-	-	14,4	12,3	9,8	0,2	-	-	86,4	-	-
Reciclagem	13,6	31,3	26,6	29,1	54,7	56,1	4,3	2,0	-	57,3	31,6	34,1	-	1,4	-	-	1,5	-
Edição, impressão	29,4	0,3	31,3	60,4	62,8	61,2	0,2	1,1	-	22,1	22,7	14,2	-	-	-	29,6	0,5	-
Construção	2,5	3,5	3,2	53,5	47,6	64,4	1,7	-	-	17,6	18,4	12,9	0,3	0,8	-	0,9	-	-
Comércio e reparação	38,6	39,8	41,9	38,4	44,6	53,7	0,1	-	-	14,7	14,4	11,5	0,1	-	-	0,6	0,6	-
Alojamento e alimentação	50,3	53,8	57,3	31,2	37,6	46,2	0,2	-	-	23,4	22,3	19,8	0,1	0,5	-	2,4	1,5	0,7
Transporte, armazenagem e comunicação	12,0	13,7	12,8	65,3	69,1	75,3	1,9	2,6	1,6	16,0	15,2	11,8	0,1	-	-	0,1	0,5	-
Administração pública, defesa e seguridade social	37,3	38,8	40,0	18,9	16,8	16,7	0,6	60,2	59,5	24,3	21,8	22,6	0,1	-	-	0,3	-	-
Educação, saúde e serviços sociais	77,4	77,2	76,5	35,7	36,3	39,3	0,4	0,4	36,6	18,6	18,5	17,3	-	-	-	0,2	-	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	58,7	61,1	63,6	19,6	18,8	25,2	1,5	1,1	-	25,8	23,7	18,3	0,1	-	-	1,7	1,0	-
Serviços domésticos	93,4	93,5	92,6	0,7	0,0	0,9	-	-	-	0,9	0,9	0,5	25,4	26,4	32,1	72,4	71,5	66,3
Outras atividades	37,3	0,4	42,4	60,3	0,6	73,1	2,0	2,8	1,0	19,5	18,2	11,8	0,2	-	-	0,7	-	-
Atividades mal definidas ou não declaradas	9,1	13,0	12,8	39,5	21,9	55,6	2,4	-	-	16,4	14,1	12,0	-	-	-	2,4	-	-
Total	42,1	42,6	42,7	26,4	30,0	36,9	0,1	0,1	10,1	13,5	13,4	11,8	4,4	4,3	4,7	12,9	11,7	9,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

Tabela 23 - Distribuição das mulheres ocupadas, por segmento econômico e posição na ocupação (%) - Brasil

Segmentos econômicos	Não assalariadas											
	Mulheres/Total			Conta própria			Empregador			Não-remunerado		
	2004	2008	2013	2004	2008	2013	2004	2008	2013	2004	2008	2013
Agricultura, pecuária, pesca e afins	32,5	32,4	30,1	10,9	10,8	13,9	0,8	0,9	0,5	36,4	28,3	19,3
Indústria de transformação	36,0	36,3	36,1	33,2	32,7	29,0	3,2	3,2	2,3	3,6	3,3	2,1
Reciclagem	13,6	31,3	26,6	-	2,0	2,9	6,9	1,4	6,8	2,4	5,5	-
Edição, impressão	29,4	0,3	31,3	6,9	4,7	13,2	7,9	6,4	10,0	2,3	1,8	1,4
Construção	2,5	3,5	3,2	8,2	19,6	13,1	6,0	3,5	4,2	4,0	3,8	1,7
Comércio e reparação	38,6	39,8	41,9	32,1	26,6	25,5	6,4	6,6	5,5	7,4	6,9	3,3
Alojamento e alimentação	50,3	53,8	57,3	26,4	22,2	22,4	5,9	6,8	5,5	10,5	9,0	5,0
Transporte, armazenagem e comunicação	12,0	13,7	12,8	9,1	7,3	7,3	4,1	2,5	2,5	3,2	2,7	1,4
Administração pública, defesa e seguridade social	37,3	38,8	40,0	0,1	-	-	-	-	-	0,2	-	-
Educação, saúde e serviços sociais	77,4	77,2	76,5	5,5	5,4	4,7	1,8	1,8	1,5	1,0	1,0	-
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	58,7	61,1	63,6	44,6	46,8	49,0	3,4	4,8	4,6	3,1	3,7	2,2
Serviços domésticos	93,4	93,5	92,6	0,3	-	-	-	-	-	0,2	-	-
Outras atividades	37,3	0,4	42,4	12,4	10,5	10,0	3,5	4,2	3,4	1,4	1,6	0,5
Atividades mal definidas ou não declaradas	9,1	13,0	12,8	34,9	55,8	32,4	-	0,0	-	4,5	8,2	-
Total	42,1	42,6	42,7	16,5	15,9	15,3	2,6	2,9	2,5	8,2	6,3	3,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

4.6. Evolução dos rendimentos

No período compreendido em nossa análise, identificou-se uma melhora nos rendimentos das mulheres em comparação com os rendimentos dos homens. Foram retirados dos dados as pessoas ocupadas, mas que não auferiam remuneração (categoria trabalho não-remunerado⁹⁷). Em 2004 as mulheres recebiam, em média, 69,5% e avançaram para 73,1%, reduzindo, ainda que de forma insuficiente, o abismo salarial entre os sexos. Exceto, para o setor militar, cuja participação das mulheres correspondia a 5,5% em 2013, para todas as demais formas de contratação, as mulheres recebem, em média, salários menores.

Entretanto, esse processo não ocorreu de maneira uniforme, uma vez que se ampliaram as diferenças salariais para os empregados sem carteira. Já os resultados positivos podem ser atribuídos à queda das diferenças no trabalho doméstico (com registro), decorrentes da elevação do salário mínimo. Essa política beneficiou, sobretudo, as mulheres que recebiam até um salário mínimo, com grande concentração no trabalho doméstico remunerado. A política de valorização do salário mínimo foi implementada em 2007, portanto, já com reflexos para os dados a partir de 2008. (Tabela 24).

Tabela 24 - Rendimento das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais de idade, em proporção ao do sexo masculino (%) - Brasil

Posição na ocupação do trabalho principal	2004	2008	2013
Empregados com carteira	80,3	78,8	81,2
Militar	178,9	238,3	141,9
Funcionário público estatutário	70,4	69,0	69,2
Empregados sem carteira	92,3	91,8	90,0
Trabalhador doméstico com carteira	78,3	81,2	84,0
Trabalhador doméstico sem carteira	71,3	73,2	70,3
Conta própria	65,4	65,8	69,1
Empregador	60,5	79,7	72,9
Total	69,5	70,8	73,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013.

Elaboração própria.

Subtraídas as pessoas ocupadas sem remuneração

⁹⁷ A análise por setor de atividade indica a presença de mais de 2,4 milhões em 2008 de mulheres trabalhando sem remuneração.

4.6.1. Evolução do rendimento-hora e jornada de trabalho por segmento econômico

As disparidades salariais entre mulheres e homens geram uma indagação recorrente, muitas vezes argumentando-se que a participação com jornadas reduzidas é a principal responsável pelos rendimentos menores em relação aos dos homens. Mesmo que se reconheça que, por estarem em atividades que têm suas jornadas reduzidas – e, por isso, ali trabalham menos horas do que os homens –, quando se compara o rendimento por hora em quase todas as atividades analisadas, a remuneração por hora das mulheres é inferior em quase todos os setores. Dos 37 setores analisados, em apenas oito segmentos as mulheres estão em vantagem; em 2004 eram dez segmentos. As mulheres pioraram a sua posição em termos salariais frente aos homens na fabricação de produtos minerais de 106,4% para 102,2%, entretanto, a jornada de trabalho estendeu; na fabricação de máquinas para escritório de 115,9% para 61,0%, com queda na jornada de trabalho; no setor de reciclagem de 103,3% para 84,9% e a jornada caiu levemente; no setor de transporte e armazenagem de 106,7% para 94,0%, contudo, a jornada ampliou; na administração pública de 103,9% para 90,1% com ampliação da jornada; no refino de petróleo de 106,6% para 106,5% e a jornada aumentou; na construção civil de 189,5% para 161,1% e a jornada reduziu levemente; e atividades mal definidas de 190,0% para 78,1% com ampliação da jornada.

Ao total as mulheres pioraram a sua posição salarial frente aos homens em 18 segmentos (Tabela 26). É importante destacar que são justamente os segmentos em que mais se ampliou a participação das mulheres no conjunto dos empregos. Portanto, não há nenhuma associação positiva possível de ser feita entre jornada de trabalho e diferenças salariais entre os sexos.

Por outro lado, o ingresso de mulheres em determinadas segmentos com características predominantemente masculinas contribuiu para ampliar o fosso salarial, as causas podem estar associadas ao perfil das ocupações em que as mulheres estão sendo integradas, contudo, a predominância de um dos sexos, no caso o masculino, não se constituiu em uma vantagem para as mulheres, com isso, se desmistifica as hipóteses que sugerem que as mulheres ao ingressarem em atividades tipicamente masculinas poderiam auferir melhores condições salariais. (Tabelas 25 e 26).

Tabela 25 - Evolução da proporção de horas trabalhadas e rendimento-hora das mulheres ocupadas em comparação ao dos homens, por segmento econômico com variação favorável às mulheres (%) - Brasil

Segmentos econômicos	Setores com variação do rendimento-hora favorável às mulheres							
	Horas trabalhadas				Rendimento-hora			
	2004	2008	2013	Variação	2004	2008	2013	Variação
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	80,1	81,5	81,8	2,1	74,6	82,6	85,0	14,0
Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados	73,9	70,0	80,5	8,9	25,6	44,8	40,7	58,9
Pesca, aquíicultura e atividades relacionados	65,6	64,7	68,9	5,1	62,4	75,2	101,4	62,5
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	82,5	84,9	89,7	8,8	69,0	75,8	80,3	16,4
Fabricação de produtos do fumo	87,4	101,7	101,2	15,9	32,5	43,0	98,7	203,1
Fabricação de produtos têxteis	70,4	72,1	76,3	8,4	40,6	52,4	50,5	24,2
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	86,2	88,4	90,4	4,8	65,2	55,3	68,6	5,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	93,9	97,3	99,3	5,7	81,0	65,8	98,6	21,7
Fabricação de produtos químicos	93,0	93,7	94,0	1,1	91,9	90,1	105,4	14,7
Metalurgia básica	89,6	95,5	93,1	3,9	105,5	114,2	135,5	28,4
Fabricação de produtos de metal	93,3	89,7	89,7	-3,9	89,4	83,6	118,8	32,9
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	98,8	95,9	94,9	-3,9	55,2	59,8	72,6	31,6
Fabricação de material eletrônico	100,8	97,6	97,8	-2,9	46,8	45,5	58,4	24,8
Fabricação e montagem de veículos automotores	96,5	97,7	98,0	1,5	66,4	66,0	71,6	7,9
Fabricação de móveis e indústrias diversas	79,2	77,0	88,2	11,5	73,0	70,2	76,0	4,0
Outras atividades industriais	87,0	91,3	92,9	6,9	104,4	109,0	125,3	20,0
Alojamento e alimentação	90,0	92,0	92,4	2,8	73,9	76,9	75,8	2,6
Educação, saúde e serviços sociais	91,6	93,9	95,3	4,1	57,6	63,5	62,9	9,2
Serviços domésticos	81,2	80,5	82,1	1,1	85,8	86,7	88,5	3,1
Total	84,1	85,7	87,6	4,2	82,6	82,7	83,5	1,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

Tabela 26 - Evolução da proporção de horas trabalhadas e rendimento-hora das mulheres ocupadas em comparação a dos homens, por segmentos econômicos com variação desfavorável às mulheres (%) - Brasil

Segmentos econômicos	Setores com variação do rendimento-hora desfavorável às mulheres							
	Horas trabalhadas				Rendimento-hora			
	2004	2008	2013	Variação	2004	2008	2013	Variação
Preparação de couros e fabricação de artefatos	97,6	98,9	99,1	1,5	66,8	64,9	63,6	-4,8
Fabricação de produtos de madeira	87,1	83,4	84,6	-2,8	73,3	79,5	59,8	-18,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	94,0	94,6	93,5	-0,6	99,4	89,7	85,8	-13,6
Fabricação de coque, refino de petróleo	90,1	88,6	96,7	7,3	108,6	101,1	106,5	-1,9
Fabricação de artigos de borracha e plástico	93,2	97,5	95,4	2,3	58,7	55,9	55,2	-6,1
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	87,1	90,8	87,9	1,0	106,4	86,2	102,2	-4,0
Fabricação de máquinas e equipamentos	94,2	92,6	92,0	-2,4	76,7	69,5	68,9	-10,3
Fabricação de máquinas para escrit.	98,4	98,9	90,5	-8,0	115,9	33,4	61,0	-47,4
Fabricação de equipamentos de instrumentação	95,9	100,6	96,9	1,1	79,1	56,4	67,4	-14,8
Fabricação de outros equipamentos de transporte	100,5	94,2	101,3	0,9	63,6	85,3	60,5	-4,9
Reciclagem	96,2	92,6	93,8	-2,5	103,3	54,1	84,9	-17,8
Construção	92,0	85,8	89,6	-2,6	189,5	196,1	161,1	-15,0
Comércio e reparação	86,1	88,6	90,8	5,5	77,7	75,9	76,3	-1,9
Transporte, armazenagem e comunicação	82,7	85,6	87,4	5,7	106,7	92,9	94,0	-11,9
Administração pública, defesa e seguridade social	88,3	89,0	90,6	2,6	103,2	94,9	90,1	-12,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	83,9	85,4	88,9	6,0	71,2	68,0	70,2	-1,4
Outras atividades	91,0	92,8	94,8	4,1	79,7	77,6	71,7	-10,1
Atividades mal definidas	90,4	87,0	98,9	9,4	190,0	119,7	78,1	-58,9
Total	84,1	85,7	87,6	4,2	82,6	82,7	83,5	1,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

4.6.2. Participação dos rendimentos por grupo ocupacional

A análise dos rendimentos por grupo ocupacional demonstra que em quatro ocupações as mulheres predominam: profissionais das ciências e das artes (59,3%); trabalhadores de serviços administrativos (58,9%); trabalhadores dos serviços, (66,2%) e

vendedores e prestadores de comércio e serviços (50,4%), conforme dados de 2004. Contudo, o emprego evolui de forma mais acentuada para dirigentes em geral (10,6%), profissionais das ciências e das artes (5,6%), vendedores e prestadores de comércio e serviços (3,4%) e entre os trabalhadores de serviços administrativos (7,5%). Em relação à remuneração, as mulheres reduziram as diferenças salariais em sete dos oito grupos ocupacionais, a redução mais acentuada ocorreu no trabalho agrícola (19%). (Tabela 27).

Tabela 27 - Participação das mulheres no emprego total por grupo ocupacional, variação do emprego e dos rendimentos em proporção ao dos homens (%) - Brasil					
Grupos ocupacionais	Ano	Participação e variação do emprego entre 2004-2013		Proporção dos rendimentos e variação entre 2004-2013	
Dirigentes em geral	2004	33,9		66,5	
	2008	35,9	10,6	70,3	2,6
	2013	37,5		68,2	
Profissionais das ciências e das artes	2004	59,3		55,3	
	2008	60,1	5,6	55,7	0,9
	2013	62,6		55,8	
Técnicos de nível médio	2004	46,4		61,8	
	2008	46,0	-3,7	61,1	7,0
	2013	44,7		66,1	
Trabalhadores de serviços administrativos	2004	58,9		81,5	
	2008	61,0	7,5	80,4	-3,7
	2013	63,3		78,5	
Trabalhadores dos serviços	2004	66,2		61,7	
	2008	66,1	-0,2	63,9	9,4
	2013	66,1		67,5	
Vendedores e prestadores de comércio e serviços	2004	50,4		64,9	
	2008	52,7	3,4	62,5	2,0
	2013	52,1		66,2	
Trabalhadores agrícolas	2004	32,7		56,9	
	2008	32,7	-7,3	67,2	19,0
	2013	30,3		67,7	
Trabalhadores na produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	2004	16,8		57,4	
	2008	16,1	-20,8	59,7	11,1
	2013	13,3		63,8	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

4.6.3. Rendimentos médios das mulheres por grupo ocupacional e atividade econômica

Agora passaremos a descrever a evolução dos rendimentos das mulheres em comparação ao dos homens por grupo ocupacional e atividade econômica.

- 1) No setor agrícola as diferenças salariais se ampliaram para os profissionais das ciências e das artes; técnicos de nível médio; trabalhadores em serviços administrativos e trabalhadores dos serviços.
- 2) Em outras atividades industriais, a diferença se expandiu apenas para trabalhadores dos serviços.
- 3) Na indústria de transformação, ampliou-se a diferença para os profissionais das ciências e das artes e vendedores e prestadores de comércio e serviços.
- 4) Na construção, ampliaram-se as diferenças para profissionais das ciências e das artes; técnicos de nível médio; trabalhadores de serviços administrativos; vendedores e prestadores de serviço do comércio e trabalhadores na produção de bens e serviços e de reparação e manutenção.
- 5) No comércio e reparação, ampliaram-se as diferenças para profissionais das ciências e das artes; trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores na produção de bens e serviços e de reparação e manutenção.
- 6) No setor de alojamento, ampliaram-se as diferenças entre profissionais das ciências e das artes; trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores na produção de bens e serviços e de reparação e manutenção.
- 7) No setor de transporte e armazenagem, ampliaram-se as diferenças para profissionais das ciências e das artes; trabalhadores de serviços administrativos; trabalhadores dos serviços; vendedores e prestadores de comércio e serviços e trabalhadores na produção de bens e serviços e de reparação e manutenção.
- 8) Na administração pública, as diferenças se ampliaram para dirigentes em geral; trabalhadores em serviços administrativos; trabalhadores dos serviços; vendedores e prestadores de comércio e serviços e trabalhadores agrícolas.
- 9) Na educação, saúde e serviços sociais, as diferenças se ampliaram para trabalhadores dos serviços; vendedores e prestadores do comércio e serviços e trabalhadores agrícolas.
- 10) Em outros serviços coletivos, sociais e pessoais, as diferenças se ampliaram para técnicos de nível médio; trabalhadores de serviços administrativos; vendedores e prestadores de serviço do comércio e atividades agrícolas. (Tabela 28).

Os dados mostram que a evolução dos rendimentos, em geral, foi mais desfavorável às mulheres. No grupo ocupacional “dirigentes em geral” estão expressos os melhores

resultados e no grupo ocupacional “ trabalhadores de bens e serviços e de reparação e manutenção”. A análise por grupamento de atividade indica que no setor da construção os rendimentos foram favoráveis com redução da brecha salarial para a quase totalidade dos grupos ocupacionais.

Em síntese, as diferenças salariais se estreitaram para atividade tipicamente masculina cuja participação das mulheres é bastante reduzida, a exemplo do grupo ocupacional dirigente em geral em que elas representavam 37,5% do emprego em 2013. Por outro lado, em setor tradicionalmente reduto de emprego feminino; educação, saúde e serviços sociais, as discrepâncias salariais superam setores tradicionalmente masculinos. Os resultados também sugerem que as mulheres que estão em ocupações hierarquicamente mais bem posicionadas tiveram seus ganhos aproximados ao do sexo masculino apenas para o grupo ocupacional “ dirigentes em geral”.

Outro aspecto a ser destacado é de que as diferenças se reduziram de forma mais significativa entre 2008 e 2013 coincidindo com o período em que o trabalho formal cresceu de forma mais intensa entre as mulheres.

Tabela 28 - Razão do rendimento das mulheres em proporção ao dos homens, por segmento econômico e grupo ocupacional (%) - Brasil

Grupo ocupacional	Anos	Agrícola	Outras atividades industriais	Indústria de transformação	Construção	Comércio e reparação	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicação	Administração pública	Educação, saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
Dirigentes em geral	2004	48,1	65,0	59,4	61,8	69,8	68,6	45,9	88,6	55,5	72,1
	2008	81,5	57,7	61,8	98,5	69,5	90,1	62,3	88,9	56,6	73,7
	2013	115,3	73,3	69,4	64,9	71,2	75,5	76,7	77,5	58,8	76,3
Profissionais das ciências e das artes	2004	82,7	50,1	42,4	68,3	79,7	51,2	73,1	60,3	48,5	80,9
	2008	39,7	72,8	35,5	88,9	72,1	79,4	61,9	53,4	55,7	90,1
	2013	66,5	87,3	37,4	66,6	77,6	36,2	57,3	61,3	56,3	92,3
Técnicos de nível médio	2004	79,4	61,5	70,5	94,8	64,6	101,0	73,9	75,3	75,8	85,8
	2008	254,7	64,5	56,9	106,4	64,5	64,4	61,2	73,1	78,8	65,9
	2013	76,0	91,6	72,6	92,5	74,6	77,8	81,0	78,6	77,9	57,0
Trabalhadores de serviços administrativos	2004	98,7	57,0	80,3	85,1	91,9	91,3	84,7	88,5	78,0	88,9
	2008	78,0	90,4	79,6	90,4	87,9	89,6	80,9	85,1	84,4	74,0
	2013	76,6	73,9	83,5	73,0	88,8	90,9	76,1	78,5	80,4	87,4
Trabalhadores dos serviços	2004	76,6	113,9	75,9	68,1	81,9	66,4	113,3	63,7	84,5	73,1
	2008	70,7	73,3	85,4	72,9	84,2	71,6	86,0	59,8	85,5	69,4
	2013	73,3	76,5	76,3	90,6	83,4	77,4	75,3	59,0	83,9	81,7
Vendedores e prestadores de comércio e serviços	2004	169,0	13,3	60,9	115,4	63,5	80,4	120,4	110,7	115,9	78,6
	2008	-	55,8	46,7	46,2	64,2	65,9	50,6	57,0	62,4	37,3
	2013	-	80,6	53,6	40,8	66,5	87,3	102,5	70,1	83,9	51,2
Trabalhadores agrícolas	2004	56,0	-	53,5	-	70,1	-	-	240,9	43,7	173,5
	2008	66,5	-	65,0	-	71,6	121,7	-	107,9	84,9	108,0
	2013	66,8	-	58,6	-	222,3	-	-	130,5	41,5	82,7
Na produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	2004	-	93,5	51,7	100,8	78,7	70,3	114,7	118,9	76,7	66,0
	2008	27,6	92,0	53,3	142,6	80,5	74,1	102,7	133,9	98,4	89,6
	2013	45,5	138,4	59,6	98,7	76,6	81,7	99,2	135,2	112,1	385,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

4.6.4. Distribuição dos rendimentos por decis

Os dados a seguir (Tabelas 29 e 30) mostram a distribuição das mulheres ocupadas por décimos de distribuição de renda do trabalho principal. De acordo com a análise do rendimento por decil, o trabalho com carteira cresceu em praticamente todos os estratos, apenas no 10º decil que ocorreu uma queda de participação das com carteira e um incremento das funcionárias públicas. Contudo, quando somadas elas representam 62,4% desse estrato. Enquanto isso, nas faixas entre o 4º e o 7º decil, com renda entre R\$ 715,00 e R\$ 1.207,00, em 2013, as mulheres que detinham registro em carteira eram maioria. Já as sem registro regrediu para todos os decis, exceto entre as que se concentravam no 2º decil, as 20% mais pobres, com remuneração de até 350,00 em 2013⁹⁸.

O trabalho doméstico com carteira também se incrementou no 3º decil em que se concentra a maior parte das trabalhadoras domésticas registradas (11,4%), assim como ocorreu uma redução do trabalho doméstico sem registro entre o 3º e o 5º decil. Em 2004, 72,0% das mulheres que estavam empregadas no trabalho sem registro se concentravam entre os 30% com menores rendimentos, em 2013 reduziu-se para 58,1%. O comportamento dos rendimentos, no caso do trabalho doméstico, deve ser analisado considerando a política de valorização do salário mínimo, desta forma, os deslocamentos por decil entre 2004 e 2013 refletem esse movimento, bem como o crescimento da formalização.

O trabalho por conta própria cresceu levemente entre as faixas salariais mais altas e reduziu entre os estratos menores. No entanto, em 2013, 63,2% ainda estavam concentradas entre os 30% com menores rendimentos. O trabalho não remunerado caiu de 54,9% para 26,0%. Já o trabalho na produção para o próprio consumo praticamente se manteve. (Tabelas 29 e 30).

Os maiores rendimentos continuam concentrados entre as mulheres que trabalham com registro e as funcionárias públicas.

⁹⁸ Em 2013 o salário mínimo era de R\$ 678,00

Tabela 29 - Distribuição das mulheres ocupadas, por decis de rendimentos e posição na ocupação, assalariadas (%) - Brasil

	Assalariadas													
	Total de mulheres		Rendimento (R\$)		Com carteira		Funcionário público estatutário		Sem carteira		Trabalho doméstico com carteira		Trabalho doméstico sem carteira	
					2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
1º decil	5.216.559	5.227.108	-	31,0	-	-	-	-	0,4	3,5	-	0,1	0,4	10,5
2º decil	4.329.243	4.797.033	80,0	350,0	0,7	3,7	0,2	0,4	18,3	23,6	0,3	1,0	36,6	35,6
3º decil	3.252.788	6.018.291	191,0	666,0	3,2	37,7	1,0	8,4	26,2	19,0	1,2	11,4	35,0	12,0
4º decil	4.423.623	2.713.183	262,0	715,0	29,4	55,3	8,7	5,4	21,5	12,8	14,8	8,7	18,7	8,3
5º decil	3.649.897	4.909.824	317,0	839,0	39,7	59,6	6,7	6,5	18,3	11,3	8,7	8,0	10,8	6,1
6º decil	3.052.194	3.414.801	394,0	992,0	51,2	55,0	9,2	8,0	14,6	9,3	7,1	6,4	6,7	5,4
7º decil	3.118.482	3.404.897	497,0	1.207,0	51,2	57,8	12,3	14,5	11,8	8,2	5,4	4,9	3,9	4,0
8º decil	2.276.081	3.113.292	651,0	1.558,0	47,7	48,9	18,7	20,5	10,6	8,8	3,0	3,0	3,5	2,5
9º decil	2.733.420	2.724.909	991,0	2.222,0	39,1	40,6	25,8	24,4	9,5	8,6	0,8	0,9	1,0	1,6
10º decil	2.314.203	3.190.667	2.630,0	5.375,0	33,9	33,0	27,1	29,4	7,4	7,4	-	0,1	0,1	-
Total	34.366.490	39.514.005	475,0	1.201,0	26,1	36,4	9,0	10,1	13,9	11,9	4,4	4,8	12,8	10,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2013. Elaboração própria.

Incluídas as sem rendimentos.

Tabela 30 - Distribuição das mulheres ocupadas, por decil de rendimentos e posição na ocupação, não assalariadas (%) - Brasil

	Não assalariadas													
	Total de mulheres		Rendimento(R\$)		Conta própria		Empregador		Trabalho na produção para o próprio consumo		Trabalho na construção para o próprio uso		Não-remunerado	
					2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
1º decil	5.216.559	5.227.108	-	31,0	0,7	17,0	0,2	0,1	43,2	42,6	0,2	0,2	54,9	26,0
2º decil	4.329.243	4.797.033	80,0	350,0	43,7	35,4	0,3	0,3	-	-	-	-	-	-
3º decil	3.252.788	6.018.291	191,0	666,0	33,0	10,8	0,5	0,6	-	-	-	-	-	-
4º decil	4.423.623	2.713.183	262,0	715,0	6,5	9,2	0,4	0,3	-	-	-	-	-	-
5º decil	3.649.897	4.909.824	317,0	839,0	14,9	8,1	0,9	0,5	-	-	-	-	-	-
6º decil	3.052.194	3.414.801	394,0	992,0	10,3	13,7	0,9	2,1	-	-	-	-	-	-
7º decil	3.118.482	3.404.897	497,0	1.207,0	13,0	9,5	2,4	1,1	-	-	-	-	-	-
8º decil	2.276.081	3.113.292	651,0	1.558,0	13,0	13,1	3,5	3,0	-	-	-	-	-	-
9º decil	2.733.420	2.724.909	991,0	2.222,0	16,1	16,3	7,8	7,4	-	-	-	-	-	-
10º decil	2.314.203	3.190.667	2.630,0	5.375,0	14,4	14,7	16,8	15,1	-	-	-	-	-	-
Total	34.366.490	39.514.005	475,0	1.201,0	16,4	15,2	2,5	2,5	6,6	5,6	-	-	8,3	3,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2013. Elaboração própria.

Incluídas as sem rendimentos.

4.6.5. Rendimentos por escolaridade

Quando se compara a escolaridade por sexo e rendimentos em qualquer dos níveis analisados, as diferenças se mantêm favoráveis aos homens, embora se possa constatar que houve uma redução dessa disparidade entre 2004 e 2013. A redução é mais visível entre os menos escolarizados e se acentua nos maiores níveis de instrução. Entre as mulheres mais escolarizadas as diferenças se mantêm. Ou seja, quanto mais escolarizadas as mulheres maiores são as diferenças de salário. Os efeitos da valorização do salário mínimo certamente contribuíram positivamente para que se estreitasse o fosso salarial entre os sexos, no entanto, para aquelas com maior nível de instrução a redução foi pouco expressiva. (Tabela 31).

Tabela 31 - Rendimento médio de todas as pessoas ocupadas com 16 anos ou mais de idade, por sexo (%) - Brasil

	2004			2008			2013		
	Mulheres	Homens	Proporção	Mulheres	Homens	Proporção	Mulheres	Homens	Proporção
Sem instrução	202,7	303,4	66,8	334,9	467,3	71,7	622,1	849,2	73,3
de 1 a 3 anos	247,3	409,1	60,4	357,3	600,2	59,5	589,3	935,6	63,0
de 4 a 8 anos	328,2	587,4	55,9	467,9	819,6	57,1	773,2	1.270,2	60,9
de 9 a 11 anos	500,5	861,8	58,1	668	1.117,7	59,8	1.014,8	1.631,5	62,2
12 anos ou mais	1.330,1	2.429,5	54,7	1.714,2	2.918,2	58,7	2.457,7	4.210,0	58,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

Agora sob outro ângulo, um olhar sobre os rendimentos médios tendo como referência o rendimento-hora trabalho. Atribuir as diferenças salariais à jornada de trabalho mais reduzida das mulheres é um clichê utilizado para justificar a discriminação no mercado de trabalho. Nos dados que seguem, foram agrupados os níveis de instrução e descontados os sem rendimentos. Ainda assim, as diferenças permanecem no período entre 2004 e 2013. As disparidades se acentuam entre os níveis mais elevados, confirmando que as mulheres ainda sofrem um conjunto de barreiras que formam o chamado “teto de vidro”. Por outro lado, a jornada de trabalho para as mulheres, para algumas faixas de escolaridade, vem se ampliando desde 2004, ao contrário dos homens em que a jornada de trabalho se reduziu. (Tabela 32).

Tabela 32 - Número de horas trabalhadas por semana e rendimento-hora, por sexo e nível de instrução (%) - Brasil

Níveis de instrução	Jornada de trabalho			Rendimento-hora			
	Homens	Mulheres	Proporção	Homens	Mulheres	Proporção	
2004	Sem instrução	43,4	34,5	79,5	1,75	1,47	84,0
	de 1 a 3 anos	45,0	36,1	80,1	2,27	1,71	75,4
	de 4 a 8 anos	46,2	38,0	82,3	3,18	2,16	67,9
	de 9 a 11 anos	44,7	39,2	87,8	4,82	3,19	66,2
	12 anos ou mais	41,7	36,0	86,5	14,57	9,22	63,3
	Total	44,9	37,7	84,1	4,49	3,72	82,7
2008	Sem instrução	42,1	34,2	81,1	2,77	2,45	88,3
	de 1 a 3 anos	43,8	34,9	79,6	3,43	2,56	74,7
	de 4 a 8 anos	45,0	37,1	82,3	4,55	3,16	69,4
	de 9 a 11 anos	44,0	39,2	89,1	6,35	4,26	67,1
	12 anos ou mais	41,0	36,5	89,0	17,80	11,75	66,0
	Total	43,8	37,5	85,7	6,52	5,40	82,7
2013	Sem instrução	40,8	33,6	82,5	5,21	4,63	88,8
	de 1 a 3 anos	41,7	33,3	79,9	5,61	4,43	78,9
	de 4 a 8 anos	43,4	36,6	84,3	7,32	5,28	72,2
	de 9 a 11 anos	42,9	38,7	90,0	9,50	6,56	69,1
	12 anos ou mais	40,6	36,7	90,2	25,23	16,76	66,4
	Total	42,5	37,2	87,6	10,66	8,90	83,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

4.6.6. Distribuição do trabalho doméstico

No que tange à distribuição do trabalho doméstico, não ocorreram variações significativas na distribuição dos afazeres domésticos entre mulheres e homens nessa última década. Em 2004, 46% dos homens e 91% das mulheres ocupadas declararam realizar trabalho doméstico; em 2013, foram 46% dos homens e 88% das mulheres.

A média de horas semanais gastas com os afazeres domésticos praticamente manteve-se inalterada: 10hs para os homens nos dois períodos analisados, entre as mulheres variou de 22 para 21hs entre 2004 e 2013. Entretanto, quando se soma as jornadas, incluindo a jornada semanal de trabalho, entre as mulheres a jornada total que era de 59,7hs em 2004 passou para 58,2hs em 2013. Já entre os homens a jornada média era de 54,8hs em 2004 e reduziu para 52,5hs em 2013. As mulheres trabalham, em média, 5hs a mais do que a dos homens, essa diferença se ampliou entre 2004 e 2013.

Outro aspecto que chama a atenção diz respeito aos rendimentos médios das pessoas que se declaram realizar ou não afazeres domésticos. Em 2004, as mulheres que declararam realizar afazeres domésticos recebiam, em média, 52% do valor dos rendimentos das que se declararam não realizar. Em 2013, a proporção era de 64%. Entretanto, entre os

homens, as diferenças de rendimentos entre os que declaram realizar trabalho doméstico ou não é pouco significativa, apenas 2%.

Medir o tempo do trabalho remunerado e não remunerado é o primeiro passo para o reconhecimento do trabalho realizado no âmbito doméstico como essencial para a reprodução da vida humana e para a própria sustentação das atividades de mercado e, com isso ampliar, o debate na sociedade sobre a necessidade do compartilhamento das tarefas de cuidado. Um dos grandes obstáculos enfrentado pelas mulheres para se inserir e permanecer no mercado de trabalho diz respeito à forma como se processa a divisão sexual do trabalho no âmbito da esfera da reprodução.

E, dependendo dos segmentos econômicos, essa divisão poderá se acentuar ainda mais. Para o período entre 2004 e 2013, dos 37 setores analisados, em doze cresceu a diferença desfavoravelmente às mulheres. Entre os homens há certa uniformidade na distribuição das horas gastas com os afazeres domésticos, situação que não se verifica entre as mulheres. As horas gastas com as tarefas domésticas apresentam variações muito acentuadas. No setor de fabricação de máquinas de escritório, por exemplo, as mulheres declararam dedicar aos afazeres domésticos em torno de 11hs, enquanto as mulheres que trabalham nas atividades agrícolas gastam em média 28hs com as tarefas domésticas e as que trabalham na fabricação de produtos têxteis, 24hs semanais. Entretanto, é nas atividades relacionadas a agricultura que as diferenças são mais acentuadas, para cada dez horas que uma mulher dedica ao trabalho doméstico, os homens dispensam apenas entre três a quatro horas. (Tabela 33).

Tabela 33 - Participação dos homens no total de horas dedicadas aos afazeres domésticos em proporção ao das mulheres, por segmento econômico (%) - Brasil

Segmentos econômicos	2004	2008	2013	Variação (%)
Agricultura e pecuária	35,3	34,7	35,3	0,1
Silvicultura e exploração florestal	33,0	39,1	37,0	12,0
Pesca e aqüicultura	33,6	37,3	39,1	16,4
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	42,7	42,3	43,5	1,7
Fabricação de produtos do fumo	50,7	64,7	50,9	0,6
Fabricação de produtos têxteis	37,5	39,0	44,4	18,3
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	46,1	46,2	43,7	-5,3
Preparação e fabricação de couros	51,4	49,1	52,2	1,7
Fabricação de produtos de madeira	45,6	42,5	43,6	-4,6
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	59,9	63,0	51,0	-14,9
Edição, impressão e reprodução de gravações	50,8	49,6	53,0	4,3
Refino de petróleo e produção de álcool	79,3	66,5	52,3	-34,1
Fabricação de produtos químicos	52,5	46,4	62,5	18,9
Fabricação de artigos de borracha e plástico	46,2	54,5	46,4	0,3
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	46,6	48,6	47,9	2,8
Metalurgia básica	70,2	45,5	57,8	-17,6
Fabricação de produtos de metal	48,5	45,7	49,7	2,5
Fabricação de máquinas e equipamentos	55,8	57,5	60,8	9,1
Fabricação de máquinas para escritório	65,0	54,7	105,8	62,9
Fabricação de máquinas e materiais elétricos	49,2	41,5	44,5	-9,5
Fabricação de material eletrônico	58,8	52,0	68,2	16,0
Equipamentos de instrumentação médico	39,5	55,1	66,2	67,7
Fabricação e montagem de veículos automotores	53,4	47,5	51,7	-3,1
Fabricação de outros equipamentos de transporte	61,4	57,2	43,9	-28,6
Fabricação de móveis e indústrias diversas	38,4	37,7	41,3	7,6
Reciclagem	60,6	50,7	49,4	-18,6
Outras atividades industriais	55,2	54,5	55,5	0,5
Construção	55,7	45,9	52,7	-5,4
Comércio e reparação	45,3	45,4	48,8	7,8
Alojamento e alimentação	51,4	50,3	53,8	4,6
Transporte, armazenagem e comunicação	56,1	52,7	55,6	-1,0
Administração pública, defesa e seguridade social	52,1	50,4	52,1	0,0
Educação, saúde e serviços sociais	47,8	48,7	53,7	12,4
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	45,3	45,2	51,0	12,4
Serviços domésticos	56,8	51,6	57,9	1,9
Outras atividades	58,4	55,9	58,1	-0,6
Atividades mal definidas ou não declaradas	60,4	47,2	61,2	1,4
Total	44,7	43,9	47,4	6,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004, 2008, 2013. Elaboração própria.

De um modo geral, os dados indicam que a presença das mulheres se incrementou em 24 segmentos, dos 37 analisados. Em alguns deles, os percentuais de acréscimo se aproximam dos 50%. O que se destaca nesta análise são as características dos setores em que se ampliou o emprego com fortes vinculações com os segmentos de origem florestal e com

grande potencial exportador, ao menos em três deles: pesca (43,4%); fabricação de produtos de madeira (20,3%); fabricação de fumo (18,3%). Além disso, o aumento se destaca nos segmentos de fabricação de máquinas e equipamentos (39,8%); fabricação de máquinas para escritório (63,1%) e no setor de fabricação de máquinas e aparelhos elétricos (48,0%). A indústria de aparelhos elétricos é por tradição um setor que emprega muitas mulheres, pelas características associadas ao processo produtivo. Além disso, a verificação por segmento sinalizará que a maior integração das mulheres à estrutura produtiva aconteceu fundamentalmente na indústria. O acompanhamento dessa evolução é importante para que se possa identificar se se trata de um processo de caráter mais estrutural ou se reflete apenas um processo conjuntural associado aos ciclos econômicos.

Outro aspecto importante e não menos relevante é a distribuição das tarefas domésticas, que influencia de forma decisiva a forma como as mulheres se inserem no mercado de trabalho. Uma inserção marcada por intermitências e interrupções, levando muitas vezes a não conseguir se inserir novamente, casos em que a única porta de entrada são os trabalhos precários, sem direitos e proteção social, muitas vezes realizados nos próprios domicílios, a exemplo do setor de confecções.

A distribuição das atividades domésticas entre mulheres e homens apresentou pouca alteração nas primeiras duas décadas do século XXI. Os homens continuam gastando em torno de 10hs por semana para os afazeres domésticos. Embora para as mulheres praticamente permaneça o mesmo número de horas (22-21hs), esse montante representa o dobro do que os homens dedicam ao trabalho em casa. A ausência de uma cultura de compartilhamento associada aos benefícios que o trabalho reprodutivo proporciona para o capital permanecem como um dos grandes desafios das sociedades atuais para superar a divisão sexual de trabalho. Na soma das horas trabalhadas, o tempo despendido pelas mulheres excede ao dos homens em aproximadamente 6hs semanais.

Ao analisar-se os dados em seu conjunto o que se destaca no período compreendido entre 2004 e 2013 é a reduzida evolução da PEA, em 10 anos notavelmente positivos ela incorporou 5,1 milhões de mulheres e 6,1 milhões de homens, com isso, a participação das mulheres se manteve ao longo desses anos (43,4% para 43,6%). O crescimento ocorreu entre 2004 2008 e recuou ainda que de forma moderada entre 2008 e 2013. As ocupadas, por sua vez, evoluíram de forma mais intensa no primeiro período (0,5p), enquanto que no segundo momento a evolução foi modesta, apenas (0,1p), passando de 42,1% para 42,7%, entre 2004 e 2013. Contudo, a taxa de desemprego seguiu mais elevada para as mulheres nos dois períodos

analisados, de 57,0% em 2004 para 57,1% em 2013. Em 2008 se elevou para 59,7% como resultado das pressões daquelas que se incorporaram no mercado de trabalho neste período, mas voltou a recuar para os anos seguintes.

Ao se examinar as formas de inserção das mulheres, a relevância é dada pela ampliação da participação das mulheres no emprego formalizado, passando de 35,3% para 38,8%, sendo que foi entre 2008 e 2013 que se ampliaram as contratações com registro passando de 26,2% para 36,6% e, as sem registro, caíram de 13,9% para 11,9%. O trabalho doméstico passa de 17,0% para 14,5% e continua sendo a principal forma de ocupação das mulheres. As trabalhadoras em atividades produtivas para o próprio consumo e uso e as que não recebem remuneração reduziram de 14,7% para 8,8%, entre 2004 e 2013, respectivamente. A crise internacional de 2008 ao retrair as atividades econômicas produziu uma inflexão nessa tendência de ampliação do mercado de trabalho com impactos diferenciados sobre os sexos. Em síntese, se o primeiro período foi caracterizado pela ampliação dos empregos, na segunda fase a característica que se destaca é a ampliação da formalização gerando melhores condições de inserção das mulheres nas atividades de mercado. Contudo, o emprego precário (sem carteira mais conta própria) evoluiu de (5,0%) na comparação com os homens.

O trabalho doméstico e as mulheres que realizavam atividades por conta própria praticamente não se alteraram. Entre os empregadores as mulheres ampliaram de 25,8% para 28,7%. A produção para o próprio consumo e uso se reduziu e expandiu as que trabalhavam sem remuneração sobre o total dos que não recebiam nenhum tipo de rendimento, de 61,7% para 66,3%, no entanto, se considerarmos que em 2004 haviam 2,8 milhões de mulheres sem remuneração e esse número caiu para 1,3 milhões em 2013, se constatará uma redução de 53% nessa forma de inserção. Contudo, o período foi mais favorável aos homens que reduziram de forma mais expressiva o trabalho sem registro, por conta própria e não remunerado.

Ao se observar a sua distribuição na estrutura produtiva percebe-se que as mulheres perderam espaço na indústria recuando de 12,6% para 11,3%, sua presença se amplia no comércio de 15,8% para 17,4% e na educação saúde e serviços sociais que passa de 16,5% para 18,6%. Os setores em que mais se reduziu a presença de mulheres foram a agricultura e a indústria, entre 2004 e 2013 em torno de 1,4 milhão de mulheres deixaram a atividade agrícola, enquanto que na indústria se ampliou em mais de 240 mil postos de trabalho, ocorre que nos demais setores a incorporação foi mais intensa reduzindo, dessa forma, a sua participação neste setor, diferentemente do setor agrícola em que a redução deu-se em números absolutos.

Os rendimentos tiveram pouca variação, o diferencial caiu para (5,2%) entre 2004 e 2013. Os rendimentos por níveis de instrução evoluíram de forma positiva, mas gradual. Entre as mulheres sem instrução o diferencial em 2013, na comparação com 2004, reduziu 9,7%, já para as mulheres com 12 anos ou mais de estudo o diferencial caiu 6,6%. As disparidades aumentam na medida em que se eleva escolaridade. As mulheres com mais instrução recebiam, em média, 58,4% dos rendimentos masculinos em 2013.

Ocorreu uma redução das pessoas jovens de até 24 anos entre 2004 e 2013 de 20,3% para 15,7%, já entre aquelas que possuíam de 25 a 39 anos também sucedeu de forma semelhante, porém em ritmo menor de 40,2% para 39,9%, ampliando para as demais faixas.

A participação acima da média nacional nas atividades econômicas se manteve inalterada ao longo de todo o ciclo expansivo, sete em 27 atividades, sendo que em quatro delas ocorreu queda (têxtil; vestuário; serviços domésticos; educação e serviços sociais). Particularmente no setor têxtil e de confecções as pressões decorrentes da competição com os produtos importados, câmbio valorizado puxou o setor para baixo com reflexo sobre o emprego de mulheres.

Entre os grupos ocupacionais o que se sobressai é a ampliação dos empregos em ocupações com maiores exigências escolaridade: dirigentes em geral, profissionais das ciências e serviços administrativos não refletindo nos rendimentos que evoluíram mais lentamente, sendo que entre as trabalhadoras de serviços administrativos ampliou o fosso salarial.

As mulheres seguem sendo as principais responsáveis pelos afazeres domésticos, embora a jornada no trabalho remunerado tenha permanecido, enquanto que entre os homens a média se reduziu isso não se refletiu na distribuição das responsabilidades familiares. Sob outro aspecto, o período intensificou a jornada no trabalho remunerado em vários segmentos para as mulheres acompanhado de ampliação dos diferenciais salariais.

Considerações finais

Vimos que o pressuposto do comportamento racional desempenha um papel fundamental na economia moderna. Supõe-se que as pessoas se comportem de um modo racional que não difere da descrição do comportamento real. Na teoria econômica predominante existem dois métodos que definem a racionalidade do comportamento. Um considera a racionalidade como a consistência interna nas escolhas e outro identifica a racionalidade com a maximização de seus próprios interesses. Com isso a natureza da economia moderna foi profundamente comprometida pelo distanciamento crescente entre o mundo real, em especial pelo abandono das considerações relacionadas à motivação humana e aquelas do âmbito social. Por outro lado, afastou totalmente a possibilidade de inclusão do processo de reprodução social da estrutura analítica geral da economia política com a substituição da teoria valor trabalho por um modelo de valor utilidade, dessa forma, deslocando o valor da esfera da reprodução para um conceito de preço de equilíbrio definido no âmbito do mercado. O conceito de valor trabalho se constitui em um instrumento valioso para a análise de mercado de trabalho e para a compreensão de uma teoria de salários baseada no processo histórico de reprodução social e custos de subsistência presente na economia política clássica e marxista. Trata-se de um conceito chave para entender a interação entre o trabalho realizado no mercado e o trabalho doméstico não remunerado realizado no âmbito das famílias.

Além disso, o paradigma dominante não reconhece a existência de relações de poder sociais e econômicas entre classes, raças e sexos. Ao reduzir a teoria às escolhas individuais tem implicações particularmente significativas na formulação de um padrão teórico para explicar as relações humanas no interior das relações familiares e nas relações com a sociedade e, ao não distinguir as diversidades existentes, reduz os indivíduos ao modelo de um homem branco. Nas relações no interior das famílias busca enquadrar a teoria ao conceito da nova economia doméstica, que trata as decisões das mulheres em participar ou não do mercado de trabalho como simples escolhas maximizadoras de resultados, desprezando as relações sociais de sexo que se configuram no interior das famílias e da sociedade pela interação entre produção econômica e reprodução social determinante na sustentação desse sistema econômico e social. Portanto, esses modelos que se formam no interior da teoria não são capazes de explicar a posição inferior das mulheres em várias sociedades, quais as justificativas para que a metade da humanidade siga sendo tão discriminada por meio de salários menores e segregadas em ocupações carregadas de estereótipos?

A partir do questionamento a estes pressupostos as economistas feministas

desenvolveram uma crítica aos métodos da economia predominante. Um grande número de economistas defende o pensamento econômico em um padrão que seja mais permeável às necessidades e bem-estar das mulheres e, com isso, buscaram desafiar as resistências disciplinares ao pensamento feminista. Suas contribuições também avançaram no sentido de alterar as formas institucionais que marginalizaram o pensamento econômico feminista desde os seus primórdios, dando visibilidade as pesquisas e investigações que enfatizavam as diferenças entre os sexos em distintas abordagens até então negligenciadas pela disciplina econômica. As mulheres estavam subsumidas nos cálculos e nas projeções que adotam um comportamento universal para explicar as dinâmicas sociais e econômicas. É, principalmente, na economia do trabalho que os resultados são mais promissores. A segregação ocupacional, a discriminação de gênero e as disparidades salariais estão entre as muitas áreas em que as economistas mulheres contribuíram para reduzir os preconceitos de gênero na teoria econômica e revelar as imbricações de sexo, classe e raça como constituinte de uma sociedade profundamente desigual, a partir dos aportes da sociologia do trabalho. Uma outra contribuição fundamental está relacionada a inclusão do trabalho doméstico não remunerado nos modelos econômicos e nas medidas de políticas públicas.

O foco da teoria macroeconômica é manter estáveis os níveis de preço, crescimento do produto constante e pleno emprego. A partir das contribuições da economia feminista novas elaborações estão sendo propostas no sentido de revisar as teorias e políticas macroeconômicas que se concentram na análise do comportamento do produto como a principal medida de eficiência de uma economia e ampliar o seu foco para outros aspectos da vida econômica.

Embora as pesquisas ainda sejam muito incipientes, mas existe todo um esforço em expandir para outras formas de atividades produtivas realizadas, principalmente, no âmbito das famílias, nos cálculos do produto e, com isso, aproximar a economia monetária que é realizada no mercado, da economia humana realizada no âmbito doméstico. No Brasil, algumas aproximações têm sido praticadas no sentido de medir a extensão do trabalho doméstico não remunerado no cálculo do produto. As estimativas sugerem que se esse trabalho fosse computado ao PIB o mesmo se elevaria em 11%. Dar visibilidade a esse trabalho é uma forma de reconhecer o seu valor para a sustentabilidade da vida humana e, portanto, uma obrigação de toda a sociedade e não apenas das mulheres. Por outro lado, ao se ampliarem as oportunidades de emprego para as mulheres a pressão sobre o mercado de trabalho exigirá medidas concretas sobre a própria distribuição do tempo entre o trabalho e o não trabalho, com a ampliação do tempo livre e a redução da jornada de trabalho como medida positiva para

incorporar todos e todas que desejam trabalhar com uma remuneração justa, mas para isso são necessárias mudanças profundas na estrutura produtiva, de forma que essa ampliação não resulte na elevação da taxa de desemprego ou na incorporação das mulheres em setores de baixos salários perpetuando uma estrutura que, em nome de um falso pleno emprego, segmenta e discrimina as mulheres por meio de empregos precários.

Uma outra contribuição importante na busca de modelos alternativos é a análise marxista de classe que forneceu as feministas algumas das ferramentas conceituais necessárias para compreender a exploração econômica e opressão das mulheres e as relações de subordinação que se formam e compõem um único sistema.

Para nosso objeto de análise é essencial compreender as interações que se constituem entre os sistemas econômicos e de reprodução social na manutenção da discriminação e exclusão das mulheres do mundo produtivo em um sistema - uma vez que as políticas de ajuste estrutural de cunho neoliberal vem reduzindo de forma contínua as políticas públicas dos Estados - que necessita cada vez mais do enorme volume de trabalho gratuito realizado pelas mulheres no âmbito do trabalho doméstico que envolve cuidados, afeto, bem estar e suporte emocional.

Por outro lado, é essencial reconhecer que as desigualdades de gênero e raça são estruturantes de uma sociedade de classes e que, portanto, os efeitos decorrentes dos períodos de maior expansão econômica têm pouca permeabilidade sobre a secular divisão sexual do trabalho.

Os resultados mostram que as condições de inserção e permanência das mulheres no mundo do trabalho pouco se alteraram nesta última década, 2004-2013, particularmente positiva para a sociedade brasileira. Os dados apresentados dão relevo à afirmação de que uma das principais marcas da trajetória de desenvolvimento do país é a heterogeneidade nas formas de incorporação de mulheres e homens na estrutura produtiva. A concentração dos sexos em determinadas ocupações e atividades econômicas reflete um processo mais amplo que está presente em todas as esferas da sociedade e de caráter histórico, quando atribui às mulheres um determinado papel social fazendo parecer natural, quando se trata na verdade de características construídas socialmente. Essa cisão que se opera em todas as esferas vai promover uma desvalorização de tudo que está associado ao sexo feminino.

Portanto, o que se percebe, tanto pela manifestação dos dados sobre composição da população em idade ativa e não ativa, as taxas de desemprego e a informalidade, é a presença

de uma relação desigual para o conjunto de indicadores, bem como pelas mais variadas combinações de desempenho em dimensões específicas no âmbito do mercado de trabalho. Por exemplo, quando se cruza com nível de instrução, grupos ocupacionais, faixa etária, atividades econômicas, jornada de trabalho e afazeres domésticos.

A partir dos resultados apresentados se pode chegar pelo menos a três grandes conclusões importantes que contribuem para futuras pesquisas nesse âmbito. Primeiro, no período analisado não se identificou associação entre o grau de integração das mulheres no mercado de trabalho e a sua melhor distribuição por grupos ocupacionais ou setores econômicos. Os dados mostram que mesmo quando ocorreu um bom desempenho combinado com crescimento do emprego foi acompanhado por uma redução nas médias salariais, e quando ocorreu redução dos diferenciais salariais estes se deram em segmentos específicos sem alterar a assimetria que marca a inserção das mulheres na estrutura produtiva, ou seja, não foi resultado de uma melhor inserção das mulheres em atividades econômicas mais estruturadas. Talvez uma das razões para que as diferenças salariais sejam um problema perdurável é o ambiente de mudanças que faz com que sejam reconstituídas essas desigualdades de forma permanente, mas em novas formas de trabalho. Portanto, mudanças na estrutura produtiva e ocupacional promovidas pelas alterações mais gerais na sociedade criam novas modalidades de trabalho com novos significados, a exemplo do trabalho parcial, temporário, a domicílio, telemarketing e de cuidados em que se reproduz de forma permanente a divisão sexual do trabalho.

Conclui-se que a dinâmica econômica mais favorável pelo ciclo de expansão não alterou as condições de inserção e permanência das mulheres no emprego e na estrutura produtiva que permitisse melhores possibilidades de articulação entre o mundo produtivo e reprodutivo e, dessa forma, se constituísse um mercado de trabalho mais simétrico nas relações sociais de sexo. Uma vez que o significado do trabalho e a percepção do tempo de trabalho estão definidos pela posição que os sexos ocupam na divisão social e sexual do trabalho.

Os dados mostram, e essa seria a segunda conclusão, que as diferenças salariais recuaram de forma tímida e beneficiou principalmente as mulheres com menos escolaridade pelos efeitos da política de valorização do salário mínimo. Entretanto, entre as mais escolarizadas os efeitos foram mais moderados e uma conclusão que se pode chegar diz respeito ao ingresso das mulheres em ocupações que exigem maior escolaridade que ocorreu sem a contraposição em termos salariais, ou seja, elas melhoraram sua posição dentro dos grupos ocupacionais, mas não teve efeito sobre os salários médios. Além disso, quando se analisam os dados de rendimento por hora em várias situações as mulheres elevaram a sua jornada semanal

na comparação com os homens, entretanto, as diferenças salariais entre os sexos se mantiveram ou se aprofundaram.

De uma forma geral os indicadores mostram que o período representou uma melhora nas formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho formal, entretanto, não produziu mudanças na sua inserção do ponto de vista da estrutura ocupacional, seguem majoritariamente em ocupações e setores com predominância feminina e quando crescem em setores como a indústria se dá em ritmo menor perdendo participação para os demais segmentos. Em relação as desigualdades salariais estas se reduziram muito lentamente, as mulheres com menor remuneração se aproximaram mais da remuneração masculina, enquanto que as de remuneração mais elevada o hiato é maior.

A segregação ocupacional além de limitar as mulheres a determinadas áreas ocupacionais de menor prestígio social, as tornará alvo preferencial em momentos de crise com as despedidas imotivadas. Ademais, as diferenças salariais também podem expressar o grau de feminização de determinada ocupação, quando ocupada por mulheres, diferentemente se ocupado por homens, assim como as diferenças salariais por trabalho de igual valor. É muito comum a prática entre os empregadores de pagar salários menores para as mulheres omitindo do registro profissional sua verdadeira ocupação, não concedendo melhores oportunidades de se qualificar, entre outras.

De uma forma geral, os dados sobre rendimentos apontam para a permanência das discrepâncias salariais entre mulheres e homens, independentemente do nível de instrução. Essas diferenças estão em praticamente todos os setores de atividades e ocupações o que remete um grande desafio para a formulação de políticas para além do mercado de trabalho. A elaboração de leis mais severas e que punem práticas discriminatórias é um caminho, no entanto, na maior parte das situações estamos nos referindo a falta de oportunidades e de práticas de contratação discriminatórias realizadas pelas empresas, portanto, difíceis de serem percebidas e denunciadas, dessa forma, um desafio é superar os obstáculos que produzem as discriminações eliminando as barreiras que impedem que mulheres possam chegar a determinadas profissões ou setores econômicos, para isso é necessário sair da lógica do mercado de trabalho transcendendo para outros âmbitos como o próprio espaço de reprodução social em que mulheres e homens são socializados para assumirem distintos papéis na sociedade.

Os resultados demonstram que não se operaram mudanças significativas na distribuição dos afazeres domésticos, a média de horas gastas a mais pelas mulheres com essa

tarefa em relação aos homens eram 12hs semanais em 2004, passando para 11hs em 2013, praticamente não se alterou. Os resultados evidenciam que as mulheres majoritariamente realizam os afazeres domésticos como atividade compartilhada com o trabalho para o mercado e ao mesmo tempo em que demonstra como a dedicação aos afazeres domésticos pode variar quando estão situadas entre os estratos salariais mais elevados o mesmo não se sucede com os homens.

E, portanto, essa é a terceira conclusão. Alterar as condições em que se dá a socialização do trabalho doméstico não remunerado, por meio, do compartilhamento das tarefas de reprodução social e alterar a estrutura produtiva de forma que a produção de bens públicos seja prioridade para libertar as pessoas de determinadas obrigações, principalmente com a tarefa de cuidados, são indicações que podem contribuir para uma nova perspectiva para as mulheres, não raras são as vezes em que as mulheres são compelidas a abandonarem seus empregos para se dedicarem a um membro da família enfermo ou que necessita de cuidados, ou até mesmo fazer escolhas que permitam melhorar a conciliação do trabalho produtivo e reprodutivo. Essas responsabilidades precisam ser compartilhadas com o poder público, mas para isso é necessário a construção de novos valores com menos mercado e mais cuidado com a vida humana.

O intuito final deste trabalho foi dar visibilidade as abordagens que reconhecem que as desigualdades expressam processos sociais complexos e que a dicotomia entre esfera pública e privada operou uma substituição do conceito de valor trabalho um conceito chave para o nosso esquema teórico e para compreender as conexões que se formam entre trabalho pago e não pago, a forma como as relações sociais e o poder econômico são organizados e regulados no âmbito da sociedade e qual o lugar das aspirações humanas nesse esquema.

Além disso, a análise para um conjunto de indicadores sobre a presença e permanência das mulheres no mercado de trabalho demonstrou que a sua melhor incorporação não se deu pela restrição ao espaço masculino, ambos foram igualmente beneficiados pelo ciclo expansivo de 2004-2013.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, Laís. A inserção da mulher no Mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária? Departamento de Sociologia, USP. Tese de doutorado. São Paulo: 2007.
- AGARWALL, Bina. Bargaining and gender relations: within and beyond the household. *Feminist Economics* 3 (1): 1-51. 1997.
- AMORÓS, Celia y MIGUEL, Ana de. Teoría feminista: de la Ilustración a la Globalización. De la ilustración al segundo sexo. Madrid: Minerva Ediciones, 2007.
- ANDRADE, Adriana Strasburg de Camargo. Mulher e trabalho no Brasil dos anos 90. Tese de Doutorado. SP, Campinas, 2004.
- ARAÚJO, Ângela; AMORIM, Elaine e FERREIRA, Verônica. As novas modalidades do trabalho feminino em tempos de flexibilização e reestruturação produtiva”, artigo apresentado no II International Congress Women, Work and Helth, Rio de Janeiro, RJ, de 19 a 22 de setembro. (mimeo).1999
- ARAÚJO, Ângela; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. São Paulo: Cadernos de pesquisa v.43 n.149 maio/ago.2013. p. 452-77.
- BAER, Werner. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1965.
- BALLARÍN, P; BIRRIEL, M.M.; MARTINEZ, C y ORTÍZ, T. Las Mujeres y la Historia de Europa. Agosto, 2010. <http://www.helsinki.fi/science/xantippa/wes/wes1.html>
- BALLARÍN, R; GALLEGO, M.T. y MARTINEZ, I. Los estudios de las mujeres em las universidades espanolas 1975-1991. Libro Blanco: Madrid, Instituto de la mujer, Ministério del asuntos sociales, 44. 1995
- BALTAR, Paulo. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. Texto de discussão n. 2036. IPEA. 2015. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2036.pdf
- BALTAR, Paulo. A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil. Mimeo.2014
- BARKER, Drucilla. Economists, social reformers and prophets: a feminist critique of economic efficiency, *Feminist Economics*, 1 (3), 26-39. 1995
- BARKER, Drucilla. Gender. In: PETERSON, Janice and LEWIS, Margaret (eds), *The Elgar Companion to Feminist Economics*. Cheltenham, UK; Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 1999. p. 390-6.
- BARKER, Drucilla. Neoclassical Economics. In: PETERSON, Janice and LEWIS, Margaret (eds), *The Elgar Companion to Feminist Economics*. Cheltenham, UK; Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 1999. p. 570-6.
- BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. Os determinantes da desigualdade no Brasil. A economia brasileira em perspectiva: Rio de Janeiro, Ipea, v. 2, p. 421-474, 1996.
- BECKER, Gary. A theory of the allocation of time. *Economic Journal* 75 (299): 493-517. 1965.
- BECKER, Gary. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

BECKER, Gary. Tratado sobre la familia. Madrid: Alianza Editorial, 1987. Edição em inglês: BECKER, Gary. A treatise on the family. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1981.

BELLER, Andrea. The impact of equal employment opportunity laws on the male/female earning differential. In: LLOYD, Cynthia B; ANDREWS, Emily and GILROY, Curtis L. (eds) Women in the labor market. New York: Columbia University Press, 1979. p.304-30.

BELLER, Andrea. Trend in occupational segregation by sex, 1960 -1981. In: sex segregation in the workplace: trends, explanations, remedies, ed. Barbara F. Reskin, 11-26. Washington, D.C.: National Academy Press. 1984

BENERIA, Lourdes. Reproducción, producción y división sexual del trabajo. Mientras Tanto, n.6. 1981. p.47-84.

BENERIA, Lourdes. Accounting for women's work: the progress of two decades, world development. Science Direct, vol. 20 (11), 1992.

BENERIA, Lourdes. Introducción. La mujer y el género en la economía: un panorama general. Gender, Development and Globalization. Copyright, 2004

BERGMANN, B. The economic emergence of women. New York: Basic Books, 1986.

BERGMANN, Barbara. The task of a feminist economics: a more equitable future. In: FARNHAM, Christie (ed.). The impact of feminist research in the academy, Bloomington: Indiana University Press, 1987.

BERGMANN, Barbara. Becker's theory of the family: preposterous conclusions. Journal feminist economics. Volume 1. 1995. P. 141-50.

BETTIO, F.; Corsi; Díppoliti; C.; Lyberaki, A. SAMEK, Lodovici, M and VERASHCHAGINA, A. the impact of the economic crisis on the situation of women and men and on gender equality policies, Luxemburg. Publications Office of the European Union. 2013

BETTIO, F. and VERASHCHAGINA, A. Gender segregation in the labour market. Root causes, implications and policy responses in the EU. Report by the European Commission's Expert Group on Gender and Employment Issues. European Communities, Luxembourg: Publications Office of the European Union. 2009. Available at: ec.europa.eu/justice/gender-equality/document/index_en.htm

BIVENS, J and MISHEL, L. Understanding the Historic Divergence between Productivity and a Typical Worker's Pay. September, 2015. <http://www.epi.org/publication/understanding-the-historic-divergence-between-productivity-and-a-typical-workers-pay-why-it-matters-and-why-its-real/>

BLAUG, M. A Metodologia da Economia: ou como os economistas explicam. Lisboa: Grávida, 1994.

BLAU, Francine and KAHN, Lawrence. Gender differences in pay. Journal of economic Perspectives. Volume 14, number 4. Fall. 2000. Pg 75-99. http://econ2.econ.iastate.edu/classes/econ321/orazem/blau_wages.pdf

BONELLI, Regis. Política económica e mudança estrutural no século XX. Uma visão de longo prazo da evolução no nível de atividade no Brasil (1900-2000) in: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

BORDERIAS, Cristina; CARRASCO, Cristina y ALEMANY, Carmen. Las mujeres y el trabajo. Madrid: Fuhén-Icaria, 1994.

BRANDT, Barbara. Whole life economics: Revaluating daily Life. Philadelphia: New Society Publishers, 1995.

BROWN, Doug. Postmodernism . In: PETERSON, Janice; LEWIS, Margaret (eds.), The Elgar Companion to Feminist Economics. Cheltenham, UK; Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 1999. p. 628-32.

BRUSCHINI, Cristina. Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas populares. São Paulo: Vértice, 1990.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistencia da discriminação? Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association. USA, september 24-26, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes. In: L. LAVINAS et al., IV Conferência Internacional da Mulher/ II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

BURNELL, Bárbara & PETERSON, S. Occupational Segregation. In: PETERSON, Janice; LEWIS, Margaret (eds.), The Elgar Companion to Feminist Economics. Cheltenham, UK; Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 1999. p.578-84.

_____. Reproducción, producción y división del trabajo. Conferencia sobre lo subordinacion de la mujer y el proceso de desarrollo, en el Institute of Development Studies, University of Sussex, en septiembre de 1978.

BURCHELL, Brendan.; HARDY, Vicent.; RUBERY, Jill. And SMITH, Marx. A new method to understand occupational gender segregation in European labour markets. European comisión. Luxembourg: publication office of the European Union. 2014

CARRASCO, Cristina . Introducción: Hacia una Economía Feminista. In: CARRASCO, Cristina (ed.) Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas. Barcelona: Icaria, 1999. p. 11-55.

CARRASCO, Cristina. Michéle Pujol: historiadora del pensamiento económico. In: BLAS, P.L y GALLEGO ABAROA, E. (coord.).Mujeres economistas.. Ecobook – Editorial del Economista. Madrid, Espanha: 2007. p.463-92.

_____. La economía feminista: Una apuesta por otra economía. In: VARA, Maria Jesús (coord.). Estudios sobre género y economía, Madrid: Ed. Akal, 2006.

_____. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? Barcelona: Revista Mientras Tanto, n. 82. Icaria Editoral, 2001.

_____. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza. Trabalho doméstico e de cuidados. Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: SOF, 2008. p. 91-104.

CARRASCO. Luis Pizarro. La evolución del espacio doméstico en la Europa contemporánea. Disponible em: http://www.photographicsocialvision.org/domestic/pdf/luis_pizarro_cast.pdf

CASTELLS, Carme (Comp.). Perspectivas feministas en teoría política. Barcelona: Paidós, 2006.

CASTRO, M. G. Mulher e crise no Brasil: A mulher no mercado de trabalho urbano dos anos 80. Cadernos do CEAS, 1990, 129: 64-79.

CHEVALIER, Arnaud. Motivation, expectations, and the gender pay gap for UK graduates. Oxford Bulletin of Economics and Statistics 69 (6), 819–842. 2007.

CLARK, Alice. The working of women in the seventeenth century. London: George Routledge & Sons, Ltd. New York: E.P. Dutton & co. 1919.

CNI. Os problemas da empresa exportadora brasileira, Brasília. 2008 https://static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/89/0c/890cc0fc-2e11-4739-9cca-b28f1bf7a0e2/problemasdaempresaexportadora_2008.pdf

COHEN, Marjorie. The problem of studying “Economic Man”, in: Angela Miles and Geraldine Finn (eds) feminism in Canada, from Pressure to politics, Montreal: black Rose books, 1982

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Producción, reproducción, relaciones sociales de sexo y de clase. In: c. Boderias, c. Carrasco y c. Alemany. Las mujeres y el trabajo. Rupturas conceptuales, Madrid-Barcelona: Fuhem – Icaria. 1984.

CORCORAN, Mary ; COURANT, Paul. Sex-role socialization and occupational segregation: an exploratory investigation. Journal of Post Keynesian Economics

Vol. 9, No. 3 (Spring, 1987), pp. 330-346

CORREL, Joshua; PARK, Bernadette; JUDD, Charles and WITTENBRINK, Bernd. The influence of stereotypes on decisions to shoot. European Journal of social psychology, 37. 2007 p. 1102-17. <http://faculty.chicagobooth.edu/bernd.wittenbrink/research/pdf/cpjw07.pdf>

CUNINGHAME, Patrick. Italian feminism, workerism and autonomy in the 1970s: The struggle against unpaid reproductive labour and violence. Universidad Autónoma Metropolitana, Mexico City. <http://www.univ-brest.fr/amnis/.2008>

DALLA COSTA, M.R. Las mujeres y la subversión de la comunidade. Madrid: Siglo XXI, 1975. (Original 1972).

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. Close to home: a materialist analysis of women’s oppression, tran. Amherst: Universty of Massachusetts Press. 1984

DIMAND, Robert ; DIMAND, Mary y FORGET, Evelyn. A biographical Dictionary of women economists, Edward Elgar, Cheltenham, UK y Northampton, MA, USA. 2000.

DUNCAN, O. D.; DUNCAN, B. A methodological analysis of segregation indexes. American Sociological Review, 20, p. 210-217, 1955.

DURANO, Marina F.B. Globalização às custas das mulheres. Observatório da cidadania. 2002/35.

EISENSTEIN, Zillah. Capitalism patriarchy and the case for socialist feminist. New York: Monthly Review Press. 1979.

ELEY, Geoff. Forjando a democracia. A história da esquerda na Europa, 1850-2000. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ELSON, Diane y PEARSON, Ruth. Nimble fingers make cheap workers. *Feminist Review*, 7 (87-107).1981

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Editora: Alfa-omega. 1972.

ENGLAND, P. The separative self: androcentric bias in neoclassical assumptions. In: FERBER, Marianne A. and Julie A. NELSON (ed.). *Beyond economic man: feminist theory and economics*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1993.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford University Press: New York.1999

FERBER, Marianne & NELSON, Julie. *Beyond Economic Man: A feminist theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press,1993. Edição em espanhol: FERBER, Marianne. A. & NELSON, Julie, A. *Más allá del hombre económico. Economía y teoría feminista*. 1ª ed. Valencia, Espanha: Ediciones Cátedra. Universitat de València. Instituto de la Mujer. 2004

FERBER, Marianne & TEIMAN, Michelle. L. The oldest, the most established, the most quantitative of the social sciences – and the most dominated by men: the impact of feminism on Economics. In: SPENDER, Dale (ed.). *Men's studies modified: the impact of feminism on the academic disciplines*. New York: Pergamon Press.1981

FIGART D., MUTARI E. and POWER M. *Living Wages, Equal Wages*, IAFFE. *Advances in Feminist Economics*. London: Routledge, 2002.

FISCHER, Ernst. *A necessidade da Arte*. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara. Tradução de Leandro Konder (Von der Notwendigkeit der Kunst). 1987. 254p.

FOLBRE, Nancy & HARTMANN, Heidi. The rhetoric of self-interest: ideology and gender in economic theory. In: KLAMER Arjo, McCLOSKEY, Donald N. and SOLOW, Robert (eds). *The consequences of economic rhetoric*. New York: Cambridge University Press, 1988. p.184-203.

FOLBRE, Nancy. *Exploitation comes home: A critique of the marxian theory of family labour*. *Cambridge Journal of Economics*, (6 (4): 317-29, 1982.

FOLBRE, Nancy. *Of patriarchy born: the political economic of fertility decisions*. *Feminist studies*, 9 (3). 269 -284, 1983.

FOLBRE, Nancy. *Who pays for the kids? Gender and the structures of constraint*. London and New York: Routledge, 1994.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

FRASER, Nancy. *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história*. Dossiê: contribuições do pensamento feminista para as ciências sociais. Versão original publicada na *New left review*, n. 56, março-abril de 2009, sob o título " feminism, Capitalism and the cunning of history". 2009.

http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/07/02_Nancy-Fraser.pdf

- FRESNEDA, Betina. Segregação ocupacional versus discriminação salarial por gênero no mercado de trabalho brasileiro – 2004. IUPERJ. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. GT11: Estratificação e desigualdades sociais, 2007, UFPE, Recife (PE).
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. A política de valorização do salário mínimo. *Boletim Diário de Política Social*, n.128. 2015.
- FURGEN, K.; BIERNAT, M.; HAINES, E. and DEAUX, K. Mothers and fathers in the workplace: How gender and parental status influence judgments of job-related competence. *Journal of Social Issues*, 2004, 60(4), 737-54.
- GALLAGHER, Catherine. El sujeto del feminismo o una historia del precedente. In: Garcia Selgas, Fernando J. y Monleón, José B. *Retos de la posmodernidad*. Ciencias Sociales y Humanas. Madrid: Editorial Trotta, 1999.
- GALLEGO ABAROA, E. y REEDER, J. Las tres primeras mujeres economistas de la historia: Jane Marcet, Harriet Martineau y Millicent Garret Fawcett. In: BLAS, P.L y GALLEGU ABAROA, E. (coord.). *Mujeres economistas.. Ecobook – Editorial del Economista*. Madrid, Espanha: 2007. p.17-54.
- GASH, Vanessa. Preference or constraint? part-time workers, transitions in Denmark, France and the United Kingdom. *Work, Employment & Society* 22 (4): 2008. 655-74.
- <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.834.807&rep=rep1&type=pdf>
- GATTA, L. M.; ROOS, P. A. Rethinking Occupational Integration. Rutgers. Agosto de 2001. Disponível em: <http://www.rci.rutgers.edu/~roos/pdffiles/integration1103.pdf>.
- GELINSKI, Carmen R.O.; PEREIRA, Rosângela. S. Mulher e trabalho não remunerado. <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2005/artigo5.pdf>.
- GLASS, Jennifer. The impact of occupational segregation on working conditions. *Social forces*, volume 68, Issue 3, 1 March. 1990, p.779-96.
- GODINHO DELGADO, Maria do Carmo. *Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo*. São Paulo: PUC. Tese de doutorado. 2007
- GRAPARD, Ulla. Methodology. In: PETERSON, Janice and LEWIS, Margaret (eds), *The Elgar Companion to Feminist Economics*. Cheltenham, UK; Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 1999.
- HARDING, Sandra. Can Feminist Thought Make Economics More Objective? *Feminist Economics*, 1 (1), p. 7-32 1995.
- HARDING, Sandra. *Feminism and Methodology*. Social Sciences Issues, Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1986.
- HARDING, Sandra. *Whose science? Whose Knowledge? Thinking from women's lives*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.

- HARTMANN, Heidi. Capitalism, patriarchy, and job segregation sex. *Signs* 1 (3, pt 2), 137-69. Reprinted in: *Women, class and the feminist imagination: A socialist feminist reader*. Philadelphia: Temple University Press, 1976.
- HARTMANN, Heidi. The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union. In: SARGENT, Lydia (ed.). *Women and revolution*. Boston: South End Press, 1981. (versão em português mimeo, 1979)
- HIMMELWEIT, S. & MOHUN, S. Domestic Labor and Capital. *Cambridge Journal of Economics* 1, March: 1-19. 1975
- HIMMELWEIT, S. "The Discovery of "Unpaid Work": The Social Consequences of the Expansion of "Work". *Feminist Economics*, 1(2). 1995
- HIRATA, Helena. *Feminismos materialistas e teorias da interseccionalidade: algumas controvérsias*. 2017 (mimeo, em elaboração)
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. *Cadernos de pesquisa*, v.37 n.132, set/dez. 2007, p.595-609.
- HIRATA, Helena; FALQUET, Jules; KERGOAT, Danièle; LABARI, Brahim et SOW, Fatou. *Le sexe de la mondialisation. Genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris: Presses de Sciences Po, 2010.
- HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène (orgs). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 324p.
- HIRATA, Helena. *Reestruturação Produtiva e Relações de Gênero*. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, ano 4, n.7. 1998.
- HIRATA, Helena. *Divisão capitalista do trabalho*. *Tempo Social*, nº1, São Paulo, USP, 1989.
- HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. Editora: Cia das Letras, 1995.
- HUMPHRIES, J. *Class struggle and the persistence of the working-class family*, *Cambridge Journal of Economics*, September, 1977
- HUNT, E.K. *História do pensamento econômico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Anos 2004, 2008, 2013, 2014. Rio de Janeiro. Microdados IBGE. <http://www.ibge.gov.br/home/>
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de Contas Nacionais: 2004*. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de Contas Nacionais: 2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de Contas Nacionais: 2013*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- IBGE. *Contas Nacionais Trimestrais. Indicadores de Volume e Valores Correntes*. Rio de Janeiro: IBGE, out/dez, 2016.

IBISATE, Fernando Méndez. Mary Paley Marshall (1850-1944). In: BLAS, P.L y GALLEGO ABAROA, E. (coord.). *Mujeres economistas*. Madrid, Espanha: Ecobook – Editorial del economista, 2007. p.151-96.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda. n. 155, 2012.
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Um estudo das metodologias e funcionalidades dos índices de segregação espacial. Texto para discussão, 1655. Agosto, 2011.
http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1655.pdf

JAGGAR, Alison. *Feminist politics and human nature*. Totowa, N.J: Rowman & Allanheld, 1983.

JURUÁ, Ceci. O vazio na economia: o deserto e as miragens. Trabalho apresentado ao círculo psicanalítico do Rio de Janeiro, ou ciclo sobre o “vazio”. Rio de Janeiro: set. 2000.

KERGOAT Danièle, La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, Jacques et al. *Le monde du travail*. Paris: La Découverte, 1998. p.319-29.

KERGOAT, Danièle . Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène (org). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-80.

KERGOAT, Danièle. Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva. In: MORENO, Renata (org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF Sempreviva, 2014

KING, M.L. *Mujeres renacentistas. La búsqueda de un espacio*. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

KREIN, Dari. *As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil*. São Paulo:LTr, 2013

LAMAS, Marta. Usos, dificultades y posibilidades de la categoría “género”. *La Ventana. Revista de estudios de género*. Núm.1. Universidad de Guadalajara.1995.

LEONE, Eugenia, Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. Texto para Discussão. IE/UNICAMP. N. 81, jul. 1999.

LOMAS, Carlos & ARCONADA, Angel. *Mujer y Publicidad: De la diferencia a la desigualdad*. In: LOMAS, Carlos (org). *Iguals o diferentes? Género, diferencia sexual, lenguaje y educación*. Barcelona: Paidós, 1999.

LOMBARDI, Maria Rosa. Reestruturação produtiva e trabalho: Percepções dos trabalhadores. *Educação & Sociedade*, n° 61. 1997.

LOPES, Thiago. C. R. Homo economicus: o pilar metodológico convencional resiste empiricamente? ANPEC. 2012. http://www.anpec.org.br/encontro_2012.htm#AREA_1

LOUREIRO, Paulo Roberto. A. Uma resenha teórica e empírica sobre economia da discriminação. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 125- 157, jan./mar. 2003. Disponível em: Acesso em: 19.08.2017 <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v57n1/a05v57n1.pdf>

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio; LICO, Mariane. Segregação ocupacional e hiato salarial entre os gêneros.. INSPER Working paper. WPE: 357/2015.

- OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto. A segregação ocupacional por sexo no Brasil. CEDEPLAR/UFMG: belo Horizonte. 1997.
- MADDEN, Janice F. The Development of Economic Thought on the “Woman Problem”. *Review of Radical Political Economics*, 4 (3): 21-38, 1972.
- MADEIRA, Felícia R. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970, São Paulo: CEBRAP, 1973.
- MARIANO, Silvana A. Igualdade e diferenças nas teorias feministas. Trabalho apresentado no XXIII Simpósio Nacional de História. Universidade Estadual de Londrina. Julho de 2005.
- MARUANI, Margareth. Travail et emploi des femmes. Paris. La Découvert, 2000. p.55-69.
- MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia. São Paulo: Abril Cultural. Volume II. 1982.
- MARSHALL, Alfred. Princípios de Economia. São Paulo: Nova Cultural. Volume I. 1985.
- MARX, Karl & ENGELS Friedrich, Obras escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Omega . V.3. s/d.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich & Lenin. Sobre a mulher. 3ª ed. São Paulo: Praxis Global, 1981.
- MARX. Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. Introdução. HOBBSAWM. Eric. Coleção Pensamento Crítico. Editora Paz e Terra. 4ª ed. São Paulo, 1985.
- MATTEI, Lauro. Mudanças no trabalho rural no limiar do século XXI. In: regulação do trabalho e instituições públicas. Volume 2. (org) KREIN, J.D.;CARDOSO JR. J.C.; BIAVASCHI, M;TEIXEIRA, M.O. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.2013
- MATTHAEI, Julie. Why Feminist, Marxist, and Anti-Racist Economists Should be Feminist-Marxist-Anti-Racist Economists. In: *Feminist Economics* 2 (1), 1996, p. 22-42. IAFFE.
- MAYHEW, Anne. Institutional Economics. In: PETERSON. Janice. & LEWIS, Margaret. The Elgar Companion to Feminist Economics. Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA, 1999.
- McCLOSKEY, Donald. Some consequences of a conjunctive economics. In: FERBER, Marianne A. and Julie A. NELSON (ed.). *Beyond economic man: feminist theory and economics*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1993.
- McCLOSKEY, Deirdre. The rhetoric of economics. The university of wisconsin press. Second ed. 248 p. 1998.
- MacDONALD, Martha. Implications for understanding women in the labour force of labour market segmentation analysis – the Unanswered Questions in: Naomi Herson and Dorothy E SMITH (eds), *Women and the Canadian labour Force*, Ottawa: supply and services Canadá. p 167-207. 1982
- MacDONALD, Martha. Economism and feminism. *The dismal science, studies in political economy*, 15 (fall): 151-78. 1984
- McFARLAND, Joan. A critique of the scope of traditional analysis and research, *Atlantis*, 1, (2): 26-41, 1976
- MCKINSEY & Company. A future that works automation, employment, and productivity. January 2017.

- MCKINSEY. <http://www.mckinsey.com/global-themes/employment-and-growth/future-of-work-in-advanced-economies>
- MINCER, Jacob. Labor force participation of married women: a study of labor supply. In: Aspects of labor economics. NBER. Princeton University Press, 1962.
- MITCHELL, Juliet. Woman's Estate, New York, Vintage Books, 1973.
- MONTERO, Rosa. História de Mulheres. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- MOURA, Samantha N. A separação entre esfera pública e privada: um confronto entre John Locke, Jean Jacques Rousseau e Carole Pateman. Revista Gênero & Direito (1), 2014.
- NELSON, Julie. Study of choice or the study provisioning? Gender and the definition of economics. In: FERBER, Marianne & NELSON, Julie (eds.) Beyond Economic Man. Chicago: University of Chicago Press, 1993. p. 23-36.
- NELSON, Julie. A. Feminism, objectivity and economics. London and New York: Routledge, 1996.
- NIELSEN, H., SIMONSEN, M and VERNER, M. Does the gap in family-friendly policies drive the family gap? Scandinavian Journal of Economics, 106(4), 721–744, 2004.
- NUSSBAUM, Martha. Las mujeres y el desarrollo humano. El enfoque de las capacidades. Barcelona: Editora Herder, Universidad Cambridge, 2000.
- NYE, Andrea. Teoria feminista e as filosofias do homem. Rio de Janeiro: Record/Rosa do Tempo, 1995.
- OAXACA, Ronald. Male-female wage differentials in urban labor markets. International Economic Review 14, 693–709. 1973
- OECD. <https://www.oecd.org/g20/topics/employment-and-social-policy/The-Labour-Share-in-G20-Economies.pdf>
- OIT, Perfil do trabalho decente no Brasil. Um olhar sobre as unidades da federação. José Ribeiro Soares Guimarães. Brasília: OIT, 2012. 400p.
- OIT. Igualdade salarial. Um guia introdutório. Martin Oetz, Shauna Olney, Manuela Tomei: BIT, Departamento de Normas Internacionais do Trabalho, Departamento de Igualdade e Condições no Trabalho – Genebra: BIT. (2013).
- OIT. Organização Internacional do Trabalho. Mulheres no Trabalho. Tendências. 2016. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2036.pdf
- OIT. Perspectivas sociales e del empleo en el mundo. Resumen ejecutivo. Tendências, 2017. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_540901.pdf
- OLSON, Paulette. The persistence of occupational segregations: a critique of its theoretical underpinnings. Journal of Economic Issues, 24(1):161-171, 1990.
- ONU Mulheres. Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social. Encarte Brasil baseado no relatório "O progresso das mulheres no Mundo 2015-2016", 2016.
- OROZCO Pérez, Amaia O. Economía del género y economía feminista. ¿Conciliación o ruptura. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer. Caracas. Enero-Junho 2005, Vol.10, n. 24

PASSONI, Patieene A. Comportamento das importações brasileiras de 2000 a 2008: uma análise a partir da decomposição estrutural e insumo-produto. Encontro ANPEC. 2016

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomia público/privado. In: CASTELLS, Carme (Comp.). Perspectivas feministas en teoría política. Barcelona: Paidós, 1996. p.31-52 (Capítulo 1 de: The disorder of women: democracy, feminism and political theory. Cambridge: Polity Press, 1989. 228p.)

_____. O contrato sexual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 347p.

PAULANI, L. Individualismo metodológico e individualismo ontológico no discurso econômico. In: Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 23, 1995, Salvador, Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia, Salvador: ANPEC, 1995, v.2, p. 120-140.

_____. John Stuart Mill, o homem econômico e o individualismo metodológico. In: Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 26, 1998, Vitória. Anais do XXVI Encontro Nacional de Economia, Vitória: ANPEC, 1998, v.1, p. 99-120.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005

PETERSON. Janice & LEWIS, Margaret. The Elgar Companion to Feminist Economics. Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA, 1999.

PETIT, Cristina Molina. Dialéctica feminista de la ilustración. Coleção Cultura y diferencia. Pensamiento crítico – pensamiento utópico. Comunidad de Madrid: Anthropos. Editorial del Hombre, 1994.

POWER, Marilyn. Social Provisioning as a Starting Point for Feminist Economics en Feminist Economics vol. 10 Nº 3, pp. 3-19. 2004

PICCHIO, Antonella. El trabajo de reproducción, tema central en el análisis del mercado laboral. In: BORDERIAS, Cristina; CARRASCO, Cristina y ALEMANY, Carmen (org.). Las mujeres y el trabajo. Rupturas Conceptuales. Madrid: Fuhem-Icaria, 1994.

PICCHIO, Antonella. Social reproduction: the political economy of the labour market. Cambridge University Press, Cambridge, 1992.

PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, Cristina (ed.) Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas. Barcelona: Icaria, 1999. p. 201-42.

PUJOL, Michele. A. Feminism and anti-feminism in early economic thought. USA, Edward Elgar Publishing Limited, 1998.

RATHBONE, E. The remuneration of women's services. Economic Journal, 1917, vol. 105, nº 27, páginas 55-68.

REID, M. Economics of household production. New York: John Wiley, 1934.

RESKIN, Barbara F.; ROSS, Patricia A. Job Queues, Gender Queues: Explaining Women's Inroads into Male Occupations. Philadelphia, PA: Temple University Press, 1990.

_____. Sex, Segregation in the Workplace. Trends, Explanations, Remedies. USA Editor, 1984.

- RIBEIRO, Elton Jony; SILVA FILHO, Edison Benedito. Investimento externo direto no Brasil no período 2003-2012: aspectos regionais e setoriais. *Boletim de Economia e política internacional*, 14:29-46, 2013.
- RYTINA, Nancy. Occupational Segregation and Earnings Differences by Sex. *Monthly labour review*, 104 (1), Enero. 1981. 49-53.
- ROBEYNS, Ingrid. Há uma metodologia econômica feminista? 3ª versão, 14/10/2000. Faculdade Wolfson. Cambridge. Reino Unido. Versão em português.
- ROMERO, Rosália Pérez. En torno al pensamiento crítico: Michel Foucault y la teoría feminista. Departamento filosofía IV. Teoría del conocimiento e historia del pensamiento. Universidad Complutense de Madrid. Tese de Doutorado. 1997
- ROWBOTHAM, Sheila. *Women resistance and revolution*. Nueva York: Vintage Books, 1974.
- RUBERY, Jill; SMITH, Mark and FAGAN, Colette. *Trends in Women's Employment in Europe in the 1990s*, London: Routledge. 1999.
- RUBERY Jill. Mercado de trabalho estruturado, organização dos trabalhadores e baixos salários. *Cambridge Journal of Economics*. Londres: Academic Press. 1978. Tradução Julia Di Giovanni.
- _____. Pay equity, minimum wage and equality at work. Working paper, ILO. *Work in Freedom*, 2003. Acessado em 22/08/2017. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_decl_wp_20_en.pdf
- _____. Women and austerity the economic crisis and the future for gender equality. In: KARAMESSINI, M. & RUBERY, Jill. *Women and recession to women and austerity: a framework for analysis*. Routledge, 2014.
- RUBERY, J.; BETTIO, F.; FAGAN, C.; MAIER, F.; QUACK, S. and VILLA, P. Payment structures and gender pay differentials: Some societal effects. *The International Journal of Human Resource Management*. London, 1997, Vol. 8(3), pp. 131-149.
- RUBERY, Jill & EMEREK, Ruth & FIGUEIREDO, Hugo & GONZALEZ, Pilar & GONÄS, Lena. *Indicadors on Gender Segregation*. CETE – Centro de Estudos de Economia Industrial, do Trabalho e da Empresa. Faculdade de Economia, Universidade do Porto. January, 2003.
- RUBERY, Jill. OIT. *Closing the gender pay gap: A review of the issues, policy mechanisms and International evidence*. Geneva: Koukiadaki, Aristeia. International Labour Office–ILO, 2016.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Editora Vozes, 1976
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. 3ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, R.C. De Smith a Marx: a Economia Política Marxista. In: PINHO, D.B & VASCONCELLOS, M.A. (org). *Manual de Economia*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva. 2007. p. 60-98.
- SARACENO, Chiara. Dalla istituzionalizzazione alla de-istituzionalizzazione de, corsi di vita femminili e maschili?, *stato e Mercato*. n.33. 1991. p. 431-450.
- SARACENO, Chiara. Elementi per un'analisi delle trasformazioni di genere nella società contemporanea e delle loro conseguenze sociali. *Rassegna italiana de Sociologia*. Vol.34. n.1 1993. p. 19-57.

- SARACENO, Chiara. Social and family policy. In: KERTZER, David I.; BARBAGLI, Marzio (org.). The history of the European family: family life in the twentieth century. New Haven: Yale University Press, 2003. p.238-69.
- SARGENT, Lydia. New Left Women and Man: The honeymoon is over. In: SARGENT, Lydia (org.). Women and Revolution. Boston: South End Press, 1981
- SAWHILL, Isabel. 'Economic perspectives on the family', in: alicia amsden (ed). The economic of women and work. NewYork: st Martin's Press, p.129-139. 1980.
- SCHULTZ, Theodore. W. Capital Humano. Rio de Janeiro: Zahar, 1973
- SCHUMPETER, J. História da análise econômica. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. v.2.
- SCORZAFAVE, Luiz Guilherme Dacar da Silva. A evolução e os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Departamento de Economia, USP. São Paulo, 2001. Dissertação de mestrado.
- SCOTT, Joan.W. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: AMELANG, James S. y NASH, Mary (eds). Historia y género: las mujeres en la Europa Moderna y Contemporánea. Espanha: Edicions Alfons el Magnànim, Institució Valenciana d'Estudis i Investigació, 1990. p. 265/302
- _____. Igualdad versus diferencia: los usos de la teoría posestructuralista. In: Debate feminista n.5, marzo, 1992
- _____. O enigma da igualdade. In: Estudos feministas, Florianópolis, 13 (1): 216, janeiro-abril/2005
- _____. La mujer trabajadora en el siglo XIX. In: DUBBY. C. & PERROT.M. (dirs) Historia de las mujeres en el Occidente. Madrid: Taurus, 1993. 405-35.
- SCOTT, Joan. Women's History: The Modern Period, Review Past and Present Volume 101,. Issue 1. November, 1983.
- SEGNINI, Liliana. Relação de gênero no trabalho bancário informatizado. Cadernos Pagu (10) 1998, p. 147-68.
- SEIZ, Janet. A. Game theory and bargaining models. In: PETERSON. Janice & LEWIS, Margaret. The Elgar Companion to Feminist Economics. Cheltenham, UK. Northampton, MA, USA, 1999.
- SEN, Amartya. Sobre ética y economía. Versión de Ángeles Conde. El libro Universitario Alianza Editorial,1999
- SILVEIRA, Maria Lúcia & TITO, Neuza.(orgs.) Trabalho doméstico e de cuidados: por um outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo. Sempreviva Organização Feminista, 2008.
- SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo: Abril Cultural. Volume I e II, 1983.
- SOARES, Cristiane; MELO, Hildete e BANDEIRA, Lourdes. O trabalho das mulheres brasileiras: uma abordagem a partir dos censos demográficos de 1982 a 2010. Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. São Pedro/SP, 24 a 28.nov. 2014.
- SOUZA, Paulo Renato. Os impasses atuais das políticas de emprego e de salário. In: Desenvolvimento capitalista no Brasil. BELLUZZO, Luiz Gonzaga; COUTINHO, Renata. (orgs) Ensaio sobre a crise. 4. Edição Campinas: UNICAMP, IE, 1998, p.155-82.

- SPE. Secretaria de Política Econômica. Relatório de Análise Econômica dos Gastos Públicos Federais. Evolução dos Gastos Públicos Federais no Brasil: Uma análise para o período 2006-15. Brasília: maio, 2016. http://www.spe.fazenda.gov.br/notas-e-relatorios/relatorio_gasto_publico_federal_site.pdf
- SPINDEL, Cheywa. A formação de um novo proletariado: as operárias do Distrito Industrial de Manaus. São Paulo: IDESP. Relatório de Pesquisa, 1987.
- STRASSMANN, Diana. The stories of Economics and the power of the storyteller. *History of Political Economy*, 25 (1) : 147-165.1993.
- STREECK, Wolfgang. Tempo Comprado. A crise adiada do capitalismo democrático. Lisboa: Actual editora, 2013.
- STROBER, Myra. Toward a theory of occupational segregation: the case of public school teaching. In RESKIN, Barbara. *Sex, Segregation in the Workplace. Trends, Explanations, Remedies*. USA Editor, 1984.
- STUART MILL, John. A sujeição das mulheres. Coimbra: Almedina, 2006.
- STUART MILL, John. Princípios de economia política. São Paulo: Abril Cultural, Volume I e II. 1983.
- SUÁREZ, Mireya. Enfoques Feministas e Antropologia. *Série Antropológica*. 177. Brasília, 1995.
- TAVARES, Manuela; MATTHEE, Deidré; MAGALHÃES, José; COELHO, Salomé. Feminismo(s) e Marxismo: um casamento “mal sucedido”? Os novos desafios para uma corrente política de esquerda dos feminismos. *Vírus Janeiro/fevereiro 2009 (23) Dossier Congresso Karl Marx*.
- GALLEGO ABAROA, E. La liberación de las mujeres y la economía según Harriet Hardy Taylor Mill (1807-1858). In: BLAS, P.L y GALLEGU ABAROA, E. (coord.). *Mujeres economistas*. Madrid, Espanha: Ecobook – Editorial del economista, 2007. p.55-82.
- TONG, Rosemarie. *Feminist thought. A comprehensive introduction*. Westview Press. Boulder & San Francisco, 1989
- TREIMAN, Donald; HARTMANN Heidi. *Women work, and wages: equal pay for Jobs of equal value*. Washington, National Academy Press. 1981
- ULLOA, Maria. Mesa de trabajo. Teoría y principios de la economía feminista. In: *Mujeres y Economía Colombia*. Agosto, 2000.
- VANDELAC, Louise. L’economic des femmes?’, *Cahiers de recherche sociologique*, 4. (1): 15-32. 1986
- VASQUEZ, L. B. Participação no mercado de trabalho e nível socioeconômico da população no período 2004-2013. Dissertação de mestrado, Campinas, 2016.
- WAJMANN, Simone; PERPETUO, Ignez Helena. O. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Belo Horizonte: Nova Economia. V.7 n.1.1997.
- WOOLLEY, F. The feminist challenge to neoclassical economics. *Cambridge Journal of Economics*, 17 (4). Dec.1993.

YUONG, Kate. Reflexiones sobre cómo enfrentar las necesidades de las mujeres. In: GUZMÁN, V. Portocarrero y VARGAS, P.Y. (comps.). Una nueva lectura: género en el desarrollo. Lima: Flora Tristán Ediciones, Col. Entre Mujeres, 1991.

ZARETSKY, Eli. O Capitalismo, a família e a vida privada. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

Sites

BANCO CENTRAL. <http://www.bcb.gov.br/rex/ied/port/notas/htms/notas.asp>

FIESP. <http://www.fiesp.com.br/?temas=competitividade>

<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/lucro-das-empresas-de-capital-aberto-cresce-94-em-2016.ghtml>

<http://www.fecesc.org.br/quem-somos/>

ILO. <http://www.ilo.org/global/topics/future-of-work/dialogue/lang--en/index.htm>

ILO. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_513739.pdf

INFOMONEY. <http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/6293937/bancos-lucram-quase-bilhoes-2016-sao-melhor-setor-bolsa>

MTE. <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>

OIT. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_443480.pdf;
<https://izajolp.springeropen.com/articles/10.1186/s40173-016-0071-z>

Apêndice

Conceitos e indicadores utilizados para a análise

As principais fontes para a construção de estatísticas sobre trabalho no Brasil são de responsabilidade do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Ministério do Trabalho e Emprego. As estatísticas domiciliares aplicadas pelo IBGE são o Censo e a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Os primeiros Censos realizados no país datam do final do século XIX, primeiramente como demográficos, depois foram se aprimorando e, desde 1950, a sua periodicidade é decenal. O Censo é uma fonte eficaz para caracterizar a estrutura ocupacional e de setores econômicos, no entanto, as mudanças não são captadas imediatamente pelo seu longo intervalo.

Já a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, com periodicidade anual, foi criada na década de 1960, com o propósito de produzir informações para planejar e acompanhar o desenvolvimento social, econômico e demográfico do país, visto que os dados do Censo eram insuficientes e defasados para atender às demandas crescentes. A amostra é realizada em todo o território nacional desde 2004. As principais variáveis levantadas apresentam as seguintes características: de caráter permanente como as características básicas da população, habitação, trabalho, rendimento e instrução e outras com periodicidade variável, como as características sobre fecundidade, migração, orçamentos familiares, nutrição, saúde, educação etc.

Os conceitos de trabalho, na forma como conhecemos hoje, foram incorporadas às pesquisas a partir da década de 1940. Mas foi no Censo de 2000 que, pela primeira vez, se organizou conceitualmente o tema trabalho, com definição para procura por trabalho, pessoas ocupadas, pessoas desocupadas e condição na atividade; considerou-se a produção de bens e serviços e no serviço doméstico, assim como a ocupação sem remuneração, como trabalho em atividade econômica.

Não é raro que os conceitos e procedimentos metodológicos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho ocultem a contribuição das mulheres. É recente a incorporação pelas pesquisas do sexo como uma variável importante para análise do mercado de trabalho. Desde os aportes das economistas feministas, das pesquisadoras e acadêmicas feministas, há um esforço por parte das pesquisas sobre mercado de trabalho de incorporar a dimensão de gênero em suas análises, questionando conceitos e estatísticas que encobrem ou ocultam o trabalho realizado no âmbito das famílias ao contabilizar o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres como parte da população não economicamente ativa ou população

inativa ou mesmo não ativa.

Não pode ser tratada com naturalidade a existência de mais de 35 milhões de mulheres entre a população não economicamente ativa, conforme dados de 2013. Os dados também revelam grande proporção de mulheres ocupadas, mas sem rendimentos, listadas sob a classificação de trabalho não remunerado ou na produção para o próprio consumo, encontrado principalmente nas atividades agrícolas.

Por outro lado, conforme Soares, a preocupação com a utilização do tempo gasto em outras atividades fora do âmbito do mercado estava presente nas pesquisas do IBGE desde os dados de 1982, quando foram inseridas na PNAD (de 1982) questões relativas ao tempo dedicado a um conjunto de tarefas de natureza pessoal. Mas somente em 2001 se introduz informação com o reconhecimento da realização de trabalho doméstico não remunerado, ao incorporar no instrumento de coleta duas questões: se a pessoa realiza afazeres domésticos e o número de horas dedicadas aos afazeres domésticos (SOARES; SABOIA, 2007:8-9).

Desta forma, nesse trabalho, procurou-se dar destaque para as diversas formas de inserção na ocupação, desagregando por sexo, por atividades econômicas, por grupo ocupacional, níveis de instrução, faixa etária, cor e raça, quando pertinente, privilegiando o objeto principal desse estudo, que são as mulheres, mas também os aspectos relacionados à distribuição do tempo nas atividades de reprodução como fator importante para a determinação da presença das mulheres no mundo produtivo.

Para análise do mercado de trabalho serão consideradas as seguintes fontes de dados: a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE no período compreendido entre 2004 e 2013, divididos em dois momentos distintos: 2004-2008 e 2008-2013. O objetivo é captar os efeitos do dinamismo econômico e social anterior e pós-crise de maneira a medir os impactos sobre a estrutura produtiva e o emprego das mulheres.

Em relação aos conceitos utilizados, o primeiro deles é População Economicamente Ativa (PEA), nesse trabalho adotaremos a população de 16 anos e mais que, no período anterior à pesquisa, estava exercendo trabalho remunerado, estava trabalhando sem remuneração em algumas atividades por mais de 1 hora semanal, ou não estava trabalhando, mas procurava trabalho, conforme as recomendações metodológicas.

Fazem parte da População Economicamente Ativa, os Ocupados (trabalhando regularmente) e os Desempregados (Desocupados), assim considerados os que não trabalhavam, mas tomaram alguma providência para encontrar trabalho. A categoria de

Ocupados, por sua vez, é desmembrada segundo o tipo de vínculo que apresenta com o trabalho, ou seja, o de Empregados, o de Trabalhadores por Conta-própria, o de Empregadores, o de Trabalhadores Domésticos.

Às parcelas da população que não estavam trabalhando regularmente, com ou sem remuneração e não estavam à busca de trabalho, denomina-se População Não-Economicamente Ativa. Aqui se inserem as pessoas que, à época da pesquisa, exerciam afazeres domésticos, os estudantes, os aposentados e pensionistas, as pessoas que viviam de rendas, os detentos, os doentes ou inválidos e as pessoas sem ocupação.

A partir dos anos de 1990 – em consonância com recomendações da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – a PNAD passou por reformulação, incluindo-se aqui uma ampliação da conceituação daquela categoria trabalho, que passou a vigorar nas pesquisas de domicílios a partir de 1992.

No novo conceito de trabalho são caracterizadas as condições de trabalho remunerado, sem remuneração e na produção para o consumo e construção próprios ou para o grupo familiar. O maior refinamento do conceito favorece a mensuração mais adequada das atividades econômicas porque reduz, consideravelmente, o número mínimo de horas trabalhadas (de 15 para apenas 1) e passa a considerar como trabalho atividades assistenciais e para o autoconsumo, entre outras mudanças⁹⁹.

Quanto à categoria Trabalhadores Domésticos, ela foi introduzida na PNAD a partir de 1992 e refere-se ao emprego doméstico remunerado. É importante destacar a distinção com o trabalho doméstico realizado majoritariamente pelas mulheres no interior da própria família ou no domicílio, computado como inatividade econômica.

Por fim, optou-se por apresentar os dados de rendimentos incluindo as pessoas com e sem rendimentos, com a finalidade de dar visibilidade a essa realidade que atingia em 2013 mais e 3,6 milhões de mulheres. Ademais, serão analisados os rendimentos por hora, para contestar especulações sobre a razão de as mulheres receberem salários inferiores por estarem

⁹⁹ Outras alterações dizem respeito a mudanças nas agregações em certas variáveis a partir de um certo ano dos levantamentos. Quanto à variável Anos de Estudo, sua agregação se alterou a partir de 1992, interrompendo a possibilidade de comparação com os anos anteriores. Em 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações, a CBO e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, a CNAE passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD.

em jornadas de trabalho menores.

É frequente o uso nas pesquisas de estratificação dos ocupados em quatro categorias: empregados, trabalhadores por conta própria, empregadores e pessoas que trabalhavam sem remuneração em ajuda a membros da unidade familiar. Nesse estudo adotaremos os dados de ocupação com maior desagregação, a fim de identificar as diferenças e as especificidades de cada um deles. Sendo assim, serão analisadas as seguintes categorias: empregados com e sem carteira; funcionário público escriturário; militar; trabalhador doméstico com e sem carteira, conta própria; empregador e trabalho não remunerado.

Para os grupos ocupacionais adotou-se o grande grupo com algumas agregações apresentado dessa forma: dirigentes em geral; profissionais das ciências e das artes; técnicos de nível médio; trabalhadores de serviços administrativos; trabalhadores dos serviços; vendedores e prestadores de serviço do comércio; trabalhadores agrícolas e trabalhadores na produção de bens e serviços e de reparação e manutenção.

Para os grupamentos de atividades econômicas, optou-se por duas formas de agrupamentos: agrícola; outras atividades industriais; indústria de transformação; construção; comércio e reparação; alimentação e alojamento; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais e outros serviços coletivos, sociais e pessoais. A segunda compilação desagrega os dados para a agricultura e a indústria de transformação.